

CENTRO UNIVERSITÁRIO DE BRASÍLIA (UnICEUB)  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM DIREITO E POLÍTICAS  
PÚBLICAS

JORDANA MARIA FERREIRA DE LIMA

**COMBATE AO TRABALHO INFANTIL:  
POSSIBILIDADES E ENTRAVES NO BRASIL**

BRASÍLIA-DF  
2016

JORDANA MARIA FERREIRA DE LIMA

**COMBATE AO TRABALHO INFANTIL:  
POSSIBILIDADES E ENTRAVES NO BRASIL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Direito e Políticas Públicas do Centro Universitário de Brasília (UniCEUB) como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Direito.

Linha de Pesquisa: Políticas Públicas, Sociedade Civil e Proteção da Pessoa.

Orientador: Prof. Dr. Carlos Ayres Britto

BRASÍLIA – DF  
2016

## **TERMO DE APROVAÇÃO**

JORDANA MARIA FERREIRA DE LIMA

### **COMBATE AO TRABALHO INFANTIL: POSSIBILIDADES E ENTRAVES NO BRASIL**

Dissertação defendida e apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Direito e Políticas Públicas do Centro Universitário de Brasília (UniCEUB), tendo os seguintes componentes da Banca Examinadora:

Brasília, \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.

---

Prof. Dr. Carlos Ayres Britto (UniCEUB)

---

Prof. Dr. Carlos Eduardo Dias (UDF – Centro Universitário)

---

Prof.<sup>a</sup> Dra. Christine Peter da Silva (UniCEUB)

Esta pesquisa é dedicada às crianças e aos adolescentes que, lamentavelmente, são inseridos no mundo do trabalho de modo antecipado; àquelas centenas de criaturas humanas que foram vitimadas em decorrência dessa inserção precoce e desajustada; e aos lidadores do Direito, que se empenham na luta efetiva pelos direitos infanto-juvenis, por vezes, frustrante.



## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço à minha serelepe filha Lis e ao meu eterno parceiro e amado Vinícius, que constituem a razão-mor do meu viver.

Ao meu saudoso genitor, Paulo Cezar Barbosa de Lima, que não partiu antes de me mostrar que os prazeres da leitura e da aquisição de conhecimento não devem se confundir com arrogância e pedantismo, por todo amor e zelo.

À Dona Ireni, minha mãe e companheira, pelo apoio incondicional para meu aperfeiçoamento acadêmico, pessoal e profissional.

Ao Savério e Paulo Augusto que, com suas caritativas esposas, conceberam os sobrinhos mais formidáveis e que tanto me divertem: Paulo Cezar, Inácio e Alice.

Às amigas queridas, Ludmylla Isaac, Marina Godoi, Fabíola Neves, Jana Petaccia e Raquel Assumpção, que há décadas me acompanham, proporcionando momentos portentosos.

Aos meus professores do UniCEUB e da Universidad Pablo de Olavide, pelo direcionamento precioso e paciência com minha inquietude e dúvidas frequentes, em especial, Bruno Amaral, Antônio Suxberger, José Levi, Luis Roberto Barroso, Luiz Fux, Nitish Monebhurrin, Manuel Gándara, Carlos Taibo, Juan Carlos Monedero e Maria José Farina Dulce.

À Marley Ribeiro, funcionária do Programa de Pós-Graduação em Direito do UniCEUB, por todo auxílio operacional e atenção costumeira.

Aos colegas de trabalho e de vida, Larissa Sègura, Thaís Ferreira e Rodrigo Chueiri.

Ao Conselho Nacional de Justiça pelo essencial patrocínio da pesquisa.

“Os fatos, a despeito de normados, costumam se rebelar contra as normas e terminam incólumes.”

Ayres Britto (2016)

## RESUMO

O trabalho infantil, que é um problema mundial, afeta cerca de cento e cinquenta milhões de crianças e adolescentes entre cinco e quatorze anos de idade<sup>1</sup>, denotando uma verdadeira "chaga social" que está inserida num complexo de variáveis sociais, políticas, econômicas e culturais, fato que dificulta sua desestruturação. Assim, a prevenção, com vistas à erradicação do trabalho infantil, relaciona-se à defesa dos direitos humanos fundamentais e integra a normativa da Constituição Federal brasileira de 1988 e do artigo 67 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) (Lei nº 8.069/90, de 13 de julho de 1990), com fundamento no princípio de que toda criança deve ter plenamente respeitada e protegida sua dignidade como ser humano, independente de nacionalidade, cor, sexo, origem social, religião ou etnia, e por apresentar a peculiaridade de se encontrar numa fase de desenvolvimento, ensejando proteção especial em todas as áreas de sua vivência física, familiar, moral, educacional, psicológica e social. No Brasil, contudo, o enfrentamento do problema tem sido marcado por diversas barreiras, dentre elas a herança cultural colonizadora, que desde o início inseriu crianças no trabalho. Atualmente, há mais crianças no mercado informal, inclusive, em atividades ilícitas, enquadradas pela Organização Internacional do Trabalho, por meio da Convenção nº 138, no rol das piores formas de trabalho infantil. A presente pesquisa, nesse contexto, buscou apresentar a legislação pertinente, inclusive internacional, que tenha sido inserta no ordenamento jurídico pátrio. Além disso, teve como intuito analisar determinadas medidas elaboradas e executadas por autoridades do Sistema de Justiça do Brasil no combate ao trabalho infantil e dar notoriedade ao projeto desenvolvido pelo Programa Internacional para a Eliminação do Trabalho Infantil (IPEC/OIT). Nessa seara, tratamos dessa temática à luz da ferramenta proposta pelo professor Joaquín Herrera Flores, denominada "diamante ético", que, em síntese, implica uma visão mais amplificada, a partir de elementos conceituais e materiais, planteando, assim, "capas" não excludentes, tampouco de utilização obrigatória, todavia metodologicamente úteis na análise proposta.

Palavras-chave: Políticas Públicas. Sistema de Justiça. Trabalho Infantil.

---

<sup>1</sup> Dado extraído do texto que trata dos 150 milhões de crianças de 5 a 14 anos que sofrem com o trabalho infantil em todo mundo, segundo o alerta dado pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), disponível no site da Organização das Nações Unidas.

## **ABSTRACT**

Child labor affects at least 168 million children and adolescents worldwide, among which 120 million are between the ages of 5 and 14 and about 5 million live in similar conditions to slavery, according to the World Report on Child Labor 2015, prepared by the International Labor Organization (ILO). This true "social scourge" is embedded in a complex of social, political, economic and cultural variables, a fact that makes it difficult to disintegrate. Accordingly, prevention, with a view to eradicating child labor, is related to the defense of fundamental human rights and is part of the provisions of the Brazilian Federal Constitution of 1988 and article 67 of the Statute of the Child and Adolescent (Law 8.069 / 90, of 13 July 1990), on the basis of the principle that every child must have full respect for and protection of his or her dignity as a human being, regardless of nationality, color, sex, social origin, religion or ethnicity, and because they present the peculiarity of finding themselves at a stage of development, providing special protection in all areas of their physical, family, moral, educational, psychological and social experience. In Brazil, however, confronting the problem has been marked by several barriers, including the colonial cultural heritage that from the beginning included children at work and, currently, there are more children in the informal market, including illegal activities, framed by the Organization International Labor Organization, through Convention No. 138, in the role of the worst forms of child labor. The present research, in this context, intends to present the pertinent legislation, including international legislation that has been inserted in the legal order of the country. Afterwards, it analyzes certain measures elaborated and executed by authorities of the Brazilian Justice System in the fight against child labor, besides making the work done by IPEC/ILO known. In the light of the tool proposed by Professor Joaquin Herrera Flores, called "ethical diamond", it was possible to unravel some obstacles to the fight against child labor, notably practices that naturalize and legitimize child labor and are found in the speech and attitudes of authorities and people who should protect the fundamental rights of children and adolescents. In summary, the intention of this research was to explain good and bad practices when it comes to child labor to, even if utopian, to offer readers a new look at the problem, in order to invite them to fight for the eradication of the mazela which injures, intoxicates and kills thousands of children in Brazil and in the world.

**Keywords:** Public Policies. System of Justice. Child labor.

## LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ADI	Ação Direta de Inconstitucionalidade
CF/88	Constituição Federal de 1988
CLT	Consolidação das Leis Trabalhistas
CAGED	Cadastro Geral de Empregados e Desempregados
CMDCA	Conselho Municipal de Direito das Crianças e dos Adolescentes
CNAE	Cadastro Nacional de Atividades Econômicas
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
CREAS	Centro de Referência Especializado de Assistência Social
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPEC <sup>2</sup>	Programa Internacional para a Eliminação do Trabalho Infantil
JIJ	Juizado da Infância e Juventude
JT	Justiça do Trabalho
LOAS	Lei Orgânica de Assistência Social
MDS	Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome
MP	Ministério Público
MPT	Ministério Público do Trabalho
OIT	Organização Internacional do Trabalho
PETI	Programa de Erradicação do Trabalho Infantil
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
RAIS	Relação Anual de Informações Sociais
SNA	Serviço Nacional de Aprendizagem
STF	Supremo Tribunal Federal
STJ	Superior Tribunal de Justiça
TRT	Tribunal Regional do Trabalho
TST	Tribunal Superior de Trabalho
UNICEF <sup>3</sup>	Fundo Internacional de Emergência das Nações Unidas
UNOPS <sup>4</sup>	Escritório das Nações Unidas de Serviços para Projetos

---

<sup>2</sup> Sigla proveniente da língua inglesa: International Programme on the Elimination of Child Labour.

<sup>3</sup> Do inglês, United Nations International Children's Emergency Fund.

<sup>4</sup> Em inglês: United Nations Office for Project Services

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>11</b>
<b>2 PROIBIÇÃO DO TRABALHO INFANTIL: ASPECTOS NORMATIVOS E TEÓRICOS.....</b>	<b>23</b>
2.1 FERRAMENTA TEÓRICO-METODOLÓGICA: O “DIAMANTE ÉTICO”.....	23
2.2 LEGISLAÇÃO BRASILEIRA SOBRE O TRABALHO INFANTIL.....	27
2.3 NORMATIVOS INTERNACIONAIS RATIFICADOS NO BRASIL.....	31
2.4 A QUESTÃO PENAL DO TRABALHO INFANTIL.....	49
<b>3 MEDIDAS DE COMBATE AO TRABALHO INFANTIL: DA FORMULAÇÃO AOS RESULTADOS.....</b>	<b>68</b>
3.1 ATUAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO.....	69
3.1.1 Atuação Orientadora: Elaboração de Diretrizes de Atuação.....	69
3.1.2 Araguaína/TO (Ação nº 08001-2008-812-10-00-9).....	71
3.2 PROJETO “BEM EDUCAR” DO MPGO E PROJETO “AMPARANDO FILHOS” DO TJGO.....	75
3.3 ATUAÇÃO DO PROGRAMA INTERNACIONAL PARA A ELIMINAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL – IPEC ( <i>INTERNATIONAL PROGRAM ELIMINATING CHILD LABOUR</i> ), CRIADO EM PELA ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT).....	79
3.4 PRINCIPAIS MEDIDAS DESENVOLVIDAS PELO MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO PARA SEARA INFANTO-JUVENIL.....	83
<b>4 ASPECTOS POLÊMICOS SOBRE O TRABALHO INFANTIL.....</b>	<b>88</b>
4.1 AS CONSEQUÊNCIAS DO TRABALHO INFANTIL COMO LIMITADOR: PREJUÍZOS SOCIOCOGNITIVOS, SENSORIO-MOTORES E LIMITAÇÕES PSICOSSOCIAIS.....	89
4.2 ANOTAÇÕES SOBRE O TRABALHO INFANTIL ARTÍSTICO E SOBRE O DOMÉSTICO.....	93
4.2 CLASSE JUDICIÁRIA: INDIFERENÇA OU LIMITAÇÃO?.....	99
4.2.1 Sobre a Competência para (Des)Autorização de Trabalho Infantil.....	99
4.2.2 Notas sobre a Concessão de Alvarás para Trabalho Infantil....	107
4.3 CÓDIGO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DA BOLÍVIA: EXEMPLO DE INVOLUÇÃO JURÍDICA.....	111
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>114</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>119</b>

<b>ANEXO A - CONVENÇÕES DA OIT SOBRE TRABALHO INFANTIL.</b>	<b>125</b>
<b>ANEXO B - DECISÃO DO STF NA ADI 5326.....</b>	<b>135</b>
<b>ANEXO C - PARTE DO CÓDIGO NIÑA, NIÑO Y ADOLESCENTE.....</b>	<b>145</b>
<b>ANEXO D – CHARGES E CAMPANHAS DE COMBATE AO TRABALHO INFANTIL.....</b>	<b>162</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Ao trabalho realizado por crianças e adolescentes, dá-se o nome de trabalho infantil. Este tipo de labor, quando efetuado em dissonância com a legislação, pode configurar grave violação aos direitos humanos dessa população em desenvolvimento. Em uma análise do trabalho infantil atual e antecedente, o panorama socioeconômico se mostra bastante significativo. Quanto pior as condições financeiras e sociais de uma família, maior a probabilidade de se encontrar trabalhadores infantis em seu seio. Por isso, a implementação de políticas voltadas à diminuição da vulnerabilidade das famílias brasileiras pode ter reflexo positivo no combate ao trabalho infantil.<sup>5</sup>

É sábio que a tradição de exploração marcou o histórico infanto-juvenil no Brasil<sup>6</sup>. Desse modo, ao analisar os diferentes períodos civilizatórios<sup>7</sup> no país, denota-se que crianças e adolescentes de classe social baixa desempenhavam, compulsória e frequentemente, atividades laborais. Antecipe-se que, no plano

---

<sup>5</sup> Apesar desta afirmação, cautela é necessária. É que o período em que mais se produziu programas e legislações protetivas à criança e ao adolescente em situação de trabalho ocorreu durante os anos de 1995 e 2002. Após 2003, o *Programa de Erradicação do Trabalho Infantil* (PETI) foi fundido ao Bolsa-família, ocasionando certo esvaziamento da questão. Conforme Isa Maria de Oliveira, Secretária executiva do Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil (FNPETI), houve uma perda de foco. No ano de 2007, por exemplo, os municípios não estavam mais obrigados a se estruturar como previsto no PETI (a exemplo da implantação e manutenção das atividades no contra turno escolar), o que pode ter enfraquecido bastante a luta contra o trabalho infantil.

<sup>6</sup> Sobre o histórico do trabalho infantil no Brasil, recomenda-se a leitura da primeira parte da obra “Trabalho infantil e direitos humanos”, coordenada pelo Min. Lélío Bentes e por Tércio José Vidotti.

<sup>7</sup> O termo “civilizatório” está sendo utilizado apenas para especificar que se trata de período posterior ao início da invasão do Brasil pelos europeus. A terminologia, contudo, merece crítica, considerando que o vocábulo “civilizatório” importa em hegemonia e até em maior qualificação do que seja algo “civilizado”, e dúvida não há de que o povo latino-americano foi objeto de colonizações bárbaras e de uma “civilidade” forçada que ignorou, por vezes aniquilando, a cultura e a história até então experimentadas. Portanto, salvo melhor juízo, trata-se de indesejado processo civilizatório. Anoto, por fim, que houve esforço doutrinário para deslocamento de formas hegemônicas do conhecimento por autores como Darcy Ribeiro (2007) e Mignolo (2007), notadamente nas obras “As Américas e a civilização. Processo de formação e causas do desenvolvimento desigual dos povos americanos” e “La idea de América Latina: la herida colonial y la opción decolonial”, respectivamente. Realmente, conforme o dicionário português “Priberam da Língua Portuguesa”, o verbo civilizar pode compreender três significados: a) Fazer sair do estado de barbaria; b) Melhorar, sob o ponto de vista intelectual, moral e industrial; c) Tornar civil, cortês, polido. Portanto, não parece ter havido real civilidade após a colonização. Ao contrário, a barbárie-mor veio com os colonizadores; não há como se medir melhorias intelectuais, morais ou industriais advindas do processo civilizatório brasileiro, já que sobre os aspectos intelectuais e morais das sociedades existentes no país foram ignorados e suprimidos, impossibilitando mensuração ou valoração; quanto à alínea “c”, cortesia, polidez e civilidade são três substantivos que nunca pautaram a atuação e o comportamento dos colonizadores do país.



internacional, a ideia de proteção integral às crianças<sup>8</sup>, para considerá-las mais que mera força de trabalho barata ou gratuita, aparece, de modo consistente, no início do século passado (século XX), com a Declaração de Genebra dos Direitos da Criança, em 1924. Porém, conforme o doutrinador Sérgio Souza<sup>9</sup>, esse documento, que não possuía força vinculante, surtiu pouco efeito para a proteção de menores contra o trabalho infantil.

De volta à história nacional, tem-se que meninas e meninos que laboraram no Brasil, em regra, não pertenciam à nobreza ou à burguesia residente. O ingresso precoce no mundo do trabalho, inclusive como escravos, dava-se precipuamente em razão da condição socioeconômica de suas famílias. De origem africana ou indígena, a maior parte dessa população infanto-juvenil trabalhadora era mal remunerada ou não recebia nenhuma recompensa pelo serviço. Também os filhos de trabalhadores livres, que pertenciam a uma classe social melhor, iniciavam precocemente a labuta, haja vista que a regra era aprender para que se iniciasse na profissão de seu pai.

Durante o período da República Velha (1889-1930), principalmente com a abolição da escravatura (1888), houve a necessidade de que uma nova identidade fosse construída para o Brasil. A defesa de direitos trabalhistas começava a ter alguma notoriedade, incorporando a defesa das crianças trabalhadoras. Assim, a visão do trabalho como sinônimo de dignificação do homem na sociedade<sup>10</sup>, seja ele de qualquer idade, segue com fôlego e com folga.

Na época, a Legislação vigente chegou até mesmo a reprimir o adolescente e a criança desempregados que, além de empobrecidos, acabavam sendo rotulados como vadios de acordo com a moral e os bons costumes. Mentalidade ainda não

---

<sup>8</sup> Pesquisas indicam que a Inglaterra teria sido o 1º país a redigir normas de amparo ao trabalhador menor de idade (Lei de "Peel" e Ato da Moral e Saúde, em 1802). Porém, o histórico internacional do combate ao trabalho infantil não constitui objeto desta dissertação. Também não se aprofundará, aqui, na história do labor infantil no Brasil. Àqueles que desejarem maiores informações históricas, sugere-se a leitura de clássicos como "O capital" de Karl Marx, "O germinal" de Émile Zola e "Oliver Twist" de Charles Dickens. No plano brasileiro, tem-se a obra "História das crianças no Brasil", organizada por Mary Del Priore (1999), que contém excelentes análises da historicidade do trabalho infanto-juvenil no Brasil. Anote-se que a parte histórica desta dissertação está, em grande parte, fundamentada nos ensinamentos deste compilado de textos.

<sup>9</sup> SOUZA, Sérgio Augusto Guedes Pereira. *Os direitos da criança e os direitos humanos*. Porto Alegre: SAFE, 2001. p. 58.

<sup>10</sup> Truísmo que tal visão é válida apenas para as classes econômicas e sociais mais baixas, servindo à manutenção da situação de miserabilidade. Filhos de pessoas economicamente abastadas frequentavam escolas e universidades vindo a trabalhar, em regra, após sua esmerada instrução. A última parte deste trabalho aprofundar-se-á nesta e noutras formas de ver e tratar o problema do trabalho infantil que muito prejudica a luta contra o labor irregularmente prestado por crianças e adolescentes no Brasil.

abolida, como explicam Ismael e Marli Souza na obra “O Conselho Tutelar e a erradicação do trabalho infantil”:

A descoberta da infância como etapa específica de desenvolvimento, sob a influência do positivismo e do higienismo, produzem um aparato de controle e disciplinamento por meio da exploração no trabalho e a institucionalização, legitimadas pelas ideias moralizadoras da salvação no futuro do país.<sup>11</sup>

Assim, insere-se no ordenamento jurídico<sup>12</sup>, com o objetivo de que crianças e adolescentes não se tornassem criminosas, o Decreto nº 17.943-A, de 12 de outubro de 1927, consolidando a assistência e a proteção aos menores. Dentre seus relevantes dispositivos, havia um que possibilitava a responsabilização de menores por vadiagem, mendicância e libertinagem.<sup>13</sup>

Desse modo, com a noção de controle sobre a infância, o trabalho infantil legitimou-se, ainda mais, na sociedade brasileira, propiciando diferentes formas de exploração da mão de obra infantil na agropecuária (inclusive em matadouros), em indústrias, em casa de terceiros como domésticos e no trabalho artístico, por exemplo. Sobre as duas últimas modalidades, considerando que possuem nuances que merecem desenvolvimento, o trabalho doméstico é invisibilizado e de difícil fiscalização e o segundo, o labor artístico<sup>14</sup>, traz consigo glamour e peculiaridades

<sup>11</sup> SOUZA, Ismael Francisco de; SOUZA, Marli Pala. *O Conselho Tutelar e a erradicação do trabalho infantil*. Criciúma: Unesc, 2010. p. 60

<sup>12</sup> Esclarece-se que a próxima etapa do presente aborda a evolução legislativa nacional e internacional na proteção da infância e juventude contra o trabalho precoce. Portanto, a parte introdutória presta-se somente à noção histórico-jurídica bastante simplificada da visão do que seja a proteção à infância.

<sup>13</sup> “Art. 61. Si menores de idade inferior a 18 annos forem achados vadiando ou mendigando, serão apprehendidos a apresentados á autoridade judicial, a qual poderá. I. Si a vadiagem ou mendicância não fôr habitual: a) reprehendol-os o os entregar ás pessoas que os tinham sob sua guarda, intimando estas a velar melhor por elles; b) confial-os até A idade de 18 annos a uma pessoa idonea, uma sociedade em uma instituição de caridade ou de ensino publico ou privada. II. Si a vadiagem ou mendicância fôr habitual internal-os até á maioridade em escola de preservação. Paragrapho único. Entende-se que o menor vadio ou mendigo habitual quando apprehendido em estado de vadiagem ou mendicância mais de duas vezes. Art. 62. Si menores de idade inferior a 18 annos se entregam á libertinagem, ou procuram seus recursos no (ilegível) ou em tráficos ou occupaões que os expõem á prostituição, á vadiagem, á mendicância ou á, criminalidade, a autoridade policiaí pode tornar uma das medidas especificadas no artigo antecedente, conforme a circumstancia de se dar ou não habitualidade [...]. Art. 68. O menor de 14 annos, indigitado autor ou cumplice de facto qualificado crime ou contravenção, não será submettido a processo penal de, especie alguma; a autoridade competente tomará sómente as informações precisas, registrando-as, sobre o facto punível e seus agentes, o estado physico, mental e moral do menor, e a situação social, moral e economica dos paes ou tutor ou pessoa em cujo guarda viva.” (BRASIL, 1927).

<sup>14</sup> Por outro lado, o universo dos meios de comunicação de massa, que conta com a presença de crianças atuando, cantando, como modelos fotográficos e até apresentando, requer alto nível de

significativas, incluindo o aspecto econômico visado pelos contratantes deste tipo de mão de obra. Como consequência dessa triste realidade vivenciada por pequenos trabalhadores e trabalhadoras, têm-se os altos índices de acidentes de trabalho que ensejaram doenças e prejuízos físicos e mentais a uma parte considerável de crianças.<sup>15</sup>

A evolução legislativa de proteção à infância e à juventude, como a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), a Constituição Federal de 1988 (CF-88), o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e a Lei de Aprendizagem, integra parte deste estudo. Normativos da Organização Internacional do Trabalho (OIT) também constituíram parte imprescindível deste escrito.

Com efeito, sobre a OIT, tem-se que o organismo surge como parte do Tratado de Versalhes, fundada na “[...] convicção primordial de que a paz universal e permanente somente pode estar baseada na justiça social”<sup>16</sup>, responsável pela formulação e aplicação das normas internacionais do trabalho, dentre as quais, destaca-se: prevenir e combater a exploração do trabalho de crianças, ensejando a implementação, por parte de diversos países, de ações contra a exploração do trabalho infantil.

Porém, o século XXI ainda não foi capaz de garantir a integralidade dos direitos infanto-juvenis. Erradicar o trabalho infantil ainda é utopia, mas seu combate vem sendo feito com medidas já instauradas e outras em fase inicial. Algumas são tratadas aqui, ainda nesta fase introdutória, com conceituações pertinentes ao assunto, a exemplo de seu próprio significado.

Nesse sentido, o conceito de trabalho infantil pode ser visto sob pelo menos duas perspectivas. No senso comum, refere-se ao trabalho de meninos e meninas, regularmente ou durante jornadas contínuas, para ganhar seu sustento ou de suas famílias. De modo um pouco mais elaborado, com base nos dizeres fornecidos pelo

---

responsabilidade, além da exposição exacerbada, cargas horárias confusas e a colocação da criança em situações que podem exigir uma maturidade ainda inalcançada.

<sup>15</sup> Algumas causas e outras consequências do trabalho infantil, no Brasil, são mais bem detalhadas adiante. Por ora, vale informar que, quando comparados com os índices na população adulta, são altos os índices de acidente de trabalho em crianças e adolescentes, conforme registrado pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), inclusive os acidentes fatais.

<sup>16</sup> Trecho extraído do site da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

Instituto de Educação, Comunicação e Arte em defesa da criança e do adolescente (ECOAR):<sup>17</sup>

O termo 'trabalho infantil' será entendido como sendo atividades econômicas e/ou atividades de sobrevivência, com ou sem finalidade de lucro, remuneradas ou não, realizadas por meninos e meninas abaixo da idade mínima legal no país, ressalvada a condição de aprendiz, independentemente da sua condição ocupacional. Pode-se dizer que o trabalho infantil é aquele realizado por meninos e meninas que estão abaixo da idade mínima para a entrada no mercado de trabalho, segundo a legislação em vigor no país.

O trabalho infantil é, para efeitos desta pesquisa, todo aquele executado por crianças e adolescentes abaixo da idade permitida, configurando violação dos direitos, notadamente seu direito fundamental à educação e à aprendizagem. Há, ainda, a definição constitucional do que seja o trabalho infantil: “[...] qualquer trabalho realizado por menores de dezesseis anos”.<sup>18</sup> Admite-se, porém, a possibilidade de trabalho a partir de quatorze anos, desde que na condição de aprendiz.

Dentro das definições e esclarecimentos pertinentes ao tema, destacam-se, na esfera do Direito Internacional Público, a Convenção nº 138 da OIT, que constitui importante instrumento jurídico internacional de prevenção e erradicação do trabalho infantil, além de recomendar a elevação progressiva dos limites de idade mínima para o trabalho, e estabelece esforços para que, por meio de políticas públicas, possa ser garantida a efetiva prevenção e erradicação; e a Convenção nº 182, que define as piores atividades infantis e recomenda ação urgente e imediata para sua eliminação. Ambas convenções internacionais (nº 138 e nº 182) foram ratificadas pelo Brasil, passando a integrar o ordenamento jurídico nacional.

Em 2008, mesmo com a aprovação e divulgação na Convenção nº 182 da Lista das Piores Formas de Trabalho Infantil (TIP), consideradas perigosas e prejudiciais, vários infantes encontravam-se nas situações constantes mencionadas no documento, tais como labores nas ruas, domésticos, atividades ilícitas,

---

<sup>17</sup> ECOAR - *Educação, comunicação e arte na defesa dos direitos da criança e do adolescente*. Brasília, OIT – 2007 (versão digital). Disponível em: <[http://www.promenino.org.br/portals/0/trabalho infantil/ecoar/ecoar\\_final.pdf](http://www.promenino.org.br/portals/0/trabalho infantil/ecoar/ecoar_final.pdf)>.

<sup>18</sup> CF/88, Artigo 7º, inciso XXXIII (BRASIL, 1988).

agropecuárias e sexuais.<sup>19</sup> Basta uma breve caminhada noturna na parte movimentada de alguma capital brasileira para se observar o trabalho infantil prestado nas ruas. Constante na Lista TIP, a proibição ao labor nos logradouros deve-se à natural falta de atenção das crianças e adolescentes, fato que os sujeita a um maior risco de acidentes e outros perigos inerentes ao próprio espaço público. O trabalho infantil doméstico, por outro lado, caracteriza-se por sua invisibilidade, por ser realizado no espaço privado, sendo igualmente proibido.

Note-se, desde já, que há distinções entre a realização de tarefas domésticas e o trabalho infantil doméstico, na medida em que as primeiras são realizadas nos espaços de vivência e socialização familiar e devem respeito à idade e ao processo de desenvolvimento da criança e do adolescente, visando o compartilhamento de responsabilidades no âmbito familiar. Como exemplo de salutar atividades que podem e devem ser desempenhadas, respeitando-se a idade de cada um, têm-se as tarefas de arrumar a própria cama, o armário, o quarto ou auxiliar os pais ou responsáveis nas atividades de organização do lar e de alimentação. Pode-se caracterizar exploração do trabalho infantil doméstico, no âmbito da própria família, quando a criança ou o adolescente assume responsabilidades típicas de adultos. As mais comuns são cuidar continuamente dos irmãos; assumir integralmente a preparação dos alimentos para a família; ficar responsável por toda limpeza e organização da casa.

---

<sup>19</sup> Sobre a erroneamente denominada “prostituição infantil”, cumpre esclarecer que o termo correto seria exploração sexual de crianças e adolescentes, sendo necessário, assim, diferenciá-la do que seja a noção de prostituição, pois não seria correto falar em prostituição de menor de idade. O que existe são formas de se explorar, realizar e comercializar atividades sexuais desempenhadas por crianças e adolescentes, comum e criminalmente propagadas por meio da pornografia infantil, do turismo sexual e outras formas comerciais da prática sexual. Ainda que a crianças e adolescentes abaixo de 14 anos tolerem tal tipo de exploração, não há que se falar em consentimento, consoante o previsto na Legislação Penal pátria (art. 217-A, Código Penal). Portanto, não se trata de prostituição e sim de crime cometido contra a criança ou o adolescente. Exemplos como o dado pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ), em meados de 2012, relativizando a presunção de violência no caso em que um homem havia estuprado três adolescentes de 12 anos, prejudicam a noção que ora se pretende passar. Posteriormente, o entendimento foi revisto pelo próprio STJ, levando em consideração que “[...] eventual consentimento da ofendida, menor de 14 anos, para a conjunção carnal e mesmo sua experiência anterior não elidem a presunção de violência, para a caracterização do estupro”, nos termos do entendimento do Supremo, exarado no HC nº 94.818/MG, Segunda Turma, tendo como Relatora a Ministra Ellen Gracie, DJE de 15/8/08, entre outros).

Em atividades ilícitas<sup>20</sup>, com destaque para associação ao tráfico de drogas, também se utiliza o trabalho de crianças e adolescentes, o que é obviamente vedado. A participação em crimes é de fácil constatação como efetivo trabalho, considerando que a maioria das relações ocorre com subordinação, continuidade, remuneração e pessoalidade. Ainda que não tão graves, outros trabalhos informais realizados por crianças e adolescentes são igualmente interditados. Assim, a conquista por seus direitos deu-se não somente para a preservação dos limites de idade mínima para o trabalho, mas também para a garantia de que todos os direitos trabalhistas e previdenciários não sejam negligenciados. A eventualidade não descaracteriza sua proibição. Mesmo que a atividade desenvolvida seja sazonal ou tenha pequena carga horária, a legislação brasileira não permite a realização de qualquer trabalho antes dos limites de idade mínima.

Noturnos, perigosos, insalubres ou prejudiciais à moralidade, o trabalho também é proibido antes dos 18 anos de idade, estando intrinsecamente relacionado com as piores formas de trabalho infantil. Ainda de acordo com a legislação atual, adolescentes trabalhadores devem possuir jornada de trabalho limitada e não podem realizar horas extraordinárias. Além disso, a carga horária não pode ser incompatível com a frequência escolar, nem representar formas de violação a outros direitos.

Outra faceta que merece ser visitada toca nas consequências advindas da inserção precoce de crianças e adolescentes no mundo do trabalho. Sérios problemas podem dela decorrer, notadamente no desenvolvimento educacional, com a dificuldade de frequência e permanência na escola. Sem esforço, é possível concluir que o abandono escolar para a vida do trabalhador precoce resulta no aumento do analfabetismo, proporcionando a reprodução da força de trabalho com baixa qualificação – fato que deve impedir o acesso a outras oportunidades positivas ao seu desenvolvimento. Por outro lado, os efeitos das condições perigosas de trabalho na saúde das crianças e no seu desenvolvimento podem ser devastadores,

---

<sup>20</sup> No caso de trabalho em atividades ilícitas, há a negação dos direitos trabalhistas e as limitações que essa prática exige: crianças e adolescentes passam a ter sua liberdade de ir e vir monitorada, vivendo na tensão diária entre a vida e a morte. Muitos dormem na rua e nas lajes para vigiar, dia e noite, o movimento da favela. Truismo que a prática das atividades ilícitas associadas ao tráfico está permeada por alta periculosidade, neste contexto, a vida não tem muito valor e sua perda ocorre, não raras vezes, por motivos banais. Por outro lado, o Estado faz-se presente por meio da polícia, cuja intervenção baseia-se na repressão, em nada contribuindo para a ressocialização. O trabalho infantil neste meio, que tem base no poder e na violência, aponta para um lamentável futuro: cenários de morte, cadeia e outros contextos tão infelizes quanto esses.

como prejuízos ao desenvolvimento psicológico e intelectual que refletem nas relações pessoais e sociais. Em muitos casos ocorre uma verdadeira e infeliz inversão da responsabilidade dos pais, enquanto provedores das necessidades familiares, para os filhos. Realmente, fica ignorada a responsabilidade constitucional de proteger e garantir os direitos das crianças e dos adolescentes que incumbem à família, ao Estado e à sociedade.

Sendo assim, com base na necessidade de cuidados e proteção por parte do Estado, foi descrito o arcabouço normativo nacional, inserindo-se anotações quanto à sua evolução. Parte da normativa internacional que fora internalizada, especialmente nas convenções da OIT, também foram bastante mencionadas. Alguns programas governamentais de âmbito nacional, como o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) e outros que lhe são periféricos ou complementares, também foram utilizados como fonte de pesquisa.

Para dar visibilidade e estímulo principalmente aos integrantes do Sistema de Justiça, importantes iniciativas de combate a essa chaga foram aqui consideradas, inclusive, quanto à capacidade de produzir resultados. Dentre tais ações, vale destacar a atuação do Ministério Público do Trabalho (MPT)<sup>21</sup>, que tanto fornece elementos para o combate ao trabalho infantil ao Sistema de Justiça brasileiro, com efetividade comprovada em determinados municípios como Araguaína/TO, Ibiúna/BA e Chupinquaia/RO.

Alguns promotores de Justiça também se aventuram na luta pela melhoria das condições sociais, econômicas e educacionais de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade. Como exemplo, tem-se o Projeto Bem Educar, idealizado por um membro do Ministério Público goiano<sup>22</sup>, que vem sendo replicado e tem impactado bastante a seara educacional, priorizando a profissionalização e a redução dos índices de trabalho infantil na cidade de Taquaral-GO, onde foi iniciado. Além do Ministério Público, é inegável a participação de organismos internacionais, como o Programa Internacional para a Eliminação do Trabalho Infantil (IPEC), criado

---

<sup>21</sup> As boas práticas do MPT no combate ao trabalho infantil não se limitam as aqui mencionadas. Inclusive, um dos instrumentos mais utilizados durante a elaboração deste trabalho foi o “Manual de Atuação do Ministério Público na prevenção e erradicação do trabalho infantil”, elaborado por procuradores do trabalho. Porém, em razão da facilidade de acesso a documentos pertinentes, optou-se pela análise das medidas empreendidas pelo membro do MPT no município de Araguaína-TO, o que será feito oportunamente.

<sup>22</sup> Por ser servidora do MP-GO e por ter notícia dos projetos que ali tramitaram, optou-se por dar notoriedade ao “Programa Bem Educar”, que já conta com resultados positivos e vem sendo aplicado em outros municípios goianos.

em pela OIT, que foi imprescindível para conquistas de direitos dessa parcela da população no Brasil. O referido programa, que inicialmente atuou na Índia, Indonésia, Tailândia, Quênia, Turquia e Brasil, foi responsável por dar maior visibilidade ao problema, propondo ações públicas e privadas.

Do ponto de vista metodológico<sup>23</sup> e teórico, uma pequena parte desta pesquisa foi destinada à elucidação do que seja o “diamante ético”<sup>24</sup> e sua utilidade para se perceber determinadas nuances do trabalho infantil. Os ensinamentos dos professores Christine Peter<sup>25</sup> e Nitish Monebhurrin<sup>26</sup> deram parcial ordem às ideias tratadas, notadamente, as aulas e obras por eles conduzidas. Ainda no que se refere às pessoas que foram imprescindíveis na formação do assunto e do modo como se deu seu desenvolvimento, os professores Antonio Suxberger, Ayres Britto, Bruno Amaral Machado e Luís Roberto Barroso trouxeram novas maneiras de pensar o Direito, e com elas foi possível, por exemplo, desmitificar certos mitos e mantras que se prestam a perpetuar a ideologia da permissividade em relação ao trabalho infantil no Sistema de Justiça.

De fato, grande parte da população brasileira, incluindo gente de toda classe, credo e grau de estudo, não parece conscientizada, tampouco sensibilizada com a problemática que envolve o trabalho precoce. Portanto, tendo isso em vista, pretendeu-se, com este trabalho, levar ao conhecimento de quem se interessar, especialmente lidadores do Direito e de outros ramos, os inegáveis prejuízos ocasionados pelo trabalho infantil, apresentando iniciativas públicas, privadas e

<sup>23</sup> Durante uma das aulas de Fundamentos da Metodologia da Pesquisa em Direito, realizadas no segundo semestre de 2015, o Prof. Nitish Monebhurrin fez uma interessante comparação entre a utilidade de uma dissertação de mestrado e de um guia de castelo. Segundo ele, uma dissertação bem escrita deve funcionar como uma pessoa que guia um visitante no interior de um castelo ou palácio antigo. O autor da pesquisa, portanto, deve guiar o leitor ao longo da pesquisa, disponibilizando informações e argumentações suficientes sobre o tema, tendo como roteiro o sumário. Ousei, naquela aula, indicar minha visão dissonante: quando visito museus, castelos e outros lugares carregados de historicidade, opto por fazê-lo sozinho. Em regra, inicio o passeio com poucas noções prévias do local, esperando sempre que algo me surpreenda. Ainda assim, no intento de me oportunizar uma comparação factível e útil, o excelente professor das Ilhas Maurício equiparou esse tipo de trabalho a uma determinada espécie de moqueca, aduzindo que não adiantaria possuir os ingredientes todos, se a quantidade, a forma e o tempo de preparo não forem respeitados. Assim, ao pensar na metodologia a qual me utilizo, aqui, penso que os ingredientes necessários estariam presentes, porém a parte operacional talvez ainda merece reparos.

<sup>24</sup> A ferramenta metodológica, concebida pelo falecido professor espanhol Joaquín Herrera Flores, apresenta uma mirada crítica e contextualizada e, para tanto, propõe o conhecimento de sete aspectos: cultural, empírico, jurídico, científico, filosófico, político e econômico.

<sup>25</sup> PETER, Christine. *Transjursfundamentalidade: diálogos transnacionais sobre direitos fundamentais*. Dissertação (Mestrado em Direito, Estado e Constituição) - Faculdade de Direito da Universidade de Brasília, 2013.

<sup>26</sup> MONEBHURRIN, Nitish. *Manual de metodologia jurídica - técnicas para argumentar em textos jurídicos*. São Paulo: Saraiva, 2010.



mistas que, de alguma maneira, levaram em conta a triste situação por que passavam (e passam) crianças e adolescentes e tentaram, às vezes com êxito, o melhoramento daquelas vidas.

Com outro foco, observando que, ainda em tempos atuais, há magistrado capaz de considerar, e até piorar, a sanção imposta ao adolescente quando este não labora; entendendo, também, que muito tempo é desperdiçado nas discussões sobre competência para autorização de trabalho infantil; de outro lado, vendo o tempo e o risco que os auditores fiscais do trabalho dispensam nas fiscalizações e que, frequentemente, não têm o devido desfecho no Judiciário<sup>27</sup>, pretendeu-se, aqui, a abordagem crítica de determinadas práticas recorrentes no Sistema de Justiça, com vistas a um atingimento maior de membros do Judiciário e do Ministério Público, para que, contra o trabalho infantil, eles possam efetivamente atuar e não legitimar.

Desse modo, antes e durante a feitura desta pesquisa, lançou-se mão de reuniões com autoridades no tema, a exemplo do Ministro Lélvio Bentes, do Tribunal Superior do Trabalho e Conselho Nacional de Justiça; do desembargador Ricardo Tadeu, do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região; da secretária-executiva do Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil (FNPETI), Isa de Oliveira; do magistrado titular da Vara da Infância e da Juventude do Distrito Federal, Dr. Renato Rodovalho Scussel; do procurador do trabalho, Dr. Rafael Dias Marques, e do promotor de Justiça do Ministério Público de Goiás (MPGO), Dr. José Antônio Trevisan. Essas pessoas trouxeram suas visões do trabalho infantil sobre questões polêmicas envolvendo o tema, constituindo-se numa parte rica da pesquisa devido aos inúmeros apontamentos e sugestões de materiais para estudo, decisões judiciais e exemplos de boas e péssimas práticas de membros do Sistema de Justiça.

As fontes formais aqui utilizadas são diversas. Entre a doutrina, além dos autores (também professores) referenciados, destacam-se os ensinamentos de

---

<sup>27</sup> Conforme previsão do art. 434 da CLT, a multa a ser aplicada pelos auditores do MTE, nos casos de trabalho infantil, varia entre um e cinco salários mínimos regionais, podendo chegar a dez, se houver reincidência da empresa na contratação irregular de menores. Porém, quando, diante de inadimplência, inicia-se a cobrança judicial, várias medidas protelatórias são implementadas: algumas para reduzir ou aniquilar a multa, outras para descaracterizar o fato e anular a infração. Essas e outras podem repercutir negativamente no combate ao trabalho infantil pela possibilidade de ensejar a prescrição e outras formas de propiciar à tomadora da mão de obra infantil a impunidade.

Canotilho<sup>28</sup> sobre os direitos fundamentais, considerando que o direito infanto-juvenil ao não trabalho deve ser visto como norma universal que servirá de fundamento para os termos de normas específicas, a ensejar prestações fáticas por parte dos poderes públicos (direito a prestações ou *Leistungsrechte*), que são objeto do presente estudo. Valiosos, ainda que para criticá-los<sup>29</sup>, foram também alguns dizeres sobre o trabalho infantil estampados nas obras de Valentin Carrion (2011), Eduardo Gabriel Saad (2010) e Amador Paes de Almeida (2007).

Com efeito, além das referências teóricas de que se utiliza, próprias dos estudos na seara jurídica, lançou-se mão da literatura sociológica, como, por exemplo, as lições do professor José de Souza Martins, sociólogo e importante estudioso do assunto, que contesta a noção imprecisa e vaga da categoria sociológica de exclusão, analisando processos sociais atuais de caráter permanente, como o trabalho infantil, que teria se tornado um meio de vida no qual se nota a criação de “[...] uma sociedade paralela que é includente do ponto de vista econômico e excludente do ponto de vista social, moral e até político”.<sup>30</sup>

Apesar de não constituírem embasamento teórico propriamente dito, documentos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), dos Ministérios do Desenvolvimento Social e do Trabalho e Emprego<sup>31</sup> (MDS e MTE), tais como estatísticas brasileiras sobre trabalho infantil, além de trabalhos de organismos internacionais como a Organização Internacional do Trabalho (OIT), foram imprescindíveis para o dimensionamento e a proposta de melhoramento do problema.

Dentre o arcabouço legislativo, destacam-se a Constituição Federal de 1988 e o ECA (Lei nº 8.069/1990), que são as fontes de base dos direitos fundamentais da criança e do adolescente no Brasil. Para correlacionar o direito infanto-juvenil de não trabalhar às políticas públicas, utilizar-se-á, ainda, a própria Consolidação das Leis Trabalhistas (Decreto-Lei nº 5.452/1943, Título III, Capítulo IV), a Convenção nº 138

<sup>28</sup> CANOTILHO, José Joaquim Gomes. Estudo sobre Direitos Fundamentais. São Paulo: Editora *Revista dos Tribunais*; Portugal: Coimbra Editora, 2008.

<sup>29</sup> No desenvolvimento da parte legislativa sobre profissionalização, os três autores terão trechos de suas obras citados para, de modo crítico, oferecer-lhes reflexões e quiçá nova compreensão sobre as dimensões da aprendizagem.

<sup>30</sup> MARTINS, José de Souza. *Exclusão social e nova desigualdade*. São Paulo: Paulus, 1997. p. 33 e 34.

<sup>31</sup> Dados governamentais foram imprescindíveis, principalmente aqueles constantes do CAGED (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados) e da RAIS (Relação Anual de Informações Sociais).

– OIT (Decreto 4.134/2002), a Convenção nº 182 – OIT (Decreto nº 3.597/2000 e Decreto nº 6.481/2008), o Código Penal Brasileiro (CP) e a legislação pertinente à aprendizagem (Lei nº 10.097/2000 e o Decreto nº 5.598/2005). Portarias e resoluções, além de outros atos administrativos de cunho normativo e instrutivo, emanados de esferas governamentais nacionais e internacionais, são utilizadas para compreensão do que já foi feito como política de erradicação e prevenção do trabalho infantil no Brasil.

Não menos importante, como suporte informativo sobre a realidade do trabalho infantil no mundo e para análise comparativa em relação ao Brasil, foram os dados internacionais encontrados em textos e documentos publicados pela ONU/UNICEF e OIT. Diversos textos produzidos por especialistas durante apresentações feitas em eventos, fóruns ou seminários promovidos pelas entidades com atuação na área da infância e juventude também constituíram boa fonte de pesquisa. Tais instrumentos constituem a essência do que é utilizado como referencial teórico, em conjunto com as disciplinas curriculares do Centro Universitário de Brasília (UniCeub), apto a embasar o estudo desenvolvido a seguir.

## **2 PROIBIÇÃO DO TRABALHO INFANTIL: ASPECTOS NORMATIVOS E TEÓRICOS**

O trabalho infantil é proibido no Brasil tendo em vista a real violação de direitos infanto-juvenis que ocasiona. Apesar de possuir um componente social e cultural que ainda o legitima e “naturaliza”<sup>32</sup>, existem várias instituições, instâncias e serviços com atribuições específicas para identificação e erradicação do problema. Dentre tais instrumentos, merece destaque o arcabouço normativo que fundamenta a proibição do trabalho infantil, como a Legislação Nacional e as convenções internacionais incorporadas no ordenamento jurídico brasileiro que cuidam do assunto, além das normas que permitem o trabalho de adolescentes em condições especiais definidas.

No entanto, inexistente um tipo penal específico para coibir a tomada e a permissividade do trabalho infantil. Mas, em tese, seria possível o enquadramento de determinadas condutas do tomador do serviço e dos responsáveis pela criança ou adolescente em figuras insertas no Código Penal Brasileiro, a exemplo dos artigos 132; 133; 149, §2º, I; 218-B; 244 a 247, e no Estatuto da Criança e do Adolescente, que são abordadas no decorrer deste capítulo.

### **2.1 FERRAMENTA TEÓRICO-METODOLÓGICA: O “DIAMANTE ÉTICO”**

Considerando a proteção integral à infância e à juventude um direito humano, para analisar o problema do trabalho infantil em toda sua esfera e em todas suas possíveis implicações, depender-se-ia de técnicas e procedimentos bastante complexos para serem desenvolvidos por um jurista. Por esse motivo, o presente estudo não pretendeu se prestar à abordagem e ao aprofundamento de aspectos clínicos decorrentes do trabalho infantil (psíquicos e físicos), de seu histórico, tampouco de outras nuances que somente podem ser desenvolvidas e analisadas por profissionais das áreas pertinentes.

---

<sup>32</sup> Cabe indicar que o trabalho infantil, principalmente aquele feito por menores de 14 anos, nada tem e, a meu ver, nunca terá de natural. Salvo engano, ainda que se pensasse no mundo animal, filhotes são protegidos e não explorados para levar alimentos ou gerar outras benesses para os maiores.

No entanto, propõe-se, aqui, a utilização de noções da ferramenta concebida pelo professor Herrera Flores<sup>33</sup>, denominada “diamante ético”, na análise do que seja o combate ao trabalho infantil. Por não se tratar de um livro muito divulgado, salvo melhor juízo, no Brasil, justifica-se uma elucidação do que seja esse arcabouço instrumental, a partir da mirada do autor nos direitos humanos, feita de maneira instigante ao longo de sete capítulos na obra “La reinversión de los derechos humanos”.<sup>34</sup> Para tanto, é sugerida, no livro, uma análise mais esmerada da realidade, considerando que a teoria tradicional permitiria apenas uma visão reducionista apta a prejudicar a factual compreensão dos direitos humanos.

Para o teórico, o estudo dos referidos direitos deve levar em consideração os bens que tais tipos especiais de direitos deveriam assegurar, apontando condições materiais mínimas para exigí-los. Nesse contexto, a obra de Herrera projeta uma nova compreensão acerca dos direitos humanos, objetivando que sejam vistos como resultados factícios de lutas sociais que ocorrem em razão de problemas na consecução de determinados bens. No caso da presente pesquisa, por exemplo, pode-se falar em bens imprescindíveis à formação do ser humano: educação, lazer, saúde, entre outros que são ceifados de milhares de trabalhadoras e trabalhadores mirins.

O autor, ao explicitar sua opção pela nomenclatura “diamante”, por seu favorecimento na visualização da realidade dos direitos humanos em toda sua profundidade, amplitude, complexidade e interatividade<sup>35</sup>, apresenta elementos

---

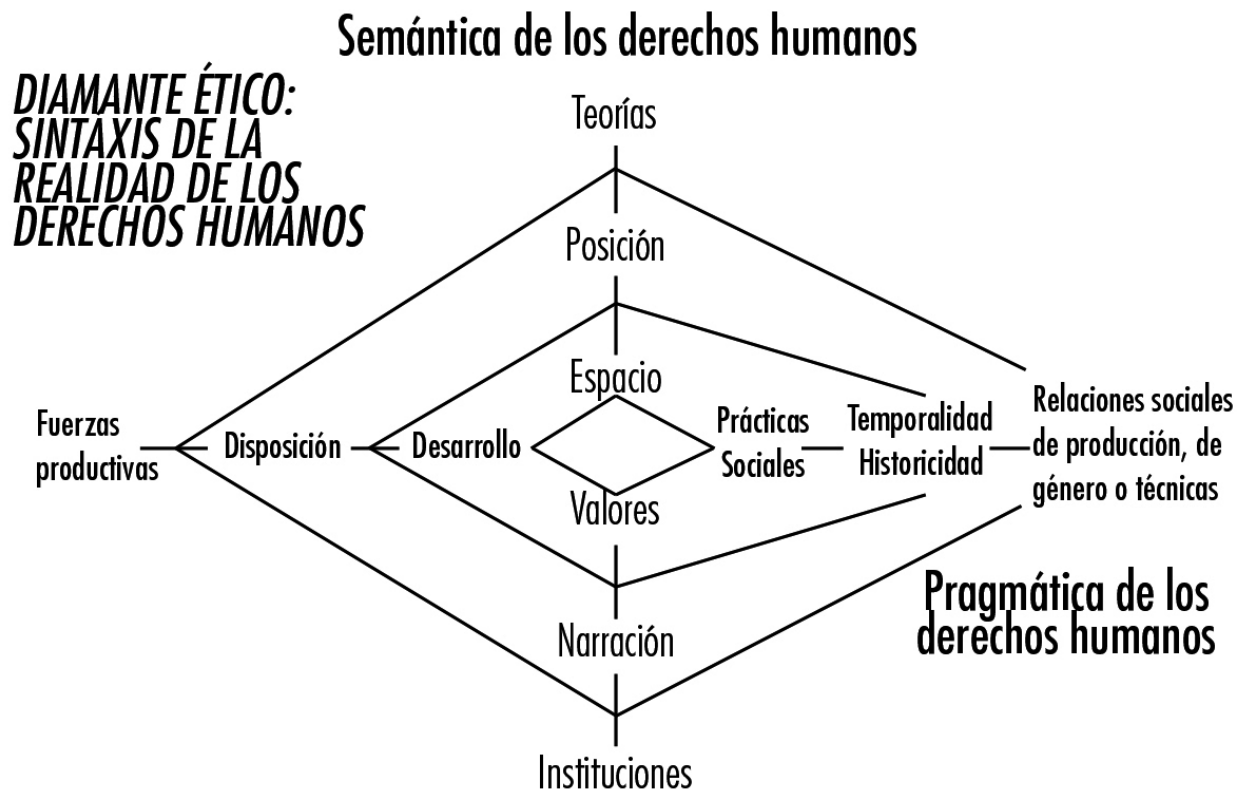
<sup>33</sup> Breve biografia do saudoso doutrinador humanista: Joaquín Herrera Flores nasceu no bairro de Triana, em Sevilla, Espanha, no ano de 1956. Doutorou-se em Direito pela Universidade de Sevilla, em 1986, tendo sido professor de Filosofia do Direito na mesma universidade e também na Universidade Pablo de Olavide (UPO), onde lecionou, ainda, Teoria da Cultura, havendo criado e dirigido, também na UPO, o Programa de Doutorado em Direitos Humanos e Desenvolvimento. Presidiu a Fundação Ibero-americana de Direitos Humanos, lecionando, ainda, em vários centros universitários, entre eles, o Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra; o Instituto de Direitos Humanos da Universidade de Deusto Bilbao; o Instituto da paz e os conflitos da Universidade de Granada; o Instituto Bartolomé de las Casas da Universidade Carlos III de Madrid; o Programa das Nações Unidas para Direitos Indígenas; o Instituto do Estudos Latino-Americanos da Universidade de Liverpool, Reino Unido; a Universidade Nacional de Colômbia (Bogotá); a Universidade Nacional Autónoma de México; a Universidade Nacional de Heredia (San José de Costa Rica); a Universidade Nacional de La Plata (Argentina); e várias Universidades Federais brasileiras: Paraná, Santa Catarina, Pernambuco e Bahia.

<sup>34</sup> HERRERA FLORES, Joaquín. *La reinversión de los derechos humanos*. Ed. Atrapasueños, 2008, p. 109 (Colección Ensayando).

<sup>35</sup> É explícita a visão marxista do autor, porém, encontra-se renovada, notadamente porque Herrera propõe que os direitos humanos sejam lidos e compreendidos a partir da conjunção dos processos socioeconômicos, atravessando a formação temporal em que se dão. Tais processos resultariam da interação entre um conjunto de ideias, produções culturais, científicas, artísticas, psicológicas, e de instituições.

conceituais e elementos materiais, sendo os conceituais (constituindo o eixo vertical) teorias, posição, espaço, valores, narração e instituições; e os elementos materiais (eixo horizontal) forças produtivas, disposição, desenvolvimento, práticas sociais, historicidade e relações sociais, como disposto a seguir:

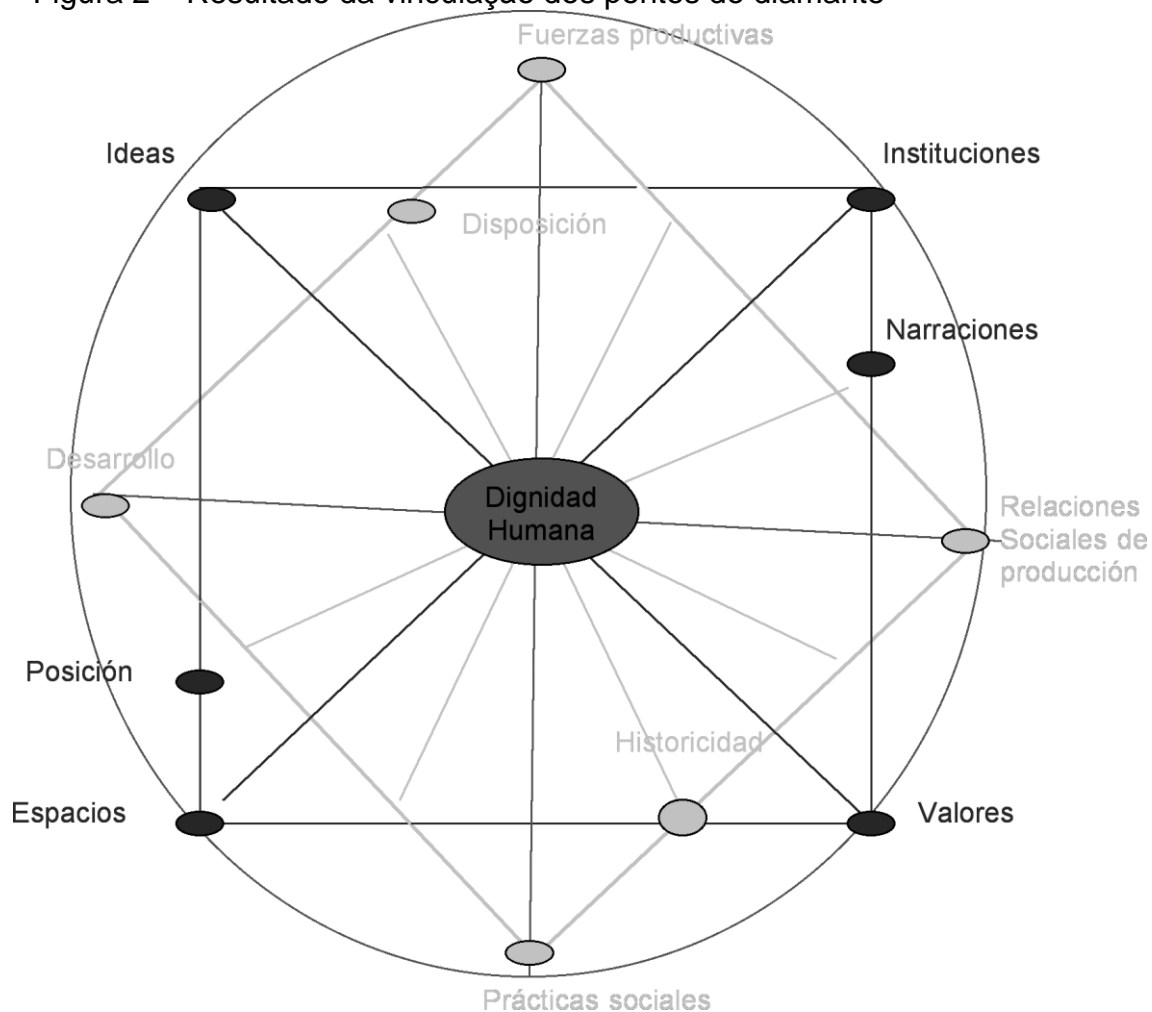
Figura 1 – Diamante ético



Fonte: Herrera Flores (2008).

Vale dizer que o autor mostra, com a ferramenta apresentada, que a cidadania é formada por esta imagem múltipla, levando a se observar determinada situação desde sua pluralidade causal de processos e de resultados. Nesse contexto, propõe, novamente, que a dignidade humana seja vista, não como algo abstrato ou metafísico, mas pelas possibilidades ou obstáculos no acesso aos bens materiais e imateriais.

Figura 2 – Resultado da vinculação dos pontos do diamante



Fonte: Herrera Flores (2008).

Compondo o eixo conceitual, *teorias*, em Herrera, constituem modos de se observar um processo ou um fato através de suas características. *Valores*, por seu turno, são preferências individuais ou coletivas<sup>36</sup>, majoritárias ou minoritárias, possibilitando, inclusive, a relação com outros aspectos. Por *posición*, ter-se-ia o lugar ocupado nas relações sociais, apto a determinar a forma de acesso aos bens. *Espacio* seria o ambiente geográfico, físico, humano ou cultural, em que ocorrem as relações sociais. Sobre as *narraciones*, sugere que sejam formas de definição e dizeres sobre situações e maneiras de participação nas relações sociais. E as *instituciones* seriam entendidas como normas, regras e procedimentos hierárquicos e burocráticos articulando-se na solução de conflitos ou na satisfação de expectativas.

<sup>36</sup> Por exemplo, pode-se dizer que seja um valor coletivo e majoritário a máxima “o trabalho dignifica”, mas no caso do infantil, conforme se constatou, tal dignidade atribuída ao trabalho é deveras questionável e, por vezes, inaceitável.

Quanto aos conceitos do eixo material, tem-se que as *forças produtivas* constituir-se-iam das tecnologias, tipos de trabalho e processos econômicos utilizados na produção de bens ou serviços. Por *relação social de produção*, o autor compreende tratar-se da forma de relacionamento entre aqueles que intervêm na produção de bens e serviços, incluindo a relação com a natureza. Já as *disposições* do autor espanhol seriam a “consciência” da situação ocupada no acesso aos bens. A *historicidade*, como intuitivo, cuidaria de causas históricas e grupos sociais originários, bem como a atual situação que se analisa. E o *desenvolvimento* seria a situação para a criação de condições sociais, econômicas e culturais que permitam ou impeçam o acesso aos bens, tal como as *práticas sociais* seriam as maneiras de ação e o preparo a favor ou contra o *desenvolvimento*.

Ademais, num esforço didático, Herrera Flores indica que seu “diamante ético” seria formado por três capas: categorias genéricas – teorias, instituições, forças produtivas, relações sociais de produção; categorias impuras – posição, disposição, narrações e historicidade; e categorias que efetivamente definiriam direitos humanos como resultado de luta por dignidade – espaço, valores, desenvolvimento e práticas sociais, sendo esta última a que mais interessa aqui.

De fato, o “diamante ético” é, enquanto alegoria pedagógica, utilizada pelo autor na busca de escoreta definição do que sejam elementos de direitos humanos. Contudo, ampla e profunda reflexão sobre todas essas categorias tornaria a pesquisa inviável e pouco prática, exatamente do que se pretende afastar. Isto é, a ferramenta, assim como os ensinamentos do professor Joaquín Herrera Flores na obra citada, deve ser útil nos capítulos ulteriores, quando se apresenta a limitação trazida pelo trabalho infantil no acesso a bens básicos como saúde e educação, também na visualização de práticas de combate ao trabalho infantil, subsecutivamente, na parte mais ácida do trabalho, que pretende abordar condutas tendenciosas presentes no Brasil, praticadas inclusive no Poder Judiciário, aptas a interiorizar, normalizar e perpetuar o trabalho infantil, *máxime* nas classes desfavorecidas.

## 2.2 LEGISLAÇÃO BRASILEIRA SOBRE O TRABALHO INFANTIL



O ordenamento jurídico brasileiro protege a criança e o adolescente de diversos tipos de exploração. Por sua condição especial de desenvolvimento físico e intelectual, os menores de idade possuem proteção constitucional. Assim, os respaldos legais para o enfrentamento ao trabalho infantil orientam-se por princípios estabelecidos na Constituição Federal, como o seguinte:

Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.<sup>37</sup>

Em outras palavras, a Carta-Mor consagra o entendimento de que seja dever de todos assegurar os direitos das crianças e adolescentes, além de cuidar para que toda forma de exploração seja afastada dos infantes, dentre elas, inclui-se o trabalho infantil, justamente pela exposição da criança ou do adolescente a situações de risco físicos, psicológicos e morais, que podem comprometer ou prejudicar o seu desenvolvimento, com graves repercussões, como visto, na sua vida adulta.

A CF/88, nesse sentido, prevê aspectos da proteção integral e prioritária destinada aos menores, com considerações sobre o trabalho nos seguintes parágrafos do artigo exposto:

Art. 227. [...]

§ 3º O direito à proteção especial abrangerá os seguintes aspectos: I - idade mínima de quatorze anos para admissão ao trabalho, observado o disposto no art. 7º, XXXIII<sup>38</sup>; II - garantia de direitos previdenciários e trabalhistas; III - garantia de acesso do trabalhador adolescente à escola; [...] VI - estímulo do Poder Público, através de assistência jurídica, incentivos fiscais e subsídios, nos termos da lei, ao acolhimento, sob a forma de guarda, de criança ou adolescente órfão ou abandonado; [...].

§ 4º A lei punirá severamente o abuso, a violência e a exploração sexual da criança e do adolescente.

<sup>37</sup> BRASIL. Constituição (1988.) Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos, Constituição da República Federativa do Brasil, 1988.

<sup>38</sup> Art. 7º São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social: [...] XXXIII - proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos. Note-se que o inciso XXXIII teve esta redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998. Antes da Emenda Constitucional (EC), o dispositivo vedava o “[...] trabalho noturno, perigoso ou insalubre aos menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de quatorze anos, salvo na condição de aprendiz”. Ibidem.

Ainda quanto aos direitos dos jovens trabalhadores, cumpre dizer que lhes é assegurada proteção à infância no sexto artigo da Constituição, sendo proibido o trabalho noturno, perigoso ou insalubre para os menores de 18 anos e qualquer trabalho aos menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos de idade. Por seu turno, inspirada e baseada nos mandamentos constitucionais, a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, conhecida como Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)<sup>39</sup>, clarifica as razões pelas quais se condena e proíbe o trabalho em determinadas faixas etárias, dispondo sobre a proteção integral e prioritária à criança (pessoa com doze anos incompletos) e ao adolescente (entre doze e dezoito anos de idade). Assim, a referida lei objetiva que lhes sejam asseguradas todas as oportunidades e facilidades para o pleno desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade.<sup>40</sup>

Adentrando o Estatuto, é possível encontrar dispositivos relativos ao trabalho, notadamente no capítulo V, que fora integralmente dedicado ao tema. Vale notar que, embora o ECA tenha definido a idade mínima de 14 anos para a admissão no trabalho, a EC 20/98 (posterior ao ECA) determinou a idade mínima de 16 anos; o trabalho da criança até os 14 anos permanece terminantemente proibido; e ao adolescente entre os 14 e 16 anos é facultado na condição de aprendiz. Para melhor esclarecimento, vale trazer o entendimento de professor Sergio Pinto Martins.

A aprendizagem é o meio pelo qual o empregador se obriga, mediante contrato, a empregar um menor, com idade entre 14 e 16 anos, ensinando-lhe ou fazendo com que lhe ensinem metodicamente um ofício, durante período determinado, no qual o aprendiz se obriga a prestar serviços ao empregado.<sup>41</sup>

<sup>39</sup> BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e dá outras providências. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos (Vide Lei nº 13.105, de 2015). Brasília-DF, DOU 16 ago.1990 e retificado em 27 set.1990.

<sup>40</sup> Teor retirado dos artigos 1º, 2º e 3º do Estatuto da Criança e do Adolescente: Art. 1º Esta Lei dispõe sobre a proteção integral à criança e ao adolescente. Art. 2º Considera-se criança, para os efeitos desta Lei, a pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade. Parágrafo único. Nos casos expressos em lei, aplica-se excepcionalmente este Estatuto às pessoas entre dezoito e vinte e um anos de idade. Art. 3º A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade.

<sup>41</sup> MARTINS, Sergio Pinto. *Direito Processual do Trabalho*. São Paulo: Editora Atlas, 2004. p. 603

É possível, então, que o adolescente, acima de 14 anos, possa trabalhar na condição de aprendiz, sempre em organizações credenciadas de ensino profissionalizante ou em empresas, desde que supervisionadas pelos órgãos públicos com atribuições fiscalizatórias e que sejam observadas as regras de proteção ao trabalho mais à frente descritas. Ainda conforme o artigo 65 do ECA, ao aprendiz, são assegurados todos os direitos trabalhistas e previdenciários, estando inserto no artigo 68 do mesmo diploma que:

Art. 68. O programa social que tenha por base o trabalho educativo, sob responsabilidade de entidade governamental ou não-governamental sem fins lucrativos, deverá assegurar ao adolescente que dele participe condições de capacitação para o exercício de atividade regular remunerada.  
§ 1º Entende-se por trabalho educativo a atividade laboral em que as exigências pedagógicas relativas ao desenvolvimento pessoal e social do educando prevalecem sobre o aspecto produtivo.  
§ 2º A remuneração que o adolescente recebe pelo trabalho efetuado ou a participação na venda dos produtos de seu trabalho não desfigura o caráter educativo.<sup>42</sup>

Sobre o trabalho educativo, anote-se que há exigências pedagógicas que tocam no desenvolvimento pessoal e social do educando que, necessariamente, devem prevalecer sobre o aspecto de sua produtividade. Para fazer valer os direitos em análise, o Estatuto destinou um capítulo ao “Direito à profissionalização e à proteção no trabalho” (capítulo V), prevendo a criação de um sistema de garantia de direitos e de proteção integral. Isso significa que não se trata de mera descrição de direitos, deve haver, sim, mecanismos assecuratórios que obriguem políticas sociais articuladas a viabilizar o atendimento às necessidades da criança e do adolescente.

Dentre outros, destacam-se na assistência e viabilização do atendimento da população infanto-juvenil os conselhos de direitos e os conselhos tutelares, previstos na parte especial do ECA, especificamente no Título I, do artigo 86 em diante. Ali, está exposta a política de atendimento, com destaque para os seguintes dispositivos autoexplicativos:

Art. 87. São linhas de ação da política de atendimento:  
I - políticas sociais básicas; II - políticas e programas de assistência social, em caráter supletivo, para aqueles que deles necessitem; III - serviços especiais de prevenção e atendimento médico e psicossocial às vítimas de negligência, maus-tratos, exploração, abuso, crueldade e opressão; IV - serviço de identificação e localização de pais, responsável, crianças e

---

<sup>42</sup> BRASIL, 1990.

adolescentes desaparecidos; V - proteção jurídico-social por entidades de defesa dos direitos da criança e do adolescente.

[...] Art. 88. São diretrizes da política de atendimento: I - municipalização do atendimento; II - criação de conselhos municipais, estaduais e nacional dos direitos da criança e do adolescente, órgãos deliberativos e controladores das ações em todos os níveis, assegurada a participação popular paritária por meio de organizações representativas, segundo leis federal, estaduais e municipais; III - criação e manutenção de programas específicos, observada a descentralização político-administrativa; IV - manutenção de fundos nacional, estaduais e municipais vinculados aos respectivos conselhos dos direitos da criança e do adolescente; V - integração operacional de órgãos do Judiciário, Ministério Público, Defensoria, Segurança Pública e Assistência Social, preferencialmente em um mesmo local, para efeito de agilização do atendimento inicial ao adolescente a quem se atribua autoria de ato infracional; VI<sup>43</sup> - integração operacional de órgãos do Judiciário, Ministério Público, Defensoria, Conselho Tutelar e encarregados da execução das políticas sociais básicas e de assistência social, para efeito de agilização do atendimento de crianças e de adolescentes inseridos em programas de acolhimento familiar ou institucional, com vista na sua rápida reintegração à família de origem ou, se tal solução se mostrar comprovadamente inviável, sua colocação em família substituta, em quaisquer das modalidades previstas no art. 28 desta Lei; VII - mobilização da opinião pública para a indispensável participação dos diversos segmentos da sociedade.

Art. 89. A função de membro do conselho nacional e dos conselhos estaduais e municipais dos direitos da criança e do adolescente é considerada de interesse público relevante e não será remunerada. [...]

Art. 91. As entidades não-governamentais somente poderão funcionar depois de registradas no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, o qual comunicará o registro ao Conselho Tutelar e à autoridade judiciária da respectiva localidade.

Com efeito, cabe aos conselhos de direitos a formulação e definição de políticas públicas para a infância e juventude, a ser financiadas com recursos da União, dos estados e dos municípios. Registre-se que a atuação desses em âmbito municipal nem sempre é tão notória, sendo que em municípios menores, geralmente, o membro do MP acaba por auxiliar e, por vezes, até tomar frente em certas medidas que deviam ser executadas pelos Conselhos Municipais de Direito das Crianças e dos Adolescentes (CMDCA's). Na esfera federal, porém, o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA) possui intensa atividade.

Integrante da estrutura básica da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR), o CONANDA tem, entre suas principais

<sup>43</sup> Redação dada pela Lei nº 12.010/2009. BRASIL. Lei nº 12.010, de 3 de agosto de 2009. Dispõe sobre adoção; altera as Leis nºs 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente, 8.560, de 29 de dezembro de 1992; revoga dispositivos da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil, e da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943; e dá outras providências. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Brasília-DF, 2009.

pautas<sup>44</sup>, *a prevenção e erradicação do trabalho infantil e proteção do trabalhador adolescente e a criação de parâmetros de funcionamento e ação para as diversas partes integrantes do sistema de garantia de direitos*. Busca, ainda, a integração e a articulação dos conselhos estaduais, distrital e municipais, dos conselhos tutelares e, também, de outros órgãos e entidades não governamentais.

Ainda sobre o CONANDA, criado pela Lei nº 8.242/1991<sup>45</sup>, merece destaque seu papel normatizador, fazendo-o por meio da edição de resoluções.<sup>46</sup> Menciona-se que não se trata de criação de norma em sentido estrito, já que são atos administrativos cuja intenção, na maior parte das vezes, seria justamente de auxílio, direcionamento a outros integrantes atores da rede de proteção infanto-juvenil, a exemplo da Resolução nº 156, de 14 de março de 2013<sup>47</sup>, que tratou de medidas específicas de proteção das crianças e adolescentes no período preparatório e durante a Copa das Confederações FIFA 2013, a Copa do Mundo FIFA 2014, Olimpíadas 2016 e aos eventos a elas relacionados.

Desse ato, extrai-se a possibilidade de que adolescentes, a partir dos 16 anos, trabalhem “[...] no serviço voluntário definidos em conformidade com a legislação vigente” (art. 2º, da Res. 156/2013 – CONANDA). Por outro lado, existem resoluções com maior grau de abstratividade, veiculando verdadeiras diretrizes, a exemplo do que ocorre na Resolução nº 148, de 19 de abril de 2011, que dispõe sobre a publicação em forma de Resolução do Plano Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção ao Adolescente Trabalhador.

<sup>44</sup> Extraído do site da Secretaria Especial de Direitos Humanos. Ministério da Justiça e Cidadania.

<sup>45</sup> BRASIL. Lei nº 8.242, de 12 de outubro de 1991. Cria o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda) e dá outras providências. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Brasília, 12 de outubro de 1991; 170º da Independência e 103º da República. Íntegra disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L8242.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8242.htm)>. Acesso em: 14 set. 2015.

<sup>46</sup> Resoluções disponíveis em: <<http://www.sdh.gov.br/sobre/participacao-social/conselho-nacional-dos-direitos-da-crianca-e-do-adolescente-conanda/resolucoes/resolucoes-1>>. Acesso em: 11 set. 2015.

<sup>47</sup> Íntegra disponível em: <<http://dh.sdh.gov.br/download/resolucoes-conanda/res-156.pdf>>. Acesso em: 16 out. 2015.

Outra imprescindível instituição, mormente por sua capilaridade, é o Conselho Tutelar, cuja regulamentação<sup>48</sup> está no Título V do Estatuto, que previu, para cada município e para cada região administrativa do Distrito Federal, o efetivo mínimo de um Conselho Tutelar como órgão integrante da administração pública local, cuja composição será de cinco membros, escolhidos pela população local para mandato de quatro anos, permitida uma recondução, mediante novo processo de escolha.

Para se candidatar, exige-se, a teor do artigo 133, do ECA: *reconhecida idoneidade moral; idade superior a vinte e um anos; residir no município*. Eleito, por outro lado, o conselheiro terá assegurado o direito à cobertura previdenciária; gozo de férias anuais, acrescidas de 1/3; licença-maternidade ou paternidade e gratificação natalina. Noutra banda, suas atribuições e deveres são sérios e

---

<sup>48</sup> A regulamentação dos conselhos tutelares sofreu significativa modificação com a edição da Lei nº 12.696, de 2012, a meu ver, bastante positiva, tendo em conta que: a) o mandato do conselheiro tutelar foi ampliado para quatro anos (permitida recondução, mediante nova eleição), não mais três anos, pois possibilita a articulação das políticas de atendimento de longo prazo, que costuma ser prejudicada por constantes eleições e alterações na composição dos conselhos; b) Direitos Trabalhistas – exige-se que a Lei Municipal (que dispõe sobre o funcionamento dos conselhos tutelares) garanta remuneração, cobertura previdenciária, gozo de férias anuais remuneradas, acrescidas de 1/3 do valor da remuneração mensal, licença-maternidade, licença-paternidade e gratificação natalina (antes da nova lei, havia liberalidade municipal sobre tais direitos, agora há obrigatoriedade); c) deverá constar da lei orçamentária municipal e da do Distrito Federal previsão dos recursos necessários ao funcionamento dos conselhos tutelares e à remuneração e formação continuada dos conselheiros tutelares, inclusive, a obrigação de se destinar verba à formação continuada dos conselheiros trazendo benefícios para as crianças e adolescentes, pois o exercício da função de conselheiro por cidadãos mais bem preparados tende a incrementar a garantia de direitos; c) eleições continuam sendo de responsabilidade dos Conselhos Municipais dos Direitos das Crianças (CMDCA), a novidade é que o processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar ocorrerá em data unificada em todo o território nacional a cada quatro anos, no primeiro domingo do mês de outubro do ano subsequente ao da eleição presidencial; d) sobre a posse dos conselheiros tutelares, tem-se, com o novo regramento, que ocorrerá no dia 10 de janeiro do ano subsequente ao processo de escolha. Uma última e pertinente consideração diz respeito à moralização nas eleições (de que se distanciou, notadamente no ano de 2015, nossa Câmara de Deputados). Realmente, a unificação das eleições tutelar veio em boa hora, permitindo melhor articulação das políticas de atendimento à infância em todos os níveis da federação. O regramento sobre a campanha eleitoral com vedação à doação, oferecimento, promessa ou entrega ao eleitor de bem ou vantagem pessoal de qualquer natureza, inclusive brindes de pequeno valor, tende a moralizar os processos eleitorais, que comumente acabam sendo conduzidos mediante trocas de favores, presentes e promessas de benefícios.

imprescindíveis para a garantia dos direitos dos infantes<sup>49</sup>, inclusive ao não trabalho. Esses conselhos tutelares devem ter autonomia e serem permanentes, considerando que são, na ponta<sup>50</sup>, encarregados de garantir o respeito aos direitos de todas as crianças e adolescentes. Lembrando que, também em cada município, deve haver um Conselho Municipal e um Fundo da Criança e do Adolescente (FMDCA). Sobre este último, cumpre mencionar não ser ele restrito à municipalidade.

Conforme o artigo 88, incisos II e IV, do ECA, devem existir fundos estaduais (FEDCA) e nacional (FIA), vinculados e geridos pelos respectivos conselhos de direitos da criança e do adolescente. Ainda sobre esses fundos, desde a edição da Lei nº 12.010, de 3 de agosto de 2009, a rede de proteção, notadamente alguns membros de ministérios públicos estaduais, tem-se mobilizado para estimular doações a esses fundos, indicando, para tanto, a possibilidade de abatimento no

---

<sup>49</sup> A saber, Art. 136. São atribuições do Conselho Tutelar: I - atender as crianças e adolescentes nas hipóteses previstas nos arts. 98 e 105, aplicando as medidas previstas no art. 101, I a VII; II - atender e aconselhar os pais ou responsável, aplicando as medidas previstas no art. 129, I a VII; III - promover a execução de suas decisões, podendo para tanto: a) requisitar serviços públicos nas áreas de saúde, educação, serviço social, previdência, trabalho e segurança; b) representar junto à autoridade judiciária nos casos de descumprimento injustificado de suas deliberações. IV - encaminhar ao Ministério Público notícia de fato que constitua infração administrativa ou penal contra os direitos da criança ou adolescente; V - encaminhar à autoridade judiciária os casos de sua competência; VI - providenciar a medida estabelecida pela autoridade judiciária, dentre as previstas no art. 101, de I a VI, para o adolescente autor de ato infracional; VII - expedir notificações; VIII - requisitar certidões de nascimento e de óbito de criança ou adolescente quando necessário; IX - assessorar o Poder Executivo local na elaboração da proposta orçamentária para planos e programas de atendimento dos direitos da criança e do adolescente; X - representar, em nome da pessoa e da família, contra a violação dos direitos previstos no art. 220, § 3º, inciso II, da Constituição Federal; XI - representar ao Ministério Público para efeito das ações de perda ou suspensão do poder familiar, após esgotadas as possibilidades de manutenção da criança ou do adolescente junto à família natural. XII - promover e incentivar, na comunidade e nos grupos profissionais, ações de divulgação e treinamento para o reconhecimento de sintomas de maus-tratos em crianças e adolescentes. Parágrafo único. Se, no exercício de suas atribuições, o Conselho Tutelar entender necessário o afastamento do convívio familiar, comunicará incontinenti o fato ao Ministério Público, prestando-lhe informações sobre os motivos de tal entendimento e as providências tomadas para a orientação, o apoio e a promoção social da família. Art. 137. As decisões do Conselho Tutelar somente poderão ser revistas pela autoridade judiciária a pedido de quem tenha legítimo interesse.

<sup>50</sup> Diz-se de órgão “da ponta” por ser o CT um ator que lida diretamente com os problemas referentes à população infanto-juvenil. Assim, ocupa-se esse órgão de tentar dar soluções práticas, com os encaminhamentos devidos, quando necessário. Por isso, creio que o fortalecimento-mor na seara de que se cuida, inclusive para o combate à chaga que é o trabalho infantil, deve ser feito nesse tipo de instrumental.

Imposto de Renda para aqueles contribuintes que desejarem dar tal destinação à parte de sua renda.<sup>51</sup>

Portanto, a partir da Lei nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012, que deu nova redação ao artigo 260 e seguintes do ECA, cuja transcrição parece ser recomendável pelo seu conteúdo autoexplicativo sobre as aludidas doações, foi possível contribuir para auxiliar fundos e instituições a priorizarem os direitos de crianças e adolescentes:

Art. 260. Os contribuintes poderão efetuar doações aos Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente nacional, distrital, estaduais ou municipais, devidamente comprovadas, sendo essas integralmente deduzidas do imposto de renda, obedecidos os seguintes limites: I - 1% (um por cento) do imposto sobre a renda devido apurado pelas pessoas jurídicas tributadas com base no lucro real; e II - 6% (seis por cento) do imposto sobre a renda apurado pelas pessoas físicas na Declaração de Ajuste Anual, observado o disposto no art. 22 da Lei nº 9.532, de 10 de dezembro de 1997.

§ 1o-A. Na definição das prioridades a serem atendidas com os recursos captados pelos Fundos Nacional, Estaduais e Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente, serão consideradas as disposições do Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa dos Direitos de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar, bem como as regras e princípios relativos à garantia do direito à convivência familiar previstos nesta Lei.

§ 2º Os Conselhos Municipais, Estaduais e Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente fixarão critérios de utilização, através de planos de aplicação das doações subsidiadas e demais receitas, aplicando necessariamente percentual para incentivo ao acolhimento, sob a forma de guarda, de criança ou adolescente, órfãos ou abandonado, na forma do disposto no art. 227, § 3º, VI, da Constituição Federal.

§ 3º O Departamento da Receita Federal, do Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento, regulamentará a comprovação das doações feitas aos fundos, nos termos deste artigo.

§ 4º O Ministério Público determinará em cada comarca a forma de fiscalização da aplicação, pelo Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, dos incentivos fiscais referidos neste artigo.

§ 5º Observado o disposto no § 4º do art. 3º da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, a dedução de que trata o inciso I do caput: I - será considerada isoladamente, não se submetendo a limite em conjunto com outras deduções do imposto; e II - não poderá ser computada como despesa operacional na apuração do lucro real.

<sup>51</sup> Esta e outras ações de representantes do MP, especialmente do Ministério Público do estado de Goiás, serão mais bem explicitadas à frente, quando for tratado de atividades voltadas para o combate ao trabalho infantil e, dentre elas, ainda que de modo indireto, destaca-se a Campanha de Doação aos Fundos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente, encampada pelo promotor de Justiça do estado de Goiás, José Antonio Trevisan. Na referida ação, houve a elaboração de uma cartilha, contendo roteiro para a criação dos fundos municipais, com minucioso passo-a-passo, além de modelos de leis criadoras e demais atos pertinentes. Também na cartilha, há indicações do modo como o contribuinte deve proceder para doar aos FMDCA's e, posteriormente, ter abatimento no seu Imposto de Renda. TORMIN, Liana Antunes Vieira (Coord.). Doação aos Fundos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente (Cartilha). Centro de Apoio Operacional Infância e Juventude. Ministério Público do estado de Goiás. Disponível em: <<http://www.mpggo.mp.br/portal/system/resources/W1siZiIsIjIwMTMvMDQvMDMvMTZlMzVfMDdfO TA5X0Nhc nRpbGhhX0ZNRENBXzlwMTMucGRmIl1d/Cartilha%20FMDCA%202013.pdf>>.



Art. 260-A. A partir do exercício de 2010, ano-calendário de 2009, a pessoa física poderá optar pela doação de que trata o inciso II do caput do art. 260 diretamente em sua Declaração de Ajuste Anual.

§ 1º A doação de que trata o caput poderá ser deduzida até os seguintes percentuais aplicados sobre o imposto apurado na declaração: I e II – VETADOS II - 3% (três por cento) a partir do exercício de 2012.

§ 2º A dedução de que trata o caput: I - está sujeita ao limite de 6% (seis por cento) do imposto sobre a renda apurado na declaração de que trata o inciso II do caput do art. 260; II - não se aplica à pessoa física que: a) utilizar o desconto simplificado; b) apresentar declaração em formulário; ou c) entregar a declaração fora do prazo; III - só se aplica às doações em espécie; e IV - não exclui ou reduz outros benefícios ou deduções em vigor.

§ 3º O pagamento da doação deve ser efetuado até a data de vencimento da primeira quota ou quota única do imposto, observadas instruções específicas da Secretaria da Receita Federal do Brasil.

§ 4º O não pagamento da doação no prazo estabelecido no § 3º implica a glosa definitiva desta parcela de dedução, ficando a pessoa física obrigada ao recolhimento da diferença de imposto devido apurado na Declaração de Ajuste Anual com os acréscimos legais previstos na legislação.

§ 5º A pessoa física poderá deduzir do imposto apurado na Declaração de Ajuste Anual as doações feitas, no respectivo ano-calendário, aos fundos controlados pelos Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente municipais, distrital, estaduais e nacional concomitantemente com a opção de que trata o caput, respeitado o limite previsto no inciso II do art. 260.

Art. 260-B. A doação de que trata o inciso I do art. 260 poderá ser deduzida: I - do imposto devido no trimestre, para as pessoas jurídicas que apuram o imposto trimestralmente; e II - do imposto devido mensalmente e no ajuste anual, para as pessoas jurídicas que apuram o imposto anualmente. Parágrafo único. A doação deverá ser efetuada dentro do período a que se refere a apuração do imposto.

Art. 260-C. As doações de que trata o art. 260 desta Lei podem ser efetuadas em espécie ou em bens. Parágrafo único. As doações efetuadas em espécie devem ser depositadas em conta específica, em instituição financeira pública, vinculadas aos respectivos fundos de que trata o art. 260.

Art. 260-D. Os órgãos responsáveis pela administração das contas dos Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente nacional, estaduais, distrital e municipais devem emitir recibo em favor do doador, assinado por pessoa competente e pelo presidente do Conselho correspondente, especificando:

I - número de ordem; II - nome, Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) e endereço do emitente; III - nome, CNPJ ou Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) do doador; IV - data da doação e valor efetivamente recebido; e V - ano-calendário a que se refere a doação.

§ 1º O comprovante de que trata o caput deste artigo pode ser emitido anualmente, desde que discrimine os valores doados mês a mês.

§ 2º No caso de doação em bens, o comprovante deve conter a identificação dos bens, mediante descrição em campo próprio ou em relação anexa ao comprovante, informando também se houve avaliação, o nome, CPF ou CNPJ e endereço dos avaliadores.

Art. 260-E. Na hipótese da doação em bens, o doador deverá: I - comprovar a propriedade dos bens, mediante documentação hábil; II - baixar os bens doados na declaração de bens e direitos, quando se tratar de pessoa física, e na escrituração, no caso de pessoa jurídica; e III - considerar como valor dos bens doados: a) para as pessoas físicas, o valor constante da última declaração do imposto de renda, desde que não exceda o valor de mercado; b) para as pessoas jurídicas, o valor contábil dos bens. Parágrafo único. O preço obtido em caso de leilão não será considerado na determinação do valor dos bens doados, exceto se o leilão for determinado por autoridade judiciária.

Art. 260-F. Os documentos a que se referem os arts. 260-D e 260-E devem ser mantidos pelo contribuinte por um prazo de 5 (cinco) anos para fins de comprovação da dedução perante a Receita Federal do Brasil.

Art. 260-G. Os órgãos responsáveis pela administração das contas dos Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente nacional, estaduais, distrital e municipais devem: I - manter conta bancária específica destinada exclusivamente a gerir os recursos do Fundo; II - manter controle das doações recebidas; e III - informar anualmente à Secretaria da Receita Federal do Brasil as doações recebidas mês a mês, identificando os seguintes dados por doador: a) nome, CNPJ ou CPF; b) valor doado, especificando se a doação foi em espécie ou em bens.

Art. 260-H. Em caso de descumprimento das obrigações previstas no art. 260-G, a Secretaria da Receita Federal do Brasil dará conhecimento do fato ao Ministério Público.

Art. 260-I. Os Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente nacional, estaduais, distrital e municipais divulgarão amplamente à comunidade: I - o calendário de suas reuniões; II - as ações prioritárias para aplicação das políticas de atendimento à criança e ao adolescente; III - os requisitos para a apresentação de projetos a serem beneficiados com recursos dos Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente nacional, estaduais, distrital ou municipais; IV - a relação dos projetos aprovados em cada ano-calendário e o valor dos recursos previstos para implementação das ações, por projeto; V - o total dos recursos recebidos e a respectiva destinação, por projeto atendido, inclusive com cadastramento na base de dados do Sistema de Informações sobre a Infância e a Adolescência; e VI - a avaliação dos resultados dos projetos beneficiados com recursos dos Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente nacional, estaduais, distrital e municipais.

Art. 260-J. O Ministério Público determinará, em cada Comarca, a forma de fiscalização da aplicação dos incentivos fiscais referidos no art. 260 desta Lei.

Parágrafo único. O descumprimento do disposto nos arts. 260-G e 260-I sujeitará os infratores a responder por ação judicial proposta pelo Ministério Público, que poderá atuar de ofício, a requerimento ou representação de qualquer cidadão.

Art. 260-K. A Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR) encaminhará à Secretaria da Receita Federal do Brasil, até 31 de outubro de cada ano, arquivo eletrônico contendo a relação atualizada dos Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente nacional, distrital, estaduais e municipais, com a indicação dos respectivos números de inscrição no CNPJ e das contas bancárias específicas mantidas em instituições financeiras públicas, destinadas exclusivamente a gerir os recursos dos Fundos.

Art. 260-L. A Secretaria da Receita Federal do Brasil expedirá as instruções necessárias à aplicação do disposto nos arts. 260 a 260-K.<sup>52</sup>

No entanto, é essencial que haja fiscalização desses democráticos órgãos, inclusive acerca do destino dos recursos que vão para os fundos, que é exercida pelos outros integrantes da rede de proteção, notadamente o Ministério Público. Ou

<sup>52</sup> BRASIL. Lei nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012. Institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase), regulamenta a execução das medidas socioeducativas destinadas a adolescente que pratique ato infracional; e altera as Leis nºs 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente); 7.560, de 19 de dezembro de 1986, 7.998, de 11 de janeiro de 1990, 5.537, de 21 de novembro de 1968, 8.315, de 23 de dezembro de 1991, 8.706, de 14 de setembro de 1993, os Decretos-Leis nºs 4.048, de 22 de janeiro de 1942, 8.621, de 10 de janeiro de 1946, e a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Brasília-DF, 2012.

seja, os valores depositados nos fundos infanto-juvenis, quer municipal, estadual ou federal, devem ser destinados a esta população, por meio de ações e programas efetivos, de preferência com resultados comprovadamente positivos, pois nem todas as boas ideias na seara do combate ao trabalho infantil, como será demonstrado ainda, cumprem com as reais propostas iniciais.

A Consolidação das Leis Trabalhista (CLT), apesar de ser quase cinco décadas<sup>53</sup> mais velha que o ECA, já fazia uma ampla abordagem da proteção do trabalhador menor, contando com dispositivos que tratam da fixação de idade mínima para o exercício laboral, das atividades vedadas à sua atuação, das condições de trabalho, entre outras. Tais regras estão reunidas nos artigos 402 a 441 da CLT. Apesar do *caput* do artigo 406 trazer a figura do “juiz de menores”, que não mais existe, é cediço que a nomenclatura escoreta, atualmente, seria juiz da infância e juventude, a quem compete a prestação jurisdicional à criança e ao adolescente e o cumprimento do Estatuto da Criança e do Adolescente, com o processamento e julgamento das causas previstas no referido estatuto e na legislação complementar, principalmente as relativas a infrações penais cometidas por menores de dezoito anos, além de questões cíveis em geral, até mesmo as que tratam de questões registraes.

Porém, com o advento da Emenda Constitucional 45/2004, ampliando substancialmente a competência da Justiça do Trabalho (art. 114, CF/88), boa e qualificada parte dos juristas brasileiros vem defendendo que a autorização para o trabalho artístico infanto-juvenil caberia ao magistrado do trabalho, e não mais ao juiz da Infância e Juventude.<sup>54</sup>

Voltando à questão da aprendizagem<sup>55</sup> – explicitamente prevista na CF/88, art. 7º, XXXIII – que não é mero trabalho com as características a este inerentes, a legislação específica, qual seja a Lei nº 10.097, de 19 de dezembro de 2000<sup>56</sup>, que deu nova redação a dispositivos da Consolidação as Leis do Trabalho e acrescentar

---

<sup>53</sup> Não se ignora que a CLT tenha sido objeto de alterações posteriores, no tema que se analisa, por exemplo, registrem-se as modificações trazidas pelo Decreto-lei nº 229, de 28/02/1967; Decreto-Lei nº 926, de 10/10/1969; Decreto-Lei nº 1.535, de 13/4/1977; Lei nº 10.097, de 19 de dezembro de 2000; Lei nº 11.180, de 23/9/2005 e Lei nº 11.788, de 25/9/2008, que serão destrinchadas de modo evolutivo, no que toca ao trabalho infantil.

<sup>54</sup> A cizânia sobre a competência para a autorização será devidamente analisada, inclusive com a elucidação de decisões sobre a competência para a autorização.

<sup>55</sup> Explicitamente prevista na CF/88, art. 7º, XXXIII.

<sup>56</sup> Íntegra disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L10097.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L10097.htm)>. Acesso em: 28 ago. 2016.

disposto à Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990 (referente ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço) para: a) alterar os artigos 402, 403, 428, 429, 430, 431, 432 e 433 da CLT; b) acrescentar ao artigo 15 da Lei nº 8.036/1990, um parágrafo; e, finalmente, c) revogar o artigo 80, o parágrafo 1º do artigo 405 e os artigos 436 e 437, da CLT.

Para entender a evolução legislativa trazida pela Lei nº 10.097/2000, transcreve-se a redação original da CLT, dispositivos do Decreto-Lei 299/1967 e os dispositivos vigentes, ou seja, as modificações trazidas pela Lei da Aprendizagem:

Art. 402. O trabalho do menor de 18 anos reger-se-á pelas disposições do presente capítulo, exceto no serviço em oficinas em que trabalhem exclusivamente pessoas da família do menor e esteja este sob a direção do pai, mãe ou tutor.

Parágrafo único. Nas atividades rurais, as referidas disposições serão aplicadas naquilo em que couberem e de acordo com a regulamentação especial que for expedida, com exceção das atividades que, pelo modo ou técnica de execução, tenham caráter industrial ou comercial, às quais são aplicáveis desde logo.

Art. 402 - Considera-se menor para os efeitos desta Consolidação o trabalhador de 12 (doze) a 18 (dezoito) anos. (Redação dada pelo Decreto-lei nº 229, de 28.2.1967).

Art. 402. Considera-se menor para os efeitos desta Consolidação o trabalhador de quatorze até dezoito anos. (Redação dada pela Lei nº 10.097, de 2000).

Parágrafo único - O trabalho do menor reger-se-á pelas disposições do presente Capítulo, exceto no serviço em oficinas em que trabalhem exclusivamente pessoas da família do menor e esteja este sob a direção do pai, mãe ou tutor, observado, entretanto, o disposto nos arts. 404, 405 e na Seção II. (Redação dada pelo Decreto-lei nº 229, de 28.2.1967).

Art. 403. Ao menor de 14 anos é proibido o trabalho.

Parágrafo único. Não se incluem nesta proibição os alunos ou internados nas instituições que ministrem exclusivamente ensino profissional e nas de caráter beneficente ou disciplinar submetidas à fiscalização oficial.

Art. 403 - Ao menor de 12 (doze) anos é proibido o trabalho. (Redação dada pelo Decreto-lei nº 229, de 28.2.1967).

Parágrafo único - O trabalho dos menores de 12 (doze) anos a 14 (quatorze) anos fica sujeito às seguintes condições, além das estabelecidas neste Capítulo: (Redação dada pelo Decreto-lei nº 229, de 28.2.1967).

a) garantia de frequência à escola que assegure sua formação ao menos em nível primário; (Incluído pelo Decreto-lei nº 229, de 28.2.1967)

b) serviços de natureza leve, que não sejam nocivos à sua saúde e ao seu desenvolvimento normal. (Incluído pelo Decreto-lei nº 229, de 28.2.1967)

Art. 403. É proibido qualquer trabalho a menores de dezesseis anos de idade, salvo na condição de aprendiz, a partir dos quatorze anos. (Redação dada pela Lei nº 10.097, de 2000).

Parágrafo único. O trabalho do menor não poderá ser realizado em locais prejudiciais à sua formação, ao seu desenvolvimento físico, psíquico, moral e social e em horários e locais que não permitam a frequência à escola. (Redação dada pela Lei nº 10.097, de 2000)

a) revogada; (Redação dada pela Lei nº 10.097, de 2000)

b) revogada. (Redação dada pela Lei nº 10.097, de 2000)

Conjugando os dois artigos, infere-se que: a) a idade mínima para o trabalho era quatorze anos, no diploma de 1943, posteriormente tornou-se doze anos (Decreto-Lei nº 229, de 28 de fevereiro de 1967). E, agora, seria de quatorze anos (Lei nº 10.097/2000); b) atualmente, está vedado o trabalho a menores de dezesseis anos, salvo como aprendiz, obedecida, em todos os casos, a regra dos parágrafos únicos dos artigos 402 e 403. Notavelmente, o artigo 405 também passou por significativas modificações e constitui objeto de debates, razão pela qual reproduz-se:

Art. 405. Ao menor de 18 anos não será permitido o trabalho: a) nos locais e serviços perigosos ou insalubres, constantes de quadro para este fim aprovado; b) em locais, ou serviços prejudiciais à sua moralidade.

§ 1º Considerar-se-á prejudicial à moralidade do menor, o trabalho: a) prestado, de qualquer modo, em teatros de revistas, cinemas, cassinos, cabarés, "dancings", cafés-concertos e estabelecimentos análogos; b) em empresas circenses, em funções de acrobata, saltimbanco, ginasta e outras semelhantes; c) de produção, composição, entrega ou venda de escritos, impressos, cartazes, desenhos, gravuras, pinturas, emblemas, imagens e quaisquer outros objetos que possam, a juízo da autoridade competente, ofender aos bons costumes ou à moralidade pública; d) relativo aos objetos referidos na alínea anterior que possa ser considerado, pela sua natureza, prejudicial à moralidade do menor; e) consistente na venda, a varejo, de bebidas alcoólicas.

§ 2º O trabalho exercido nas ruas, praças e outros logradouros dependerá de prévia autorização do juiz de menores, ao qual cabe verificar se a ocupação do menor é indispensável à própria subsistência ou à de seus pais, avós ou irmãos e se dessa ocupação não poderá advir prejuízo à moralidade do menor.

§ 3º Nas localidades em que existirem, oficialmente reconhecidas, instituições destinadas ao amparo dos menores jornaleiros, só aos menores que se encontrem sob o patrocínio dessas entidades será outorgada a autorização de trabalho a que alude o parágrafo anterior.

Art. 405 - Ao menor não será permitido o trabalho: (Redação dada pelo Decreto-lei nº 229, de 28.2.1967). I - nos locais e serviços perigosos ou insalubres, constantes de quadro para esse fim aprovado pelo Diretor Geral do Departamento de Segurança e Higiene do Trabalho; (Incluído pelo Decreto-lei nº 229, de 28.2.1967). II - em locais ou serviços prejudiciais à sua moralidade. (Incluído pelo Decreto-lei nº 229, de 28.2.1967).

§ 1º Excetuam-se da proibição do item I os menores aprendizes maiores de 16 (dezesseis) anos, estagiários de cursos de aprendizagem, na forma da lei, desde que os locais de trabalho tenham sido previamente vistoriados e aprovados pela autoridade competente em matéria de Segurança e Higiene do Trabalho, com homologação pelo Departamento Nacional de Segurança e Higiene do Trabalho, devendo os menores ser submetidos a exame médico semestralmente. (Redação dada pelo Decreto-lei nº 229, de 28.2.1967) (Revogado pela Lei nº 10.097, de 2000).

§ 2º O trabalho exercido nas ruas, praças e outros logradouros dependerá de prévia autorização do Juiz de Menores, ao qual cabe verificar se a ocupação é indispensável à sua própria subsistência ou à de seus pais, avós ou irmãos e se dessa ocupação não poderá advir prejuízo à sua formação moral. (Redação dada pelo Decreto-lei nº 229, de 28.2.1967)

§ 3º Considera-se prejudicial à moralidade do menor o trabalho: (Redação dada pelo Decreto-lei nº 229, de 28.2.1967) a) prestado de qualquer modo,

em teatros de revista, cinemas, buates, cassinos, cabarés, dancings e estabelecimentos análogos; (Incluída pelo Decreto-lei nº 229, de 28.2.1967) b) em empresas circenses, em funções de acróbata, saltimbanco, ginasta e outras semelhantes; (Incluída pelo Decreto-lei nº 229, de 28.2.1967). c) de produção, composição, entrega ou venda de escritos, impressos, cartazes, desenhos, gravuras, pinturas, emblemas, imagens e quaisquer outros objetos que possam, a juízo da autoridade competente, prejudicar sua formação moral; (Incluída pelo Decreto-lei nº 229, de 28.2.1967) d) consistente na venda, a varejo, de bebidas alcoólicas. (Incluída pelo Decreto-lei nº 229, de 28.2.1967).

§ 4º Nas localidades em que existirem, oficialmente reconhecidas, instituições destinadas ao amparo dos menores jornaleiros, só aos que se encontrem sob o patrocínio dessas entidades será outorgada a autorização do trabalho a que alude o § 2º. (Incluído pelo Decreto-lei nº 229, de 28.2.1967)

§ 5º Aplica-se ao menor o disposto no art. 390 e seu parágrafo único. (Incluído pelo Decreto-lei nº 229, de 28.2.1967).

É perceptível, assim, que o legislador de 1943 foi detalhista ao indicar o que seriam os locais prejudiciais à moralidade dos menores. O Decreto-Lei nº 229 de 1967 atualiza o detalhamento constante das alíneas do parágrafo primeiro da redação original da CLT. Posteriormente, a Lei em estudo revoga o parágrafo primeiro da redação dada pelo Decreto-Lei de 1967, notadamente, porque o dispositivo excetuava os trabalhos perigosos e insalubres para os maiores de dezesseis anos, nos termos supratranscritos. A Lei da Aprendizagem revoga, também, o artigo 80 da CLT<sup>57</sup>, que já possuiu as seguintes redações:

Art. 80. Tratando-se de menores aprendizes, poderão as Comissões fixar o seu salário até em metade do salário mínimo normal da região, zona ou subzona. Parágrafo único. Considera-se aprendiz o trabalhador menor de 18 e maior de 14 anos, sujeito à formação profissional metódica do ofício em que exerça o seu trabalho.

Art. 80. Ao menor aprendiz será pago salário nunca inferior a meio salário-mínimo regional durante a primeira metade da duração máxima prevista para o aprendizado do respectivo ofício. Na segunda metade passará a perceber, pelo menos, 2/3 (dois terços) do salário-mínimo regional. (Redação dada pelo Decreto-lei nº 229, de 28.2.1967) (Revogado pela Lei nº 5.274, de 1967)

Parágrafo único - Considera-se aprendiz a menor de 12 (doze) a 18 (dezoito) anos, sujeito a formação profissional metódica do ofício em que exerça o seu trabalho. (Redação dada pelo Decreto-lei nº 229, de 28.2.1967) (Revogado pela Lei nº 5.274, de 1967)

Art. 80. Ao menor aprendiz será pago salário nunca inferior a meio salário-mínimo regional durante a primeira metade da duração máxima prevista para o aprendizado do respectivo ofício. Na segunda metade passará a perceber, pelo menos, 2/3 (dois terços) do salário-mínimo regional. (Revogado pela Lei nº 6.086, de 1974) (Revogado pela Lei 10.097, de 2000)

<sup>57</sup> BRASIL. Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943. Aprova Consolidação das Leis de Trabalho. Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/topicos/10757816/paragrafo-1-artigo-80-do-decreto-lei-n-5452-de-01-de-maio-de-1943>>.

Parágrafo único - Considera-se aprendiz a menor de 12 (doze) a 18 (dezoito) anos, sujeito a formação profissional metódica do ofício em que exerça o seu trabalho. (Revigorado pela Lei nº 6.086, de 1974) (Revogado pela Lei 10.097, de 2000).

O referido dispositivo foi devidamente revogado, passando a remuneração mínima do aprendiz, salvo condição mais favorável, para um salário mínimo hora. Assim, tem-se a seguinte inteligência dos dispositivos a seguir:

Art. 428 - As Instituições de Previdência Social, diretamente, ou com a colaboração dos empregadores, considerando condições e recursos locais, promoverá a criação de colônias climáticas, situadas à beira-mar e na montanha, financiando a permanência dos menores trabalhadores em grupos conforme a idade e condições individuais, durante o período de férias ou quando se torne necessário, oferecendo todas as garantias para o aperfeiçoamento de sua saúde. Da mesma forma será incentivada, nas horas de lazer, a frequência regular aos campos de recreio, estabelecimentos congêneres e obras sociais idôneas, onde possa o menor desenvolver os hábitos de vida coletiva em ambiente saudável para o corpo e para o espírito.

Art. 428. Contrato de aprendizagem é o contrato de trabalho especial, ajustado por escrito e por prazo determinado, em que o empregador se compromete a assegurar ao maior de quatorze e menor de dezoito anos, inscrito em programa de aprendizagem, formação técnico-profissional metódica, compatível com o seu desenvolvimento físico, moral e psicológico, e o aprendiz, a executar, com zelo e diligência, as tarefas necessárias a essa formação. (Redação dada pela Lei nº 10.097, de 2000) (Vide Medida Provisória nº 251, de 2005)

Art. 428. Contrato de aprendizagem é o contrato de trabalho especial, ajustado por escrito e por prazo determinado, em que o empregador se compromete a assegurar ao maior de 14 (quatorze) e menor de 24 (vinte e quatro) anos inscrito em programa de aprendizagem formação técnico-profissional metódica, compatível com o seu desenvolvimento físico, moral e psicológico, e o aprendiz, a executar com zelo e diligência as tarefas necessárias a essa formação. (Redação dada pela Lei nº 11.180, de 2005)

§ 1º A validade do contrato de aprendizagem pressupõe anotação na Carteira de Trabalho e Previdência Social, matrícula e frequência do aprendiz à escola, caso não haja concluído o ensino fundamental, e inscrição em programa de aprendizagem desenvolvido sob a orientação de entidade qualificada em formação técnico-profissional metódica. (Incluído pela Lei nº 10.097, de 2000)

§ 1º A validade do contrato de aprendizagem pressupõe anotação na Carteira de Trabalho e Previdência Social, matrícula e frequência do aprendiz na escola, caso não haja concluído o ensino médio, e inscrição em programa de aprendizagem desenvolvido sob orientação de entidade qualificada em formação técnico-profissional metódica. (Redação dada pela Lei nº 11.788, de 2008)

§ 2º Ao menor aprendiz, salvo condição mais favorável, será garantido o salário mínimo hora. (Incluído pela Lei nº 10.097, de 2000)

§ 3º O contrato de aprendizagem não poderá ser estipulado por mais de dois anos. (Incluído pela Lei nº 10.097, de 2000)

§ 3º O contrato de aprendizagem não poderá ser estipulado por mais de 2 (dois) anos, exceto quando se tratar de aprendiz portador de deficiência. (Redação dada pela Lei nº 11.788, de 2008)

§ 4º A formação técnico-profissional a que se refere o caput deste artigo caracteriza-se por atividades teóricas e práticas, metodicamente

organizadas em tarefas de complexidade progressiva desenvolvidas no ambiente de trabalho. (Incluído pela Lei nº 10.097, de 2000)

§ 5º (Vide Medida Provisória nº 251, de 2005)

§ 6º (Vide Medida Provisória nº 251, de 2005)

§ 5º A idade máxima prevista no caput deste artigo não se aplica a aprendizes portadores de deficiência. (Incluído pela Lei nº 11.180, de 2005)

§ 6º Para os fins do contrato de aprendizagem, a comprovação da escolaridade de aprendiz portador de deficiência mental deve considerar, sobretudo, as habilidades e competências relacionadas com a profissionalização. (Incluído pela Lei nº 11.180, de 2005)

§ 6º Para os fins do contrato de aprendizagem, a comprovação da escolaridade de aprendiz com deficiência deve considerar, sobretudo, as habilidades e competências relacionadas com a profissionalização. (Redação dada pela Lei nº 13.146, de 2015) (Vigência)

§ 7º Nas localidades onde não houver oferta de ensino médio para o cumprimento do disposto no § 1º deste artigo, a contratação do aprendiz poderá ocorrer sem a frequência à escola, desde que ele já tenha concluído o ensino fundamental. (Incluído pela Lei nº 11.788, de 2008)

§ 8º Para o aprendiz com deficiência com 18 (dezoito) anos ou mais, a validade do contrato de aprendizagem pressupõe anotação na CTPS e matrícula e frequência em programa de aprendizagem desenvolvido sob orientação de entidade qualificada em formação técnico-profissional metódica. (Incluído pela Lei nº 13.146, de 2015) (Vigência)

Art. 429 - Os estabelecimentos industriais de qualquer natureza, inclusive de transportes, comunicações e pesca, são obrigados a empregar, e matricular nos cursos mantidos pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI): (Vide Lei nº 6.297, de 1975) a) um número de aprendizes equivalente a 5% (cinco por cento) no mínimo dos operários existentes em cada estabelecimento, e cujos ofícios demandem formação profissional; b) e ainda um número de trabalhadores menores que será fixado pelo Conselho Nacional do SENAI, e que não excederá a 3% (três por cento) do total de empregadores de todas as categorias em serviço em cada estabelecimento.

Art. 429. Os estabelecimentos de qualquer natureza são obrigados a empregar e matricular nos cursos dos Serviços Nacionais de Aprendizagem número de aprendizes equivalente a cinco por cento, no mínimo, e quinze por cento, no máximo, dos trabalhadores existentes em cada estabelecimento, cujas funções demandem formação profissional. (Redação dada pela Lei nº 10.097, de 2000)

a) revogada; (Redação dada pela Lei nº 10.097, de 2000)

b) revogada. (Redação dada pela Lei nº 10.097, de 2000)

§ 1º-A. O limite fixado neste artigo não se aplica quando o empregador for entidade sem fins lucrativos, que tenha por objetivo a educação profissional. (Incluído pela Lei nº 10.097, de 2000)

§ 1º As frações de unidade, no cálculo da percentagem de que trata o caput, darão lugar à admissão de um aprendiz. (Incluído pela Lei nº 10.097, de 2000)

§ 2º Os estabelecimentos de que trata o caput ofertarão vagas de aprendizes a adolescentes usuários do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase) nas condições a serem dispostas em instrumentos de cooperação celebrados entre os estabelecimentos e os gestores dos Sistemas de Atendimento Socioeducativo locais. (Incluído pela Lei nº 12.594, de 2012) (Vide)

Art. 430 - Terão preferência, em igualdade de condições, para admissão aos lugares de aprendizes de um estabelecimento industrial, em primeiro lugar, os filhos, inclusive os órfãos, e, em segundo lugar, os irmãos dos seus empregados.

Art. 430. Na hipótese de os Serviços Nacionais de Aprendizagem não oferecerem cursos ou vagas suficientes para atender à demanda dos estabelecimentos, esta poderá ser suprida por outras entidades qualificadas



em formação técnico-profissional metódica, a saber: (Redação dada pela Lei nº 10.097, de 2000) I – Escolas Técnicas de Educação; (Incluído pela Lei nº 10.097, de 2000) II – entidades sem fins lucrativos, que tenham por objetivo a assistência ao adolescente e à educação profissional, registradas no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente. (Incluído pela Lei nº 10.097, de 2000)

§ 1º As entidades mencionadas neste artigo deverão contar com estrutura adequada ao desenvolvimento dos programas de aprendizagem, de forma a manter a qualidade do processo de ensino, bem como acompanhar e avaliar os resultados. (Incluído pela Lei nº 10.097, de 2000)

§ 2º Aos aprendizes que concluírem os cursos de aprendizagem, com aproveitamento, será concedido certificado de qualificação profissional. (Incluído pela Lei nº 10.097, de 2000)

§ 3º O Ministério do Trabalho e Emprego fixará normas para avaliação da competência das entidades mencionadas no inciso II deste artigo. (Incluído pela Lei nº 10.097, de 2000)

Art. 431. Os candidatos à admissão como aprendizes, além de terem a idade mínima de quatorze anos, deverão satisfazer às seguintes condições: a) ter concluído o curso primário ou possuir os conhecimentos mínimos essenciais à preparação profissional; b) ter aptidão física e mental, verificada por processo de seleção profissional, para a atividade que pretenda exercer; c) não sofrer de moléstia contagiosa e ser vacinado contra a varíola.

Art. 431. A contratação do aprendiz poderá ser efetivada pela empresa onde se realizará a aprendizagem ou pelas entidades mencionadas no inciso II do art. 430, caso em que não gera vínculo de emprego com a empresa tomadora dos serviços. (Redação dada pela Lei nº 10.097, de 2000) a) revogada; (Redação dada pela Lei nº 10.097, de 2000) b) revogada; (Redação dada pela Lei nº 10.097, de 2000) c) revogada. (Redação dada pela Lei nº 10.097, de 2000) Parágrafo único. Aos candidatos rejeitados pela seleção profissional deverá ser dada, tanto quanto possível, orientação profissional para ingresso em atividade mais adequada às qualidades e aptidões que tiverem demonstrado.

Art. 432 - Os aprendizes são obrigados à frequência do curso de aprendizagem em que estejam matriculados.

§ 1º - O aprendiz que faltar aos trabalhos escolares do curso de aprendizagem em que estiver matriculado, sem justificativa aceitável, perderá o salário dos dias em que se der a falta.

§ 2º - A falta reiterada no cumprimento do dever de que trata este artigo, ou a falta de razoável aproveitamento, será considerada justa causa para dispensa do aprendiz.

Art. 432. A duração do trabalho do aprendiz não excederá de seis horas diárias, sendo vedadas a prorrogação e a compensação de jornada. (Redação dada pela Lei nº 10.097, de 19.12.2000)

§ 1º O limite previsto neste artigo poderá ser de até oito horas diárias para os aprendizes que já tiverem completado o ensino fundamental, se nelas forem computadas as horas destinadas à aprendizagem teórica. (Redação dada pela Lei nº 10.097, de 19.12.2000)

§ 2º Revogado. (Redação dada pela Lei nº 10.097, de 19.12.2000)

Art. 433 - Os empregadores serão obrigados: (Vide Decreto-Lei nº 6.379, de 1944) a) a enviar anualmente, às repartições competentes do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, de 1º de novembro a 31 de dezembro, uma relação, em 2 (duas) vias, de todos os empregados menores, de acordo com o modelo que vier a ser expedido pelo mesmo Ministério; b) a afixar em lugar visível, e com caracteres facilmente legíveis, o quadro do horário e as disposições deste Capítulo. Parágrafo único - A relação a que se refere a alínea "a" levará, na 1ª via, o selo federal de um cruzeiro.

Art. 433. O contrato de aprendizagem extinguir-se-á no seu termo ou quando o aprendiz completar dezoito anos, ou ainda antecipadamente nas

seguintes hipóteses: (Redação dada pela Lei nº 10.097, de 19.12.2000) (Vide Medida Provisória nº 251, de 2005)

Art. 433. O contrato de aprendizagem extinguir-se-á no seu termo ou quando o aprendiz completar 24 (vinte e quatro) anos, ressalvada a hipótese prevista no § 5º do art. 428 desta Consolidação, ou ainda antecipadamente nas seguintes hipóteses: (Redação dada pela Lei nº 11.180, de 2005) a) revogada; (Redação dada pela Lei nº 10.097, de 19.12.2000) b) revogada (Redação dada pela Lei nº 10.097, de 19.12.2000) I – desempenho insuficiente ou inadaptação do aprendiz; (Incluído pela Lei nº 10.097, de 19.12.2000)

I - desempenho insuficiente ou inadaptação do aprendiz, salvo para o aprendiz com deficiência quando desprovido de recursos de acessibilidade, de tecnologias assistivas e de apoio necessário ao desempenho de suas atividades; (Redação dada pela Lei nº 13.146, de 2015) (Vigência)

II – falta disciplinar grave; (Incluído pela Lei nº 10.097, de 19.12.2000)

III – ausência injustificada à escola que implique perda do ano letivo; ou (Incluído pela Lei nº 10.097, de 19.12.2000)

IV – a pedido do aprendiz. (Incluído pela Lei nº 10.097, de 19.12.2000)

Parágrafo único. Revogado. (Redação dada pela Lei nº 10.097, de 19.12.2000)

§ 2º Não se aplica o disposto nos arts. 479 e 480<sup>58</sup> desta Consolidação às hipóteses de extinção do contrato mencionadas neste artigo. (Incluído pela Lei nº 10.097, de 19.12.2000).<sup>59</sup>

Como visto, também nos anos 2005, 2008, 2012 e 2015, o ordenamento jurídico trabalhista contou com alterações referentes à aprendizagem, notadamente, com a edição da Lei nº 11.180, Lei nº 11.788, Lei nº 12.594 e Lei nº 13.146. Sobre as modificações descritas, que parecem vir para proteção do trabalhador mirim, há doutrinadores de peso que tecem considerações críticas, indicando que a legislação atual, por regradar pormenorizadamente, acabaria por tornar inócua a possibilidade de que a aprendizagem pudesse se tornar uma realidade no Brasil.

Torna-se, portanto, relevante trazer o “diamante ético”, ferramenta explicitada anteriormente, para, mirando na faceta denominada *narrações*, que são, para Herrera Flores (2008), formas de definição e dizeres sobre situações e maneiras de participação nas relações sociais, conjugar com a faceta *instituições*, estas entendidas como normas, regras e procedimentos hierárquicos e burocráticos, articulando-se na solução de conflitos ou satisfação de expectativas, notar que a doutrina trabalhista brasileira pouco auxilia o combate ao trabalho infantil.

<sup>58</sup> Os artigos 479 e 480 da CLT (BRASIL, 1943) possuem as seguintes redações: Art. 479 - Nos contratos que tenham termo estipulado, o empregador que, sem justa causa, despedir o empregado será obrigado a pagar-lhe, a título de indenização, e por metade, a remuneração a que teria direito até o termo do contrato. Parágrafo único - Para a execução do que dispõe o presente artigo, o cálculo da parte variável ou incerta dos salários será feito de acordo com o prescrito para o cálculo da indenização referente à rescisão dos contratos por prazo indeterminado. Art. 480 - Havendo termo estipulado, o empregado não se poderá desligar do contrato, sem justa causa, sob pena de ser obrigado a indenizar o empregador dos prejuízos que desse fato lhe resultarem.

<sup>59</sup> BRASIL, 1943.

Por vezes, narrativas doutrinárias atrapalham, reafirmando a cultura de que o trabalho infantil não é um problema, razão pela qual tal princípio merece análise um pouco mais detida, a exemplo do que se passa a fazer. Segue um trecho extraído da renomada obra “Comentários à CLT”, já reeditada mais de trinta vezes:

[...] as normas de proteção não se restringem apenas às relações de trabalho subordinado; tem-se que até de forma autônoma algum menor mais esperto estará teoricamente sujeito a ver-se impedido de exercer alguma atividade que o sustente [...] ocorre que as normas vigentes são muito exigentes para a permissão e caracterização de aprendizado, que tem de ser metódico e está sujeito a requisitos de tempo e de aprovação do SENAI ou SESC, o que o inviabiliza praticamente.<sup>60</sup>

Dentre os problemas observados no breve trecho da obra do saudoso Valentim Carrion, atualizada por Eduardo Carrion, estão os dizeres “menor mais esperto”, “normas vigentes são muito exigentes”. Assim, para efeitos da análise aqui proposta, parte-se da premissa de que a narrativa de Carrion trata do “menor” como adolescente, assim considerado por indicar que existiriam normativos “muito exigentes para a permissão e caracterização de aprendizado”, já que, para menores de 14 anos, o trabalho está constitucionalmente interdito.

Indagação inicial: o que se entende por “mais esperto”? Caso seja aquele que “se vira” com facilidade, que se relacione bem, que seja proativo, ou que “pega” rápido uma determinação; e ainda que seja a esperteza vista como um sinônimo de inteligência, em todos os casos, denota-se a obviedade de que uma boa educação, instrução e aprendizagem melhorará ainda mais a capacidade de que o adolescente possa obter melhorias na sua qualidade de vida pessoal e profissional, o que parece haver sido ignorado no discurso.

É criticável, assim, a posição do autor, notadamente ao sugerir que, para o “menor mais esperto”, seria conveniente que não houvesse óbice ao trabalho. Ora, por certo, a proteção à infância e à adolescência deve se sobrepor à eventual vontade dos pais, empregadores, doutrinadores, e até mesmo do adolescente, de que lhe seja facilitado o trabalho, quando, na verdade, o Estado, a sociedade e a família possuem a obrigação constitucional de prover ao menor, “esperto” ou não, alimentação, saúde, educação, lazer e segurança, no mínimo.

---

<sup>60</sup> CARRION, Valentim. *Comentários à CLT*. 36. ed. Atual. Por Eduardo Carrion. São Paulo: Saraiva, 2011. p. 309-310.

O autor peca, também, ao indicar que as normas vigentes condensariam requisitos, especialmente de tempo e modo de aprovação do trabalho do adolescente, que o inviabilizariam. Ora, é indubitável que o ideal seria que os estudos se sobrepusessem ao trabalho para a população infanto-juvenil. Contudo, para se possibilitar o labor a ser prestado por pessoa com a peculiar condição descrita, é imprescindível que o regramento seja claro, protetivo e volte seus olhares ao aprimoramento do conhecimento, na esfera empírica do adolescente, e não à economia, às empresas tomadoras do trabalho, ou à família do trabalhador mirim.

Não se ignora, por outro lado, as dimensões da pobreza e das necessidades vivenciadas por milhares de crianças e adolescentes no globo. Porém, não se afigura defensável a proposta de mitigar a legislação protetiva da infância e juventude como melhoria para a população economicamente desfavorecida, mormente, porque é truísmo o maléfico ciclo de pobreza gerado pelo trabalho infantil.

Desse modo, ações como as levantadas nesta pesquisa, entre outras boas práticas, poderiam romper com tal ciclo, efetivando-se os direitos infanto-juvenis ao contrário de relativizá-los ou suprimi-los, como propõe Carrion. Na mesma linha, ou seja, de que os direitos infanto-juvenis não devam ser aprimorados e sim flexibilizados, manifestou-se o nobre doutrinador Amador Paes de Almeida:

[...] mais realistas e, inequivocamente, mais condizentes com a realidade brasileira, as Constituições de 1934 (art. 21, d) e de 1937 (art. 137, j) e de 1946 (art. 157, IX) estabeleciam a proibição do trabalho aos menores de quatorze anos.<sup>61</sup>

O elogio às constituições que não protegiam ou que protegiam apenas antes de 14 anos evidencia problemas no discurso. Louvar normas menos protetivas não parece ser a melhor forma de conduzir, de modo lógico e, portanto, coerente, a ideia de que o trabalho infantil possa trazer benefícios, senão a seus tomadores. Vale lembrar que o Brasil pretendia a erradicação das piores formas de trabalho infantil até o ano de 2016, o que não ocorreu. Todas as formas de trabalho deveriam acabar até 2020, o que denota a clara vontade de progredir com normas constitucionais e não retornar a situações prejudiciais não só à infância, como também ao próprio país.

---

<sup>61</sup> ALMEIDA, Amador Paes de. *CLT comentada: legislação, doutrina e jurisprudência*. 4. ed. rev. atual. e a ampliada. São Paulo: Saraiva, 2007. p. 22.

De modo igualmente lamentável, Eduardo Gabriel Saad assim indica: “[...] observe-se que, a par do aprendizado mencionado, o empregador que empregue menores é obrigado a conceder-lhes tempo necessário para frequência às aulas.”<sup>62</sup> Nesse sentido, o autor faz crer que seja penoso ao empregador a concessão de tempo para o adolescente ir à escola, além da aprendizagem. O discurso sinaliza pouco conhecimento sobre a distinção existente entre o instituto da aprendizagem e da educação obrigatória, que compõe parte dos direitos a que todo ser humano, ao menos os brasileiros, deve ter acesso garantido.<sup>63</sup>

Já a aprendizagem deve integrar a esfera protetiva daquele adolescente que, por necessidade ou voluntariedade, trabalha, contribuindo para sua formação. Portanto, o modo como o doutrinador insere suas palavras, indicando a obrigatoriedade de o empregador conceder tempo para a educação, que já é compulsória no Brasil, faz crer que seria trabalhoso e pouco lucrativo contratar um adolescente porque ele, tomador do serviço, teria de conceder tempo excessivo ao trabalhador mirim.

Como explicitado, a aprendizagem<sup>64</sup> é imprescindível para que o adolescente tenha o mínimo de vantagem com o labor, considerando que a educação escolar, por englobar conceitos mais teóricos, difere do que deve ser captado nos cursos de aprendizagem, voltados para a instrução e profissionalização do adolescente.

## 2.3 NORMATIVOS INTERNACIONAIS RATIFICADOS NO BRASIL

<sup>62</sup> SAAD, Eduardo Gabriel. *CLT: comentada*. 43. ed. atual. rev. ampl. por José Eduardo Duarte Saad. São Paulo: LTr, 2010. p. 167.

<sup>63</sup> Pode parecer pleonástico: se há o direito, este estaria garantido. Contudo, viu-se a necessidade, aqui, de enfatizar que o direito à educação deveria estar assegurado a toda criança e adolescente, nos termos da legislação educacional pátria.

<sup>64</sup> Sobre a relevância e imprescindibilidade de que os dispositivos constitucionais e legais vistos sejam respeitados e implementados, no que toca à capacitação e profissionalização dos adolescentes, poder-se-ia escrever muito mais, a exemplo do que se pode constatar cotejando dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) e da Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE). Tal cotejamento explicita, entre outras coisas, que: a) as empresas não cumprem o percentual mínimo legal de aprendizes, pois, desconsiderando a chamada cifra negra, ainda assim o Brasil teria uma demanda de 2.200.000 adolescentes para participarem de programas de capacitação; b) apesar de existir 5.224 entidades supostamente aptas a capacitar os adolescentes e jovens brasileiros, não há cursos direcionados, por exemplo, à profissionalização agrícola (salvo melhor juízo, foi o único setor que não experimentou encolhimento nos últimos anos por aqui); c) apesar do reduzido número de auditores fiscais do trabalho, os autos de infração por eles lavrados, por vezes, são ignorados pelas empresas e pelo Poder Judiciário que deixa de aplicar a penalização prevista em lei para o descumprimento da cota social (art. 23-A, do Dec. 8.740/2016), entre outras.

A Organização Internacional do Trabalho (OIT), fruto do Tratado de Versalhes<sup>65</sup> (elaborado em 1919), aparece no contexto internacional em que alguns atos normativos já vinham sendo editados, no sentido de proteger o trabalhador, criando direitos trabalhistas. No que tange à infância e à juventude, especificamente na Inglaterra, houve a edição da Lei da Merenda, em 1906, da Assistência Médica escolar obrigatória para crianças (de 1907) e do *Children Act*, que assegurava alguns direitos infanto-juvenis, promulgado em 1908.

Portanto, no período que antecedeu a Primeira Guerra Mundial, ao menos em terras britânicas, havia uma tendência de avanço na legislação protetiva, em especial, na proteção à infância. Ressoando na comunidade internacional, a Parte XIII do Tratado de Versalhes (destinada à instituição e regulamentação da OIT) foi bastante relevante no que viria a ser o combate ao trabalho infantil, especialmente, pela notoriedade de que goza a OIT, possuindo representação paritária de governos dos 182 Estados-Membros e de organizações de empregadores e de trabalhadores.

Posterior à sua criação, em 1944, a OIT adotou a Declaração da Filadélfia<sup>66</sup> como documento fundador de seus princípios, que serviu de modelo para a Carta das Nações Unidas e para a Declaração Universal dos Direitos Humanos. Em seu quinquagésimo aniversário, a Organização recebeu o prêmio Nobel da Paz. Sediada em Genebra, na Suíça, a OIT possui escritórios em todos os continentes e seu orçamento regular provém de contribuições dos respectivos signatários, eventualmente suplementado por contribuições específicas para programas ou projetos específicos. A criação de uma organização internacional para as questões do trabalho baseou-se em argumentos humanitários, políticos e econômicos.

Considerando que as normas internalizadas no Brasil advieram, basicamente, da OIT, passa-se ao estudo das convenções pertinentes. Especificamente sobre a atuação da OIT no combate ao trabalho infantil, houve a edição de convenções internacionais e o monitoramento permanente deste tipo de labor. A primeira Convenção Internacional contra o trabalho infantil foi a Convenção sobre a Idade Mínima para o Trabalho na Indústria: a Convenção nº 5, que começou a vigorar em 13 de junho de 1921.<sup>67</sup>

---

<sup>65</sup> Íntegra disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1910-1929/D13990.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1910-1929/D13990.htm)>. Acesso em: 29 ago. 2016.

<sup>66</sup> Íntegra disponível em: <<http://www.oitbrasil.org.br/content/constitui%C3%A7%C3%A3o-oit-e-declara%C3%A7%C3%A3o-de-filad%C3%A9lfia>>. Acesso em: 29 ago. 2016.

<sup>67</sup> Íntegra disponível em: <<http://www.oitbrasil.org.br/node/395>>. Acesso em: 29 ago. 2016.

No ano de 1930, foi elaborada a primeira Convenção sobre Trabalho Forçado, a Convenção de nº 29<sup>68</sup>, que passou a ter vigência em território nacional apenas em 25 de abril de 1958. Mais recentes, merecem destaque, na seara infanto-juvenil, a Convenção sobre idade mínima e a Convenção sobre as piores formas de trabalho infantil. Sobre a primeira normativa, tem-se que a Convenção nº 138 e a Recomendação nº 146, ambos atos da OIT que versam sobre idade para trabalho, foram promulgados, no Brasil, pelo Decreto nº 4.134, de 15 de fevereiro de 2002.<sup>69</sup> Sobre este Decreto, vale mencionar que o seu terceiro artigo restringe o âmbito de aplicação da Convenção e Recomendação internalizadas, com a seguinte redação:

Art. 3º Em virtude do permissivo contido no art. 5º, itens 1 e 3, da Convenção, o âmbito de aplicação desta restringe-se inicialmente a minas e pedreiras, indústrias manufatureiras, construção, serviços de eletricidade, gás e água, saneamento, transporte e armazenamento, comunicações e plantações e outros empreendimentos agrícolas que produzam principalmente para o comércio, excluídas as empresas familiares ou de pequeno porte que trabalhem para o mercado local e que não empreguem regularmente trabalhadores assalariados.<sup>70</sup>

Especificamente sobre a Convenção nº 138, que passou a vigor no Brasil em 28 de junho de 2002, esta vem em substituição a outras dez convenções sobre a Idade Mínima que eram diferenciadas em virtude, por exemplo, da atividade desenvolvida. Assim, existiam a Convenção sobre Idade Mínima para Indústria, de 1919, revista em 1937; a Convenção sobre a Idade Mínima para o Trabalho Marítimo, de 1920, revista em 1936; a Convenção sobre a Idade Mínima para Agricultura, de 1921; a Convenção sobre a Idade Mínima para Estivadores e Foguistas, também de 1921; a Convenção sobre a Idade Mínima para Emprego não-Industrial, de 1932, revista em 1937; a Convenção sobre a Idade Mínima para Pescadores, de 1959; e a Convenção sobre a Idade Mínima para o Trabalho Subterrâneo, de 1965.

De início, a Convenção nº 138 indica (art. 1º) que todo país-membro em que vigore deve se comprometer com uma política nacional que assegure a “[...] efetiva

<sup>68</sup> Íntegra disponível em: <<http://www.oitbrasil.org.br/node/449>>. Acesso em: 29 ago. 2016.

<sup>69</sup> BRASIL. Decreto-Lei nº 4.134, de 15 de fevereiro de 2002. Promulga a Convenção nº 138 e a Recomendação nº 146 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre Idade Mínima de Admissão ao Emprego. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia de Assuntos Jurídicos. Brasília-DF, 2002. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/2002/d4134.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/d4134.htm)>. Acesso em: 28 ago. 2016.

<sup>70</sup> BRASIL, 2002.

abolição do trabalho infantil [...]”. E considera que deve haver elevação progressiva<sup>71</sup> da idade mínima de admissão no emprego, estabelecendo que a idade mínima para o trabalho jamais *será inferior à idade de conclusão da escolaridade obrigatória ou, em qualquer hipótese, não inferior a quinze anos* (art. 2º, inc. 3). Porém, a Convenção, até para que fosse ratificada pela maior parte dos países do globo, trouxe previsão de que o país-membro, cuja economia e condições de ensino não estiverem suficientemente desenvolvidas, poderia definir uma idade mínima de quatorze anos.

De modo similar, restou previsto que o Estado, “[...] cuja economia e condições administrativas não estiverem suficientemente desenvolvidas, poderá [...] limitar inicialmente o alcance de aplicação desta Convenção” (art. 5º, inc. 1). No entanto, a normativa indica a obrigatoriedade de ser aplicada aos casos de trabalho em mineração, pedreira, indústria manufatureira, construção, eletricidade, água, gás, serviços sanitários, transporte, armazenamento e empreendimentos agrícolas de fins comerciais. Exclui-se, no caso de atividade agrícola, propriedades familiares e de pequeno porte que produzam para o consumo local e não remunere sua mão de obra.

Neste contexto, prevê a Convenção que não deve ser inferior a dezoito anos a idade mínima para a admissão em qualquer tipo de emprego ou trabalho que, por sua natureza ou circunstância em que for executado, possa ser prejudicial à saúde, à segurança ou à moral do(a) adolescente. É relevante notar que, caso os países signatários se utilizem dos citados dispositivos excepcionais da Convenção nº 138, deverão tais membros indicar em seus relatórios<sup>72</sup>: a) de que subsistem os motivos da limitação de aplicabilidade da Convenção, se for o caso; b) a situação geral de emprego ou trabalho infanto-juvenil nos setores de atividade excluídos da aplicação, bem como o progresso que tenha sido feito no sentido de uma aplicação mais ampla dos dispositivos aqui estudados.

Dessa forma, o artigo 7º da Convenção nº 138 parece destoar, ao prever:

---

<sup>71</sup> Realmente, o art. 2º, inciso 2 da Convenção nº 138, ingenuamente, prevê que todo país-membro que ratificar esta Convenção poderá notificar ao Diretor-Geral da Repartição Internacional do Trabalho, por declarações subsequentes, que estabelece uma idade mínima superior à anteriormente definida.

<sup>72</sup> Previsão de remessa de relatório, bem como maiores esclarecimentos sobre a forma são fornecidos pelo artigo 22, da Constituição da OIT.



1. As leis ou regulamentos nacionais poderão permitir o emprego ou trabalho a pessoas entre treze e quinze anos em serviços leves que: a) não prejudiquem sua saúde ou desenvolvimento, e b) não prejudiquem sua frequência escolar, sua participação em programas de orientação vocacional ou de treinamento aprovados pela autoridade competente ou sua capacidade de se beneficiar da instrução recebida.
2. As leis ou regulamentos nacionais poderão também permitir o emprego ou trabalho a pessoas com, no mínimo, quinze anos de idade e que não tenham ainda concluído a escolarização obrigatória em trabalho que preencher os requisitos estabelecidos nas alíneas a) e b) do parágrafo 1º deste Artigo.
3. A autoridade competente definirá as atividades em que o emprego ou trabalho poderá ser permitido nos termos dos parágrafos 1º e 2º deste Artigo e estabelecerá o número de horas e as condições em que esse emprego ou trabalho pode ser desempenhado.
4. Não obstante o disposto nos parágrafos 1º e 2º deste Artigo, o País-membro que se tiver servido das disposições do parágrafo 4º do Artigo 2º poderá, enquanto continuar assim procedendo, substituir as idades de treze e quinze anos pelas idades de doze e quatorze anos e a idade de quinze anos pela idade de quatorze anos dos respectivos Parágrafos 1º e 2º deste Artigo.

Ora, se o art. 2º, inc. 3, indica que “A idade mínima fixada [...] não será inferior à idade de conclusão da escolaridade obrigatória ou, em qualquer hipótese, não inferior a quinze anos”, como seria possível que leis ou regulamentos nacionais permitam o trabalho a pessoas abaixo de quinze anos? Na verdade, a Convenção nº 138 parece preconizar, ainda que de modo algaraviado, o que viriam a ser as normas sobre o aprendiz. Tal legislação interna sobre aprendizagem consta da parte imediatamente anterior, e as práticas excelentes nesta seara ainda serão mais bem elucidadas oportunamente.

O trabalho artístico, por seu turno, encontra posição no oitavo artigo da norma da OIT, que permite “[...] exceções para a proibição de emprego ou trabalho [...] para finalidades como a participação em representações artísticas”, precavendo que “Licenças dessa natureza limitarão o número de horas de duração do emprego ou trabalho e estabelecerão as condições em que é permitido”.

Sobre a Convenção nº 138, apesar de conter dezoito artigos com os pertinentes incisos (totalizando 42 dispositivos), não se analisará as disposições da parte procedimental que se situa entre os artigos 9º e 18, considerando que são regras protocolares e concernentes ao Direito Internacional Público, inservíveis ao laboro proposto. Interessa, por outro lado, trazer quota do disposto na Recomendação nº 146, também da OIT, pela relevância com o tema.

Quanto à política a ser desenvolvida para cumprimento dessa Convenção, a Recomendação nº 146 prevê que a alta prioridade deve ser “[...] conferida à

identificação e atendimento das necessidades de crianças e adolescentes em políticas e em programas nacionais de desenvolvimento” (item I, da Recomendação). Inclusive, especial atenção às áreas de planejamento e de políticas constam da recomendação que, entre outras sugestões, propõe: compromisso nacional com o pleno emprego; progressiva extensão de medidas econômicas e sociais para atenuar a pobreza, com medidas relativas à educação, formação e profissionalização de menores, com especial atenção às crianças e aos adolescentes sem família ou que não convivam com suas próprias famílias.

A idade mínima, conforme a Recomendação, deveria ser, progressivamente, elevada para dezesseis anos. Orienta-se, também, que os países signatários da Convenção nº 138 reexaminem<sup>73</sup> periodicamente a lista dos tipos de emprego ou de trabalho perigosos.

Sobre as condições de emprego, o ato orientador internacional requesta: a) medidas para assegurar condições satisfatórias nos locais em que laborem crianças e adolescentes; b) medidas fiscalizatórias sobre as condições as quais crianças e adolescentes trabalham, inclusive sobre justa remuneração, rigorosa limitação das horas diárias e semanais de trabalho, de modo a deixar tempo suficiente para a educação e treinamento, para o repouso durante o dia e para atividades de lazer, e sobre a proteção da seguridade social, mormente em razão dos acidentes e de doenças de trabalho, bastante comuns nos menores trabalhadores. A respeito da fiscalização do trabalho e da fiscalização do treinamento em empresas, o ato adverte que o profissional com tais atribuições deve ser valorizado e treinado para tal, sendo que seu labor deve se dar com a colaboração de outros profissionais da seara infanto-juvenil.

Ainda no que se refere à Recomendação nº 146, havia a previsão de medidas para facilitar a verificação de idades, como “[...] um eficiente sistema de registros de nascimento, que inclua a emissão de certidões de nascimento” e a obrigatoriedade de que os empregadores mantenham e coloquem, à disposição da autoridade, registros indicando nomes e idades ou datas de nascimento. Quanto às crianças e adolescentes que trabalham nas ruas, em lugares públicos ou sejam ambulantes, inviabilizando a verificação de registros de empregadores, sugere-se a recomendação de que os trabalhadores mirins portem licenças ou outros

---

<sup>73</sup> À luz dos progressos científicos e tecnológicos, nos termos do item 10 da Recomendação 146/OIT.

documentos que atestem que eles preenchem as condições necessárias para o trabalho em questão.

Por fim, convém lembrar que ambos atos até aqui estudados, Convenção nº 138 e Recomendação nº 146, da Organização Internacional do Trabalho, foram aprovados em 27 de junho de 1973, apesar de sua vigência no Brasil ter se iniciado apenas em 2002. No mesmo ano, a OIT define o dia 12 de junho como o Dia Internacional de Combate ao Trabalho Infantil.

Traz-se à baila, agora, a Convenção nº 182 e a Recomendação nº 190, também da Organização Internacional do Trabalho. Ambas versam sobre a proibição das piores formas de trabalho infantil e as ações para sua eliminação. Os mencionados atos foram incorporados ao ordenamento jurídico pátrio pelo Decreto nº 3.597<sup>74</sup>, de 12 de setembro de 2000, portanto, anterior à normativa vista (idade mínima para o trabalho). Dissemelhantemente ao contido no Decreto nº 4.134/2002, o nº 3.597/2000 não previu exceções ou limitações às regras insertas na Convenção nº 182, a qual passa-se à análise.

De início, a Convenção esclarece alguns conceitos para sua escoreta interpretação. Assim, explicita que o termo criança “[...] designa toda pessoa menor de 18 anos” (art. 2º) e, ainda, que a expressão “as piores formas de trabalho infantil” engloba todas as formas de escravidão ou práticas análogas à escravidão<sup>75</sup>; a utilização, o recrutamento de crianças para a prostituição ou para a produção de pornografia; a utilização de crianças para a realização de atividades ilícitas, e o trabalho que possa vir a prejudicar a saúde, a segurança ou a moral das crianças (art. 3º). O artigo subsequente compele o signatário a elaborar um rol de trabalhos tidos como prejudiciais à saúde, à segurança ou à moral do menor. Tal lista deve “[...] ser examinada periodicamente e, caso necessário, revista, em consulta com às organizações de empregados e de trabalhadores interessadas”, nos termos do art. 4º.

Para viabilizar os objetivos da Convenção, além de apoio recíproco entre os países membros, previu-se a necessidade de medidas eficazes, e com prazo determinado, para impedir a ocupação de crianças nas piores formas de trabalho

---

<sup>74</sup> Íntegra disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/D3597.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D3597.htm)>. Acesso em: 30 ago. 2016.

<sup>75</sup> A Convenção nº 182, no caso, cita como exemplos a venda e o tráfico de crianças, a servidão por dívidas e a condição de servo, e o trabalho forçado ou obrigatório, inclusive o recrutamento forçado ou obrigatório de crianças para serem utilizadas em conflitos armados.

infantil; de assistência direta necessária e adequada para retirá-las, se for o caso, e assegurar sua reabilitação e inserção social, inclusive de acesso ao ensino básico gratuito e à formação profissional.

A alínea “e” do art. 7º da Convenção nº 182 ordena que seja levado “em consideração a situação particular das meninas”. Dentre as medidas previstas para cumprimento desta, que devem ser eficazes e com prazo determinado, a Recomendação nº 190 que complementa a referida Convenção, todas da OIT, traz como Programa de Ação o seguinte:

1. Os programas de ação mencionados no artigo 6 da Convenção deveriam ser elaborados e implementados em caráter de urgência, em consulta com as instituições governamentais competentes e as organizações de empregadores e de trabalhadores, levando em consideração as opiniões das crianças diretamente afetadas pelas piores formas de trabalho infantil, de suas famílias e, caso apropriado, de outros grupos interessados comprometidos com os objetivos da Convenção e da presente Recomendação. Os objetivos de tais programas deveriam ser, entre outros: a) identificar e denunciar as piores formas de trabalho infantil; b) impedir a ocupação de crianças nas piores formas de trabalho infantil ou retirá-las dessas formas de trabalho, protegê-las de represálias e garantir sua reabilitação e inserção social através de medidas que atendam às suas necessidades educacionais, físicas e psicológicas; c) dispensar especial atenção: i) às crianças mais jovens; ii) às meninas; iii) ao problema do trabalho oculto, no qual as meninas estão particularmente expostas a riscos; e, iv) a outros grupos de crianças que sejam especialmente vulneráveis ou tenham necessidades particulares; d) identificar as comunidades nas quais as crianças estejam especialmente expostas a riscos, entrar em contato direto e trabalhar com elas; e e) informar, sensibilizar e mobilizar a opinião públicas e os grupos interessados, inclusive as crianças e suas famílias.

Sobre o trabalho perigoso, a mesma Recomendação prevê:

2. Ao determinar e localizar onde se praticam os tipos de trabalho a que se refere o artigo 3, d) da Convenção, deveriam ser levadas em consideração, entre outras coisas: a) os trabalhos em que a criança ficar exposta a abusos de ordem física, psicológica ou sexual; b) os trabalhos subterrâneos, debaixo d'água, em alturas perigosas ou em locais confinados; c) os trabalhos que se realizam com máquinas, equipamentos e ferramentas perigosos, ou que impliquem a manipulação ou transporte manual de cargas pesadas; d) os trabalhos realizados em um meio insalubre, no qual as crianças estiverem expostas, por exemplo, a substâncias, agentes ou processos perigosos ou a temperaturas, níveis de ruído ou de vibrações prejudiciais à saúde; e e) os trabalhos que sejam executados em condições especialmente difíceis, como os horários prolongados ou noturnos, ou trabalhos que retenham injustificadamente a criança em locais do empregador.

4. No que concerne os tipos de trabalho a que se faz referência no Artigo 3, d) da Convenção e no parágrafo 3 da presente Recomendação, a legislação nacional ou a autoridade competente, após consulta às organizações de empregadores e de trabalhadores interessadas, poderá autorizar o emprego ou trabalho a partir da idade de 16 anos, desde que fiquem plenamente

garantidas a saúde, a segurança e a moral dessas crianças e que tenham recebido instruções ou formação profissional adequada e específica na área da atividade correspondente.

No que se refere à parte penal, a mesma sugere que:

12. Os Membros deveriam adotar dispositivos com o fim de considerar atos delituosos as piores formas de trabalho infantil que são indicadas a seguir: a) todas as formas de escravidão ou as práticas análogas à escravidão, como a venda e o tráfico de crianças, a servidão por dívidas e a condição de servo, e o trabalho forçado ou obrigatório, inclusive o recrutamento forçado ou obrigatório de crianças para serem utilizadas em conflitos armados; b) a utilização, recrutamento ou oferta de crianças para a prostituição, a produção de pornografia ou atuações pornográficas; e c) a utilização, recrutamento ou oferta de criança para a realização de atividades ilícitas, em particular para a produção e tráfico de entorpecentes, tais com definidos nos tratados internacionais pertinentes, ou para a realização de atividades que impliquem o porte ou o uso ilegais de armas de fogo ou outras armas.

13. Os Membros deveriam assegurar que sejam impostas sanções, inclusive de caráter penal, quando proceda, em caso de violação das normas jurídicas nacionais sobre a proibição e a eliminação de qualquer dos tipos de trabalho a que se refere o artigo 3 d) da Convenção.

14. Quando apropriado, os Membros também deveriam estabelecer em caráter de urgência outras medidas penais, civis ou administrativas para garantir a aplicação efetiva das normas jurídicas nacionais sobre a proibição e eliminação das piores formas de trabalho infantil, tais como a supervisão especial das empresas que tiverem utilizado as piores formas de trabalho infantil e, nos casos de violação reiterada, a revogação temporária ou permanente das licenças para operar.

15. Dentre outras medidas voltadas para a proibição e eliminação das piores formas de trabalho infantil, poderiam ser incluídas as seguintes: a) informar, sensibilizar e mobilizar o público em geral e, em particular, os dirigentes políticos nacionais e locais, os parlamentares e as autoridades judiciárias; b) tornar partícipes e treinar as organizações de empregadores e trabalhadores e as organizações da sociedade civil; c) dar formação adequada aos funcionários públicos competentes, em particular aos fiscais e aos funcionários encarregados do cumprimento da lei, bem como a outros profissionais pertinentes; d) permitir a todo Membro que processe em seu território seus nacionais por infringir sua legislação nacional sobre a proibição e eliminação imediata das piores formas de trabalho infantil, ainda que estas infrações tenham sido cometidas fora de seu território; e) simplificar os procedimentos judiciais e administrativos e assegurar que sejam adequados e rápidos; f) estimular o desenvolvimento de políticas empresariais que visem à promoção dos fins da Convenção; g) registrar e difundir as melhores práticas em matéria de eliminação do trabalho infantil; h) difundir, nos idiomas e dialetos correspondentes, as normas jurídicas ou de outro tipo sobre o trabalho infantil; i) prever procedimentos especiais para queixas, adotar medidas para proteger da discriminação e de represálias aqueles que denunciem legitimamente toda violação dos dispositivos da Convenção, criar serviços telefônicos de assistência e estabelecer centros de contato ou designar mediadores; j) adotar medidas apropriadas para melhorar a infra-estrutura educativa e a capacitação de professores que atendam às necessidades dos meninos e das meninas, e k) na medida do possível, levar em conta, nos programas de ação nacionais, a necessidade de: i) promover o emprego e a capacitação profissional dos pais e adultos das famílias das crianças que trabalham nas

condições referidas na Convenção, e ii) sensibilizar os pais sobre o problema das crianças que trabalham nessas condições.

16. Uma cooperação e/ou assistência internacional maior entre os Membros destinada a proibir e eliminar efetivamente as piores formas de trabalho infantil deveria complementar os esforços nacionais e poderia, segundo proceda, desenvolver-se e implementar-se em consulta com as organizações de empregadores e de trabalhadores. Essa cooperação e/ou assistência internacional deveria incluir: a) a mobilização de recursos para os programas nacionais ou internacionais; b) a assistência jurídica mútua; c) a assistência técnica, inclusive o intercâmbio de informações, e d) o apoio ao desenvolvimento econômico e social, aos programas de erradicação da pobreza e à educação universal.

Fato é que, conforme dados extraídos do Observatório da Criança e do Adolescente<sup>76</sup>, entre 2011 e 2016, faleceram em razão do labor cerca de cento e cinquenta trabalhadores infanto-juvenis e, no mesmo período, mais de dezessete mil sofreram acidentes de trabalho não fatais. Por outro lado, vale mencionar que, seguindo os comandos internacionais, de 2011 em diante, a Justiça do Trabalho institucionalizou a apreciação do problema do trabalho infantil, instaurando uma comissão para elaborar propostas de atuação desse ramo do Poder Judiciário no combate com vistas à erradicação do trabalho infantil.

Uma participação bastante ostensiva existiu de modo especializado na III Conferência Global sobre o Trabalho Infantil, mormente na elaboração da Declaração-Compromisso sobre Trabalho Infantil<sup>77</sup>, em que restou definido que o Poder Judiciário e o Ministério Público deveriam “[...] participar ativa e decisivamente para assegurar a erradicação do trabalho infantil, visto que os princípios da absoluta prioridade e da proteção integral [...] detêm universalidade e se dirigem não apenas aos governos e parlamentos, mas também ao Estado-juiz”.

Em síntese, a operante presença da Justiça do Trabalho<sup>78</sup>, e também do Ministério Público Trabalhista, parece ter proporcionado uma diferenciação das políticas do governo (este entendido como Poder Executivo), das ações e medidas adotadas pelo Sistema de Justiça, o que pode ser considerado uma excelente e

<sup>76</sup> Pesquisa disponível no site do Observatório da Criança e do Adolescente. Disponível em: <<http://observatoriocrianca.org.br/cenario-infancia/temas/trabalho-infantil/639-acidentes-de-trabalho-entre-criancas-de-5-a-17-anos?filters=1,814>>. Acesso em: 12 set. 2016.

<sup>77</sup> Para conferir a íntegra, acesse o site do Tribunal Superior do Trabalho (TST). Disponível em: <<http://www.tst.jus.br/documents/3284284/0/DeclaracoCompromissosobreTrabalhoInfantil>>. Acesso em: 20 out. 2015.

<sup>78</sup> Ações específicas de procuradores e magistrados no combate ao trabalho infantil serão mais bem elucidadas oportunamente. Por outro lado, é interessante trazer à baila outras iniciativas da Comissão para Erradicação do Trabalho Infantil (CETI), dentre elas: o envio de 60 mil gibis da Turma da Mônica, com o tema ‘Trabalho infantil nem de brincadeira’, e de 8 mil cartilhas com “50 perguntas e respostas sobre o tema” (citado neste trabalho), que foram distribuídos por entidades representativas.

histórica andadura no aspecto institucional do tema, notadamente pelos perfis proativos que vêm sendo verificados em determinados juízes e procuradores trabalhistas, anômalos noutros ramos do Sistema de Justiça.

## 2.4 A QUESTÃO PENAL DO TRABALHO INFANTIL

Como visto, existem a legislação nacional e as convenções internacionais incorporadas ao ordenamento jurídico brasileiro que cuidam do assunto. Contudo, inexistem, por ora, tipo penal específico para coibir a tomada e a permissividade do trabalho infantil. Em outras palavras, seria, em tese, possível o enquadramento de determinadas condutas do tomador do serviço e dos responsáveis pela criança ou adolescente em figuras insertas no Código Penal Brasileiro e no Estatuto da Criança e Adolescente, a exemplo dos artigos 132; 133; 135, 136, 146, 149, §2º, I; 158; 173; 197; 203; 244 a 247 do Código Penal, além dos artigos 232, 244-A, 244-B do ECA. As infrações administrativas do Estatuto, elencadas entre os artigos 245 e 258-C, também trazem sanções impostas a pessoas e instituições que agirem de modo irregular.

Assim, em que pese a atipicidade penal explícita, seria possível o enquadramento de certas condutas como infrações penais para coibir a exploração do trabalho infantil, mesmo que indiretamente. Primeiramente, os crimes do Código Penal (Decreto-lei n.º 2.848/40)<sup>79</sup>, com subsequente análise:

Art. 132 - Expor a vida ou a saúde de outrem a perigo direto e iminente:  
Pena - detenção, de três meses a um ano, se o fato não constitui crime mais grave.  
Parágrafo único. A pena é aumentada de um sexto a um terço se a exposição da vida ou da saúde de outrem a perigo decorre do transporte de pessoas para a prestação de serviços em estabelecimentos de qualquer natureza, em desacordo com as normas legais. (Incluído pela Lei nº 9.777, de 1998).

O tipo penal aparenta pertinência com a figura da exploração do trabalho infantil. Contudo, segundo o doutrinador Rogério Sanches Cunha<sup>80</sup>, exige-se o “[...]”

<sup>79</sup> BRASIL. Código Penal. Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940. Presidência da República Casa Civil Subchefia para Assuntos Jurídicos. Rio de Janeiro, 1940. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/Del2848.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del2848.htm)>.

<sup>80</sup> CUNHA, Rogério Sanches. Direito penal parte especial. São Paulo: *Revista dos Tribunais*, 2009. p. 66.

dolo de perigo (direto ou eventual), consistente na vontade consciente de, mediante ação ou omissão, colocar a vida ou a saúde de pessoa(s) determinada(s) em risco iminente”, para configuração do delito. Com efeito, em tese, seria bastante difícil enquadrar o explorador do trabalho infantil, considerando que sua intenção (dolo) seria de obter lucro com o trabalho infantil.

Nos dizeres do referido Código, considera-se ato cabível de penalidade

Art. 133 - Abandonar pessoa que está sob seu cuidado, guarda, vigilância ou autoridade, e, por qualquer motivo, incapaz de defender-se dos riscos resultantes do abandono:  
Pena - detenção, de seis meses a três anos.

Isto é, a figura do abandono de incapaz pressupõe que o autor do delito tenha relação específica com o abandonado (de cuidado, guarda, vigilância ou de autoridade). Portanto, difícil seria o enquadramento do explorador caso não seja ele o próprio responsável pela criança. Isso significa dizer que a figura penal parece inservível para os casos de exploração do trabalho infantil por terceiros, que não sejam familiares ou guardiões, e que, por vezes, nem sabem da atividade desenvolvida pelo menor.

Por outro lado, pode-se inferir que o patrão, em regra, exerça autoridade sobre o trabalhador infantil, facilitando seu enquadramento na figura típica. Como mostram os excertos dos artigos a seguir, podem sofrer penalidades aquele que:

Art. 135 - Deixar de prestar assistência, quando possível fazê-lo sem risco pessoal, à criança abandonada ou extraviada, ou à pessoa inválida ou ferida, ao desamparo ou em grave e iminente perigo; ou não pedir, nesses casos, o socorro da autoridade pública:  
Pena - detenção, de um a seis meses, ou multa.  
Parágrafo único - A pena é aumentada na metade, se da omissão resulta lesão corporal de natureza grave, e triplicada, se resulta a morte.  
Art. 136 - Expor a perigo a vida ou a saúde de pessoa sob sua autoridade, guarda ou vigilância, para fim de educação, ensino, tratamento ou custódia, quer privando-a de alimentação ou cuidados indispensáveis, quer sujeitando-a a trabalho excessivo ou inadequado, quer abusando de meios de correção ou disciplina:  
Pena - detenção, de dois meses a um ano, ou multa.

A conduta repreensível no artigo 135 do CP é justamente a ausência de conduta. Ou seja, trata-se de crime omissivo, configurado pela omissão do agente que pode e deve agir. Portanto, a conduta de explorar o labor infantil não coincide com o referido tipo penal. Porém, é certo que aquele que explora o trabalho do



menor está ciente (ou deveria estar) de sua omissão quando, por exemplo, deixa uma criança vender balas num semáforo e não fornece condições seguras e saudáveis para que ela ali permaneça, como água, alimentação, guarda-sol ou chuva, por exemplo.

Em seguida, o artigo 136 preconiza exatamente a exposição da criança a judiarias. Apesar de estar disposto “sujeitando-a a trabalho excessivo ou inadequado”, a configuração do delito exige que o sujeito ativo tenha atuado para “fim de educação, ensino, tratamento ou custódia”. Portanto, é válida uma análise crítica no sentido de ser impossível se presumir que, nos casos de exploração do trabalho infantil, exista a intenção de tornar a criança ou o adolescente mais educado, ensinado, tratado ou custodiado. Ao contrário, a conduta pode estimular comportamentos indevidos para a idade.

Ademais, para o citado doutrinador Rogério Sanches Cunha, o crime de maus tratos seria crime próprio, “[...] que só pode ser cometido por aquele que, em razão de direito privado, público ou administrativo, tenha autoridade, guarda ou vigilância em relação à vítima”.<sup>81</sup> Portanto, estar-se-ia diante de uma atipicidade da conduta.

Vale, porém, uma reflexão, maiormente em nome da priorização constitucional da infância e juventude. Se para finalidades boas ao sujeito passivo, já não se admite maus-tratos, por que não se puniria aquele que busca finalidade egoísta? A razão de ser do tipo penal deve ter coerência, sendo que a exclusão daquele que pratica a conduta visando algo diverso do bem-estar da criança e do adolescente não pode se justificar. Deveria, sim, constituir crime mais grave:

Art. 146 - Constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, ou depois de lhe haver reduzido, por qualquer outro meio, a capacidade de resistência, a não fazer o que a lei permite, ou a fazer o que ela não manda: Pena - detenção, de três meses a um ano, ou multa.

Vale trazer o mandamento constitucional: “ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei” (art. 5º, inc. II). Considerando que, no trabalho infantil, pode haver imposição de que seja feito algo que a lei proíbe, em princípio, o enquadramento seria possível. Por outro lado, a configuração dar-se-ia se e somente se houvesse o constrangimento ou a redução da capacidade

---

<sup>81</sup> CUNHA, 2009, p. 74.

de resistência. Sendo assim, é cediço que a capacidade física de resistência de uma criança é bastante próxima de zero.

Dessa forma, a aplicação do dispositivo à exploração do trabalho infantil deve ser analisada no caso concreto, pois as circunstâncias são essências para a escorreita tipificação.

Art. 149. Reduzir alguém a condição análoga à de escravo, quer submetendo-o a trabalhos forçados ou a jornada exaustiva, quer sujeitando-o a condições degradantes de trabalho, quer restringindo, por qualquer meio, sua locomoção em razão de dívida contraída com o empregador ou preposto: (Redação dada pela Lei nº 10.803, de 11.12.2003)

Pena - reclusão, de dois a oito anos, e multa, além da pena correspondente à violência. (Redação dada pela Lei nº 10.803, de 11.12.2003) [...]

§ 2º A pena é aumentada de metade, se o crime é cometido: (Incluído pela Lei nº 10.803, de 11.12.2003)

I – contra criança ou adolescente; (Incluído pela Lei nº 10.803, de 11.12.2003)

II – por motivo de preconceito de raça, cor, etnia, religião ou origem. (Incluído pela Lei nº 10.803, de 11.12.2003).

Como o trabalho escravo ainda é uma realidade no Brasil, crianças e adolescentes também são vítimas dessa prática. Com base nessa realidade, o legislador penal trouxe a existência de situações em que o sujeito passivo fica reduzido a uma situação análoga à de escravidão: trabalhos forçados, jornada exaustiva, sujeição a condições degradantes de trabalho e restrição da sua locomoção. Portanto, caso a criança ou adolescente esteja trabalhando ilegalmente, mas por vontade própria, em quantidade de horas que não ocasione uma jornada exaustiva e em condições que não sejam degradantes, teoricamente, não estaria configurado o delito descrito, apesar do mandamento constitucional, que prega o seguinte:

Art. 158. Constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, e com o intuito de obter para si ou para outrem indevida vantagem econômica, a fazer, tolerar que se faça ou deixar de fazer alguma coisa:

Pena - reclusão, de quatro a dez anos, e multa.

§ 1º - Se o crime é cometido por duas ou mais pessoas, ou com emprego de arma, aumenta-se a pena de um terço até metade.

§ 2º - Aplica-se à extorsão praticada mediante violência o disposto no § 3º do artigo anterior. Vide Lei nº 8.072, de 25.7.90

§ 3º - Se o crime é cometido mediante a restrição da liberdade da vítima, e essa condição é necessária para a obtenção da vantagem econômica, a pena é de reclusão, de 6 (seis) a 12 (doze) anos, além da multa; se resulta lesão corporal grave ou morte, aplicam-se as penas previstas no art. 159, §§ 2º e 3º, respectivamente. (Incluído pela Lei nº 11.923, de 2009).

A conduta interdita seria a de constranger, mediante violência ou grave ameaça. Assim, considerando que o tomador da mão de obra infantil, na maior parte das vezes, não age, inicialmente, desse modo (com agressões físicas ou psicológicas), também haveria dificuldade a sua configuração. Desse modo, o explorador poderia continuar na obtenção de suas vantagens sem intervenção penal.

Na sequência, o artigo 173 trata de crime contra o patrimônio de pessoas com reduzida capacidade intelectual, especialmente protegidas pela lei, em decorrência da maior vulnerabilidade que apresentam.

Art. 173 - Abusar, em proveito próprio ou alheio, de necessidade, paixão ou inexperiência de menor, ou da alienação ou debilidade mental de outrem, induzindo qualquer deles à prática de ato suscetível de produzir efeito jurídico, em prejuízo próprio ou de terceiro:  
Pena - reclusão, de dois a seis anos, e multa.

Num esforço de enquadramento, crianças e adolescentes que, por exemplo, receberem remuneração abaixo da previsão legal, de um salário mínimo por hora, poderiam ser sujeitos passivos do delito.

Art. 197 - Constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça:  
I - a exercer ou não exercer arte, ofício, profissão ou indústria, ou a trabalhar ou não trabalhar durante certo período ou em determinados dias:  
Pena - detenção, de um mês a um ano, e multa, além da pena correspondente à violência;  
II - a abrir ou fechar o seu estabelecimento de trabalho, ou a participar de parade ou paralisação de atividade econômica:  
Pena - detenção, de três meses a um ano, e multa, além da pena correspondente à violência.

Veda-se que alguém seja forçado a exercer ou não exercer arte, ofício, profissão ou indústria, ou a trabalhar ou não trabalhar. Novamente, caso não se comprove agressões psicológicas ou físicas, o explorador do trabalho infantil seguirá obtendo vantagens econômicas, em decorrência da atipicidade.

Art. 203 - Frustrar, mediante fraude ou violência, direito assegurado pela legislação do trabalho:  
Pena - detenção de um ano a dois anos, e multa, além da pena correspondente à violência. (Redação dada pela Lei nº 9.777, de 29.12.1998)  
§ 1º Na mesma pena incorre quem: (Incluído pela Lei nº 9.777, de 1998)  
I - obriga ou coage alguém a usar mercadorias de determinado estabelecimento, para impossibilitar o desligamento do serviço em virtude de dívida; (Incluído pela Lei nº 9.777, de 1998)

II - impede alguém de se desligar de serviços de qualquer natureza, mediante coação ou por meio da retenção de seus documentos pessoais ou contratuais. (Incluído pela Lei nº 9.777, de 1998)

§ 2º A pena é aumentada de um sexto a um terço se a vítima é menor de dezoito anos, idosa, gestante, indígena ou portadora de deficiência física ou mental. (Incluído pela Lei nº 9.777, de 1998).

O direito a não trabalhar fora dos parâmetros estabelecidos legal e constitucionalmente é, sem sombra de dúvida, um direito trabalhista. Inclusive, porque explicitado no próprio Diploma do Trabalho. Portanto, descumprir o referido preceito trabalhista, desde que de modo fraudulento ou violento, enquadra o agente e, no caso de trabalho infantil, a uma causa de aumento de pena estabelecida no parágrafo segundo.

Art. 244. Deixar, sem justa causa, de prover a subsistência do cônjuge, ou de filho menor de 18 (dezoito) anos ou inapto para o trabalho, ou de ascendente inválido ou maior de 60 (sessenta) anos, não lhes proporcionando os recursos necessários ou faltando ao pagamento de pensão alimentícia judicialmente acordada, fixada ou majorada; deixar, sem justa causa, de socorrer descendente ou ascendente, gravemente enfermo: (Redação dada pela Lei nº 10.741, de 2003)

Pena - detenção, de 1 (um) a 4 (quatro) anos e multa, de uma a dez vezes o maior salário mínimo vigente no País. (Redação dada pela Lei nº 5.478, de 1968)

Parágrafo único - Nas mesmas penas incide quem, sendo solvente, frustra ou ilide, de qualquer modo, inclusive por abandono injustificado de emprego ou função, o pagamento de pensão alimentícia judicialmente acordada, fixada ou majorada. (Incluído pela Lei nº 5.478, de 1968)

O tipo, obviamente, não resolve o problema do trabalho infantil. Por outro lado, o dispositivo tutela a criança ou o adolescente. Sendo assim, a *mens legis* está no intento de que menores de dezoito anos ou inaptos ao trabalho sejam sustentados por seus genitores, o que deveria apartar os infantes dos trabalhos ilegais a partir do cumprimento dos deveres éticos e econômicos legalmente imposto aos responsáveis. Por conseguinte, as condutas descritas nos próximos artigos do Código Penal também tratam de obrigações relativas à segurança, à saúde e à educação infanto-juvenis:

Art. 245 - Entregar filho menor de 18 (dezoito) anos a pessoa em cuja companhia saiba ou deva saber que o menor fica moral ou materialmente em perigo: (Redação dada pela Lei nº 7.251, de 1984)

Pena - detenção, de 1 (um) a 2 (dois) anos. (Redação dada pela Lei nº 7.251, de 1984)

§ 1º - A pena é de 1 (um) a 4 (quatro) anos de reclusão, se o agente pratica delito para obter lucro, ou se o menor é enviado para o exterior. (Incluído pela Lei nº 7.251, de 1984)

§ 2º - Incorre, também, na pena do parágrafo anterior quem, embora excluído o perigo moral ou material, auxilia a efetivação de ato destinado ao envio de menor para o exterior, com o fito de obter lucro. (Incluído pela Lei nº 7.251, de 1984)

Art. 246 - Deixar, sem justa causa, de prover à instrução primária de filho em idade escolar:

Pena - detenção, de quinze dias a um mês, ou multa.

Art. 247 - Permitir alguém que menor de dezoito anos, sujeito a seu poder ou confiado à sua guarda ou vigilância:

I - freqüente casa de jogo ou mal-afamada, ou conviva com pessoa viciosa ou de má vida;

II - freqüente espetáculo capaz de pervertê-lo ou de ofender-lhe o pudor, ou participe de representação de igual natureza;

III - resida ou trabalhe em casa de prostituição;

IV - mendigue ou sirva a mendigo para excitar a comiseração pública:

Pena - detenção, de um a três meses, ou multa.

Os sujeitos ativos, assim como no artigo 244, são os pais. Assim, excluída estaria a responsabilização dos exploradores diretos, a não ser que os pais o sejam ao mesmo tempo. Por outro lado, o elementar “perigo”, descrito no artigo 245, parece de difícil configuração e dependerá de provas que o agente tinha ciência de que a pessoa a quem entregara seu filho seja uma companhia que o porá em risco. Portanto, igualmente, não criminaliza o tomador do labor ilegal. No artigo 246, assim como no artigo 135, é um delito a condição omissiva. Pune-se aquele genitor que descumpre a obrigação decorrente dos artigos 227 e 229 da Carta-Mor<sup>82</sup>, além do que fora previsto no artigo 1.634, I, do Código Civil<sup>83</sup>, e artigo 55 do Estatuto da

<sup>82</sup> Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. (Redação dada Pela Emenda Constitucional nº 65, de 2010) [...]. Art. 229. Os pais têm o dever de assistir, criar e educar os filhos menores, e os filhos maiores têm o dever de ajudar e amparar os pais na velhice, carência ou enfermidade.

<sup>83</sup> Art. 1.634. Compete a ambos os pais, qualquer que seja a sua situação conjugal, o pleno exercício do poder familiar, que consiste em, quanto aos filhos (Redação dada pela Lei nº 13.058, de 2014). I - dirigir-lhes a criação e a educação (Redação dada pela Lei nº 13.058, de 2014). II - exercer a guarda unilateral ou compartilhada nos termos do art. 1.584; (Redação dada pela Lei nº 13.058, de 2014). III - conceder-lhes ou negar-lhes consentimento para casarem; (Redação dada pela Lei nº 13.058, de 2014). IV - conceder-lhes ou negar-lhes consentimento para viajarem ao exterior; (Redação dada pela Lei nº 13.058, de 2014). V - conceder-lhes ou negar-lhes consentimento para mudarem sua residência permanente para outro Município; (Redação dada pela Lei nº 13.058, de 2014). VI - nomear-lhes tutor por testamento ou documento autêntico, se o outro dos pais não lhe sobreviver, ou o sobrevivente não puder exercer o poder familiar; (Redação dada pela Lei nº 13.058, de 2014). VII - representá-los judicial e extrajudicialmente até os 16 (dezesseis) anos, nos atos da vida civil, e assisti-los, após essa idade, nos atos em que forem partes, suprindo-lhes o consentimento; (Redação dada pela Lei nº 13.058, de 2014). VIII - reclamá-los de quem ilegalmente os detenha; (Incluído pela Lei nº 13.058, de 2014). IX - exigir que lhes prestem obediência, respeito e os serviços próprios de sua idade e condição. (Incluído pela Lei nº 13.058, de 2014).

Criança e do Adolescente.<sup>84</sup> Utilizando-se da lógica, constata-se que trabalhar indevidamente enseja uma maior dificuldade nos estudos.

De fato, aponta a pesquisa<sup>85</sup> elaborada pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), denominada “Todas as crianças na escola em 2015 – iniciativa global pelas crianças fora da escola”, o trabalho infantil constitui uma barreira ao direito de aprender, impedindo que crianças e adolescentes estejam na escola e tenham assegurado o seu direito de permanecer estudando para, progredindo nos estudos, concluir a educação básica na idade correta.

Todavia, o tipo penal do artigo 246 é inservível para a punição dos tomadores da mão de obra infantil, conquanto restringe-se à omissão de instrução. Sobre o artigo consecutivo, o 247, tem-se que o tipo específico mencionado esteja defasado, especialmente porque certas expressões cambiaram de sentido no decurso do tempo (mais de setenta e cinco anos). Isto é, definições do que seja uma “pessoa viciosa”, “de má vida” ou uma ofensa ao pudor são conceitos abrangentes e, ao mesmo tempo, obsoletos, a depender da interpretação do lidador do Direito. Aos incisos, de modo analítico: I – por pessoa viciosa ou de má vida, poder-se-ia entender aquele que ganha dinheiro com o trabalho infantil (ilegal). Porém, impossível a punição do próprio explorador, somente se ele também for o responsável pelo menor; II – participar de representação pressuporia a existência do explorador, contudo o agente a ser punido é o responsável pelo menor; III – trabalho em casa de prostituição seria relativo a aspectos sexuais, mais desembaraçadamente amoldável noutros dispositivos do Código Penal; IV – mendicância é uma forma de labor infantil, e aqui, em tese, poder-se-ia punir a permissividade do responsável do trabalho.

Efetivamente, o legislador infraconstitucional, ao menos no Código Penal, não categorizou, explicitamente, a proibição ao trabalho infantil. Veja-se, pois, se o fez na redação do artigo 232 do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei n.º 8.069/90)<sup>86</sup>, que traz a seguinte redação: “Art. 232. Submeter criança ou adolescente

---

<sup>84</sup> Art. 55. Os pais ou responsável têm a obrigação de matricular seus filhos ou pupilos na rede regular de ensino.

<sup>85</sup> O relatório, que integra a Iniciativa *Global Out of School Children*, do UNICEF e Instituto de Estatística da UNESCO (UIS). A iniciativa analisa a exclusão e os riscos de abandono escolar em 25 países. Na América Latina e Caribe, participam Brasil, Colômbia e Bolívia. No Brasil, vem sendo desenvolvida em parceria com a Campanha Nacional pelo Direito à Educação, rede da sociedade civil que atua pela efetivação do direito constitucional à educação no País. Íntegra disponível em: <[http://www.unicef.org/brazil/pt/resources\\_24118.htm](http://www.unicef.org/brazil/pt/resources_24118.htm)>. Acesso em: 13 set. 2016.

<sup>86</sup> BRASIL, 1990.

sob sua autoridade, guarda ou vigilância a vexame ou a constrangimento: Pena - detenção de seis meses a dois anos.” Submeter significa sujeitar, subjugar, sendo o núcleo do tipo, que deve ser conjugado com vexame ou constrangimento que seria uma situação de opressão e intimidação.

De fato, quando há exploração do trabalho infantil a partir de coação ou afronta física ou psicológica, o crime estaria configurado. No entanto, o mero e cotidiano trabalho de crianças e adolescentes, sem a submissão vexatória ou constrangedora, desconformaria esse tipo penal.

Art. 244-A. Submeter criança ou adolescente, como tais definidos no *caput* do art. 2º desta Lei, à prostituição ou à exploração sexual: (Incluído pela Lei nº 9.975, de 23.6.2000)

Pena - reclusão de quatro a dez anos, e multa.

§ 1º Incorrem nas mesmas penas o proprietário, o gerente ou o responsável pelo local em que se verifique a submissão de criança ou adolescente às práticas referidas no *caput* deste artigo. (Incluído pela Lei nº 9.975, de 23.6.2000)

§ 2º Constitui efeito obrigatório da condenação a cassação da licença de localização e de funcionamento do estabelecimento. (Incluído pela Lei nº 9.975, de 23.6.2000)

Art. 244-B. Corromper ou facilitar a corrupção de menor de 18 (dezoito) anos, com ele praticando infração penal ou induzindo-o a praticá-la: (Incluído pela Lei nº 12.015, de 2009)

Pena - reclusão, de 1 (um) a 4 (quatro) anos. (Incluído pela Lei nº 12.015, de 2009)

§ 1º Incorre nas penas previstas no *caput* deste artigo quem pratica as condutas ali tipificadas utilizando-se de quaisquer meios eletrônicos, inclusive salas de bate-papo da internet. (Incluído pela Lei nº 12.015, de 2009)

§ 2º As penas previstas no *caput* deste artigo são aumentadas de um terço no caso de a infração cometida ou induzida estar incluída no rol do art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990. (Incluído pela Lei nº 12.015, de 2009)

Nos dispositivos descritos, têm-se duas das piores formas de trabalho infantil, a exploração sexual e o aliciamento ao crime, devidamente insertos na Lista das Piores Formas de Trabalho Infantil (Lista TIP), conforme os itens II e I, 73, 81, respectivamente. Dentre as infrações administrativas previstas no ECA que, por não possuírem efeitos na esfera criminal não serão aprofundadas aqui, existem o artigo 245 (que pune profissionais omissos quanto à comunicação de maus-tratos); o artigo 258 (que pune a omissão sobre participação de menores em espetáculo<sup>87</sup>); e o interessante artigo 248, considerando que parece anacrônico com o atual sistema protetivos, que pode ser conferido adiante:

<sup>87</sup> Sobre o trabalho artístico, mais se discorrerá, em momento oportuno.

Art. 248. Deixar de apresentar à autoridade judiciária de seu domicílio, no prazo de cinco dias, com o fim de regularizar a guarda, adolescente trazido de outra comarca para a prestação de serviço doméstico, mesmo que autorizado pelos pais ou responsável:

Pena - multa de três a vinte salários de referência, aplicando-se o dobro em caso de reincidência, independentemente das despesas de retorno do adolescente, se for o caso.

A partir desse excerto, questiona-se: Como é possível que o adolescente seja trazido para prestar serviço doméstico se este é interditado para menores de dezoito anos (item I, 76 da Lista TIP), apresentando-se, inclusive, como uma das piores formas por exigir esforços físicos intensos, com possibilidade de longas jornadas de trabalho e trabalho noturno? Com certeza, trata-se de redação completamente desvirtuada da própria Lei nº 8.069.

Diante da explanação feita nesta parte do estudo, é forçosa a conclusão de que não há um tipo específico para criminalizar a tomada do trabalho infantil por si só. Por outro lado, parâmetros de outras searas, inclusive do Direito Penal, podem balizar a proteção às crianças e aos adolescentes, impedindo indivíduos de explorar o trabalho infantil.

Importa, ainda, indicar que tramita, no Congresso Nacional tupiniquim, o Projeto de Lei nº 3352/2012<sup>88</sup>, que pretende acrescentar o artigo 207-A ao Código Penal para tipificar o crime de exploração de mão de obra infanto-juvenil. O Projeto recebeu parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania em fevereiro de 2013. Todavia, foi arquivado em fevereiro de 2015<sup>89</sup> e desarquivado em seguida a pedido do deputado proponente, Arnaldo Jordy.

<sup>88</sup> Para conferir a íntegra, acesse o site da Câmara dos Deputados. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=536108>>. Acesso em: 15 ago. 2016.

<sup>89</sup> Com fundamento no art. 105, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados. Art. 105. Finda a legislatura, arquivar-se-ão todas as proposições que no seu decurso tenham sido submetidas à deliberação da Câmara e ainda se encontrem em tramitação, bem como as que abram crédito suplementar, com pareceres ou sem eles, salvo as: I – com pareceres favoráveis de todas as Comissões; II – já aprovadas em turno único, em primeiro ou segundo turno; III – que tenham tramitado pelo Senado, ou dele originárias; IV – de iniciativa popular; V – de iniciativa de outro Poder ou do Procurador-Geral da República. Parágrafo único. A proposição poderá ser desarquivada mediante requerimento do Autor, ou Autores, dentro dos primeiros cento e oitenta dias da primeira sessão legislativa ordinária da legislatura subsequente, retomando à tramitação desde o estágio em que se encontrava.



### 3 MEDIDAS DE COMBATE AO TRABALHO INFANTIL: DA FORMULAÇÃO AOS RESULTADOS

As medidas, programas, projetos, enfim, as iniciativas que se seguem foram concebidas devido à necessidade de solução de problemas determinados (ou determináveis) num dado município ou região do Brasil em que havia expressiva tomada de mão de obra infanto-juvenil, repercutindo, no mínimo, na seara educacional e na saúde dos trabalhadores mirins.

Parte das ações, como o projeto Bem Educar, foram exitosamente reproduzidas noutros municípios, mas todas as medidas estudadas partiram da premissa de que a concepção do trabalho infantil, no meio cultural brasileiro, não estava assimilada como problema até mesmo pelos que são explorados e seus responsáveis. Portanto, havia pressurosa necessidade de alteração do contexto fático.

Em todos os casos, denota-se que autoridades ou instituições eram exógenas à localidade e deram início às ações de combate e prevenção do trabalho infantil com estratégias para romper com a reprodução da cultura, ainda que ocultada, de que o trabalho infantil seria a saída para problemas disciplinares ou econômicos. Na verdade, o mito de que o trabalho infantil poderia ser algo positivo, ou um “valor” em Herrera Flores<sup>90</sup>, presta-se à manutenção de pessoas e grupos em posições desiguais, notadamente, quanto ao acesso aos bens materiais e imateriais.

Com efeito, as ações e medidas apresentadas aqui foram iniciadas por membros dos Ministérios Públicos do Trabalho e do estado de Goiás e pela Organização Internacional do Trabalho, por meio do Programa Internacional para a Eliminação do Trabalho Infantil (IPEC). Apesar da iniciativa vir de instituição ou autoridade diversa daquela que teria atribuição/obrigação para fazê-la (Poder Executivo em suas três esferas), era condição *sine qua non*, atrair o envolvimento da comunidade, da municipalidade e de entidades produtivas do local para que as ações fossem efetivadas.

De fato, quando uma instituição ou autoridade propõe medidas de combate à alguma violação de direitos, como é o trabalho infantil, em localidade onde não se enxerga como problema, haverá obstacularização frequente na implementação das ações. Portanto, a sensibilização social e institucional na seara infanto-juvenil seria o

---

<sup>90</sup> Para quem, a faceta denominada de “valores”, no Diamante Ético, seriam as preferências individuais ou coletivas, majoritárias ou minoritárias, as quais permitem a relação com os outros.

primeiro passo, trabalhando temas como os direitos fundamentais da criança e do adolescente, como se deram os projetos e medidas que, direta ou indiretamente, objetivaram o combate ao trabalho infantil efetivamente.

### 3.1 ATUAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO

Para contribuir no combate ao trabalho infanto-juvenil, foram analisadas medidas implementadas pelo Ministério Público do Trabalho (MPT). A primeira delas trata de um instrumento elaborado em 2013 por membros do MPT e contém uma proposta de atuação dos Ministérios Públicos estaduais e do Trabalho no enfrentamento do trabalho infantil. De caráter mais teórico, sua efetividade em termos práticos também pôde ser observada.

Em linhas gerais, o objetivo do referido manual reside na tentativa de se acertar as atuações dos MP e do MPT nas situações em que há dúvidas, nas denominadas “zonas cinzentas de atuação”. Para tanto, estão contidas explicações sobre as diversas possibilidades de atuação do membro ministerial, em conjunto com outro ou isoladamente, diante de caso concreto de exploração do trabalho de crianças e adolescentes.

A outra medida executada por membro do MPT foi inaugurada diante da constatação da existência do trabalho infanto-juvenil exercido de modo contrário à legislação no município de Araguaína. Fato que levou o então procurador do trabalho que ali atuava a propor a Ação nº 08001-2008-812-10-00-9 que será mais bem detalhada.

#### 3.1.1 Atuação Orientadora: Elaboração de Diretrizes de Atuação

No contexto da forma de atuação dos membros do Ministério Público, grande auxílio, inclusive na parte criminal, pode ser percebido no "Manual de atuação do Ministério Público na prevenção e erradicação do trabalho infantil". Em manual próprio, elaborado pelo Conselho Nacional do MP, orienta-se os membros deste órgão, notadamente promotores de Justiça e procuradores do trabalho, na condução de demandas que envolvam o trabalho infantil, a depender das atribuições de cada membro e da situação com a qual se depare. Os autores do instrumento, os

procuradores do Trabalho Xisto Tiago de Medeiros Neto e Rafael Dias Marques, propõem uma atuação conjunta ou isolada dos membros do MP, traçando, para tanto, uma proposta de atuação institucional que contemple as possibilidades e instrumentos legais disponíveis.

Para o promotor de justiça que atua precipuamente na responsabilização civil e criminal dos pais, responsáveis e terceiros envolvidos na exploração do trabalho infantil, sugere-se que também atue na responsabilização administrativa do Poder Público diante da omissão de políticas públicas para minimizar o problema. Isto seria, segundo o Manual, atribuição concorrente dos membros do MP (MPT e MPE). No âmbito criminal, o membro do MP estadual deverá, conforme o caso<sup>91</sup>, requisitar a instauração de inquérito policial ou instaurar procedimento na própria promotoria para apuração pertinente. Se for o caso, oferecer a denúncia contra os beneficiários e responsáveis pela situação de trabalho infantil.

Em resumo, em situações de trabalho em que o menor esteja no tráfico de drogas, ou sendo explorado sexualmente, o promotor deve solicitar o auxílio da polícia civil, militar ou rodoviária, para a apropriada identificação da cadeia de responsáveis, que, em geral, são donos de bares, boates, postos de gasolina, ou são cafetinas, cafetões e clientes, iniciando-se a responsabilização criminal cabível. O procurador do trabalho, segundo o Manual em análise, também instaurará procedimento investigatório para apurar a situação de labor infanto-juvenil, definindo, inclusive, medidas concretas e imediatas, como o afastamento do infante.

Na qualidade de substituto processual do trabalhador mirim, o MPT deve, quando houver prestação de serviço em benefício de terceiros, ajuizar demanda trabalhista para cobrar todos os direitos previdenciários e trabalhistas, também a reparação por eventuais (quase frequentes) danos morais e materiais. E, ainda, conforme o Manual:

Nas situações em que se configure ofensa a direitos individuais homogêneos, coletivos e difusos, com objetivo de: fazer cessar a situação de trabalho infantil; adotar providências necessárias para a sua não-

---

<sup>91</sup> Em regra, diante da impossibilidade de se qualificar o trabalho infantil, por si só, como fato criminoso, o promotor de justiça apenas determina a instauração de procedimento investigatório, para os casos de tráfico de drogas, exploração sexual comercial e maus-tratos.

reincidência; bem como obter-se a condenação dos responsáveis em indenização por dano moral coletivo.<sup>92</sup>

Provavelmente, a providência exposta, por seu cunho econômico, surta efeitos mais expressivos no combate ao trabalho infantil que a sua tipificação específica e literal. Rememorando que, caso a situação configure um dos delitos tratados nesta parte, haverá a atuação dos dois membros do Ministério Público. Em situações de existência ou perpetuação de trabalho infantil em razão de omissão, inércia, negligência ou mesmo ineficiência do poder público, embasado na Constituição Federal, devem ser cobradas políticas públicas adequadas.

A medida aqui mencionada, apesar de constituir um instrumento teórico, tem efeitos bastante perceptíveis na prática, considerando que o instrumento orienta a implementação de medidas por autoridades imprescindíveis na luta pela melhoria de condições de milhares de crianças e adolescentes em situação de labor interdito pela legislação.

### **3.1.2 Araguaína/TO (Ação nº 08001-2008-812-10-00-9)**

Em 2008, conforme o IBGE/PNAD, o estado do Tocantins possuía os piores índices de trabalho infantil, com estimativas de que 15,5% das crianças e adolescentes entre 5 e 17 anos estariam em situação de trabalho. Em 2009, conforme o mesmo Instituto Nacional, houve aumento do percentual de crianças e adolescentes nas mesmas condições, totalizando 15,75%.<sup>93</sup>

Nesse contexto, o procurador do Trabalho Alexandre Marin Ragagnin<sup>94</sup>, que exercia suas atribuições no município tocantinense de Araguaína, resolveu fazer uma investigação mais aprofundada do problema, constatando relevantes dados qualitativos e quantitativos no Tocantins, como: a) ausência de políticas públicas integradas para a proteção da criança e do adolescente em situação de trabalho, visando assegurar o direito fundamental ao não trabalho; b) ausência de um plano

<sup>92</sup> MEDEIROS NETO, Xisto Tiago; MARQUES, Rafael Dias. *Manual de Atuação do Ministério Público na Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil*. Conselho Nacional do Ministério Público. Brasília: CNMP, 2013. p. 76.

<sup>93</sup> Este e outros dados utilizados nesta parte da dissertação foram gentilmente fornecidos pelo procurador Alexandre Ragagnin que, a pedido desta mestranda, encaminhou documentos pertinentes à sua atuação no combate ao trabalho infantil quando estava no estado do Tocantins. Anexa à dissertação, está um dos documentos encaminhados: a petição de acordo na Ação de Execução nº 08001-2008-812-10-00-9.

<sup>94</sup> Atualmente (julho/2016), esse membro do MPT exerce suas funções no município de Pelotas-RS.

municipal de combate ao trabalho infantil e também de um diagnóstico que precederia a elaboração de um plano efetivo, conforme previsão do artigo 9º, inciso II da Resolução CONANDA nº 137/2010; c) utilização frequente da “cláusula da reserva do possível” para a não implementação de políticas públicas integradas; d) havia 54.994 crianças e adolescentes de 5 a 17 anos de idade. Cerca de 9.110 eram atendidas pelo Programa de Erradicação do Trabalho Infantil em 120 municípios e 19 municípios não possuíam tal programa.

Após sua pesquisa, o membro do MPT e sua equipe procuraram uma forma de viabilizar o afastamento dos infantes araguainenses do trabalho e punir o tomador do serviço. Contudo, era preciso conscientizar a população e fomentar políticas públicas.

Com efeito, o MPT e o município de Araguaína, após demanda judicial iniciada pelo procurador devido à omissão da municipalidade em relação ao trabalho infantil, efetuaram acordo contendo vinte e oito cláusulas, dentre as quais interessam aqui:

- Cláusula 11ª – previa a apresentação pelo município, de projeto de Lei visando à implementação de políticas públicas que não permitam a concessão ou a renovação da permissão para explorar os espaços no Mercado Público Municipal e outros espaços públicos àquelas pessoas que forem flagradas pelos órgãos de fiscalização explorando o trabalho infantil em quaisquer modalidades estabelecidas pela Convenção nº 182, da Organização Mundial do Trabalho (OIT) ou pela Lista das Piores Formas do Trabalho Infantil, regulamentada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008.
- Cláusula 12ª – previa que a municipalidade elaborasse diagnóstico de todas as crianças trabalhadoras e ou que estivessem em situação de risco social e necessitassem de inclusão em programas, com dados suficientes para a identificação da situação de cada uma delas (idade, filiação, endereço, atividade em que trabalha ou trabalhava, renda familiar, escola em que está matriculada ou se está fora da escola).

Sobre esta cláusula, merecem destaque seus dois parágrafos que cuidam do apoio metodológico e técnico do MPT. Trata-se de uma integração salutar e até necessária na luta contra o trabalho infantil. O primeiro parágrafo indicava, a título de metodologia, que haveria um questionário elaborado e entregue pelo Ministério Público do Trabalho a ser aplicado pelos agentes de Endemias e agentes

Comunitários de Saúde, durante a realização de seus trabalhos ordinários. Já o segundo, previa que o Ministério Público do Trabalho orientaria os agentes de Endemias e Comunitário de Saúde para a tarefa de aplicação do questionário.

- Cláusula 15<sup>a</sup> – determinava que a municipalidade promoveria campanha publicitária de combate ao trabalho infantil, que abordaria, ainda, a importância das denúncias, além da manutenção de banner permanente em seu *site*.

Existiam, ainda, as cláusulas para o descumprimento, dentre elas, o pagamento de multas que variavam entre R\$ 500,00 a R\$ 75.000,00, a depender da cláusula infringida.

A prefeitura iniciou, então, a execução do previsto no termo de acordo, tendo constatado, com a aplicação de 33.632 questionários<sup>95</sup> para o diagnóstico, que 16% das crianças e adolescentes não estavam matriculados na rede de ensino e, dentre os trabalhadores mirins, 41% recebiam a remuneração mensal de até ½ salário mínimo e outros 35% ganhavam entre ½ e 1 salário mínimo. Diante dessa situação, a municipalidade tomou medidas como determinação de acompanhamento familiar, de inserção dos trabalhadores infantes no Serviço de Conveniência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV)<sup>96</sup> e também na rede de ensino pública.

Por outro lado, o membro do MPT propiciou certo empoderamento dos poderes municipais, principalmente, ao auxiliar a Câmara de Vereadores de Araguaína na elaboração de instrumentos legislativos de sua competência (que tiveram a finalidade de estabelecer sanções administrativas àqueles que tomam o trabalho infantil e outros normativos protetivos), além de ressaltar a existência do Poder de Polícia de que se pode utilizar a administração pública, no caso, para priorizar a proteção da criança e do adolescente, consoante ao artigo 227, da Constituição Federal, Convenções da OIT e demais instrumentos aplicáveis.

---

<sup>95</sup> O número representava, em 2011, 67% da população do município de Araguaína-TO.

<sup>96</sup> Trata-se de serviço idealizado para ser ofertado nos Centros de Referência de Assistência Social, em que se busca, de modo sucinto, prevenir situações de vulnerabilidade social, possibilitar trocas culturais no intento de que seja desenvolvido um sentimento de pertença ou de identidade com o fortalecimento dos vínculos. Em termos normativos, o SCFV integra o Serviço da Proteção Social Básica do Sistema Único de Assistência Social, sendo regulamentado pela Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (Resolução CNAS nº 109/2009 e Resolução CNAS nº 01/2013).

Dentre o conteúdo dos normativos editados, conforme o procurador<sup>97</sup>, houve um que vedava a outorga ou renovação de concessão ou permissão para a exploração de espaços públicos às pessoas físicas ou jurídicas flagradas explorando trabalho de crianças e adolescentes. Para fomentar boas práticas, foi criado o selo social “empresa amiga da criança”, cujos requisitos de obtenção seriam o cumprimento do disposto no art. 428 e seguintes da CLT<sup>98</sup>; a não utilização de mão de obra de crianças e adolescentes na cadeia produtiva e a realização de ações de conscientização em benefício infanto-juvenil.

Sobre a formação e inclusão dos adolescentes, previu-se a contratação de aprendizes em atividades administrativas pelos órgãos componentes da municipalidade. Quanto à conscientização coletiva, foram veiculadas em mídia local, *outdoors* e *busdoors*, em faturas de energia elétrica e água, campanhas contra o trabalho infantil.

Desafortunadamente, conforme o IBGE, em pesquisa<sup>99</sup> divulgada em 13 de novembro de 2015, Araguaína ainda figura entre os trinta municípios com os piores índices de trabalho infantil do Brasil. Os dados dão conta de que 14% dos menores de Araguaína ainda estão envolvidos em algum tipo de trabalho irregular<sup>100</sup>, trata-se de 2% a mais que a média nacional. Em números absolutos, são mil quatrocentos e setenta e três crianças e adolescentes laborando irregularmente nesta localidade. A concentração da população trabalhadora está na faixa etária de 14 a 16 anos, razão pela qual bastante oportuno seria o estímulo à aprendizagem, tanto para o empregador quanto para o trabalhador entre 14 e 17 anos, devendo constar como uma prioridade entre as políticas públicas do município.

A atuação de membros do MPT na causa infanto-juvenil não se deu apenas no estado do Tocantins. Para se ter uma ideia, apenas no ano de 2012 o projeto

---

<sup>97</sup> No material encaminhado pelo Procurador Alexandre Marin Ragagnin, consta a edição da Lei nº 2.7488/2011 pelo município. Contudo, em pesquisa feita no *site* da Câmara do Vereadores do Município de Araguaína, não foi possível localizar a referida lei, apesar de sua edição ter sido amplamente divulgada, inclusive, nos meios jornalísticos tocantinenses. Disponível em: <<http://www.portalonorte.com.br/araguaina-3549-projeto-visa-a-punicao-de-quem-pratica-a-exploracao-do-trabalho-infantil.html>>. Acesso em 16 ago. 2016.

<sup>98</sup> Todos dispositivos que tratam da aprendizagem e estão devidamente destrinchados na parte de análise legislativa da dissertação.

<sup>99</sup> Trata-se da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD). Disponível em: <[http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/pesquisas/pesquisa\\_resultados.php?id\\_pesquisa=40](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/pesquisas/pesquisa_resultados.php?id_pesquisa=40)>. Acesso em: 14 ago. 2016.

<sup>100</sup> Anote-se que o retrato anterior (2009) era um pouco pior, considerando que 15,75% da população entre 5 e 17 estavam em situação de trabalho.

Políticas Públicas do Ministério Público do Trabalho<sup>101</sup> esteve em 53 municípios, 30 termos de ajuste de conduta foram assinados e cerca de 40 mil crianças e adolescentes foram beneficiados. Por exemplo, na cidade de Chupinguaia - Rondônia, local em que existiam grandes empresas, não havia nenhum programa de profissionalização de adolescentes. Assim, estabeleceu-se um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) em que as empresas dali contratariam aprendizes para atuação simultânea como empregados e como aprendizes, observados seus direitos trabalhistas e previdenciários.

O município baiano de Feira de Santana também foi alvo do projeto do MPT, onde se detectou muitos trabalhadores mirins. Assim, a própria Câmara do Vereadores, após conhecer e se sensibilizar com a situação, editou uma lei para conferir certificação às empresas que não contratarem crianças e adolescentes e, noutra banda, àquelas que possibilitarem a profissionalização propiciada pelo poder público.

Na cidade paulista de Ibiúna, local onde havia crianças e adolescentes no labor doméstico e na agricultura, não havia sequer unidade de proteção social. A intervenção do MPT, nesse contexto, propiciou a instalação do Centro de Referência em Assistência Social (CRAS), que passou a atender crianças e adolescentes retiradas do labor ilegal.

Realmente, o MPT vem exercendo seu papel institucional e moral numa luta contínua para que haja o efetivo cumprimento de programas e atividades essenciais ao combate do trabalho infantil e à proteção do trabalhador adolescente, notadamente, naqueles municípios em que já há diagnóstico de trabalho infantil.

### 3.2 PROJETO “BEM EDUCAR” DO MP GO E PROJETO “AMPARANDO FILHOS” DO TJ GO

O primeiro projeto a ser analisado teve início com a constatação do alto índice de evasão escolar, o baixo rendimento dos estudantes e a reiteração de condutas configuradoras de *bullying* no município goiano de Taquaral. Assim, o promotor de Justiça do município, José Antônio Corrêa Trevisan, iniciou a idealização do projeto com o objetivo de aproximar o Ministério Público e a comunidade escolar, de modo a

---

<sup>101</sup> A íntegra do Projeto está disponível em:  
<[http://portal.mpt.mp.br/wps/portal/portal\\_mpt/mpt/ompt/projetosnacionais](http://portal.mpt.mp.br/wps/portal/portal_mpt/mpt/ompt/projetosnacionais)>. Acesso em: 15 set. 2015.



auxiliar no diagnóstico de carências e subsidiar ações e eventuais políticas públicas na área da infância e da juventude. Prioritariamente, devia haver colaboração e integração entre as pastas da assistência social, saúde e educação da municipalidade, sob pena de inocuidade na execução das ações do projeto capitaneado, no caso, pelo Ministério Público.

Diagnosticou-se, de início, que a maior parte dos adolescentes que começaram a trabalhar de forma precoce não frequentava a escola. A cidade de Taquaral, que dista noventa e dois quilômetros da capital do estado, constitui uma referência no setor de confecção de lingerie em Goiás, havendo, pois, carência de mão de obra. Fato que desperta interesse, ainda que precoce, dos adolescentes. Adicione-se a isto o fato de que as escolas do município se encontravam em mau estado de conservação e o ensino oferecido estava bastante díspar da realidade e necessidade daqueles jovens.

Nesse contexto, o aludido promotor iniciou estudos sobre alternativas para que o mencionado interesse de ingresso no mercado de trabalho fosse feito, pelo menos, em conformidade com os ditames legais e constitucionais, assegurando o vínculo escolar e os direitos trabalhistas e previdenciários para os jovens trabalhadores. Portanto, após diligências idealizadas no projeto Bem Educar, constatou-se que, de fato, regularizar a situação dos jovens poderia ser uma possibilidade real de inserção deles no mundo do trabalho, isto após a necessária e pertinente capacitação profissional.

Como visto anteriormente, a transformação de um labor ilegal para aquele trabalho realizado de acordo com a lei da aprendizagem deve ser estimulada, incentivando-se, ainda, a regularização das empresas para o correto oferecimento das vagas. Desse modo, em agosto de 2012, após o estabelecimento de parecerias, com base no projeto que, posteriormente, foi nomeado como “Bem Educar”, entre o poder público, a comunidade, as entidades paraestatais e privadas do município, teve início a primeira turma de capacitação para a formação dos estudantes como costureiros industriais, beneficiando vinte e sete adolescentes.

Também na conjuntura do projeto, a comunidade foi sensibilizada e se mobilizou na busca de melhorias para seara educacional desses jovens. Como um dos resultados das parcerias efetivadas, uma escola, a Escola Estadual Princesa Isabel, foi totalmente reformada e passou a contar com laboratórios de física, química e informática. Tudo feito a partir de trabalho voluntário e levando em

consideração a ideia dos próprios alunos – que também participaram efetivamente da reforma de sua escola – sobre o que seria um bom ambiente escolar. Posteriormente, o projeto Bem Educar passou a se vincular ao Centro de Apoio Operacional<sup>102</sup> da Educação do MPGO. Isto porque cabe a estes tipos de centros, conforme o artigo 33, inciso I, da Lei nº 8.625/1993, “[...] estimular a integração e o intercâmbio entre órgãos de execução que atuem na mesma área de atividade e que tenham atribuições comuns”.

Com efeito, no ano de 2015, o projeto foi lançado noutra município goiano, Mossâmedes, onde se estabeleceram eixos de trabalho, priorizando o esporte, as questões de lazer e cultura, a carência de projetos voltados aos jovens ociosos do município, a exemplo da desativação do ginásio de esportes municipal da cidade. A promotora responsável pela execução do projeto em Mossâmedes, Liana Tormin, priorizou o envolvimento das famílias no meio escolar e conseguiu resultados como a baixa substancial de situações de indisciplina estudantil.<sup>103</sup>

Sobre o projeto Amparando Filhos: Transformando Realidades com a Comunidade Solidária, iniciado em 2015 pelo juiz de Direito Fernando Chacha na comarca de Serranópolis, estado de Goiás, tem-se que o enfrentamento direto ao trabalho infantil não estaria contemplado. Contudo, pelo potencial nele contido e pelos resultados já obtidos, justifica-se sua inserção no presente trabalho com as pertinentes considerações ao cabo. O objetivo do projeto consiste em proteger e amparar integralmente filhos de mães encarceradas, ancorando-se nas diretrizes contidas nas Regras Mínimas para Mulheres Presas<sup>104</sup> (Regras de Bangkok) e nos princípios norteadores do ECA, tais como intervenção precoce, proteção integral e melhor interesse da criança.

---

<sup>102</sup> Os Centros de Apoio Operacional foram concebidos, no âmbito dos Ministérios Públicos dos Estados, a partir do previsto no art. 8º, I, da Lei Federal nº 8.625 de 12/02/1993 que explica: Art. 33. Os Centros de Apoio Operacional são órgãos auxiliares da atividade funcional do Ministério Público, competindo-lhes, na forma da Lei Orgânica: I - estimular a integração e o intercâmbio entre órgãos de execução que atuem na mesma área de atividade e que tenham atribuições comuns; II - remeter informações técnico-jurídicas, sem caráter vinculativo, aos órgãos ligados à sua atividade; III - estabelecer intercâmbio permanente com entidades ou órgãos públicos ou privados que atuem em áreas afins, para obtenção de elementos técnicos especializados necessários ao desempenho de suas funções; IV - remeter, anualmente, ao Procurador-Geral de Justiça relatório das atividades do Ministério Público relativas às suas áreas de atribuições; V - exercer outras funções compatíveis com suas finalidades, vedado o exercício de qualquer atividade de órgão de execução, bem como a expedição de atos normativos a estes dirigidos.

<sup>103</sup> Dados fornecidos pela própria promotora de Justiça em contato telefônico efetuado em 15/8/2016.

<sup>104</sup> Disponível em: <[www.cnj.jus.br/files/conteudo/arquivo/2016/03/27fa43cd9998bf5b43aa2cb3e0f53c44.pdf](http://www.cnj.jus.br/files/conteudo/arquivo/2016/03/27fa43cd9998bf5b43aa2cb3e0f53c44.pdf)>. Acesso em: 15 ago. 2016.

Na prática, o projeto vem para responder e tentar solucionar, com ações integrais e planejadas, três perguntas: com quem, onde e, fundamentalmente, como ficarão esses filhos até o retorno de suas mães? A metodologia aplicada, por seu turno, consiste em, imediatamente após a ciência da prisão de uma mãe (que pode ocorrer na audiência de custódia<sup>105</sup>), o magistrado deve proceder à devida articulação de medidas a serem implementadas por ele e pela rede de proteção infanto-juvenil, com vistas ao menor impacto possível da ausência da genitora. Dentre as medidas, incluem-se visitas técnicas na residência do menor, regularização da guarda provisória de seu responsável, promoção do contato humanizado com a mãe reeducanda e a prole em ambiente próprio e não no presídio.

O projeto em tela, que foi implantado em nove cidades goianas<sup>106</sup>, já colhe resultados. No aspecto material<sup>107</sup>, com apoio da comunidade local, propiciou a restauração de um imóvel na Comarca de Jataí habitado por filha e mãe da presa em que, antes, ficava inundado por ter o telhado quebrado no único cômodo do imóvel. No plano psicológico, o projeto, que é destinado à criança e ao adolescente filhos de mães encarceradas, propicia um acompanhamento psicossocial pelos órgãos responsáveis (CRAS ou CREAS) e também pela escola.

Sobre a educação dos pequenos, constatou-se que as crianças atendidas pelo projeto melhoraram substancialmente seu desempenho escolar. Por meio de visitas humanizadas<sup>108</sup>, minimizou-se um pouco o estigma que a prisão estabelece nas pessoas que ali residem, resgatando o sentimento de ressocialização das mães. Outro dado bastante positivo é que, até o término desta pesquisa, dentre todas as mães participantes do projeto que deixaram a prisão, nenhuma reincidiu. Também dentre os filhos de mães presas, não houve ocorrência de ato infracional.

---

<sup>105</sup> Conforme o art. 8º, X, da Resolução CNJ 213/2015.

<sup>106</sup> Atualizado até dia 16/11/2016: Comarcas que implantaram o Projeto em ordem cronológica: Serranópolis, Jataí, Israelândia, Iporá, Anápolis, Luziânia, São Luis dos Montes Belos, Paraúna, Cachoeira Alta e Goiânia.

<sup>107</sup> Este é apenas um exemplo de atuação conjunta, a mobilização trazida pelo projeto computa a doação de enxoval para bebês de mulheres grávidas que estavam encarceradas; distribuição de cestas básicas aos filhos que estavam desamparados, garantindo o direito básico à alimentação.

<sup>108</sup> Para tais visitas, estipula-se local diverso da prisão, com num centro de referência ou um parque próximos ao presídio, para que seus filhos não se sintam constrangidos com o triste ambiente da prisão. O gestor do projeto atesta que algumas brinquedotecas estão sendo construídas pelas respectivas comunidades, em áreas laterais ao estabelecimento prisional com vistas à referida visita.

Apesar do projeto não ter resultado específico na redução do trabalho infantil<sup>109</sup>, o potencial das ações que estão sendo desenvolvidas ali deve impactar positivamente na redução do trabalho infantil nos municípios atendidos. Isto porque, conforme se tem constatado, muitos filhos estavam sendo cuidados por vizinhos ou amigos da genitora que, por vezes, também cometiam atos ilícitos e se utilizavam dessas crianças e adolescentes para tráfico e outros delitos. Também as parcerias no âmbito do projeto permitiram o fornecimento de cursos profissionalizantes às reeducandas e aos filhos adolescentes.<sup>110</sup>

Como se observa, há autoridades públicas preocupadas com o bem-estar de crianças e adolescentes e, com criatividade e sem custos financeiros, têm melhorado, ainda que pontualmente, a vida dos atendidos nos projetos citados.

### 3.3 ATUAÇÃO DO PROGRAMA INTERNACIONAL PARA A ELIMINAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL – IPEC (*INTERNATIONAL PROGRAM ELIMINATING CHILD LABOUR*), CRIADO EM PELA ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT)

O Governo Federal, na década de 1970, subsidiou e incentivou uma série de macroprojetos de desenvolvimento industrial, utilizando-se de mecanismos tributários e financeiros como isenção fiscal e financiamento por bancos públicos. A eliminação das desigualdades regionais era o foco, razão pela qual tais ações foram desenvolvidas com vistas à maior integração de regiões do interior do país, para gerar empregos e redistribuir renda.

Dessa forma, o estado do Mato Grosso do Sul fora agraciado, durante o regime militar, com a elaboração de um grande projeto de incentivo: o reflorestamento de pinus e eucalipto, numa área de 500.000 hectares, aproximadamente, situada no sudoeste do estado, envolvendo os municípios de Ribas do Rio Pardo, Água Clara e Três Lagoas. A madeira plantada seria utilizada na fabricação de celulose. Em meados de 1980, porém, as empresas não foram

<sup>109</sup> Notadamente porque não se mensurou o índice de crianças e adolescentes laborando em cada município antes e depois do projeto.

<sup>110</sup> Os cursos profissionalizantes foram ofertados pelo Sistema “S” (SENAI - Serviço Nacional de Aprendizagem na Indústria, no SENAC - Serviço Nacional de Aprendizagem no Comércio, no SENAR - Serviço Nacional de Aprendizagem Rural, no SENAT - Serviço Nacional de Aprendizagem nos Transportes e no SENACOOOP). Vale anotar, porém, que as entidades paraestatais possuem o dever legal de oferecer cursos de profissionalização a adolescentes, a teor da previsão celetista (art. 429, da CLT).

para o Mato Grosso do Sul, o projeto havia sido abandonado<sup>111</sup> e não se sabia o que fazer com o reflorestamento de pinus e eucalipto existente.

Portanto, em 1985, o Governo do estado lançou, também sem êxito, o Programa Pró-Indústria, oferecendo incentivos fiscais e creditícios para a implantação de serrarias, unidades de beneficiamento de madeira ou fábrica de celulose. Como não resolveu, surgiu então a possibilidade de se aproveitar a madeira existente para a produção de carvão vegetal. O empreendimento foi bastante rentável, uma vez que dava um destino ao próprio reflorestamento e tinha outras condições favoráveis, a exemplo da sonegação fiscal, da ausência de controle ambiental e do regime de trabalho similar ao escravista.

Os trabalhadores vinham, majoritariamente, do Norte de Minas Gerais e, chegando no local de trabalho, percebiam que a situação prometida não se verificava. Ao contrário, as condições de trabalho eram péssimas, a jornada de trabalho de mais ou menos doze horas por dia, insalubridade e periculosidade explícitas. O salário recebido mal custeava a alimentação e as demais despesas que lhes cobravam, além de casos de agressões pessoais, estupros e até assassinatos de trabalhadores do carvão, o que inibia reclamações trabalhistas.

Os trabalhadores das carvoarias deviam manter os fornos com a madeira, que se queimava lentamente e, depois, recolhia-se em sacos o carvão. Como muitos recebiam por produção, a família inteira do trabalhador era envolvida no trabalho. Crianças com mais de 4 anos já eram consideradas aptas para trabalhar, carregando tijolos e lacrando a entrada dos fornos com barro. Crianças maiores se transformaram em pequenos trabalhadores braçais, ajudando no carregamento e no processo de retirada do carvão quente dos fornos.

Felizmente, nos últimos anos da década de 1980, começaram a surgir relatos sobre as condições de trabalho nas carvoarias sul-mato-grossenses, configurando real omissão estatal. Tais denúncias vinham, principalmente, de entidades não-governamentais, como a Pastoral da Terra, o Centro de Defesa dos Direitos Humanos Marçal de Souza, a Federação dos Trabalhadores na Agricultura.

No contexto descrito, o ano de 1992 marca a instauração de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para apurar os relatos, no intento de coibir práticas

---

<sup>111</sup> O fracasso do macroprojeto é apenas mais um exemplo de política governamental implementada sem maior conhecimento das condições estruturais do país e sem estudo aprofundado de suas possíveis consequências.

como o trabalho escravo e o infantil. Sobre o trabalho infantil na região, a CPI não avançou muito e a mudança da realidade existente na região foi mínima. Por outro lado, restou notória a imagem negativa do estado do Mato Grosso do Sul ensejando mais investigações sobre as condições de vida e trabalho nas carvoarias existentes no estado, notadamente pela Delegacia Regional do Trabalho, pelo Instituto Nacional de Seguridade Social e algumas secretarias de Estado, além de várias ONG's.<sup>112</sup>

Iniciava-se, então, com forte e decisiva atuação do IPEC/OIT<sup>113</sup>, a formulação e implementação do Programa de Ações Integradas (PAI), constituído de cinquenta e duas propostas de atuação de acordo com três linhas básicas: mobilização e comunicação, diagnóstico para a formulação de políticas e ações integradas iniciais para enfrentamento da questão. Dentre as proposições de enfrentamento apresentadas, que contariam com suporte técnico e financeiro do UNICEF e do IPEC/OIT para sua efetiva implementação, destacam-se quatro programas realizados ao longo de seis anos de trabalho: entre 1994 e 2000, firmados com a Comissão Pastoral da Terra (CPT), que implementou três e a Federação dos Trabalhadores na Agricultura do estado do Mato Grosso do Sul (FETAGRI), que implementou um programa, este denominado de “Mobilização para a Prevenção e Eliminação do Trabalho Infantil em Carvoarias do estado do Mato Grosso do Sul”.

Iniciando-se em novembro de 1994, o referido programa teve seu término em abril de 1996, abrangendo os municípios de Ribas do Rio Pardo, Três Lagoas e Águas Claras, com vistas à gradual eliminação do trabalho infantil em carvoarias do estado do Mato Grosso do Sul. Para tanto, elaborou-se três objetivos imediatos: a) aprimoramento da legislação proibitiva do trabalho infantil, com a inclusão de cláusulas de prevenção, proteção de crianças trabalhadoras, além da eliminação do trabalho infantil em convenções coletivas de trabalho referentes aos trabalhadores de carvoarias nas três cidades; b) sensibilização das famílias de crianças trabalhadoras e das autoridades sobre o risco que corriam as três mil crianças que trabalhavam nas carvoarias daquelas cidades municípios; c) acesso dos infantes à

---

<sup>112</sup> Ao todo, 27 entidades participaram do enfrentamento ao problema, sendo 16 delas ONG's.

<sup>113</sup> Trata-se de importante programa internacional, já citado nesta dissertação, para a eliminação do Trabalho Infantil, criado em pela OIT. No âmbito das carvoarias sul-mato-grossenses, IPEC/OIT foi um imprescindível órgão técnico que analisou a realidade e formulou projetos de intervenção. Anote-se que, no período, tramitavam inquéritos civis públicos e o apoio técnico e financeiro estabelecido culminou na realização de Programas de Ação contra o trabalho infantil.

educação regular, à saúde, aos serviços de lazer e de cultura para, especialmente, de 7 a 14 anos que estivessem trabalhando nas carvoarias.

Para a conscientizar<sup>114</sup> as famílias trabalhadoras do carvão, optou-se por explicitar a necessidade dos estudos como forma de melhoramento da qualidade de vida, inclusive por meio de programas de rádio<sup>115</sup>, que visavam não apenas às famílias como também à sociedade sobre os direitos infanto-juvenis. Ao cabo do programa, constatou-se alteração significativa da realidade escolar, com a instalação de algumas salas de aula em carvoarias e transporte escolar para os menores, a partir de parcerias com as prefeituras dos municípios envolvidos. Realizou-se, ainda, levantamento do perfil das crianças que se encontravam nas carvoarias, sendo providenciado o registro civil dessas sem documentação, além de orientações sobre saúde básica e vacinação de crianças e animais domésticos. Do Relatório Final do aludido programa constou, também, a mobilização feita e o encaminhamento de tarefas que tiveram continuidade com o PAI, assumido pelo Governo do estado do Mato Grosso do Sul.

Tendo como principal parceira a Comissão Pastoral da Terra, outro programa de ação fora implementado com vistas ao combate do trabalho escravo e infantil no campo. Intitulado Comissão Permanente de Investigação das Condições de Trabalho: Intervenção Sistemática nas Áreas de Trabalho Infantil em Condições de Risco, o programa também teve início em novembro de 1994, findando-se em dezembro de 1996, abrangendo os municípios de Ribas do Rio Pardo, Água Clara, Três Lagoas, Brasilândia, Navaraí e Sidrolândia. O foco era o combate à exploração do trabalho de três mil crianças que laboravam na produção de carvão vegetal, álcool e cana.

Para tanto, como se intentava a melhoria das condições de vida e trabalho das famílias desses trabalhadores mirins, inicialmente, foram detectadas as situações críticas de exploração, dando-se a devida ciência aos empresários locais, às respectivas prefeituras e ONG's. Houve, assim, garantia do funcionamento permanente da Comissão, até mesmo, na divulgação de resultados do trabalho. Outra ação do programa consistia em fiscalizar o cumprimento dos acordos de

---

<sup>114</sup> Nos documentos pesquisados, não se encontrou detalhes sobre o modo como era feita a abordagem das famílias, contudo, tanto o IPEC/OIT quanto o FNPETI narraram que todas as crianças trabalhadoras foram abordadas.

<sup>115</sup> Embora a proposta inicial previsse a realização de programas semanais, a serem transmitidos aos domingos, durante um ano, apenas produziu-se dois programas de rádio, que receberam o título de "Ser Criança – Um Direito", e foram ao ar pela Rádio Capital - AM, a partir de março de 1995.

usineiros e do Sindicato dos Produtores de Carvão, que interditavam o trabalho escravo e de crianças.

A primeira ação consistia na realização de visitas com jornalistas de rádio, televisão e jornais impressos nacionais e internacionais nas carvoarias e nas destilarias, denominadas de “visita guia”. Foram realizados dezoito encontros que renderam uma divulgação na mídia, mostrando o quão indigna e degradante era a situação das famílias dos carvoeiros daqueles trabalhadores infantis. Ademais, os relatórios das visitas de inspeção eram remetidos às secretarias estatais e entidades interessadas na questão, acarretando diversas reuniões com órgãos governamentais e patronais. Um mapeamento das carvoarias também foi elaborado para saber o número de empreendimentos do ramo e sua posição geográfica. Conjuntamente aos relatórios das visitas, foram observadas diversas irregularidades, como a falta de segurança, higiene e condições dignas de moradia, o endividamento perene dos trabalhadores e a excessiva jornada de trabalho.

O programa, conforme dados do IPEC/OIT<sup>116</sup>, beneficiou cerca de 8.000 famílias de carvoarias e também trabalhadores indígenas que trabalhavam em plantações de cana-de-açúcar. Dentre as famílias, existiam 2.600 crianças envolvidas direta ou indiretamente com a produção de carvão, álcool e açúcar nos municípios referidos. Além do Mato Grosso do Sul, o Programa Internacional também atuou nos estados do Maranhão, Piauí, Paraíba, Alagoas, Espírito Santo, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

### 3.4 PRINCIPAIS MEDIDAS DESENVOLVIDAS PELO MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO<sup>117</sup> PARA SEARA INFANTO-JUVENIL

A pasta do Poder Executivo Federal responsável pelas ações de auditoria fiscal e profissionalização é o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). No âmbito da política nacional de erradicação do trabalho infantil, o órgão federal, por suas Superintendências Regionais de Trabalho e Emprego<sup>118</sup> (SRTes), possui a atribuição de propor e supervisionar políticas públicas de enfrentamento ao trabalho da população infanto-juvenil. Também cabe ao MTE, fiscalizar a inclusão precipitada

<sup>116</sup> Disponíveis em: <<http://www.oit.org.br/node/323>>. Acesso em: 10 ago. 2016.

<sup>117</sup> A nomenclatura deste Ministério, assim como sua sigla, sofre variação: também é chamado de Ministério do Trabalho e Previdência Social (MTPS).

<sup>118</sup> A denominação anterior era Delegacia Regional do Trabalho (DRT).



de crianças e adolescentes no labor, com o pertinente planejamento e coordenação das ações fiscalizatórias, a exemplo de se mapear os focos de trabalho infantil e realizar campanhas de sensibilização e conscientização da comunidade e das autoridades, por vezes.

Nesse contexto, houve a criação da Comissão Tripartite<sup>119</sup> para determinar as piores formas de trabalho infantil, no Brasil, pelo MTE. Já no ano de 2002, o MTE institui a Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil (CONAETI), abrindo espaço, no âmbito federal, para viabilizar a elaboração do Plano Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil. Ou seja, a atuação dos auditores fiscais perpassa a fiscalização repressiva para focar em medidas de precaução, denotando a imperiosa necessidade de se erradicar o trabalho infantil, por ser este uma grave violação aos direitos fundamentais de crianças e adolescentes.

Sendo assim, estudos do Ministério na seara infanto-juvenil redundaram em duas interessantes publicações<sup>120</sup> que funcionam como guia para a fiscalização e para execução das políticas de combate. Como já elucidado neste escrito, imprescindíveis são os dados<sup>121</sup> levantados mensal e anualmente pelo MTE para embasar todo e qualquer planejamento e estratégia utilizados na ação. Porém, constantes são os obstáculos encontrado pelos auditores, a exemplo das inspeções que, em regra, não alcançam o trabalho infantil doméstico porque os tomadores deste tipo de mão de obra infanto-juvenil evocam a CF/88 para coibir a fiscalização.

De fato, o artigo 5º, inciso XI, estabelece ser a casa, local do trabalho irregular no caso em questão, um asilo inviolável, vedando-se, pois, o ingresso sem consentimento do morador. O mesmo dispositivo constitucional, por outro lado, excetua os casos de flagrante delito<sup>122</sup>, desastre, prestação de socorro, e, durante o

<sup>119</sup> Atendendo à determinação do art. 3º da Convenção nº 182 da OIT.

<sup>120</sup> Integralidade dessas publicações disponível em: <<http://www3.mte.gov.br/geral/publicacoes.asp>>. Acesso em: 8 nov. 2016.

<sup>121</sup> Apesar de subdimensionado, o retrato do trabalho infantil no Brasil somente é possibilitado em vista da colheita dos dados pelos representantes do MTE, a exemplo da RAIS.

<sup>122</sup> O foco desta parte da dissertação é mostrar o trabalho e as dificuldades do MTE na fiscalização e combate ao trabalho infantil. Porém, vale refletir, a partir do que se anotou na parte denominada “A questão penal do trabalho infantil”, que seria possível, diante de uma notícia de labor ilegal, que os auditores adentrassem a casa para vistoriar a situação e, se for o caso, retirar a criança ou adolescente daquela situação, encaminhando ao Ministério Público para apuração delituosa por parte do tomador. Por outro lado, há de mencionar que o próprio ECA, denotando incoerência técnica absurda, no artigo 248 prevê sanção para quem “Deixar de apresentar à autoridade judiciária de seu domicílio [...] com o fim de regularizar a guarda, adolescente trazido de outra comarca para a prestação de serviço doméstico, mesmo que autorizado pelos pais ou responsável”. Sobre este dispositivo, existem dois projetos de lei tramitando na Câmara dos Deputados, com vistas à sua revogação: PL 8286/2014 e PL 5927/2016.

dia, com determinação judicial. Assim, a atuação dos auditores do MTE restringe-se a buscar os empregadores, caso recebam denúncias, convidando-os a se apresentarem à Delegacia Regional do Trabalho. Caso apareçam, os auditores solicitam a regularização das verbas trabalhistas a que tem direito a criança ou adolescente e alertam sobre a vedação ao trabalho infantil, sem poder impor multa administrativa ou sanções por falta de amparo legal. Perceptível, assim, que o comum é a ineficácia destas providências.

No campo da aprendizagem, o MTE está bastante atuante e tem logrado êxito como ocorreu com a edição do Decreto nº 8.740/2016<sup>123</sup> que alterou Decreto nº 5.598/2005, para inserir:

Art. 23-A. O estabelecimento contratante cujas peculiaridades da atividade ou dos locais de trabalho constituam embaraço à realização das aulas práticas, além de poderem ministrá-las exclusivamente nas entidades qualificadas em formação técnico profissional, poderão requerer junto à respectiva unidade descentralizada do Ministério do Trabalho e Previdência Social a assinatura de termo de compromisso para o cumprimento da cota em entidade concedente da experiência prática do aprendiz.

§ 1º Caberá ao Ministério do Trabalho e Previdência Social definir: I - os setores da economia em que a aula prática poderá se dar nas entidades concedentes; e II - o processamento do pedido de assinatura de termo de compromisso.

§ 2º Consideram-se entidades concedentes da experiência prática do aprendiz: I - órgãos públicos; II - organizações da sociedade civil, nos termos do art. 2º da Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014; e III - unidades do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo - Sinase.

§ 3º Firmado o termo de compromisso com o Ministério do Trabalho e Previdência Social, o estabelecimento contratante e a entidade qualificada por ele já contratada deverão firmar conjuntamente parceria com uma das entidades concedentes para a realização das aulas práticas.

§ 4º Caberá à entidade qualificada o acompanhamento pedagógico da etapa prática.

§ 5º A seleção de aprendizes será realizada a partir do cadastro público de emprego, disponível no portal eletrônico Mais Emprego e deverá priorizar a inclusão de jovens e adolescentes em situação de vulnerabilidade ou risco social, tais como: I - adolescentes egressos do sistema socioeducativo ou em cumprimento de medidas socioeducativas; II - jovens em cumprimento de pena no sistema prisional; III - jovens e adolescentes cujas famílias sejam beneficiárias de programas de transferência de renda; IV - jovens e adolescentes em situação de acolhimento institucional; V - jovens e adolescentes egressos do trabalho infantil; VI - jovens e adolescentes com deficiência; VII - jovens e adolescentes matriculados na rede pública de ensino, em nível fundamental, médio regular ou médio técnico, inclusive na modalidade de Educação de Jovens e Adultos; e, VIII - jovens desempregados e com ensino fundamental ou médio concluído na rede pública.

§ 6º Os percentuais a serem cumpridos na forma alternativa e no sistema regular deverão constar do termo de compromisso firmado com o Ministério

<sup>123</sup> Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2016/Decreto/D8740.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2016/Decreto/D8740.htm)>. Acesso em: 8 nov. 2016.

do Trabalho e Previdência Social, com vistas ao adimplemento integral da cota de aprendizagem, observados, em todos os casos, os limites previstos na Seção IV do Capítulo IV do Título III do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho e a contratação do percentual mínimo no sistema regular

Com a mudança, os empregadores que não atingirem a cota mínima<sup>124</sup> de contratação de aprendizes dentro das suas empresas poderão assinar a carteira desses jovens, mas os direcionarão para exercício de atividades em órgãos públicos, organizações da sociedade civil e unidades do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase). O texto priorizou jovens e adolescentes em situação de vulnerabilidade social: egressos do trabalho infantil e do sistema socioeducativo; em cumprimento de medidas socioeducativas; em situação de acolhimento institucional; pessoas com deficiência e beneficiários de programas de transferência de renda.

Um exemplo de engajamento e mobilização social e institucional por parte de auditores fiscais foi a atuação da SRTE do estado de Goiás que ocorreu em 2013, em quarenta feiras livres<sup>125</sup> de Goiânia. Com o auxílio dos demais membros<sup>126</sup> do Fórum Goiano de Prevenção e Erradicação ao Trabalho Infantil (FPETIGO), a SRT/GO formulou e efetivou um plano de ação que continha quatro eixos de atuação fiscalizatória e encaminhamentos: trabalho infantil doméstico, lixões e aterros sanitários, assentamentos e feiras livres, além das ações estratégicas de curto, médio e longo prazos. Uma das medidas do referido plano culminou na catalogação dos dados de mais de duzentas crianças e adolescentes que laboravam

---

<sup>124</sup> Lembrando que a Lei da Aprendizagem prevê que todas as empresas de médio e grande porte devem manter, nos respectivos quadros, jovens de 14 a 24 anos na condição de aprendiz. A cota de aprendizes está fixada entre no mínimo 5% e no máximo 15%, calculada sobre o total de empregados. O Cadastro Geral de Empregados e Desempregados deu conta da admissão, em 2015, de mais de 400 mil novos aprendizes. As contratantes são impulsionadas por incentivos fiscais e tributários.

<sup>125</sup> O Decreto nº 64.081/2008 define nos itens 73 e 81 as condições em que o trabalho é proibido para pessoas com menos de 18 anos e que se aplicam às feiras livres: Item 73: Em ruas e outros logradouros públicos (comércio ambulante, guardador de carros, guardas mirins, guias turísticos, transporte de pessoas ou animais, entre outros) e Item 81: Ao ar livre, sem proteção adequada contra exposição à radiação solar, chuva e frio.

<sup>126</sup> O FPETIGO integra diversas instituições governamentais e não governamentais, entre elas: Ministérios Públicos do Trabalho e do Estado de Goiás, Juizado da Infância e Juventude, secretarias municipais e estaduais (saúde, educação, trabalho indústria e comércio), sindicatos patronais e de trabalhadores; tendo sido relançado em 8/5/2013 por insistência da auditora fiscal Katleem Marla Pires de Lima (SRT/GO).

nas feiras goianienses<sup>127</sup>, inclusive no período noturno. Com o cadastramento dessas meninas e meninos, foi possível a sensibilização e conscientização de seus familiares e também o correto acompanhamento na área educacional e social, além do encaminhamento para programas de inclusão social ou aprendizagem, conforme o caso, que foi feito pela rede de proteção à criança e ao adolescente.

Importa dizer que, durante a execução da fiscalização nas feiras, os auditores e demais participantes do procedimento sofreram ameaças e a resistência dos feirantes dificultou bastante o trabalho. As constatações foram preocupantes decorrentes dos seguintes operativos: a) aproximadamente 30% das bancas utilizavam-se de mão de obra infanto-juvenil; b) nas bancas que utilizam esse tipo de mão de obra, 80% são crianças e adolescentes da própria família, especialmente filhos e sobrinhos; c) 80% dessas crianças e adolescentes que trabalham em regime de economia familiar o fazem mais de quatro vezes por semana; d) uma adolescente participante do PETI laborando em banca de DVD e CD piratas – a maior parte pornográficos, com seu pai na banca ao lado (de roupas).

Por último, ainda sobre a prática no combate ao trabalho infantil pelos auditores das SRTEs, em recente seminário<sup>128</sup>, a auditora fiscal do trabalho Taís Lyrio destacou a necessidade de que os autos de infração lavrados na seara infanto-juvenil, por seus pares, sejam efetivamente processados e tenham o devido prosseguimento na cobrança e demais providências a serem empreendidas pelas instâncias posteriores, especialmente quando chegam à Justiça.

---

<sup>127</sup> Por haver participado deste trabalho nas feiras goianienses, desde sua concepção até a colheita dos resultados, resumo as ações empreendidas: a) elegeu-se como alvo das ações – 40 feiras livres com quantitativo igual ou superior a 70 bancas; b) definiu-se o cronograma e quais integrantes do FPETIGO participariam de cada operação; c) foi solicitado o apoio de conselheiros tutelares e de policiais militares, durante as feiras; d) houve a efetiva fiscalização, autuação e cadastro de crianças e adolescentes encontrados em situação de trabalho infantil; e) ao mesmo tempo, orientou-se, informou-se e se esclareceu as implicações do trabalho infanto-juvenil, tendo como destinatários os tomadores da mão de obra infanto-juvenil e as próprias crianças e adolescentes, na tentativa de conscientizá-los; f) houve o devido processamento e tratamento das informações colhidas; g) remessa de ofícios às autoridades competentes (prefeitura, delegacia, conselhos tutelares etc.), com apresentação de dados e sugestões para prevenção e erradicação do trabalho infantil nas feiras goianienses.

<sup>128</sup> Trata-se do 3º Seminário Nacional de Combate ao Trabalho Infantil e Estímulo à Aprendizagem, que aconteceu nos dias 20 e 21 de outubro de 2016, organizado pelo Tribunal Superior do Trabalho, Conselho Superior da Justiça do Trabalho e Programa de Combate ao Trabalho Infantil e de Estímulo à Aprendizagem da Justiça do Trabalho, objetivando propostas para fomentar o enfrentamento do trabalho infantil no Brasil e a promoção do cumprimento da Lei da Aprendizagem.

#### 4 ASPECTOS POLÊMICOS SOBRE O TRABALHO INFANTIL

Antes de iniciar, cumpre registrar que os assuntos tratados a seguir foram escolhidos na tentativa de desmitificar alguns dizeres e, ainda, com o objetivo de que sirvam à análise do discurso de parte da população brasileira, inclusive juristas e outros profissionais, que, direta ou indiretamente, ignoram ou apoiam a exploração do trabalho infantil. Neste contexto, é imprescindível a elucidação das mazelas trazidas por essa prática e outros aspectos que merecem ser visibilizados, como o índice de acidentes de trabalho, por exemplo.

Após tais noções e anotando se tratar de um direito fundamental da criança e do adolescente não trabalhar, restarão pouco significantes os debates sobre de quem seja a competência para autorizar ou desautorizar o labor infanto-juvenil que, na maior parte das vezes, presta-se apenas à manutenção da exploração e ignora a proteção que deve ser dispensada por todos os ramos do Sistema de Justiça à infância e à juventude.

De fato, o que se denomina de “Justiça”, frequentemente, prega tristes peças na expectativa de combate ao trabalho infantil, a exemplo da cotidiana situação das audiências de apresentação de menor apreendido por suposto conflito com a lei. Em regra, tal encontro é iniciado com a indagação sobre o estudo e o trabalho do menor. Caso seja comprovada a existência de trabalho, mesmo em desconformidade com a vista legislação pátria, o magistrado não oficia o órgão que deve fiscalizar e aplicar multa, tampouco inicia qualquer procedimento ou apuração sobre a situação observada.

Ademais, a parte de análise legislativa sobre a aprendizagem, inserta nesta dissertação, deixa clara a opinião<sup>129</sup> de renomados doutrinadores sobre a “carga de concessões” que os empregadores precisariam fazer para contratar um aprendiz. Uma narrativa que certamente desconhece a realidade do trabalho infantil e pouco se preocupa com a capacitação e profissionalização da população mais carente do país.

---

<sup>129</sup> Crítica inserta nas páginas 47-50 deste trabalho.

#### 4.1 AS CONSEQUÊNCIAS DO TRABALHO INFANTIL COMO LIMITADOR: PREJUÍZOS SOCIOCOGNITIVOS, SENSORIO-MOTORES E LIMITAÇÕES PSICOSSOCIAIS

Responsável pela reprodução do ciclo geracional de pobreza, o trabalho infantil impede a possibilidade de emancipação no futuro, tendo em vista que o uso do labor da criança e do adolescente precariza as relações de emprego, com remunerações bastante inferiores às dos adultos. Sérias consequências dele decorrem ao desenvolvimento educacional das crianças e dos adolescentes, envolvendo a dificuldade de acesso à escola, geralmente em razão das longas jornadas, a dificuldade de permanência, infrequência, evasão precoce, baixo nível de rendimento escolar. Noutras palavras, perpetua a exclusão educacional normal e anteriormente experimentadas por seus genitores.

De um lado, sem esforço, é possível concluir que o abandono escolar na vida do trabalhador precoce resulta no aumento do analfabetismo, proporcionando a reprodução da força de trabalho com baixa qualificação e impedindo o acesso a outras oportunidades positivas ao seu desenvolvimento. De outro, os efeitos das condições perigosas de trabalho sobre a saúde das crianças em seu desenvolvimento podem ser devastadores. O impacto do trabalho fisicamente extremo podem prejudicar ou incapacitar permanentemente seu crescimento, pois crianças e adolescentes sofrem mais danos ao entrar em contato com substâncias químicas e radiação do que os adultos e têm menos resistência a infecções.

Outro aspecto importante diz respeito aos efeitos psicológicos do trabalho infantil, haja vista que a inserção no mercado de trabalho estimula o abandono da infância, fazendo-os precocemente ingressarem no mundo adulto. Os prejuízos ao desenvolvimento psicológico e intelectual afetam as crianças e adolescentes trabalhadores, refletindo no conjunto de suas relações pessoais e sociais, afora que eles ainda não são amadurecidos mentalmente, estando menos atentos aos riscos potenciais envolvidos no local de trabalho.

Dessa forma, ocorre uma verdadeira e infeliz inversão da responsabilidade dos pais para os filhos, enquanto provedores das necessidades familiares. Logo, passa a ser ignorada a responsabilidade constitucional de proteger e garantir os direitos das crianças e dos adolescentes que incumbe à família, ao Estado e à sociedade. Pode, inclusive, levar ao afastamento dos familiares e da comunidade, gerando como consequências a fragilização de vínculos parentais e de participação

na própria democracia, especialmente ao limitar sua completude de formação e desenvolvimento.

No aspecto fisiológico, conforme o Ministério do Trabalho e Emprego<sup>130</sup> (MTE), há comprometimentos irreversíveis à saúde do trabalhador infanto-juvenil. Baseado em fundamentos científicos, este órgão de atendimento ao cidadão elenca algumas razões para se preocupar com o tema, a saber:

- a) os ossos e músculos infanto-juvenis não estão completamente desenvolvidos, portanto podem sofrer deformações, além do cansaço muscular e prejuízos ao crescimento e ao desenvolvimento;
- b) a frequência cardíaca de uma criança é mais célere que a de adultos para o mesmo esforço, então o cansaço e o esgotamento ocorrem mais rapidamente;
- c) considerando que seu sistema nervoso não está completamente desenvolvido, pressões do mundo do trabalho podem provocar diversos sintomas: dores de cabeça, insônias, tonteadas, irritabilidade, dificuldade de concentração e memorização, taquicardia;
- d) o estômago, o fígado, o baço, os rins e os intestinos também estão se desenvolvendo podendo ser bastante afetados com a absorção de substâncias tóxicas que aos adultos não apresentariam tal risco;
- e) o tecido epitelial da criança é menos desenvolvido, portanto está mais vulnerável aos efeitos de agentes mecânicos, físicos e químicos;
- f) a visão periférica da criança é menor, de modo que a percepção dos arredores é igualmente menor;
- g) como a sensibilidade auditiva da criança é maior, ruídos podem provocar alterações e até perda auditivas mais intensas e céleres.

Realmente, com a labuta infanto-juvenil, vem a exposição, em grau aumentado, aos riscos. A título de comprovação, no ano de 2015, vinte e seis crianças e adolescentes faleceram em decorrência do trabalho e quase três mil

---

<sup>130</sup> Íntegra disponível em:  
<<http://trabalho.gov.br/data/files/8A7C812D307400CA013075FBD51D3F2A/trabalho infantil-mte-web.pdf>>. Acesso em: 15 nov. 2015.

crianças e adolescentes se acidentaram, também em 2015, conforme o Observatório da Criança e do Adolescente.<sup>131</sup>

A saúde moral e psíquica é atingida porque existe uma sujeição a determinadas rotinas e tarefas que exigem uma maturidade ainda inexistente na maior parte dos trabalhadores rurais. A pressão e a competitividade inerentes ao mundo do trabalho podem ocasionar problemas psicológicos como tristeza, insegurança, desespero e medo.

No caso específico da fumicultura<sup>132</sup>, em que são utilizados herbicidas, inseticidas e fungicidas, entre eles os organofosforados, observa-se um exemplo de trabalho em que a ocorrência de alterações neurocomportamentais é frequente e pode estar relacionada, conforme a obra “Trabalho rural e intoxicações por agrotóxicos”<sup>133</sup>, a níveis mais elevados de depressão e suicídio.

O trabalho infantil, visto pelo seu aspecto econômico, traz, pelo menos, uma tríade de problemas: ocupação de postos de trabalho próprios dos adultos; aumento do desemprego formal, estimulando a informalidade dos que deveriam ocupar os postos; a sociedade também perde com a fraude perpetrada por quem contrata ilegalmente menores e não recolhe os tributos pertinentes. O mais gravoso: tolhe da pessoa, ainda na infância, a oportunidade de brincar, estudar e aprender. Chegando à idade adulta, certamente, o trabalhador será preterido nos melhores postos de trabalho por falta de qualificação profissional, mantendo sua situação econômica ou piorando. A vetustez não parece, nesse contexto, ser mais promissora.

Atesta a pesquisa<sup>134</sup> realizada pelo IPEC/OIT, no Brasil, que quem começou a trabalhar entre 15 e 17 anos não chega aos trinta com uma renda muito diferente de quem ingressou com dezoito ou dezenove anos. E as possibilidades de se obter um salário maior ao longo da vida profissional são maiores para aqueles que começam

<sup>131</sup> Dados disponíveis em: <<http://observatoriocrianca.org.br/cenario-infancia/temas/trabalho-infantil/639-acidentes-de-trabalho-entre-criancas-de-5-a-17-anos?filters=1,235>>. Acesso em: 15 ago. 2016.

<sup>132</sup> Principalmente no Rio Grande do Sul, há uma alta taxa de trabalhadores infantis na agricultura, inclusive na fumicultura. Cerca de setenta mil crianças e adolescentes são trabalhadores rurais no RS, conforme dados do Observatório da Criança e do Adolescente. Disponível em: <<http://observatoriocrianca.org.br/cenario-infancia/temas/trabalho-infantil/622-populacao-entre-5-e-17-anos-ocupada-segundo-tipo-de-atividade?filters=1,240;27,240>>.

<sup>133</sup> FARIA, N. M. X.; FACCHINI, L. A.; Fassa, A. G.; TOMASI, E. Trabalho rural e intoxicações por agrotóxicos. *Cadernos de Saúde Pública*. Rio de Janeiro, v. 20, n.5, p.1298-1308, set./out. 2004.

<sup>134</sup> Programa Internacional para Prevenção e Eliminação do Trabalho Infantil (IPEC) da OIT no Brasil – *O Brasil sem trabalho infantil, quando?* 2007.



depois dos vinte anos. Provavelmente, devido à escolaridade e à qualificação adquiridas a longo dos anos.

Outra interessante constatação é de que:

[...] o trabalho infantil está intimamente ligado à renda domiciliar e que, para as crianças de 10 a 17 anos, a diferença na renda domiciliar não altera a proporção de crianças que trabalham até o valor de R\$ 1.800,00. No entanto, para crianças de 5 a 9 anos, qualquer aumento na renda domiciliar influencia fortemente na diminuição do trabalho infantil. Esses dois fatos indicam que o problema do trabalho infantil pode estar ligado a ações de crescimento econômico com distribuição da renda.

De fato, trata-se de um círculo vicioso<sup>135</sup>: trabalho infantil, baixa escolaridade, baixo salário e, possível e infelizmente, a prole também será de trabalhadores mirins. A exclusão desse trabalhador também ocorre no aspecto educacional, conquanto crianças e adolescentes ficam com pouca instrução.

Dados do Censo da Educação Básica de 2015<sup>136</sup> indicam que 1.665.333 estudantes matriculados em 2014 não renovaram as matrículas no ano seguinte e, conforme o Ministério da Educação<sup>137</sup>, uma das principais causas de abandono escolar é, justamente, o trabalho precoce. Ademais, observa-se um crescente índice de letalidade entre adolescentes de 14 a 17 anos que, conforme dados do FNPETI<sup>138</sup>, representaram 83% dos jovens mortos no Brasil, em 2015.

Do ponto de vista jurídico, o contrato de trabalho infantil, na maior parte das vezes verbal, assemelha-se a um contrato de adesão em que o aderente desconhece seus termos e direitos, impossibilitando a análise e valoração das condições as quais é sujeitado. Cerca de dois milhões de crianças e adolescentes, no país, estão, neste momento, laborando nas piores formas de trabalho, sem qualquer proteção. Portanto, a maior parte dos trabalhadores mirins possuem

<sup>135</sup> Dados da PNAD de 2003 apontam que, das 79,1 milhões de pessoas ocupadas, 50,3% não completaram o ensino fundamental, 59% iniciaram o trabalho antes dos quatorze anos e 50,3% tinham renda inferior a dois salários mínimos.

<sup>136</sup> Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/basica-censo>>. Acesso em: 20 set. 2016.

<sup>137</sup> Vale registrar que, a partir dos dados mencionados no Censo, foi anunciado pelo governo federal, em maio de 2016, o Programa de Acolhimento, Permanência e Êxito (Pape): de Volta para Escola. Com o próprio nome diz, no programa atuam as pastas da educação, saúde e assistência social para diminuir a evasão escolar. Caso venha a funcionar nos moldes idealizados, poderia, em tese, impactar positivamente na redução dos índices de trabalho infantil.

<sup>138</sup> Ainda consoante a explanação da secretária do FNPETI, Dra. Isa, a aprendizagem representaria apenas uma das estratégias de combate ao labor precoce, e o investimento que foi feito na primeira década de vida resultou numa queda da taxa de mortalidade infantil que, infelizmente, não tem prosseguimento na segunda década de vida da pessoa.

razoáveis chances de ter seu desenvolvimento físico, biológico, emocional e social maleficamente afetados.<sup>139</sup>

---

<sup>139</sup> O mais recente caso de óbito, antes da finalização da presente dissertação, deu-se em 19/10/2016, com um adolescente que jogava na categoria de base da Portuguesa Desportos (SP).

## 4.2 ANOTAÇÕES SOBRE O TRABALHO INFANTIL ARTÍSTICO E SOBRE O DOMÉSTICO

A opção pela breve abordagem dos dois tipos de labor infantil justifica-se, pois, o trabalho infantil doméstico merece ser objeto de elucidação em razão de sua invisibilidade, da dificuldade de fiscalização<sup>140</sup> e, em consequência, de proteção deste tipo de trabalho. Isto ocorre por se tratar de modalidade de labor realizado em casa de terceiros, pelo qual podem receber alguma remuneração.<sup>141</sup> Portanto, o trabalho doméstico realizado pela população infanto-juvenil é subdimensionado. Mesmo assim, relatório da OIT<sup>142</sup> mostrou que este foi o único tipo de trabalho infantil que teve aumento de 2008 a 2012, no mundo. O número de crianças e adolescentes em atividades domésticas passou de 10,5 milhões para 11,5 milhões.

Os estudos da OIT<sup>143</sup> indicam também que o trabalho infantil doméstico traz consigo, no mínimo, oito tipos de potenciais perigos:

[...] longas horas de trabalho; trabalho físico pesado; abuso físico ou emocional; abuso sexual; deficientes condições de vida; salários baixos ou *in natura*; falta de oportunidades educativas; falta de oportunidades para o desenvolvimento emocional e social.

Neste ponto, oportuna a experiência do Uruguai que, conforme afirma o ministro Juan Roballo, na III Conferência sobre o Trabalho Infantil<sup>144</sup>, conseguiu criar formas de fiscalizar e combater o trabalho infantil doméstico, por meio de sensibilização popular que consistiu em demonstrar e esclarecer que se trata de

<sup>140</sup> Também o trabalho infantil agrícola tem sua fiscalização dificultada devido à natureza geograficamente espalhada. Contudo, por sua amplitude, não poderá ser mais detidamente analisada neste estudo. A respeito, sabe-se que, atualmente, conforme o Observatório da Criança e do Adolescente, existem cerca de um milhão de crianças e adolescentes laborando no campo e, para um aprofundamento, sugere-se a leitura do artigo científico: KASSOUF, Ana Lúcia; SANTOS, Marcelo Justus dos. *Trabalho infantil no meio rural brasileiro: evidências sobre o “paradoxo da riqueza”*. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-80502010000300004](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-80502010000300004)>. Acesso em: 27 ago. 2016.

<sup>141</sup> Geralmente, é um salário baixo ou troca-se a força de trabalho pela habitação e, eventualmente, desde que não atrapalhe o trabalho, educação.

<sup>142</sup> Disponível em: <<http://www.oitbrasil.org.br/content/105-milhoes-de-criancas-no-trabalho-infantil-domestico-em-todo-o-mundo>>. Acesso em: 26 set. 2016.

<sup>143</sup> Trata-se de relatório inserto no texto “O trabalho doméstico na América Latina e no Caribe: erradicar o trabalho infantil doméstico”. Disponível em: <[http://www.oitbrasil.org.br/sites/default/files/topic/gender/pub/notas\\_oit\\_3\\_559\\_733.pdf](http://www.oitbrasil.org.br/sites/default/files/topic/gender/pub/notas_oit_3_559_733.pdf), pág. 2>. Acesso em: 22 set. 2016.

<sup>144</sup> Informações disponibilizadas durante a conferência e em: <[http://www.ilo.org/ipecc/informationresources/WCMS\\_IPEC\\_PUB\\_23483/lang--pt/index.htm](http://www.ilo.org/ipecc/informationresources/WCMS_IPEC_PUB_23483/lang--pt/index.htm)>. Acesso em 26 set. 2016.

relação de trabalho, com empregador e empregada<sup>145</sup>, com direitos e deveres, apesar do paternalismo que permeia essas relações.

De fato, a condescendência e a hipocrisia relativas ao trabalho infantil doméstico são deploráveis. Discursos no sentido de que, de um lado, estar-se-ia a ajudar a menor e sua família e, de outro lado, que a vida da trabalhadora precoce seria melhor na casa de terceiros com melhores condições econômicas, como visto, não merecem prosperar. Nesse sentido, Políticas Nacionais de redução da pobreza, geração de emprego, extensão da proteção social, educação<sup>146</sup> e profissionalização são bem-vindas e contribuem bastante para o combate ao trabalho infantil doméstico e outras formas.

Porém, modificar o panorama cultural parece ser mais complexo. A ideia de se retirar uma menina do seio familiar, pobre e desestruturado, para levá-la à casa de pessoa economicamente favorecida para que trabalhe e estude é bem vista por grande parte da população brasileira, ainda que ela não possua idade para trabalhar.

Há, ainda, o mito machista de que empregá-la desde cedo na atividade doméstica poderia prepará-la para um adequado exercício de sua função como adulta. Este tipo de pensamento tolhe até mesmo a liberdade de se escolher como se adequar ao mundo do trabalho.

---

<sup>145</sup> Em regra, o trabalho doméstico é realizado por meninas. Conforme a avaliação de microdados das pesquisas PNAD/IBGE (2008-2011), realizada pelo Fórum Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil, 83% dos trabalhadores domésticos é do sexo feminino. Disponível em: <<http://www.fnpeti.org.br/biblioteca/ver/401-o-trabalho-infantil-domestico-no-brasil.html>>. Acesso em: 26 set. 2016.

<sup>146</sup> Sobre políticas públicas para melhoria da educação no Brasil, vale mencionar a Medida Provisória nº 746, de 2016, que veicula alterações no ensino médio, onde estão (ou deveriam estar) a maioria dos trabalhadores infantis. Entre as modificações anunciadas com foco na evasão escolar (que têm como uma das causas justamente o trabalho infantil), estão: a) a extensão gradativa da carga horária que passa a ser de 1.400 horas; b) hoje, a aluna cursa 13 disciplinas ao longo dos três anos do ensino médio, com a “reforma”, apenas parte da grade será igual para todos, portanto, depois, a aluna poderá optar por um aprofundamento entre cinco opções: linguagens, matemática, ciências da natureza, humanas e ensino técnico. As medidas apontadas, salvo melhor juízo, vêm em benefício do combate ao trabalho infantil e, caso efetivamente implementadas, podem impactar bastante positivamente na redução do trabalho doméstico, considerando que o adolescente que conseguir chegar ao ensino médio poderá aprender por mais tempo, inclusive, com potencial profissionalização a ser oferecida em cursos técnicos. Porém, há de se ter atenção à compatibilização entre a MP 746/2016. Íntegra disponível em: <<http://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/126992>>. e a já estudada Lei da Aprendizagem.

A realidade é cruel. A trabalhadora, em regra, laborará muito mais que estudará.<sup>147</sup> Sobre sua vida adulta, de fato, não há expectativa de melhorias. Em regra, passarão a exercer subempregos, com salários baixos e em condições degradantes, perpetuando a pobreza e reproduzindo as desigualdades sociais.<sup>148</sup>

Logo, não se observa, no Brasil, muita vontade de se cambiar o cenário do trabalho infantil doméstico. Mencione-se: a Convenção nº 189<sup>149</sup>, de 2011, e a Recomendação nº 201, que cuida desta modalidade de trabalho, não foram ratificadas pela República Brasileira<sup>150</sup>, apesar de trazer um rol de conceitos e procedimentos, inclusive sobre a inspeção e fiscalização do trabalho infantil doméstico, que é um dos grandes problemas geradores dos alarmantes dados vistos.

Por seu turno, o trabalho artístico possui previsão expressa de que estaria excetuado da regra geral de proibição de trabalho para menores de dezesseis anos, sendo objeto de desejo por crianças e, principalmente, pelas mães e pais. No entanto, o glamour do mundo artístico para crianças pode ser um pouco mais complicado do que se imagina.

Não obstante a CF/88 tenha trazido somente uma exceção ao trabalho dos menores de dezesseis anos, o aprendiz, a Convenção da OIT nº 138, ratificada aqui, no ano de 2002 (Decreto nº 4.134), introduziu a possibilidade do trabalho infantil artístico. Por outro lado, percebe-se que o artigo 8º da mencionada Convenção, que prevê a permissão de trabalho artístico, deve ser visto com cautela e de modo individualizado, devendo estar condicionado ao atendimento das regras constitucionais, legais e àquelas impostas pelo magistrado que vier a autorizar, fundamentadamente, o trabalho.

---

<sup>147</sup> Isto se, efetivamente, a menor for matriculada na rede de ensino e caso ela consiga frequentar as aulas.

<sup>148</sup> Pesquisa realizada pelas professoras Janete Leige Lopes, Rosângela Maria Pontili e a acadêmica Ana Roberta de Almeida, todas da Universidade Federal do Paraná, publicada no periódico ABET v. XI, n. 2 de jul./dez. 2012, p. 151-172, da Universidade Federal da Paraíba, intitulada “*Trabalho infantil e pobreza da população feminina brasileira: uma discussão da inter-relação entre estes dois fatores*”, aponta a existência de uma estreita relação entre o trabalho infantil e a pobreza. De acordo com esses estudos, famílias mais vulneráveis tendem a forçar a inserção de seus filhos menores em suas lavouras, comércios e em serviços domésticos, inclusive, os não remunerados.

<sup>149</sup> Cuida-se de Convenção, com a respectiva Recomendação, que abarca diversas nuances do trabalho infantil doméstico como conceituações e orientações sobre o assunto. A Convenção nº 189 contém 27 artigos e a Recomendação nº 201 possui 26 itens que auxiliam a aplicação da Convenção. Esses atos da OIT foram ratificados pelo Uruguai e Paraguai, também pela África do Sul, Alemanha, Argentina, Bolívia, Colômbia, Costa Rica, Filipinas, Finlândia, Guiana, Ilhas Maurício, Irlanda, Itália, Nicarágua e Suíça.

<sup>150</sup> Esta dissertação foi finalizada em 30 de setembro de 2016.

Entretanto, a pesquisa realizada pela professora Sandra Regina Cavalcante<sup>151</sup> explicita que:

[...] análise jurisprudencial indica que é frequente o descumprimento da lei, com crianças e adolescentes participando de produções artísticas e publicitárias sem passar antes pelo crivo de um juiz que avalie a pertinência da experiência para os interesses daquele indivíduo em formação. Em tais ocasiões, fica a critério de agências, emissoras, produtores e diretores agir com maior ou menor cuidado ao tratar da participação infanto-juvenil. Mesmo nas ocasiões em que há autorização judicial, se os termos forem amplos e se restrições não forem feitas no próprio alvará, os artistas mirins permanecerão sujeitos aos riscos da atividade.

A noção da sociedade em relação ao trabalho infantil em atividades artísticas, por conseguinte, é romântica, bastante diversa da visão sobre os trabalhos infantis em carvoarias, minas, ruas e praças, considerados como as piores formas de labor infantil pela Convenção nº 182 da OIT. Todavia, assim como tudo no sistema capitalista, o trabalho infantil artístico também foca no lucro financeiro. Portanto, as agências de modelo e os “olheiros” seguem em busca de crianças e adolescentes para entretenimentos. Sobre o assunto, indica a professora Sandra Regina Cavalcante:<sup>152</sup>

[...] tais opções não são feitas por acaso: não é a vida do cientista ou do artista plástico que é repetidamente exposta em revistas populares e na própria mídia televisiva, mas sim a vida ‘deslumbrante’ e bem remunerada da atriz, modelo, cantor ou jogador, que é tomada como único ideal de futuro bem-sucedido para crianças e adolescentes, bem como por seus pais.

Vale dizer que o trabalho infantil artístico, que, por vezes, nem é considerado como trabalho, é visualizado pela sociedade como algo positivo<sup>153</sup>, como sinônimo de ascensão social, em sentido diametralmente oposto àqueles menores que laboram em situações degradantes como nos lixões. Contudo, entrevistas realizadas

<sup>151</sup> CAVALCANTE, Sandra Regina. *Trabalho infantil artístico: conveniência, legalidade e limites*. Rev. TST, Brasília, v. 79, n. 1, jan./mar. 2013. p. 147.

<sup>152</sup> CAVALCANTE, 2011, p. 47.

<sup>153</sup> De fato, a livre expressão artística, bem como o acesso à cultura, são direitos de todos. Portanto, disciplinas escolares de música, pintura e teatro, além das escolas de dança, instrumentos, canto e artes plásticas são muito bem-vindas. Porém, a arte também é regida por questões econômicas e o desempenho do menor que trabalha no ramo é rigorosamente cobrado, tratando-se de trabalho subordinado cujo produto deve ser entregue pelo comerciante. Este fato transmuda a essência da atividade artística que deveria ser recreativa.

pela mesma professora<sup>154</sup> dão conta de que o ambiente do trabalho infantil artístico pode não ser tão bom assim:

[...] relatos de crianças cansadas, perdendo aulas, mães cobrando dos filhos desempenho, esforço, jornadas de trabalho dignas de um adulto. Sem acompanhamento psicológico, fiscalização do Ministério Público ou autorização judicial, crianças ficam 12 horas à disposição da produtora/emissora, às vezes com alimentação, outras não, às vezes de madrugada, às vezes com gente bem-humorada outras não.

Logo, o que está em questão não é a proteção à infância e à juventude, mas os valores que serão auferidos pela empresa contratante e pelos pais<sup>155</sup> da criança. Diante disso, é importante lembrar que tramita o Projeto de Lei nº 4968/2013<sup>156</sup>, na Câmara dos Deputados, que alteraria o ECA e a CLT para propor parâmetros mínimos de autorização do trabalho infantil artístico, entre eles:

[...] a exigência de apresentação de matrícula, frequência e bom aproveitamento escolares [...] e de depósito, em caderneta de poupança, de percentual mínimo incidente sobre a remuneração devida, cuja movimentação só será permitida quando completar a maioridade legal ou mediante autorização judicial, em casos de comprovada necessidade.

Como se observa, ambas medidas constituiriam reais e efetivas proteções aos trabalhadores mirins. Mais ainda, caso o percentual para depósito na conta poupança do menor for de 100%, fato que reduziria o empenho e entusiasmo dos pais e mães em colocar sua prole para trabalhar precocemente. Porém, o Projeto de Lei nº 4968/2013 foi apensado ao nº 3974/2012, que cuida de tema mais polêmico e

<sup>154</sup> Ibidem, p. 49.

<sup>155</sup> Sobre a percepção de valores pelos pais ou responsável legal da criança, o mais justo, considerando que se trata de um trabalhador mirim, seria que este recebesse o dinheiro. Ainda que a possibilidade de gastá-lo fosse diferida. Uma opção seria a abertura de conta poupança para os depósitos da remuneração e, ao atingir a maioridade, o jovem pudesse levantar o numerário. Ideia similar havia sido desenvolvida pelo juiz trabalhista e *expert* no assunto, José Roberto Dantas Oliva. Haveria de exigir, também, para evitar que o artista infanto-juvenil fosse explorado por sua própria família, que tem o dever de protegê-lo, abertura compulsória de conta poupança, que só poderia ser movimentada aos 18 anos, ou antes, excepcionalmente, com autorização judicial. Mínimo que se reputa razoável para destinação a essa conta seria de 50% de tudo que fosse auferido. No Estado da Califórnia há uma Lei do Artista Infantil, cognominada “Lei Coogan”, que destina 50% pelo menos do que ganha o artista a uma poupança, que só poderá ser levantada ao completar dezoito anos. OLIVA, José Roberto Dantas. *O trabalho infanto-juvenil artístico e a idade mínima: sobre a necessidade de regulamentação e a competência para sua autorização*. p. 38. Disponível em:

<<http://portal.trt15.jus.br/documents/2225749/2246450/trabalho infantil artistico JRDOrev-amatra+%281%29.pdf/289187b0-218b-4f04-81f9-0d7caa112584>>. Acesso em: 22 set. 2016

<sup>156</sup> Íntegra disponível em: <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=564829>>. Acesso em: 22 set. 2016.

que será visto mais à frente: a competência para autorizar o menor a desenvolver trabalho artístico.

Nesse contexto, provavelmente, as medidas assecuratórias do Projeto de Lei nº 4968 não devem ser analisadas tão cedo e são inservíveis, por ora, para quem delas efetivamente se beneficiaria: o trabalhador infantil. Conforme registrado no capítulo anterior, porém, o Ministério Público tem se apresentado como efetivo defensor dos direitos dos trabalhadores mirins. Portanto, sobre o assunto, o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) editou, em 18/5/2011, a Resolução nº 69, dispondo sobre a atuação dos seus membros quando intervierem nos processos judiciais para autorização de trabalho a ser realizado por menor de 16 anos.

No entanto, o ato normativo parece bastante modesto, podendo ser complementado, pois, pelas recomendações feitas pelo próprio CNMP no louvado “Manual de Atuação do Ministério Público na Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil”, o qual propõe que o membro do MP, antes de emitir parecer em processos de autorização para o trabalho artístico, observe o seguinte:<sup>157</sup>

- prévia autorização dos representantes legais e concessão de alvará judicial, para cada novo trabalho realizado;
- impossibilidade de trabalho em caso de prejuízos ao desenvolvimento biopsicossocial da criança e do adolescente, devidamente aferido em laudo médico-psicológico;
- matrícula, frequência e bom aproveitamento escolares, além de reforço escolar, em caso de mau desempenho;
- compatibilidade entre o horário escolar e a atividade de trabalho, resguardados os direitos de repouso, lazer e alimentação, dentre outros;
- assistência médica, odontológica e psicológica;
- proibição de labor a menores de 18 anos em situação e locais perigosos, noturnos, insalubres, penosos, prejudiciais à moralidade e em lugares e horários que inviabilizem ou dificultem a frequência à escola;
- depósito, em caderneta de poupança, de percentual mínimo incidente sobre a remuneração devida;
- jornada e carga horária semanal máximas de trabalho, intervalos de descanso e alimentação;
- acompanhamento do responsável legal do artista, ou quem o represente, durante a prestação do serviço;
- garantia dos direitos trabalhistas e previdenciários quando presentes, na relação de trabalho, os requisitos previstos em lei (arts. 2º e 3º da CLT).

Cotidiana e infelizmente, a maior parte dos magistrados não observa os requisitos mínimos para proteção do menor trabalhador, concedendo alvarás

---

<sup>157</sup> Extraído do “Manual de Atuação do Ministério Público na Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil”, páginas 37- 38.



genéricos para o labor, inclusive aqueles sem previsão legal.<sup>158</sup> Por outro lado, o TRT2, por exemplo, editou ato normativo (Provimento GP/CR nº 12/2013) para instituir parâmetros para instrução e eventual concessão de autorização para o trabalho do menor. Contudo, o referido ato normativo e outros daquele Regional paulista estão sendo objeto de discussão no Supremo Tribunal Federal em razão da competência. Sobre este tema, iniciar-se-ão algumas observações.

## 4.2 CLASSE JUDICIÁRIA: INDIFERENÇA OU LIMITAÇÃO?

Acerca desse assunto aqui tratado, cumpre registrar que foram selecionados com o objetivo de que sirvam de informação para a população brasileira, inclusive juristas e outros profissionais. Neste contexto, é mister a elucidação das competências para des(autorização) do trabalho infantil e outros aspectos que merecem se visibilizados.

Ademais, pode-se chegar à conclusão de que os processos envolvendo pedidos de autorização para o trabalho de menores estejam igualmente contidos no rol de atribuições da Justiça do Trabalho, considerando que envolverão relação de labor de menores.

### 4.2.1 Sobre a Competência para (Des)Autorização de Trabalho Infantil

De início, é imprescindível o registro de que não cabe ao operador do Direito a opção de cumprir ou não normativas nacionais e internacionais de proteção às crianças e adolescentes. Por óbvio, em um Estado Constitucional de Direito<sup>159</sup>, a lei

<sup>158</sup> Os mais de trinta mil alvarás expedidos entre 2005 e 2010, conforme relatório do Ministério do Trabalho e Emprego, não se limitam à aprendizagem ou ao trabalho artístico. Incluem-se labores em oficinas mecânicas, construção civil e agricultura, por exemplo.

<sup>159</sup> Esta nomenclatura “Estado Constitucional de Direito” (também outras como Estado Constitucional Democrático) surge com a aproximação das ideias de constitucionalismo e de democracia produzindo, em tese, nova forma de organização política, cuja principal referência é a Constituição alemã e a consequente instalação do Tribunal Constitucional alemão (em 1949 e 1951, respectivamente). Daí em diante, conforme conta o professor Luís Roberto Barroso, no artigo “Neoconstitucionalismo e constitucionalização do Direito” (disponível em: <[http://www.luisrobertobarroso.com.br/wp-content/themes/LRB/pdf/neoconstitucionalismo\\_e\\_constitucionalizacao\\_do\\_direito\\_pt.pdf](http://www.luisrobertobarroso.com.br/wp-content/themes/LRB/pdf/neoconstitucionalismo_e_constitucionalizacao_do_direito_pt.pdf)>. Acesso em: 15out. 15), [...] teve início uma fecunda produção teórica e jurisprudencial, responsável pela ascensão científica do Direito Constitucional no âmbito dos países de tradição romano-germânica. A segunda referência de destaque é a da Constituição da Itália, de 1947, e a subsequente instalação da Corte Constitucional, em 1956. Ao longo da década de 1970, a redemocratização e a reconstitucionalização de Portugal (1976) e da Espanha (1978) agregaram valor e volume ao debate sobre o novo direito constitucional. No caso brasileiro, o renascimento do Direito

é imposta coativamente e deve ser respeitada por quem quer que seja, mormente quando versar sobre direitos fundamentais, no caso em tela: sujeitos que gozam de peculiar processo de desenvolvimento.

A cizânia da competência para análise da possibilidade de autorização para o labor infanto-juvenil, por seu turno, contém alguns marcos que merecem análise prefacial: a Constituição Federal do Brasil de 1988, a Emenda à Constituição nº 45 de 2004, a Convenção da OIT de nº 138, além de um novo marco que seria a Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 5.326-DF.

Analisando a CF/88 antes do advento da EC 45, a conclusão sobre o ramo da Justiça competente para a averiguação e (des)autorização para o trabalho infantil seria apenas uma, o Juizado da Infância e Juventude, não havendo que se falar na Justiça Trabalhista com tal atribuição. De acordo com o texto original da Carta Política:<sup>160</sup>

Art. 114. Compete à Justiça do Trabalho conciliar e julgar os dissídios individuais e coletivos entre trabalhadores e empregadores, abrangidos os entes de direito público externo e da administração pública direta e indireta dos Municípios, do Distrito Federal, dos Estados e da União, e, na forma da lei, outras controvérsias decorrentes da relação de trabalho, bem como os litígios que tenham origem no cumprimento de suas próprias sentenças, inclusive coletivas.

Ou seja, a Justiça do Trabalho era competente para dissídios e outras controvérsias, ao passo que o requerimento de autorizações para trabalho infantil constituiriam, em tese<sup>161</sup>, jurisdição voluntária. É evidente, como reiteradamente frisado, que os órgãos do poder judiciário não têm competência para autorização de trabalho infanto-juvenil que contrarie normas legais ou constitucionais.<sup>162</sup>

---

Constitucional se deu, igualmente, no ambiente de reconstitucionalização do país, por ocasião da discussão prévia, convocação, elaboração e promulgação da Constituição de 1988. Sem embargo de vicissitudes de maior ou menor gravidade no seu texto, e da compulsão com que tem sido emendada ao longo dos anos, a Constituição foi capaz de promover, de maneira bem-sucedida, a travessia do Estado brasileiro de um regime autoritário, intolerante e, por vezes, violento para um Estado democrático de direito.

<sup>160</sup> Excerto disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1988/constituicao-1988-5-outubro-1988-322142-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em 15 out. 2015.

<sup>161</sup> Ousa-se dizer que não se trata de mera jurisdição graciosa em que competiria ao juiz, em atividade meramente homologatória, verificar se houve observância das normas jurídicas (que no caso são desfavoráveis ao trabalho infantil) para a realização do ato jurídico, considerando que não se trata de mero negócio jurídico celebrado entre os interessados com a participação do magistrado. Porém, seria debate inócuo que não se pretende fazer nesta pesquisa.

<sup>162</sup> Há de mencionar, contudo, a existência de diversos pedidos, formulados por pais e empregadores, à Vara da Infância e da Adolescência para autorização de trabalhar em condições contrárias à lei. Infelizmente, autorizações eram (e são) concedidas, existindo notícias de que em algumas,

Ademais, é oportuno mencionar que a Constituição de 1946 fornecia respaldo a práticas bastante prejudiciais aos infantes, ao prever, no artigo 157, inciso IX, a possibilidade de que o magistrado excetuasse a *Proibição de trabalho a menores de quatorze anos; em indústrias insalubres a mulheres e a menores de dezoito anos; de trabalho noturno a menores de dezoito anos*. Com o sutil aprimoramento do sistema legiferante brasileiro, esse dispositivo desapareceu nas constituições outorgadas de 1967 e 1969.

Observação feita, volta-se ao normativo constitucional vigente. Com a edição da Emenda Constitucional nº 45, em 30 de dezembro de 2004, a Justiça do Trabalho ganha vigorosa roupagem, além do reconhecimento de sua competência em procedimentos que já vinham sendo cuidados pela referida especializada. Com efeito, ao parco artigo 114 incorporam-se nove incisos e dois parágrafos, sendo esta sua novel redação:

Art. 114. Compete à Justiça do Trabalho processar e julgar: I as ações oriundas da relação de trabalho, abrangidos os entes de direito público externo e da administração pública direta e indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios; II as ações que envolvam exercício do direito de greve; III as ações sobre representação sindical, entre sindicatos, entre sindicatos e trabalhadores, e entre sindicatos e empregadores; IV os mandados de segurança, *habeas corpus* e *habeas data*, quando o ato questionado envolver matéria sujeita à sua jurisdição; V os conflitos de competência entre órgãos com jurisdição trabalhista, ressalvado o disposto no art. 102, I, o; VI as ações de indenização por dano moral ou patrimonial, decorrentes da relação de trabalho; VII as ações relativas às penalidades administrativas impostas aos empregadores pelos órgãos de fiscalização das relações de trabalho; VIII a execução, de ofício, das contribuições sociais previstas no art. 195, I, a, e II, e seus acréscimos legais, decorrentes das sentenças que proferir; IX outras controvérsias decorrentes da relação de trabalho, na forma da lei.

§ 1º § 1º Frustrada a negociação coletiva, as partes poderão eleger árbitros.

§ 2º Recusando-se qualquer das partes à negociação coletiva ou à arbitragem, é facultado às mesmas, de comum acordo, ajuizar dissídio coletivo de natureza econômica, podendo a Justiça do Trabalho decidir o conflito, respeitadas as disposições mínimas legais de proteção ao trabalho, bem como as convencionadas anteriormente.

§ 3º Em caso de greve em atividade essencial, com possibilidade de lesão do interesse público, o Ministério Público do Trabalho poderá ajuizar dissídio coletivo, competindo à Justiça do Trabalho decidir o conflito.

No novo contexto em que está prevista competência da especializada laboral para julgar todas as ações oriundas da relação de trabalho (art. 114, I supra), pode-se chegar à conclusão de que os processos envolvendo pedidos de autorização para trabalho de menores estejam igualmente contidos no rol de atribuições da Justiça do Trabalho, considerando que envolverão<sup>163</sup> relação de labor. Nesse sentido, vale o acórdão de lavra da desembargadora Rosana de Almeida (TRT 2ª Região), nos autos do Processo TRT/SP nº 00017544920135020063<sup>164</sup>, que contém a seguinte ementa:

COMPETÊNCIA PARA APRECIÇÃO DO PLEITO DE AUTORIZAÇÃO JUDICIAL PARA TRABALHO INFANTIL – É da Justiça do Trabalho a competência para apreciar pedido de autorização para ocorrência de trabalho por menores, que não guardam a condição de aprendizes nem tampouco possuem a idade mínima de dezesseis anos. Entendimento que emana da nova redação do artigo 14, inciso I, da *Lex Fundamental*is.

Conforme visto, na legislação brasileira, os adolescentes podem trabalhar como aprendizes dos 14 aos 16 anos, a partir daí, permite-se o labor desde que protegido (pagamento de direitos trabalhistas, previdenciários e em situações não degradantes). Porém, à pessoa com idade inferior a 14 anos, pode ser solicitada autorização judicial para trabalhar, em razão de exceção feita pela Convenção nº 138, da OIT.<sup>165</sup>

Com efeito, no aludido acórdão, a Turma do TRT2 proveu recurso interposto pelo Ministério Público do Trabalho (MPT) em face de decisão da 63ª Vara do Trabalho da capital de São Paulo, em que havia sido declarada incompetência da Justiça do Trabalho para apreciar a matéria, determinando-se remessa dos autos à Justiça Comum, para distribuição a uma das varas da infância e da juventude paulistanas. Sobre o feito, em si, tem-se que consistia em procedimento ajuizado

<sup>163</sup> Muitas vezes, já envolvem relação de trabalho. Tomadores da mão de obra mirim, frequentemente, requerem a autorização judicial apenas para regularizar situação de emprego pré-existente.

<sup>164</sup> Íntegra do voto disponível em:

<<http://www.tst.jus.br/documents/10157/351894/autorizacao+trab+infantil+Processo+SP>>. Acesso em: 15 out. 2015.

<sup>165</sup> Artigo 8º, da Convenção 138/OIT: 1. A autoridade competente, após consulta às organizações de empregadores e de trabalhadores concernentes, se as houver, poderá, mediante licenças concedidas em casos individuais, permitir exceções para a proibição de emprego ou trabalho provida no Artigo 2º desta Convenção, para finalidades como a participação em representações artísticas. 2. Licenças dessa natureza limitarão o número de horas de duração do emprego ou trabalho e estabelecerão as condições em que é permitido.

pelo Centro Mix de Mixagens e Produções Artística Ltda., que objetivava autorização para que menores pudessem trabalhar como dubladores.

A relatora teceu considerações sobre a inércia estatal na questão do trabalho infantil. Mencionou que o artigo 406 da Consolidação das Leis do Trabalho, de fato, atribui ao juiz da Vara da Infância e Juventude a responsabilidade para autorizar o trabalho do menor. Contudo, tal dispositivo não teria sobrevivido à norma do artigo 114, inciso I, da CF/88. Anotou a desembargadora, nos mesmo autos, que o artigo 7º, inciso XXXIII, igualmente extraído da Constituição Federal de 1988, vedaria o trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de 18 anos e de trabalho. Ao cabo, concluiu que o Estatuto da Criança e do Adolescente (artigos 149 e 149) contemplaria a competência material dos juízes da infância para conhecer ações cíveis (ademais das administrativas e disciplinares), exclusivamente, “em assuntos alheios ao trabalho”, considerando que, para este tema, justamente em razão de sua especialização, o magistrado trabalhista que estaria “[...] mais afeito, até porque conhece os meandros das relações travadas com fulcro na prestação de serviços e, portanto, sabe dos ados que esse pode trazer a quem tem a infância tolhida por tal atividade”.

No outro lado, há a Justiça comum que, na seara infanto-juvenil, seria especializada, considerando que possui varas específicas para infância e juventude, além de núcleos<sup>166</sup> de apoio às varas. Sobre os serviços auxiliares dos juizados, informações merecem ser prestadas para que seja possível a valoração sobre um dos argumentos de que se utiliza aquele que entende ser esta a Justiça competente para avaliar o trabalho infantil. Portanto, seguem alguns dispositivos a respeito:

Lei n. 8.069/1990 (ECA)

---

<sup>166</sup> Em célere consulta realizada em 9/11/2015, foi possível constatar que, além de todos os Estados do Brasil possuem varas da infância e juventude (ainda que existam diversos magistrados que cumulem esta com outras inúmeras atribuições), os tribunais pátrios, ao menos de acordo com seus sítios eletrônicos, possuem órgão de apoio às referidas varas, a exemplo do Tribunal de Justiça do Distrito Federal, em que foi instituído o Núcleo de Apoio ao Atendimento Integrado Judicial ao Adolescente em Conflito com a Lei (NAIJUD), por exemplo. Cabe mencionar que o próprio Estatuto da Criança e do Adolescente prevê a existência (e até a imprescindibilidade) de equipe técnica de assessoramento da vara, como no caso de estar o menor inserto em programa de acolhimento (art. 19, §2º); colocação em família substituta a ser precedida da oitiva da equipe interprofissional (art. 28, §1º, §5º e inc. III); durante o estágio de convivência em adoções (art. 46, §4º); no cadastramento de postulantes à adoção (art. 50, §3º e §4º); elaboração de parecer em adoção internacional (art. 51, II e 52, III); elaboração de plano individual para menores inseridos em programas de acolhimento (art. 101, §5º); nos casos de internação de adolescente em conflito com a lei, a equipe deve avaliar a possibilidade de atividades externas (art. 121, §1º) e mais tantas relevantes atribuições.

**Dos Serviços Auxiliares**

Art. 150. Cabe ao Poder Judiciário, na elaboração de sua proposta orçamentária, prever recursos para manutenção de equipe interprofissional, destinada a assessorar a Justiça da Infância e da Juventude.

Art. 151. Compete à equipe interprofissional dentre outras atribuições que lhe forem reservadas pela legislação local, fornecer subsídios por escrito, mediante laudos, ou verbalmente, na audiência, e bem assim desenvolver trabalhos de aconselhamento, orientação, encaminhamento, prevenção e outros, tudo sob a imediata subordinação à autoridade judiciária, assegurada a livre manifestação do ponto de vista técnico.

Resolução/CNJ n. 94 de 27/10/2009

Art. 1º Os Tribunais de Justiça dos Estados e do Distrito Federal, no prazo de 180 (cento e oitenta dias), deverão criar no âmbito de sua estrutura organizacional, Coordenadorias da Infância e da Juventude como órgãos permanentes de assessoria da Presidência do Tribunal.

Art. 2º As Coordenadorias da Infância e da Juventude terão por atribuição, dentre outras: I - elaborar sugestões para o aprimoramento da estrutura do Judiciário na área da infância e da juventude; II - dar suporte aos magistrados, aos servidores e às equipes multiprofissionais visando à melhoria da prestação jurisdicional; III - promover a articulação interna e externa da Justiça da Infância e da Juventude com outros órgãos governamentais e não-governamentais; IV - colaborar para a formação inicial, continuada e especializada de magistrados e servidores na área da infância e da juventude. V - exercer as atribuições da gestão estadual dos Cadastros Nacionais da Infância e Juventude. Art. 3º As Coordenadorias da Infância e da Juventude serão dirigidas por magistrado, com competência jurisdicional ou com reconhecida experiência na área.

Parágrafo 1º A Coordenadoria da Infância e da Juventude poderá contar com a colaboração ou assessoria de outros magistrados, sem dispensa da função jurisdicional.

Parágrafo 2º A Coordenadoria da Infância e da Juventude deverá contar com estrutura de apoio administrativo e de equipe multiprofissional, preferencialmente do quadro de servidores do Judiciário.

Portanto, é certo que o *staff* de que dispõem os juízos da infância e juventude, unidades judiciárias dos Tribunais de Justiça estaduais e do Distrito Federal, propiciaria, em princípio, adequada visualização da situação da criança ou do adolescente que se pretende inserir no mercado de trabalho de modo precoce e, subsecutivamente, possibilitar a decisão judicial escoreta.

De outro modo, dúvida não há de que, diante da pré-existência da relação de trabalho, competente será a justiça trabalhista. Ou seja, as consequências do trabalho são afetas à competência da Justiça do Trabalho, daí porque não se justificaria, consoante entendimento<sup>167</sup> da Comissão para Erradicação do Trabalho Infantil (CETI), que a autorização que antecede o labor seja concedida por magistrado incompetente para analisar os respectivos efeitos.

Desse modo, a questão da competência para a autorização parece ser de raciocínio lógico para a magistratura trabalhista, principalmente, por envolver imperiosa unidade de convicção e interpretação, não havendo plausibilidade nem razoabilidade em se manter a competência de magistrado da vara da Infância e da

<sup>167</sup> Disponível, virtualmente, no caderno intitulado “Trabalho infantil – 50 perguntas e respostas”, elaborado pela CETI. Disponível em: <<http://www.tst.jus.br/documents/3284284/0/Perguntas+e+respostas+sobre+trabalho+infantil>>. Acesso em: 29 mar. 2016

Juventude e, de outro lado, a competência da Justiça do Trabalho para processar e julgar questões trabalhistas, inclusive financeiras, decorrentes da relação autorizada.

Na outra banda, os defensores da manutenção da competência pela Justiça comum, a exemplo do Ministro Marco Aurélio, invocam o princípio da legalidade estrita e que deve ser feita uma “avaliação holística”<sup>168</sup>, ademais, tratar-se-ia de procedimento de jurisdição graciosa cuja natureza seria civil e não trabalhista:

[...] Esses parâmetros (Art. 149, §1º, alíneas ‘a’ – ‘f’ do ECA) servem a evidenciar a inequívoca natureza cível da cognição desempenhada pelo juiz, ausente relação de trabalho a ser julgada. A análise é acerca das condições da representação artística. O juiz deve investigar se essas atendem à exigência de proteção do melhor interesse do menor, contida no artigo 227 da Carta de 1988. Como ressaltou a professora Ada, ‘só se pode examinar a participação excepcional de crianças e adolescentes em representações artísticas quando ela for pautada, harmonicamente, nos direitos [...] à saúde, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, à liberdade e à convivência familiar’ desses menores. Cuida-se, como acertadamente defendido na inicial, de uma ‘avaliação holística’ a ser realizada pelo juízo competente e considerados diversos aspectos da vida da criança e do adolescente.

Deve o juiz investigar se a participação artística coloca em risco o adequado desenvolvimento do menor, em especial, os direitos aludidos por Ada Pellegrini Grinover. Tais aspectos compõem o núcleo da atividade judicial quando da concessão da autorização, sendo prioritários quanto aos aspectos puramente contratuais que, uma vez executadas as participações, poderão, aí sim, gerar controvérsias de índole trabalhista a serem solucionadas no âmbito da Justiça especializada. Enquanto no plano da autorização, a atividade é de jurisdição voluntária, de natureza eminentemente civil, envolvida tutela tão somente do adequado desenvolvimento social e cultural do menor.

Seguindo a ideia inicialmente esposada, caso a avaliação proposta pelo Ministro Marco Aurélio fosse feita de forma holística, ter-se-ia uma decisão bastante diferente. Decisão que enxergasse o Sistema de Justiça como um todo integrado. E, em se tratando de assunto constitucionalmente prioritário, o apego ao legalismo (como explicitado na decisão em tela) e o pensamento cartesiano opõem-se ao que prega o holismo que, opondo-se à lógica mecanicista, têm como princípio geral o fato de o todo ser mais relevante que as partes que o integram.

Assim, imprescindível seria assegurar que crianças e adolescentes não fossem, nunca, submetidos às labutas legalmente interditadas pelo Brasil. A propósito, a picuinha no Sistema de Justiça pátrio aparenta, em verdade, ser lida disputa de poder, considerando que, com a competência para a autorização do

<sup>168</sup> Termo utilizado pelo Ministro Marco Aurélio na decisão concessiva de medida liminar nos autos da Ação Direta de Inconstitucionalidade 5326, anexada neste trabalho.



trabalho infantil, em tese, virão cargos e funções comissionados e, quiçá, outros aperfeiçoamentos na esfera do juízo competente.

Para além da competência (parte do problema do trabalho infantil), é bem verdade que a Justiça do Trabalho vem empreendo esforços para compreender e combater o trabalho precoce realizado por crianças e adolescentes no Brasil. O Conselho Superior da Justiça do Trabalho, pelo Ato 419/CSJT, de 2013, por exemplo, instituiu o Programa de Combate ao Trabalho Infantil, inaugurando-se, também, com o Ato Conjunto nº 21/TST.CSJT.GP, de 19 de julho de 2012<sup>169</sup>, a Comissão de Erradicação do Trabalho Infantil e de proteção ao trabalho decente do adolescente do Tribunal Superior do Trabalho e do Conselho Superior da Justiça do Trabalho – CETI.<sup>170</sup>

Portanto, de 2011 em diante, a Justiça do Trabalho institucionalizou a apreciação do problema do trabalho infantil, nomeando-se uma comissão para elaborar propostas de atuação desse ramo da Poder Judiciário no combate com vistas à erradicação do trabalho infantil. Uma participação bastante ostensiva existiu por parte especializada na III Conferência Global sobre o Trabalho Infantil, mormente na elaboração da Declaração-Compromisso sobre Trabalho Infantil<sup>171</sup>, em que restou definido que o Poder Judiciário e o Ministério Público:

[...] devem participar ativa e decisivamente para assegurar a erradicação do trabalho infantil, visto que os princípios da absoluta prioridade e da proteção integral, vinculados à tutela geral dos direitos humanos, detêm universalidade e se dirigem não apenas aos governos e parlamentos, mas também ao Estado-juiz.

<sup>169</sup> Posteriormente, alterada pelo Ato Conjunto nº 30/TST.CSJT.GP, de 24 de outubro de 2012, pelo Ato Conjunto nº 14/TST.CSJT, de 25 de abril de 2013 e pelo Ato Conjunto TST.CSJT.GP nº 6, de 10 de março de 2014.

<sup>170</sup> Esta comissão vem sendo apoiada incondicionalmente por todas as gestões (presidências do TST) que se seguiram à sua instituição em 2013 e possui relevante trabalho. Para maiores informações, sugere-se o acesso à página oficial. Disponível em: <<http://www.tst.jus.br/web/comissao-trabalho-infantil/inicio>>. Acesso em 15 set. 2015. Registra-se, desde já, que o Ministro Lélío Bentes Corrêa, coordenador da CETI, gentilmente me concedeu uma entrevista. Tal instrumento será trazido ao trabalho oportunamente, inclusive, sobre a questão da competência para autorizações de trabalho infantil, levou-se em conta a opinião de magistrados, membros do MP e outros operadores do Direito entrevistados, a qual será inserta no momento pertinente.

<sup>171</sup> Íntegra disponível no site do TST: <<http://www.tst.jus.br/documents/3284284/0/DeclaracoCompromissosobreTrabalhoInfantil>>. Acesso em: 20 out. 2015.

Por fim, a mobilização do Sistema da Justiça do Trabalho<sup>172</sup> parece ter propiciado uma maior visibilidade ao problema, inclusive pelas medidas empreendidas na seara do trabalho infantil dentro do Sistema de Justiça, heroica caminhada institucional. Por outro lado, a peleja sobre a competência para a autorização encontra-se *sub judice*, podendo configurar um retrocesso, considerando que, nas decisões até agora proferidas nos autos da ADI 5.326<sup>173</sup>, não houve priorização a proteção à criança e ao adolescente trabalhador.

Ao contrário, a retirada de atos administrativos (Recomendação Conjunta nº 1/2014 – SP, Ato GP 19/2013 – TRT2, Provimento GP-CR n. 7/2014 – TRT2 e Recomendação Conjunta nº 1/2014-MT) apontavam para melhorias nas análises e processamento dos pedidos de autorização e outros aspectos do trabalho infantil.

#### 4.2.2 Notas sobre a Concessão de Alvarás para Trabalho Infantil

Apesar da crise política e econômica por que o Brasil passa, o país já esteve na 7ª posição na economia mundial<sup>174</sup>, tendo se comprometido, internacional e nacionalmente, a combater para erradicar o trabalho infantil.

Em sentido contrário, o Ministério do Trabalho e Emprego<sup>175</sup> constatou que, entre 2005 e 2010, os magistrados brasileiros concederam autorização para que 33.173 crianças e adolescentes menores de dezesseis anos trabalhassem. Ainda conforme o MTE, os alvarás não foram concedidos apenas para as modalidades de trabalho permitidas pela legislação pátria: aprendizagem e artístico. Entre os alvarás, parte foi para setores como agricultura, construção civil, olarias e oficinas mecânicas.

<sup>172</sup> Como se percebeu no capítulo anterior, também o Ministério Público do Trabalho, por seus membros, muito vem fazendo nessa luta, com medidas específicas no combate ao trabalho infantil.

<sup>173</sup> Íntegra da medida cautelar deferida em 4 de agosto de 2015 está anexada na presente dissertação.

<sup>174</sup> Trata-se de relatório do Banco Mundial publicado em 2014 (disponível em: <<https://www.imf.org/external/country/BRA/index.htm>>. Acesso em 15 set. 2016), que utiliza o critério de paridade de poder de compra (PPP-*Purchasing-power-parity*), para comparar o tamanho de diferentes economias. Porém, no ano de 2015, conforme a revista inglesa *Global Finance*, o Brasil estaria na 79ª colocação (lista disponível em: <<https://www.gfmag.com/global-data/economic-data/richest-countries-in-the-world?page=12>>. Acesso em: 15 set. 2016).

<sup>175</sup> Relatórios disponíveis na RAIS – Relação Anual de Informações Sociais, acesso em 15/9/2016, pelo site: <http://www.rais.gov.br/sitio/index.jsf>

Nesse contexto, não há como se penalizar<sup>176</sup> empresas e demais responsáveis pela exploração do trabalho infantil quando judicialmente chancelado, sob pena de se incorrer em crime de desobediência, por exemplo.

O antagonismo entre legislação, políticas públicas e decisões judiciais é explícito e denota certo desconhecimento, no caso dos alvarás, dos magistrados, sobre o que seja o trabalho infantil: suas causas e consequências, considerando que a maior parte dos alvarás se fundam em questões econômicas e sociais<sup>177</sup> da família do menor. Concede-se a permissão para o trabalho para que haja complementação<sup>178</sup> da renda familiar ou para que o menor não fique ocioso. Porém, ignora-se a violação aos direitos infanto-juvenis e não se resolve o problema da pobreza. Inverte-se a proteção, perpetuando-se, ainda assim, a desigualdade social.

A Carta Política de 1988 (art. 227) é clara: é dever da família, da sociedade e do Estado assegurar todos os direitos das crianças e dos adolescentes, entre eles, a educação, a saúde e o lazer. O trabalho precoce, como reiterado, tolhe os direitos. Portanto, apesar da evolução legislativa, a visão de autoridades que deveriam interpretar e aplicar a lei parece apoiar o labor prestado por menores que, provavelmente, reproduzirão suas condições financeiras para sua prole.

Diante disso, alguns discursos utilizados para fundamentar as autorizações merecem destaque: Em Santa Catarina, o magistrado da 1ª Vara da comarca de São Joaquim concedeu autorização para que uma menina de 14 anos trabalhasse na colheita de maçãs, durante 8 horas por dia. A autorização foi noticiada pelo MTE, considerando que seus auditores fiscais ficaram impedidos de fiscalizar fazendas e empresas do município por expressa proibição do mesmo juiz. A parca argumentação deste funda-se na complementação da renda familiar, além do mito de que a adolescente ficaria longe das ruas e dos atos infracionais. Na decisão

---

<sup>176</sup> Obviamente, a responsabilização por outros atos ilícitos deverá ocorrer, conforme o caso concreto. Porém, em razão da tomada de mão de obra infantil, quando judicialmente autorizada, não se pode atribuir qualquer penalidade. Por outro lado, a autorização judicial legitima a exploração do trabalho infantil, notadamente, quando é feita de modo genérico e sem esmiuçar o rol de deveres do empregador e direitos do trabalhador mirim.

<sup>177</sup> Vale mencionar que diversos membros do Judiciário e também do MP argumentam que seria melhor trabalhar a vadiar. Indaga-se: há somente as duas opções? Não é dever do poder público oferecer alternativa? O lazer, incluindo-se o ócio, não integra o rol de direitos de qualquer cidadão?

<sup>178</sup> Em alguns casos, o trabalho da criança ou do adolescente configura única ou maior fonte de renda da família. Conforme o Censo/IBGE 2010, ser o arrimo da família é responsabilidade de cerca de 660 mil adolescentes entre 15 e 19 anos e mais de 131 mil crianças entre 10 e 14 anos já são chefes de suas famílias.

concessiva, o magistrado utilizou-se da noção de dignidade humana para afastar a proibição constitucional do trabalho para menores de 16 anos.

A moderna noção de dignidade humana aponta para sua utilização de modo bem fundamentado, sob pena de se tornar inócua e inaceitável. Nesse sentido, no caso do trabalho infantil, é truísmo que este não traz dignidade ao menor. A dignidade existe quando o Estado, a comunidade e a família fornecerem condições de estudo, por exemplo, garantindo que o cidadão em especial grau de desenvolvimento possa ter razoável chance de formação e profissionalização.

Ora, trabalhando durante 8 horas diárias na lavoura, exposta a substâncias químicas e picadas de insetos diversos, carregando sacos de frutas, quando a adolescente autorizada a laborar poderá estudar? Como a dignidade humana será priorizada na situação apresentada?

Como juiz da infância e da juventude, a autoridade deveria propiciar as condições para que os adolescentes estudem e, se for o caso, determinar ao poder público que assegure a formulação e execução de programas para saúde, inclusive para retirar os menores das situações de vulnerabilidade.

Conforme a revista *Isto É*<sup>179</sup>, um magistrado da Vara da Infância e da Juventude da comarca paulista de Fernandópolis, que concedeu cerca de 200 autorizações, teria proferido as seguintes palavras:

Em geral, essas autorizações são para adolescentes e, além do critério financeiro, tem um caráter pedagógico. Pais diligentes querem que seus filhos aprendam uma profissão. Por que ninguém vai atrás de crianças contratadas para trabalhar na tevê?

Não apenas magistrados possuem o discurso e atuação tão lamentável assim. No município paraibano de Patos, um membro do MP manifestou-se favoravelmente à autorização para que adolescentes pudessem trabalhar no lixão, indicando que se baseou na possibilidade do trabalho como aprendiz, indicando: “Não tem de haver aprendizes apenas em fábricas grã-finas. Nada mais correto do que esses meninos seguirem a carreira de suas mães”.

O referido promotor, sem dúvida, desconhece a legislação sobre aprendizagem. A crença de que, retirando adolescentes das drogas para colocá-los no lixão, estar-se-ia a beneficiá-los e às suas famílias é absurda, tanto que teve

---

<sup>179</sup> Íntegra disponível em: <[http://istoe.com.br/176151\\_TRABALHO+INFANTIL+LEGALIZADO/](http://istoe.com.br/176151_TRABALHO+INFANTIL+LEGALIZADO/)>. Acesso em 25 ago. 2016.

instaurado contra si, por meio da Portaria CNMP-CN nº 102/2013<sup>180</sup>, processo administrativo disciplinar para apurar:

[...] a declaração de que autorizou o trabalho de infantil, agindo fora dos limites de suas atribuições e descumprindo disposições legais pertinentes à matéria, o que, em tese, caracteriza falta disciplinar decorrente de descumprimento dos deveres funcionais previstos no artigo 141, incisos IX e XVII, da Lei Complementar nº 97 de 2010, e fatos conexos.

Realmente, a garantia constitucional da independência funcional dos membros do Ministério Público e da magistratura não constitui instrumento hábil para permitir que suas ações e decisões ofendam a legislação vigente. Outra criticável prática judicial, que é feita de modo reiterado, consubstancia-se na indagação sobre o trabalho em audiências de processos para apuração de ato infracional. O problema não é a pergunta em si, mas a omissão decorrente da resposta quando positiva. E mais, o fato de que a resposta negativa pode, a depender da bagagem cultural e legislativa do magistrado, agravar a medida socioeducativa a ser imposta.

Sobre a medida socioeducativa, conforme o Fórum Estadual de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil (FEPETIGO), adolescentes goianos em conflito com a lei recebem como penalidade, justamente, o trabalho, por exemplo, de varrer a calçada de fóruns. Ora, além de se tratar de trabalho forçado, o fato denota manifesto apoio do Judiciário ao trabalho infantil. A despeito do debate sobre a competência para avaliar o trabalho infantil, revela-se que significativa parte dos integrantes do Sistema de Justiça, realmente, ainda desconhece os mecanismos para a assimilação das dimensões da aprendizagem. Fato que atrapalha bastante a luta no combate ao trabalho infantil no Brasil.

Aliás, não basta conhecer a lei, deve-se haver sua interpretação e exigência de seu cumprimento por quem quer que seja o destinatário. Contudo, no dia-a-dia forense, o que se nota são atitudes (ou omissões) de autoridades que, invocando o princípio da inércia judicial, por exemplo, permanecem indiferentes ao problema do trabalho infantil e outros tantos que o circundam.

Com efeito, o questionamento feito pelo juiz ao adolescente em conflito com a lei sobre o trabalho, bem como sua inércia diante de uma resposta positiva<sup>181</sup>, e

---

<sup>180</sup> Íntegra disponível em: <[www.cnmp.mp.br/portal/images/Corregedoria/Portarias/\\_2013/Portaria\\_102.pdf](http://www.cnmp.mp.br/portal/images/Corregedoria/Portarias/_2013/Portaria_102.pdf)>. Acesso em 15 set. 2016.

mais, a aplicação de medida socioeducativa que obriga o adolescente a trabalhar, constituem atitudes criticáveis do ponto de vista legal e moral.

Ora, por que se pergunta sobre o trabalho, então? Para estimular o trabalho infanto-juvenil? Considerando que nenhuma providência, em regra, é tomada pela autoridade judicial para coibir o trabalho infantil. Ao contrário, se o adolescente disser que não trabalha e não estuda, por certo, haverá um peso contra si, como se ele fosse o maior culpado pelas mazelas sociais em que está inserido.

A atitude acertada, nas situações em que se tivesse notícia do trabalho infantil irregular, seria esclarecer o adolescente e seus responsáveis sobre o trabalho e, conforme o caso, encaminhar ao membro do Ministério Público, delegacia, órgão de fiscalização do Ministério do Trabalho e Emprego, enfim, tomar as providências cabíveis.

Pelo que se expôs nesta parte, conclui-se que o entendimento de parte dos membros da magistratura e do Ministério Público dos estados encontra-se dissonante da visão e atuação dos demais membros das próprias instituições: Poder Judiciário e MP, em especial, as medidas que vêm sendo empreendidas por membros do Ministério Público do Trabalho e da Justiça do Trabalho no combate ao trabalho infantil. Órgãos que, como visto, vêm desempenhando papel fundamental para o cumprimento do art. 7º, inciso XXXIII, da Magna Carta do Brasil.

#### 4.3 CÓDIGO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DA BOLÍVIA: EXEMPLO DE INVOLUÇÃO JURÍDICA

Na Bolívia, em 2014, houve a aprovação de novo diploma legal para seara infanto-juvenil. Trata-se do novo Código da Criança e do Adolescente que, lamentavelmente, autoriza e define regras para o trabalho a partir dos 10 anos de idade. De um lado, está o governo boliviano informando da necessidade de reconhecimento de uma situação pré-existente no país: o trabalho infantil e imprescindibilidade de regulá-lo. Entendimento ratificado pela União das Meninas e Meninos Trabalhadores (UNATSBO).<sup>182</sup> Do outro, parlamentares e entidades de proteção aos direitos da população infanto-juvenil contra a aprovação da medida,

<sup>181</sup> Em regra, não há maiores indagações sobre a regularidade e legalidade do trabalho, tampouco são determinadas diligências complementares ou remessa de cópias aos órgãos e instituições que teriam o dever de apurar a ocorrência de exploração.

<sup>182</sup> Sigla em espanhol para Unión de Niños y Niñas Trabajadores de Bolivia.

aduzindo que, como signatária da Convenção/OIT nº 138, a Bolívia não poderia reduzir a idade para o trabalho.

Ainda conforme as pessoas que se mantiveram contra a aprovação da Lei nº 548/2014 (Código de Meninas, Meninos e Adolescentes), o texto configuraria um retrocesso sem precedentes na história da luta por reconhecimento de direitos infanto-juvenis, sendo a parte mais polêmica do Código a seguinte:

ARTIGO 129. (IDADE MÍNIMA PARA TRABALHAR)<sup>183</sup>.

- I. Se fixa como idade mínima para trabalhar, os catorze (14) anos de idade.
- II. Excepcionalmente, as Defensorias da Infância e Juventude poderão autorizar a atividade laboral por conta própria realizada por meninos e meninas ou adolescentes de dez (10) a catorze (14) anos, e a atividade laboral por conta alheia de adolescentes de doze (12) a catorze (14) anos, sempre que esta não menospreze seu direito à educação, não seja perigosa, insalubre, atentatória a sua dignidade e desenvolvimento integral, ou se encontre expressamente proibido pela Lei.
- III. A solicitação deverá ter reposta no prazo de setenta e duas (72) horas computáveis a partir de sua recepção, prévia avaliação socioeconômica, e surtirá efeitos de registro no Sistema de Informação de Meninos e Meninas e Adolescentes-SINNA.
- IV. O registro da autorização para um ramo determinado poderá ser modificado por solicitação verbal do interessado, sem a necessidade de iniciar um novo trâmite de autorização. As Defensorias da Infância e Juventude, se for necessário, poderão solicitar uma nova avaliação médica e psicológica.

Portanto, uma criança de 10 anos poderá laborar. Na prática, elas já trabalhavam, aliás, conforme aponta Centro de Estudos para o Desenvolvimento laboral e agrário (CEDLA)<sup>184</sup>, 250 mil crianças e adolescentes trabalham na Bolívia, representando cerca de 5% da população economicamente ativa. Os menores laboram até mesmo no setor de mineração, o que configura ofensa também à Convenção/OIT nº 182.<sup>185</sup>

Considerando o que deste escrito consta, não é possível avalizar a conduta do parlamento e governo bolivianos, tampouco aceitar os argumentos expostos durante a votação e também explicitados nos meios de comunicação, a exemplo do

<sup>183</sup> Livre tradução do castelhano feita pela autora.

<sup>184</sup> Disponível em: <<http://www.cedla.org/udoc>>. Acesso em 14 out. 2016.

<sup>185</sup> Conforme consta do *site* do escritório da OIT na Bolívia (disponível em: <[http://www.ilo.org/dyn/normlex/es/f?p=NORMLEXPUB:11200:0::NO::P11200\\_COUNTRY\\_ID:102567](http://www.ilo.org/dyn/normlex/es/f?p=NORMLEXPUB:11200:0::NO::P11200_COUNTRY_ID:102567)>. Acesso em: 14 out. 2016), tanto a Convenção nº 138 quanto a Convenção nº 182 foram ratificados pelo governo boliviano e ambas as convenções estariam em vigor, conforme informa o referido *site*.

que disse o senador Adolfo Mendoza<sup>186</sup>, indicando que o trabalho seria uma “decisão voluntária da criança”<sup>187</sup>.

Vale mencionar, por fim, que o retrocesso social telado encontra ressonância no Brasil. Entre 2011 e 2015, foram apresentadas seis Propostas de Emenda Constitucional para reduzir a idade para o trabalho<sup>188</sup>: PEC 18/2011, PEC 35/2011, PEC 274/2013, PEC 77/2015, PEC 107/2015 e PEC 108/2015.

---

<sup>186</sup> Íntegra da sessão disponíveis em <<http://senado.gob.bo/legislativa/sesiones>>. Acesso em: 14 out. 2016.

<sup>187</sup> É dizer: a criança teria plena consciência dos prejuízos que o trabalho pode causar ao seu desenvolvimento e ainda sim optaria por causá-los a si própria.

<sup>188</sup> Inteiro teor de cada uma das PECs, bem como o andamento estão disponíveis em: <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=500183>>. Acesso em: 14 out. 2016. Anoto que, lucidamente, houve, em 4/1/2016, parecer da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania pela inadmissibilidade de todas elas.



## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No intento de dar maior visibilidade ao trabalho infantil para combatê-lo, foram expostos durante a pesquisa argumentos que apresentam situações jurídicas e socioambientais não tão salutaras ou inocentes como aquelas crianças que as vivem de modo diário.

Desse modo, de início, tem-se que a mera legislação não possui coercitividade suficiente. O próprio Sistema de Justiça descumpre ou ignora normativos internacionais devidamente ratificados (Convenções da OIT n. 138 e n.182) e também as leis ordinárias que regulam o trabalho infantil no Brasil. Errôneas condutas praticadas por autoridades como magistrados e promotores, e doutrinadores, também foram elucidadas. Dentre elas, chama a atenção a concessão de alvarás em dissonância com o que dispõem a CLT e o ECA.

Concretamente ignorando o artigo 403 da CLT, que veda o trabalho para menor de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, após os 14 anos e em condições que não sejam “prejudiciais à sua formação, ao seu desenvolvimento físico, psíquico, moral e social e em horários e locais que não permitam a frequência à escola”<sup>189</sup>, tem-se a decisão do magistrado catarinense que autorizou o trabalho, com jornada de 8 horas diárias, a uma adolescente em plantações de maçãs ou o parecer favorável do promotor de Justiça ao trabalho de adolescentes no lixão da cidade de Patos, na Paraíba.

Sobre o que seja a proteção infanto-juvenil<sup>190</sup>, por outro lado, com bastante propriedade, vontade e criatividade, outros membros do Ministério Público e

<sup>189</sup> Redação do parágrafo único do artigo 403, com a alteração feita pela Lei n. 10.097 de 2000. Vale lembrar que o período em que o governo federal mais se atentou para o problema específico do trabalho infantil foi, paradoxalmente, no governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2003) cuja gestão ficou conhecida pela austeridade econômica. Porém, aspectos sociais, como o combate ao trabalho infantil, ensejaram, por exemplo, o PETI – programa de erradicação do trabalho infantil, criado em 1996, regulamentado pela Portaria MPAS n° 2.917, de 12/9/2000. No nascedouro, o programa reforçava a imprescindibilidade da participação dos municípios, integrando o adolescente por meio da implantação da jornada ampliada, com atividades esportivas, de lazer e cultura, fora do horário escolar. Atualmente, contudo, o programa tem apresentado resultados modestos e de difícil mensuração considerando que foi inserido em outros programas de transferência de renda. Por fim, vale transcrever uma frase do citado ex-presidente, pois pertinente: Eu gostaria de ter eliminado para sempre o trabalho infantil. Melhor dizendo, eu gostaria que esse problema nunca tivesse existido. Mas infelizmente esbarramos nas dimensões do nosso país, na dificuldade para mudar condutas condenáveis e para manter uma fiscalização eficaz. Extraído Jornal *O Estadão*, disponível em: <<http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,fhc-diz-ter-tirado-800-mil-criancas-do-trabalho-infantil,20021203p57128>>. Acesso em: 15 set. 2016.

<sup>190</sup> Incluindo-se a necessidade de orientação e profissionalização prévias ao efetivo trabalho e outras questões que orbitam o problema do trabalho infantil.

magistrados esforçam-se em métodos de articulação e prática efetivas para se prevenir ou reparar o estrago que o trabalho infantil pode causar à pessoa humana.

Poucos exemplos<sup>191</sup> foram conhecidos na terceira parte da dissertação, onde se constatou que a dedicação de autoridades e da rede de proteção pode gerar resultados maravilhosos para a população infanto-juvenil e merecem ser demonstrados e replicados, com as devidas adaptações locais.

É oportuno dizer, ainda, que tais medidas não exigem esforços sobre-humanos. Em regra, as autoridades que agem em prol do combate ao trabalho infantil estabelecem, de início, ações de busca ativa, cadastramento e atendimento de crianças e adolescentes na situação de trabalho interdito, também de suas famílias, lançando mão, inclusive, de inspeção *in loco*. Diagnóstico feito, pode-se partir para uma necessária e prévia sensibilização das autoridades locais e da população, para possibilitar a elaboração de um plano de atuação concentrado e efetivo, como os exemplos vistos.

No planejamento, o envolvimento da rede de proteção à infância e adolescência é essencial, tanto na quantificação inicial, quanto na execução das medidas idealizadas. Como resultado, pode-se ter milhares de crianças e adolescentes atendidos nos programas já existentes e outros, a exemplo do que fora mostrado em Goiás ou em Araguaína.

Os membros do Sistema de Justiça, de fato, precisam obter mais conhecimento para, saindo da inércia, analisar efetivamente o que é mais justo e o que deve ser priorizado na seara infanto-juvenil. Por outro lado, caso não seja possível que essas autoridades se unam à luta pela erradicação do trabalho infantil que, pelo menos, não a atrapalhem, como agravar a medida socioeducativa de um adolescente, considerando que ele não trabalha e não estuda.

Faz-se imprescindível, portanto, se se mantiver a competência do juiz da Infância e Juventude para conceder autorização para o trabalho, que esses magistrados sejam mais bem instruídos, com reciclagem mínima na seara infanto-juvenil, de direitos trabalhistas, previdenciários e noções de direito constitucional que a contemporânea visão de direitos humanos inaugura.

---

<sup>191</sup> Fala-se em poucos exemplos porque há muita gente na lida do combate ao trabalho infantil. Uma breve pesquisa ao *site* do Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação ao Trabalho Infantil dá conta de inúmeras e excelentes práticas, razão pela qual se sugere o acesso ao *link*: <<http://www.fnpeti.org.br/biblioteca/19-boas-praticas.html>>, para conhecimento e aprofundamento. Na dissertação, buscou-se a descrição de determinadas práticas de modo a demonstrar seus impactos e eventuais metodologias.

Não é possível aceitar que se desconheça a realidade de vários atores e atrizes mirins que, além de terem pouquíssimo tempo para sua educação, são submetidos a jornadas longas em locais, por vezes, insalubres, sob forte pressão, pois a empresa busca o lucro e não o lúdico, como a criança quereria.

A pesquisa da professora Sandra Regina Cavalcante<sup>192</sup> da conta de que “[...] é frequente o descumprimento da lei, com crianças e adolescentes participando de produções artísticas e publicitárias sem passar antes pelo crivo de um juiz que avalie a pertinência da experiência para os interesses daquele indivíduo em formação”. Sendo assim, fica a critério de agências, emissoras, produtores e diretores agir com maior ou menor cuidado sobre o trabalho infanto-juvenil. Desse modo, mesmo quando há autorização judicial, se os termos forem amplos e se restrições não forem feitas no próprio alvará, os artistas mirins permanecerão sujeitos aos riscos da atividade.

Para além do poder decisório, juiz e promotor, ao atuar em processos de autorização para trabalho de crianças e adolescentes, devem obrigatoriamente conhecer a legislação pertinente, inclusive a parte internacional ratificada pelo Brasil. Assim sendo, fere-se a ordem constitucional ao se permitir que crianças e adolescentes trabalhem em quaisquer daquelas condições descritas na Lista TIP (Convenção/OIT n. 182 – piores formas de trabalho), como fazem algumas autoridades do Sistema de Justiça.

A CF/88 foi clara sobre a possibilidade de responsabilização da família e do Estado quando direitos infanto-juvenis forem desrespeitados. Nesse contexto, magistrados e membros do MP devem, dentro de sua esfera de atribuições, exigir e fazer cumprir a prioridade absoluta constitucionalmente prevista para melhoria das condições de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade.

Por outro lado, fortalecer a rede de proteção também é medida que se impõe e que pode contar com o auxílio<sup>193</sup> de membros do Poder Judiciário e do Ministério

---

<sup>192</sup> CAVALCANTE, 2013. p.147.

<sup>193</sup> Exemplo de fortalecimento da rede de proteção, geralmente formada pelo conselho tutelar, secretarias de saúde e educação municipais e estaduais, pôde ser constatado no Projeto Amparando Filhos, do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás. O projeto surge para, diante da existência de inúmeras crianças e adolescentes filhos de mulheres encarceradas, diagnosticar como estão esses menores, propondo, como segundo passo, um esforço conjunto entre judiciário, MP e órgãos municipais, assistir o menor, no intuito de amenizar um pouco sua dor e acompanhá-lo e auxiliá-lo na educação, aspectos psicológicos e legais. Maiores informações sobre o projeto podem ser visualizadas em <<http://www.tjgo.jus.br/index.php/tribunal/nucleo-de-responsabilidade-social-e-ambiental/projetos/amparando-filhos>>. Acesso em 30 set. 2016.

Público. Conselhos tutelares podem figurar como principal investigador das situações problemáticas na seara infantil. A rede, como um todo, pode funcionar como sensibilizadora das famílias sobre o fato de que o trabalho precoce não se presta à melhoria daquela criança, tampouco de sua família.

Aqui, destaca-se o manual apresentado no terceiro capítulo, elaborado por membros do MPT, que apresenta proposta de atuação dos Ministério Públicos estaduais e do Trabalho no enfrentamento do trabalho infantil. Em linhas gerais, o objetivo deste reside na tentativa de se acertar as atuações dos MP e do MPT nas situações em que há dúvidas: as “zonas cinzentas de atuação”.<sup>194</sup> O instrumento traz explicações sobre as diversas possibilidades de atuação do membro ministerial<sup>195</sup>, em conjunto com outro ou isoladamente, diante de caso concreto de exploração do trabalho de crianças e adolescentes.

Percebe-se, também, que o país tem muito a aprender com experiências e metodologias internacionais, a exemplo das ações do IPEC/OIT desenvolvidas no Mato Grosso do Sul no final da década de 1990, também o UNOPS/ONU, escritório das Nações Unidas que elabora e acompanha a execução de projetos na área de infraestrutura, gestão e aquisições com vistas a alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável<sup>196</sup>, podem agregar ao que já existe na luta contra o trabalho infantil.

---

<sup>194</sup> Citação extraída da palestra realizada por um dos procuradores que elaborou o instrumento, Rafael Dias Marques, durante o lançamento da obra ocorrida no TST, no ano de 2013. MARQUES, Rafael Dias. Ações do Ministério Público do Trabalho e repressão ao trabalho infantil: atuação e instrumentos processuais. *Revista do Ministério Público do Trabalho*, v. 22, n. 44, 2012.

<sup>195</sup> Como visto, o promotor de Justiça deve atuar prioritariamente na responsabilização civil e criminal, enquanto que o procurador do Trabalho deve promover a responsabilização trabalhista e civil daqueles que se beneficiam do trabalho ilegal: empregador, intermediário, explorador.

<sup>196</sup> Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) são os seguintes: Objetivo 1. Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares. Objetivo 2. Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável. Objetivo 3. Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades. Objetivo 4. Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos. Objetivo 5. Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas. Objetivo 6. Assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento para todos. Objetivo 7. Assegurar o acesso confiável, sustentável, moderno e a preço acessível à energia para todos. Objetivo 8. Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todos. Objetivo 9. Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação. Objetivo 10. Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles. Objetivo 11. Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis. Objetivo 12. Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis. Objetivo 13. Tomar medidas urgentes para combater a mudança do clima e seus impactos. Objetivo 14. Conservação e uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável. Objetivo 15. Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a

Por outro lado, o retrocesso legislativo inaugurado pelo Código de Menina, Meninos e Adolescentes<sup>197</sup>, em 2014, na Bolívia deve ser criticado. Mais ainda quando se têm propostas similares tramitando no Congresso Nacional brasileiro. Nesse sentido, a responsabilidade pelo sustento próprio ou da família não pode ser inserta na esfera de obrigações do menor. A atividade laborativa pode impedir ou dificultar a participação dessas crianças e adolescentes em atividades próprias para a idade, como frequência à escola, estudos, brincadeiras, jogos.

Enfim, tolhe-lhes inúmeros direitos fundamentais de que são titulares, atrapalhando o desenvolvimento e a consequência futura óbvia é a total (ou parcial) impossibilidade de elevação pessoal, profissional e social. Noutras palavras, perpetua a exclusão educacional normal e anteriormente experimentadas por seus genitores.

Portanto, a intenção desta pesquisa foi explicitar boas e péssimas práticas quando se trata de trabalho infantil para, ainda que de forma utópica, oferecer às leitoras e leitores uma nova mirada no problema, a fim de convidá-los a lutar para a erradicação da mazela que foi aqui vastamente tratada e que fere, intoxica e mata milhares de crianças no Brasil e no mundo.

---

desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade. Objetivo 16. Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis. Objetivo 17. Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável

<sup>197</sup> Como visto o artigo 129, II, do mencionado ato do legislativo boliviano possibilita que crianças de 10 anos trabalhem. Os trechos relevantes da Lei federal boliviana n. 548, de 17 de julho de 2014 encontra-se anexados à presente.

## REFERÊNCIAS

ABMP. Todos pela educação (Org.). *Justiça pela qualidade na educação*. São Paulo: Saraiva, 2013.

ALEXY, Robert. *Teoria dos Direitos Fundamentais*. 5. ed. Tradução Virgílio Afonso da Silva. São Paulo: Malheiros Editores Ltda. 2015.

ÁVILA, Humberto. *Teoria dos princípios: da definição à aplicação dos princípios jurídicos*. 15. ed. São Paulo: Malheiros Editores Ltda. 2015.

ALMEIDA, Renato Franco de. Poderes do Conselho Nacional de Justiça e do Conselho Nacional do Ministério Público. In: *Unijus: Revista jurídica*, v. 9, n. 10. 2006.

ALMEIDA, Amador Paes de. *CLT comentada: legislação, doutrina e jurisprudência*. 4. ed. rev. atual. e ampliada. São Paulo: Saraiva, 2007.

AVRISTZER, Leonardo. *Dimensões políticas da justiça*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

AYALA, Leonardo Briceño; RONDÓN, Ángela M. Pinzón. Efectos del trabajo infantil en la salud del menor trabajador. *Revista de Salud Pública*, Bogotá, v. 6, n. 4, p. 270-288, 2004. Disponível em: <<http://www.scielosp.org/pdf/rsap/v6n3/a04v6n3.pdf>>. Acesso em: 29 maio 2014.

AZEVEDO, J. S, Gabrielli de; MENEZES, W. F.; FERNANDES, C. M. *Fora de lugar*. Crianças e adolescentes no mercado de trabalho. São Paulo: Associação Brasileira de Estudos do Trabalho – ABET, 2000.

BARROSO, Luis Roberto. *Curso de direito constitucional contemporâneo: os fundamentos constitucionais e a Constituição do novo modelo*. São Paulo: Saraiva, 2015.

\_\_\_\_\_. Aqui, lá e em todo lugar: a dignidade da pessoa humana no direito contemporâneo e no discurso transnacional. *Revista dos Tribunais*, 919: 127-196, 2012.

\_\_\_\_\_. Neoconstitucionalismo e constitucionalização do Direito: O triunfo tardio do direito constitucional no Brasil. Disponível em: <[http://www.luisrobertobarroso.com.br/wp-content/themes/LRB/pdf/neoconstitucionalismo\\_e\\_constitucionalizacao\\_do\\_direito\\_pt.pdf](http://www.luisrobertobarroso.com.br/wp-content/themes/LRB/pdf/neoconstitucionalismo_e_constitucionalizacao_do_direito_pt.pdf)>. Acesso em: 15out. 15.

BRITTO, Carlos Ayres. *O Humanismo como categoria constitucional*. Belo Horizonte: Fórum, 2007.

CANOTILHO, José Joaquim Gomes. *Estudo sobre Direitos Fundamentais*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais; Portugal: Coimbra Editora, 2008.

BRASIL. Código Penal. Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940. Presidência da República Casa Civil Subchefia para Assuntos Jurídicos. Rio de Janeiro, 1940. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/Del2848.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del2848.htm)>.

\_\_\_\_\_. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm)>. Acesso em: 24 fev. 2016.

\_\_\_\_\_. Decreto-Lei nº 17.943-A, de 12 de outubro de 1927. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-17943-a-12-outubro-1927-501820-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 15 ago. 2015.

\_\_\_\_\_. Decreto-Lei nº 4.134, de 15 de fevereiro de 2002. Promulga a Convenção nº 138 e a Recomendação nº 146 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre Idade Mínima de Admissão ao Emprego. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Brasília-DF, 2002. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/2002/d4134.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/d4134.htm)>. Acesso em: 28 ago. 2016.

\_\_\_\_\_. Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943. Aprova Consolidação das Leis de Trabalho. Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/topicos/10757816/paragrafo-1-artigo-80-do-decreto-lei-n-5452-de-01-de-maio-de-1943>>.

\_\_\_\_\_. Lei nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012. Institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase), regulamenta a execução das medidas socioeducativas destinadas a adolescente que pratique ato infracional; e altera as Leis nºs 8.069, de 13 de julho de 1990. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Brasília-DF, 2012.

\_\_\_\_\_. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e dá outras providências. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos (Vide Lei nº 13.105, de 2015). Brasília-DF, DOU 16 ago.1990 e retificado em 27 set.1990.

\_\_\_\_\_. Lei nº 8.242, de 12 de outubro de 1991. Cria o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda) e dá outras providências. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Brasília, 12 de outubro de 1991; 170º da Independência e 103º da República. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L8242.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8242.htm)>. Acesso em: 14 set. 2015.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=536108>>. Acesso em: 15 ago. 2016.

CARRERA, Juan Iñigo. *Trabajo infantil y capital*. Buenos Aires: Imago Mundi, 2008. CARRION, Valentin, *Comentários à CLT*. 36. ed. Atual. Por Eduardo Carrion – São Paulo, Saraiva, 2011.

CAVALCANTE, Sandra Regina. Trabalho infantil artístico: conveniência, legalidade e limites. *Rev. TST, Brasília*, v. 79, n. 1, jan./mar. 2013.

\_\_\_\_\_. *Trabalho Infantil artístico: do deslumbramento à ilegalidade*. São Paulo: LTr, 2011.

Civilizatório. In: DICIONÁRIO português priberam da língua portuguesa. Disponível em: <<https://www.priberam.pt/dlpo/civilizar>>. Acesso em: 2 out. 2016.

CORRÊA, Lélío Bentes. O trabalho infantil sob a perspectiva internacional. In: *Trabalho e justiça social: um tributo a Mauricio Godinho Delgado*. São Paulo: LTr, 2013.

\_\_\_\_\_; VIDOTTI, Tércio José (Coord.). *Trabalho infantil e direitos humanos: homenagem a Oris de Oliveira*. São Paulo: LTr, 2005.

CUNHA, Rogério Sanches. Direito penal parte especial. São Paulo: *Revista dos Tribunais*, 2009.

DUSSEL, Enrique Domingo. Direitos humanos e ética da libertação: pretensão política de Justiça e a luta pelo reconhecimento dos novos direitos. *Revista InSURgência*. Brasília: ano 1, v. 1, n. 1, jan./jun. 2015. p.121-136.

ECOAR - *Educação, comunicação e arte na defesa dos direitos da criança e do adolescente*. Brasília, OIT – 2007 (versão digital). Disponível em: <[http://www.promenino.org.br/portals/0/trabalho infantil/ecoar/ecoar\\_final.pdf](http://www.promenino.org.br/portals/0/trabalho infantil/ecoar/ecoar_final.pdf)>.

HERRERA Flores, Joaquín. *La reinención de los derechos humanos*. Ed. Atrapasueños, 2008 (Colección Ensayando).

JOSVIK, Mariane. *Ser aprendiz!* aprendizagem profissional e políticas públicas: aspectos jurídicos, teóricos e práticos. São Paulo: LTr, 2009.

KASSOUF, Ana Lúcia. *Aspectos sócio-econômicos do trabalho infantil no Brasil*. Brasília: Secretaria de Estado dos Direitos Humanos, Brasília, 2002.

\_\_\_\_\_; SANTOS, Marcelo Justus dos. *Trabalho infantil no meio rural brasileiro: evidências sobre o “paradoxo da riqueza”*. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-80502010000300004](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-80502010000300004)>. Acesso em: 27 ago. 2016.

MARTINS, José de Souza. *Exclusão social e a nova desigualdade*. São Paulo: Paulus, 1997.

\_\_\_\_\_. *O massacre dos inocentes: a criança sem infância no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1993.

MARTINS, Sergio Pinto. *Direito Processual do Trabalho*. São Paulo: Editora Atlas, 2004. p. 603



MARQUES, Rafael Dias. Ações do Ministério Público do Trabalho e repressão ao trabalho infantil: atuação e instrumentos processuais. *Revista do Ministério Público do Trabalho*, v. 22, n. 44, 2012.

MEDEIROS NETO, Xisto Tiago; MARQUES, Rafael Dias. *Manual de Atuação do Ministério Público na Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil*. Conselho Nacional do Ministério Público. Brasília: CNMP, 2013.

MIGNOLO, Walter. *La idea de América Latina: la herida colonial y la opción decolonial*. Barcelona: Gedisa Editorial, 2007.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. Secretaria de Reforma do Judiciário. *Estudio comparado sobre gestión presupuestaria y gestión administrativa de cortes y tribunales y tratamiento estadístico de la información sobre el funcionamiento del sistema judicial*. Brasília e Santiago: PNUD/CEJA, 2006.

MIRANDA, Rafael de Souza. Abordagem atual sobre o trabalho infantil. *Revista da Defensoria Pública*. n. 2, Edição Ano Especial da Infância e Juventude, 2013. p. 127-136.

MONEBHURRUN, Nitish. *Manual de metodologia jurídica - técnicas para argumentar em textos jurídicos*. São Paulo: Saraiva, 2010.

NOCCHI, Andrea Saint Pastous. *Criança, adolescente, trabalho*. São Paulo: LTr, 2010.

OBSERVATÓRIO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE. Disponível em: <<http://observatoriocrianca.org.br/cenario-infancia/temas/trabalho-infantil/639-acidentes-de-trabalho-entre-criancas-de-5-a-17-anos?filters=1,814,>>>. Acesso em: 12 set. 2016.

OLIVA, José Roberto Dantas. *O princípio da proteção integral e o trabalho da criança e do adolescente no Brasil*. São Paulo: LTr, 2006.

\_\_\_\_\_. *O trabalho infanto-juvenil artístico e a idade mínima: sobre a necessidade de regulamentação e a competência para sua autorização*. p. 38. Disponível em: <<http://portal.trt15.jus.br/documents/2225749/2246450/trabalho infantil artistico JRDO rev-amatra+%281%29.pdf/289187b0-218b-4f04-81f9-0d7caa112584>>. Acesso em: 22 set. 2016

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT). Disponível em: <<http://www.oitbrasil.org.br/content/hist%C3%B3ria>>. Acesso em: 15 abr. 2016.

PESQUISA Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD). Disponível em: <[http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/pesquisas/pesquisa\\_resultados.php?id\\_pesquisa=40](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/pesquisas/pesquisa_resultados.php?id_pesquisa=40)>. Acesso em: 14 ago. 2016.

PETER, Christine. *Transjurfundamentalidade: diálogos transnacionais sobre direitos fundamentais*. Dissertação (Mestrado em Direito, Estado e Constituição) - Faculdade de Direito da Universidade de Brasília, 2013.

PRIORE, Mary Del (Org.). *História das crianças no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1999.

RIBEIRO, Darcy. *As Américas e a civilização*. Processo de formação e causas do desenvolvimento desigual dos povos americanos. São Paulo: Cia. das Letras, 2007.

RIBEIRO, Paulo Silvino. Prostituição Infantil: uma violência contra a criança; *Brasil Escola*. Disponível em: <<http://brasilecola.uol.com.br/sociologia/prostituicao-infantil.htm>>. Acesso em: 3 out. 2016.

SAAD, Eduardo Gabriel – *CLT: comentada*. 43. ed. Atual. rev. ampl. por José Eduardo Duarte Saad. São Paulo: LTr, 2010.

SECRETARIA ESPECIAL DE DIREITOS HUMANOS. Ministério da Justiça e Cidadania. Disponível em: <<http://www.sdh.gov.br/sobre/participacao-social/conselho-nacional-dos-direitos-da-crianca-e-do-adolescente-conanda>>. Acesso em: 11 set. 2015.

SILVA, José Afonso da. *Aplicabilidade das normas constitucionais*. 8. ed. São Paulo: Malheiros Editores Ltda. 2012.

SOUZA, Ismael Francisco de; SOUZA, Marli Pala. *O Conselho Tutelar e a erradicação do trabalho infantil*. Criciúma: Unesc, 2010.

SOUZA, Sérgio Augusto Guedes Pereira. *Os direitos da criança e os direitos humanos*. Porto Alegre: SAFE, 2001.

TORMIN, Liana Antunes Vieira (Coord.). Doação aos Fundos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente (Cartilha). Centro de Apoio Operacional Infância e Juventude. Ministério Público do estado de Goiás. Disponível em: <<http://www.mpggo.mp.br/portal/system/resources/W1siZiZlsljwMTMvMDQvMDMvMTZfMzVfMDdfOTA5X0NhcnRpbGhhX0ZNRENBXzlwMTMucGRmI1d/Cartilha%20FM DCA%202013.pdf>>.

TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO (TST). Disponível em: <<http://www.tst.jus.br/documents/3284284/0/DeclaracoCompromissosobreTrabalhoInfantil>>. Acesso em: 20 out. 2015.

**ANEXOS**

## ANEXO A - CONVENÇÕES DA OIT SOBRE TRABALHO INFANTIL

**Convenção sobre Proibição das Piores Formas de Trabalho Infantil e Ação Imediata para sua Eliminação**  
Publicado no site: OIT - Organização Internacional do Trabalho - Escritório no Brasil  
(<http://www.oitbrasil.org.br>)

---

### **Convenção sobre Proibição das Piores Formas de Trabalho Infantil e Ação Imediata para sua Eliminação**

#### **CONVENÇÃO Nº 182**

I — Convocada em Genebra pelo Conselho de Administração da Secretaria Internacional do Trabalho e reunida em 1ª de junho de 1999, em sua 87ª Reunião.

II — Dados referentes ao Brasil:

- a) aprovação = Decreto Legislativo n. 178, de 14.12.1999, do Congresso Nacional;
- b) ratificação = 02 de fevereiro de 2000;
- c) promulgação = Decreto n. 3.597, de 12.09.2000;
- d) vigência nacional = 02 de fevereiro de 2001.

A Conferência Geral da Organização Internacional do Trabalho,

Considerando a necessidade de adotar novos instrumentos para proibição e eliminação das piores formas de trabalho infantil, como a principal prioridade de ação nacional e internacional, que inclui cooperação e assistência internacionais, para complementar a Convenção e a Recomendação sobre Idade Mínima para Admissão a Emprego, de 1973, que continuam sendo instrumentos fundamentais sobre trabalho infantil;

Considerando que a efetiva eliminação das piores formas de trabalho infantil requer ação imediata e global, que leve em conta a importância da educação fundamental e gratuita e a necessidade de retirar a criança de todos esses trabalhos, promover sua reabilitação e integração social e, ao mesmo tempo, atender as necessidades de suas famílias;

Recordando a resolução sobre a eliminação do trabalho infantil adotada pela Conferência Internacional do Trabalho, em sua 83ª Reunião, em 1996;

Reconhecendo que o trabalho infantil é devido, em grande parte, à pobreza e que a solução a longo prazo reside no crescimento econômico sustentado, que conduz ao progresso social, sobretudo ao alívio da pobreza e à educação universal;

Recordando a Convenção sobre os Direitos da Criança, adotada pela Assembléia das Nações Unidas, em 20 de novembro de 1989;

Recordando a Declaração da OIT sobre Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho e seu Seguimento, adotada pela Conferência Internacional do Trabalho em sua 86ª Reunião, em 1998;

Recordando que algumas das piores formas de trabalho infantil são objeto de outros instrumentos internacionais, particularmente a Convenção sobre Trabalho Forçado, de 1930, e a Convenção Suplementar das Nações Unidas sobre Abolição da Escravidão, do Tráfico de Escravos e de Instituições e Práticas Similares à Escravidão, de 1956;

Tendo decidido pela adoção de diversas proposições relativas a trabalho infantil, matéria que constitui a quarta questão da ordem do dia da Reunião, e

Tendo determinado que essas proposições se revestissem da forma de convenção internacional,

## **Convenção sobre Proibição das Piores Formas de Trabalho Infantil e Ação Imediata para**

Publicado no site: OIT - Organização Internacional do Trabalho - Escritório no Brasil  
(<http://www.oitbrasil.org.br>)

adota, neste décimo sétimo dia de junho do ano de mil novecentos e noventa e nove, a seguinte Convenção, que poderá ser citada como Convenção sobre as Piores Formas de Trabalho Infantil, de 1999.

### **Artigo 1º**

Todo Estado-membro que ratificar a presente Convenção deverá adotar medidas imediatas e eficazes que garantam a proibição e a eliminação das piores formas de trabalho infantil em caráter de urgência.

### **Artigo 2º**

Para os efeitos desta Convenção, o termo criança designa a toda pessoa menor de 18 anos.

### **Artigo 3º**

Para os fins desta Convenção, a expressão as piores formas de trabalho infantil compreende:

- a) todas as formas de escravidão ou práticas análogas à escravidão, como venda e tráfico de crianças, sujeição por dívida, servidão, trabalho forçado ou compulsório, inclusive recrutamento forçado ou obrigatório de crianças para serem utilizadas em conflitos armados;
- b) utilização, demanda e oferta de criança para fins de prostituição, produção de pornografia ou atuações pornográficas;
- c) utilização, recrutamento e oferta de criança para atividades ilícitas, particularmente para a produção e tráfico de entorpecentes conforme definidos nos tratados internacionais pertinentes;
- d) trabalhos que, por sua natureza ou pelas circunstâncias em que são executados, são suscetíveis de prejudicar a saúde, a segurança e a moral da criança.

### **Artigo 4º**

1. Os tipos de trabalho a que se refere o artigo 3º d) serão definidos pela legislação nacional ou pela autoridade competente, após consulta com as organizações de empregadores e de trabalhadores interessadas, levando em consideração as normas internacionais pertinentes, particularmente os parágrafos 3º e 4º da Recomendação sobre as Piores Formas de Trabalho Infantil, de 1999.
2. A autoridade competente, após consulta com as organizações de empregadores e trabalhadores interessadas, localizará onde ocorrem os tipos de trabalho determinados conforme o parágrafo 1º deste artigo.
3. A relação dos tipos de trabalho definidos nos termos do parágrafo 1º deste artigo deverá ser periodicamente examinada e, se necessário, revista em consulta com as organizações de empregadores e de trabalhadores interessadas.

### **Artigo 5º**

Todo Estado-membro, após consulta com organizações de empregadores e de trabalhadores, estabelecerá ou designará mecanismos apropriados para monitorar a aplicação das disposições que dão cumprimento à presente Convenção.

### **Artigo 6º**

1. Todo Estado-membro elaborará e implementará programas de ação para eliminar, como prioridade, as piores formas de trabalho infantil.
2. Esses programas de ação serão elaborados e implementados em consulta com instituições

### **Convenção sobre Proibição das Piores Formas de Trabalho Infantil e Ação Imediata para :**

Publicado no site: OIT - Organização Internacional do Trabalho - Escritório no Brasil  
(<http://www.oitbrasil.org.br>)

---

governamentais competentes e organizações de empregadores e de trabalhadores, levando em consideração opiniões de outros grupos interessados, caso apropriado.

#### **Artigo 7º**

1. Todo Estado-membro adotará todas as medidas necessárias para assegurar aplicação e cumprimento efetivos das disposições que dão efeito a esta Convenção, inclusive a instituição e aplicação de sanções penais ou, conforme o caso, de outras sanções.
2. Todo Estado-membro, tendo em vista a importância da educação para a eliminação do trabalho infantil, adotará medidas efetivas para, num determinado prazo:
  - a) impedir a ocupação de crianças nas piores formas de trabalho infantil;
  - b) dispensar a necessária e apropriada assistência direta para retirar crianças das piores formas de trabalho infantil e assegurar sua reabilitação e integração social;
  - c) garantir o acesso de toda criança retirada das piores formas de trabalho infantil à educação fundamental gratuita e, quando possível e adequado, à formação profissional;
  - d) identificar crianças particularmente expostas a riscos e entrar em contato direto com elas; e,
  - e) levar em consideração a situação especial das meninas.
3. Todo Estado-membro designará a autoridade competente responsável pela aplicação das disposições que dão cumprimento a esta Convenção.

#### **Artigo 8º**

Os Estados-membros tomarão as devidas providências para se ajudarem mutuamente na aplicação das disposições desta Convenção por meio de maior cooperação e/ou assistência internacional, inclusive o apoio ao desenvolvimento social e econômico, a programas de erradicação da pobreza e à educação universal.

#### **Artigo 9º**

As ratificações formais desta Convenção serão comunicadas, para registro, ao Diretor-Geral da Secretaria Internacional do Trabalho.

#### **Artigo 10**

1. Esta Convenção obrigará unicamente os Estados-membros da Organização Internacional do Trabalho cujas ratificações tiverem sido registradas pelo Diretor-Geral da Secretaria Internacional do Trabalho.
2. A presente Convenção entrará em vigor doze meses após a data de registro, pelo Diretor-Geral, das ratificações de dois Estados-membros.
3. A partir daí, esta Convenção entrará em vigor, para todo Estado-membro, doze meses após a data do registro de sua ratificação.

#### **Artigo 11**

1. O Estado-membro que ratificar esta Convenção poderá denunciá-la ao final de um período de dez anos, a contar da data de sua entrada em vigor, mediante comunicação ao Diretor-Geral da Secretaria Internacional do Trabalho, para registro. A denúncia não terá efeito antes de se completar um ano a contar da data de seu registro.
2. Todo Estado-membro que ratificar esta Convenção e que, no prazo de um ano após expirado o

### **Convenção sobre Proibição das Piores Formas de Trabalho Infantil e Ação Imediata para**

Publicado no site: OIT - Organização Internacional do Trabalho - Escritório no Brasil  
(<http://www.oitbrasil.org.br>)

período de dez anos referido no parágrafo anterior, não tiver exercido o direito de denúncia disposto neste artigo, ficará obrigado a um novo período de dez anos e, daí por diante, poderá denunciar esta Convenção ao final de cada período de dez anos, nos termos deste artigo.

#### **Artigo 12**

1. O Diretor-Geral da Secretaria Internacional do Trabalho dará ciência, aos Estados-membros da Organização Internacional do Trabalho, do registro de todas as ratificações, declarações e atos de denúncia que lhe forem comunicados pelos Estados-membros da Organização.

2. Ao notificar os Estados-membros da Organização sobre o registro da segunda ratificação que lhe foi comunicada, o Diretor-Geral lhes chamará a atenção para a data em que a Convenção entrará em vigor.

#### **Artigo 13**

O Diretor-Geral da Secretaria Internacional do Trabalho comunicará ao Secretário-Geral das Nações Unidas, para registro, nos termos do artigo 102 da Carta das Nações Unidas, informações circunstanciadas sobre todas as ratificações, declarações e atos de denúncia por ele registrados, conforme o disposto nos artigos anteriores.

#### **Artigo 14**

O Conselho de Administração da Secretaria Internacional do Trabalho apresentará à Conferência Geral, quando considerar necessário, relatório sobre o desempenho desta Convenção e examinará a conveniência de incluir na pauta da Conferência a questão de sua revisão total ou parcial.

#### **Artigo 15**

1. No caso de adotar a Conferência uma nova Convenção que reveja total ou parcialmente esta Convenção, a menos que a nova Convenção disponha de outro modo:

a) a ratificação, por um Estado-membro, da nova Convenção revista implicará, ipso jure, a partir do momento em que entrar em vigor a convenção revista, a denúncia imediata desta Convenção, não obstante as disposições do artigo 11 acima;

b) esta Convenção deixará de estar sujeita a ratificação pelos Estados-membros a partir do momento da entrada em vigor da Convenção revisora.

2. Esta Convenção continuará a vigorar, na sua forma e conteúdo, nos Estados-membros que a ratificaram, mas não ratificarem a Convenção revista.

#### **Artigo 16**

As versões em inglês e francês do texto desta Convenção são igualmente autênticas.

\*Data de entrada em vigor: 19 de novembro de 2000.

- [Trabalho Infantil](#)

**URL:** <http://www.oitbrasil.org.br/node/518>

## **Idade Mínima para Admissão**

Publicado no site: OIT - Organização Internacional do Trabalho - Escritório no Brasil  
(<http://www.oitbrasil.org.br>)

---

## **Idade Mínima para Admissão**

### **[1]CONVENÇÃO N. 138**

I — Aprovada na 58ª reunião da Conferência Internacional do Trabalho (Genebra — 1973), entrou em vigor no plano internacional em 19.6.76.

II — Dados referentes ao Brasil:

- a) aprovação = Decreto Legislativo n. 179, de 14.12.1999, do Congresso Nacional;
- b) ratificação = 28 de junho de 2001;
- c) promulgação = Decreto n. 4.134, de 15.02.2002;
- d) vigência nacional = 28 de junho de 2002.

“A Conferência Geral da Organização Internacional do Trabalho:

Convocada em Genebra pelo Conselho de Administração do Secretariado da Organização Internacional do Trabalho e reunida em 6 de junho de 1973, em sua quinquagésima oitava reunião;

Tendo decidido adotar diversas proposições relativas à idade mínima para admissão a emprego, tema que constitui a quarta questão da ordem do dia da reunião;

Considerando as disposições das seguintes convenções:

Convenção sobre a Idade Mínima (Indústria), de 1919;

Convenção sobre a Idade Mínima (Trabalho Marítimo), de 1920;

Convenção sobre a Idade Mínima (Agricultura), de 1921;

Convenção sobre a Idade Mínima (Estivadores e Foguistas), de 1921;

Convenção sobre a Idade Mínima (Emprego não-Industrial), de 1932;

Convenção (revista) sobre a Idade Mínima (Trabalho Marítimo), de 1936;

Convenção (revista) sobre a Idade Mínima (Indústria), de 1937;

Convenção (revista) sobre a Idade Mínima (Emprego não-Industrial), de 1937;

Convenção sobre a Idade Mínima (Pescadores), de 1959, e a

Convenção sobre a Idade Mínima (Trabalho Subterrâneo), de 1965;

Considerando ter chegado o momento de adotar um instrumento geral sobre a matéria, que substitua gradualmente os atuais instrumentos, aplicáveis a limitados setores econômicos, com vista à total abolição do trabalho infantil;

Tendo determinado que essas proposições se revistam da forma de uma convenção internacional, adota, no dia vinte e seis de junho de mil novecentos e setenta e três, a seguinte Convenção que



### **Idade Mínima para Admissão**

Publicado no site: OIT - Organização Internacional do Trabalho - Escritório no Brasil  
(<http://www.oitbrasil.org.br>)

pode ser citada como a 'Convenção sobre a Idade Mínima, de 1973':

Art. 1º — Todo País-Membro, no qual vigore esta Convenção, compromete-se a seguir uma política nacional que assegure a efetiva abolição do trabalho infantil e leve, progressivamente, a idade mínima de admissão a emprego ou a trabalho a um nível adequado ao pleno desenvolvimento físico e mental do jovem.

Art. 2º — 1. Todo País-Membro que ratificar esta Convenção especificará, em declaração anexa à ratificação, uma idade mínima para admissão a emprego ou trabalho em seu território e nos meios de transporte registrados em seu território; ressalvado o disposto nos Artigos 4º e 8º desta Convenção, nenhuma pessoa com idade inferior a essa idade será admitida a emprego ou trabalho em qualquer ocupação.

2. Todo País-Membro que ratificar esta Convenção poderá notificar ao Diretor-Geral do Secretariado da Organização Internacional do Trabalho, por declarações subseqüentes, que estabelece uma idade mínima superior à anteriormente definida.

3. A idade mínima fixada nos termos do parágrafo 1 deste Artigo não será inferior à idade de conclusão da escolaridade compulsória ou, em qualquer hipótese, não inferior a quinze anos.

4. Não obstante o disposto no parágrafo 3 deste Artigo, o País-Membro, cuja economia e condições do ensino não estiverem suficientemente desenvolvidas, poderá, após consulta às organizações de empregadores e de trabalhadores concernentes, se as houver, definir, inicialmente, uma idade mínima de quatorze anos.

5. Todo País-Membro que definir uma idade mínima de quatorze anos, de conformidade com a disposição do parágrafo anterior, incluirá em seus relatórios a serem apresentados sobre a aplicação desta Convenção, nos termos do Artigo 22 da Constituição da Organização Internacional do Trabalho, declaração:

a) de que subsistem os motivos dessa providência; ou

b) de que renuncia ao direito de se valer da disposição em questão a partir de uma determinada data.

Art. 3º — 1. Não será inferior a dezoito anos a idade mínima para a admissão a qualquer tipo de emprego ou trabalho que, por sua natureza ou circunstâncias em que for executado, possa prejudicar a saúde, a segurança e a moral do jovem.

2. Serão definidos por lei ou regulamentos nacionais ou pela autoridade competente, após consulta com as organizações de empregadores e de trabalhadores concernentes, se as houver, as categorias de emprego ou trabalho às quais se aplica o parágrafo 1 deste Artigo.

3. Não obstante o disposto no parágrafo 1 deste Artigo, a lei ou regulamentos nacionais ou a autoridade competente poderá, após consultar as organizações de empregadores e de trabalhadores concernentes, se as houver, autorizar emprego ou trabalho a partir da idade de dezoito anos, desde que estejam plenamente protegidas a saúde, a segurança e a moral dos jovens envolvidos e lhes seja proporcionada instrução ou formação adequada e específica no setor da atividade pertinente.

Art. 4º — 1. A autoridade competente, após consulta com as organizações de empregadores e trabalhadores concernentes, se as houver, poderá, na medida do necessário, excluir da aplicação desta Convenção um limitado número de categorias de emprego ou trabalho a respeito das quais se levantarem reais e especiais problemas de aplicação.

2. Todo País-Membro que ratificar esta Convenção alistará em seu primeiro relatório sobre sua aplicação, a ser submetido nos termos do Artigo 22 da Constituição da Organização Internacional do Trabalho, todas as categorias que possam ter sido excluídas de conformidade com o parágrafo 1 deste Artigo, dando as razões dessa exclusão, e indicará, nos relatórios subseqüentes, a situação de

### **Idade Mínima para Admissão**

Publicado no site: OIT - Organização Internacional do Trabalho - Escritório no Brasil  
(<http://www.oitbrasil.org.br>)

sua lei e prática com referência às categorias excluídas e a medida em que foi dado ou se pretende dar efeito à Convenção com relação a essas categorias.

3. Não será excluído do alcance da Convenção, de conformidade com este Artigo, emprego ou trabalho protegido pelo Artigo 3º desta Convenção.

Art. 5º — 1. O País-Membro, cuja economia e condições administrativas não estiverem suficientemente desenvolvidas, poderá, após consulta com as organizações de empregadores e de trabalhadores, se as houver, limitar inicialmente o alcance de aplicação desta Convenção.

2. Todo País-Membro que se servir do disposto no parágrafo 1 deste Artigo especificará, em declaração anexa à sua ratificação, os setores de atividade econômica ou tipos de empreendimentos aos quais aplicará as disposições da Convenção.

3. As disposições desta Convenção serão aplicáveis, no mínimo, a: mineração e pedreira; indústria manufatureira; construção; eletricidade, água e gás; serviços sanitários; transporte, armazenamento e comunicações; plantações e outros empreendimentos agrícolas de fins comerciais, excluindo, porém, propriedades familiares e de pequeno porte que produzam para o consumo local e não empreguem regularmente mão-de-obra remunerada.

4. Todo País-Membro que tiver limitado o alcance de aplicação desta Convenção, nos termos deste Artigo:

a) indicará em seus relatórios, nos termos do Artigo 22 da Constituição da Organização Internacional do Trabalho, a situação geral com relação ao emprego ou trabalho de jovens e crianças nos setores de atividade excluídos do alcance de aplicação desta Convenção e todo progresso que tenha sido feito no sentido de uma aplicação mais ampla de suas disposições;

b) poderá, em qualquer tempo, estender formalmente o alcance de aplicação com uma declaração encaminhada ao Diretor-Geral do Secretariado da Organização Internacional do Trabalho.

Art. 6º — Esta Convenção não se aplicará a trabalho feito por crianças e jovens em escolas de educação vocacional ou técnica ou em outras instituições de treinamento em geral ou a trabalho feito por pessoas de no mínimo quatorze anos de idade em empresas em que esse trabalho for executado dentro das condições prescritas pela autoridade competente, após consulta com as organizações de empregadores e de trabalhadores concernentes, onde as houver, e constituir parte integrante de:

a) curso de educação ou treinamento pelo qual é principal responsável uma escola ou instituição de treinamento;

b) programa de treinamento principalmente ou inteiramente numa empresa, que tenha sido aprovado pela autoridade competente; ou

c) programa de orientação vocacional para facilitar a escolha de uma profissão ou de especialidade de treinamento.

Art. 7º — 1. As leis ou regulamentos nacionais poderão permitir o emprego ou trabalho a pessoas entre treze e quinze anos em serviços leves que:

a) não prejudique sua saúde ou desenvolvimento; e

b) não prejudiquem sua frequência escolar, sua participação em programas de orientação vocacional ou de treinamento aprovados pela autoridade competente ou sua capacidade de se beneficiar da instrução recebida.

2. As leis ou regulamentos nacionais poderão também permitir o emprego ou trabalho a pessoas com, no mínimo, quinze anos de idade e que não tenham ainda concluído a escolarização

### **Idade Mínima para Admissão**

Publicado no site: OIT - Organização Internacional do Trabalho - Escritório no Brasil  
(<http://www.oitbrasil.org.br>)

compulsória em trabalho que preencher os requisitos estabelecidos nas alíneas a e b do parágrafo 1 deste Artigo.

3. A autoridade competente definirá as atividades em que o emprego ou trabalho poderá ser permitido nos termos dos parágrafos 1 e 2 deste Artigo e estabelecerá o número de horas e as condições em que esse emprego ou trabalho pode ser desempenhado.

4. Não obstante o disposto nos parágrafos 1 e 2 deste Artigo, o País-Membro que se tiver servido das disposições do parágrafo 4 do Artigo 2º poderá, enquanto continuar assim procedendo, substituir as idades de treze e quinze anos pelas idades de doze e quatorze anos e a idade de quinze anos pela idade de quatorze anos dos respectivos parágrafos 1 e 2 deste Artigo.

Art. 8º — 1. A autoridade competente, após consulta com as organizações de empregadores de trabalhadores concernentes, se as houver, poderá, mediante licenças concedidas em casos individuais, permitir exceções para a proibição de emprego ou trabalho provida no Artigo 2º desta Convenção, para finalidades como a participação em representações artísticas.

2. Licenças dessa natureza limitarão o número de horas de duração do emprego ou trabalho e estabelecerão as condições em que é permitido.

Art. 9º — 1. A autoridade competente tomará todas as medidas necessárias, inclusive a instituição de sanções apropriadas, para garantir a efetiva vigência das disposições desta Convenção.

2. As leis ou regulamentos nacionais ou a autoridade competente designarão as pessoas responsáveis pelo cumprimento das disposições que dão efeito à Convenção.

3. As leis ou regulamentos nacionais ou a autoridade competente prescreverão os registros ou outros documentos que devem ser mantidos e postos à disposição pelo empregador; esses registros ou documentos conterão nome, idade ou data de nascimento, devidamente autenticados sempre que possível, das pessoas que emprega ou que trabalham para ele e tenham menos de dezoito anos de idade.

Art. 10 — 1. Esta Convenção revê, nos termos estabelecidos neste Artigo, a Convenção sobre a Idade Mínima (Indústria), de 1919; a Convenção sobre a Idade Mínima (Marítimos), de 1920; a Convenção sobre a Idade Mínima (Agricultura), de 1921; a Convenção sobre a Idade Mínima (Estivadores e Foguistas), de 1921; a Convenção sobre a Idade Mínima (Emprego não-Industrial), de 1932; a Convenção (revista) sobre a Idade Mínima (Marítimos), de 1936; a Convenção (revista) sobre a Idade Mínima (Indústria), de 1937; a Convenção (revista) sobre a Idade Mínima (Emprego não-Industrial), de 1937; a Convenção sobre a Idade Mínima (Pescadores), de 1959 e a Convenção sobre a Idade Mínima (Trabalho Subterrâneo), de 1965.

2. A entrada em vigor desta Convenção não priva de ratificações ulteriores as seguintes convenções: a Convenção (revista) sobre a Idade Mínima (Marítimos), de 1936; a Convenção (revista) sobre a Idade Mínima (Indústria), de 1937; a Convenção (revista) sobre a Idade Mínima (Emprego não-Industrial), de 1937; a Convenção sobre a Idade Mínima (Pescadores), de 1959 e a Convenção sobre a Idade Mínima (Trabalho Subterrâneo), de 1965.

3. A Convenção sobre a Idade Mínima (Indústria), de 1919; a Convenção (revista) sobre a Idade Mínima (Marítimos), de 1920; a Convenção sobre a Idade Mínima (Agricultura), de 1921 e a Convenção sobre a Idade Mínima (Estivadores e Foguistas), de 1921, não estarão mais sujeitas a ratificações ulteriores quando todos os seus participantes assim estiverem de acordo pela ratificação desta Convenção ou por declaração enviada ao Diretor-Geral do Secretariado da Organização Internacional do Trabalho.

4. Quando as obrigações desta Convenção são aceitas:

a) por um País-Membro que faça parte da Convenção (revista) sobre a Idade Mínima (Indústria), de 1937, e é fixada uma idade mínima de não menos de quinze anos, nos termos do Artigo 2º desta Convenção, isso implicará ipso jure a denúncia imediata da dita Convenção;

### **Idade Mínima para Admissão**

Publicado no site: OIT - Organização Internacional do Trabalho - Escritório no Brasil  
(<http://www.oitbrasil.org.br>)

b) com referência ao emprego não-industrial, conforme definido na Convenção sobre Idade Mínima (Emprego não-Industrial), de 1932, por um País-Membro que faça parte dessa Convenção, isso implicará ipso jure a denúncia imediata da dita Convenção;

c) com referência ao emprego não-industrial, conforme definido na Convenção (revista) sobre a Idade Mínima (Emprego não-Industrial), de 1937, por um País-Membro que faça parte dessa Convenção, e é fixada uma idade mínima de não menos de quinze anos, nos termos do Artigo 2º desta Convenção, isso implicará ipso jure a denúncia imediata da dita Convenção;

d) com referência ao emprego marítimo, por um País-Membro que faça parte da Convenção (revista) sobre a Idade Mínima (Marítimos), de 1936 e é fixada uma idade mínima de não menos de quinze anos, nos termos do Artigo 2º desta Convenção, ou o País-Membro define que o Artigo 3º desta Convenção aplica-se ao emprego marítimo, isso implicará ipso jure a denúncia imediata da dita Convenção;

e) com referência ao emprego em pesca marítima, por um País-Membro que faça parte da Convenção sobre a Idade Mínima (Pescadores), de 1959, e é especificada uma idade mínima de não menos de quinze anos, nos termos do Artigo 2º desta Convenção ou o País-Membro especifica que o Artigo 3º desta Convenção aplica-se a emprego em pesca marítima, isso implicará ipso jure a denúncia imediata da dita Convenção;

f) por um País-Membro que é parte da Convenção sobre a Idade Mínima (Trabalho Subterrâneo), de 1965, e é especificada uma idade mínima de não menos de quinze anos, nos termos do Artigo 2º desta Convenção, ou o País-Membro estabelece que essa idade aplica-se a emprego subterrâneo em minas, por força do Artigo 3º desta Convenção, isso implicará ipso jure a denúncia imediata da dita Convenção, a partir do momento que esta Convenção entrar em vigor.

#### **5. A aceitação das obrigações desta Convenção:**

a) implicará a denúncia da Convenção sobre a Idade Mínima (Indústria), de 1919, de conformidade com seu Artigo 12;

b) com referência à agricultura, implicará a denúncia da Convenção sobre a Idade Mínima (Agricultura), de 1921, de conformidade com seu Artigo 9º;

c) com referência ao emprego marítimo, implicará a denúncia da Convenção sobre a Idade Mínima (Marítimos), de 1920, de conformidade com seu Artigo 10, e da Convenção sobre a Idade Mínima (Estivadores e Foguistas), de 1921, de conformidade com seu Artigo 12, a partir do momento em que esta Convenção entrar em vigor.

Art. 11 — As ratificações formais da presente Convenção serão transmitidas ao Diretor-Geral da Repartição Internacional do Trabalho e por ele registradas.

Art. 12 — 1. A presente Convenção obrigará somente os Membros da Organização Internacional do Trabalho cujas ratificações tenham sido registradas pelo Diretor-Geral.

2. Entrará em vigor doze meses após serem registradas pelo Diretor-Geral, as ratificações por parte de dois Membros.

3. Posteriormente esta Convenção entrará em vigor, para cada Membro, doze meses após a data de registro de sua ratificação.

Art. 13 — 1. Todo Membro que tenha ratificado a presente Convenção poderá denunciá-la ao expirar o prazo de dez anos, contados da data inicial da vigência da Convenção, por meio de um ato comunicado ao Diretor-Geral da Repartição Internacional do Trabalho e por ele registrado. A denúncia somente se tornará efetiva um ano após haver sido registrada.

2. Todo Membro que tenha ratificado a presente Convenção e que no prazo de um ano após o termo do período de dez anos, mencionado no parágrafo precedente, não houver feito uso da faculdade de

### **Idade Mínima para Admissão**

Publicado no site: OIT - Organização Internacional do Trabalho - Escritório no Brasil  
(<http://www.oitbrasil.org.br>)

denúncia prevista pelo presente artigo, ficará ligado por um novo período de dez anos e, posteriormente, poderá denunciar a presente Convenção ao termo de cada período de dez anos, nas condições previstas no presente artigo.

Art. 14 — 1. O Diretor-Geral da Repartição Internacional do Trabalho notificará a todos os Membros da Organização Internacional do Trabalho o registro de todas as ratificações, declarações e denúncias que lhe forem transmitidas pelos Membros da Organização.

2. Ao notificar aos Membros da Organização o registro da segunda ratificação que lhe tenha sido transmitida, o Diretor-Geral chamará a atenção dos Membros da Organização para a data na qual a presente Convenção entrará em vigor.

Art. 15 — O Diretor-Geral da Repartição Internacional do Trabalho transmitirá ao Secretário-Geral das Nações Unidas, para fins de registro de acordo com o artigo 102 da Carta das Nações Unidas, informações completas a respeito de todas as ratificações, declarações, e atos de denúncia que tenha registrado de acordo com os artigos precedentes.

Art. 16 — Ao termo de cada período de dez anos, contados da entrada em vigor da presente Convenção, o Conselho de Administração da Repartição Internacional do Trabalho deverá apresentar à Conferência Geral um relatório sobre a aplicação da presente Convenção e decidirá da conveniência de ser inscrita na ordem do dia da Conferência a questão de sua revisão total ou parcial.

Art. 17 — 1. Caso a Conferência adotar uma nova Convenção que implique revisão total ou parcial da presente Convenção e a menos que a nova Convenção não disponha de outro modo:

- a) a ratificação, por parte de um Membro, da nova Convenção revista acarretará de pleno direito, não obstante o artigo 16 acima, denúncia imediata da presente Convenção desde que a nova Convenção revista tenha entrado em vigor;
- b) a partir da data da entrada em vigor da nova Convenção revista, a presente Convenção cessará de estar aberta à ratificação por parte dos Membros.

2. A presente Convenção permanecerá, entretanto, em vigor na sua forma e teor para os Membros que a houverem ratificado e que não ratificarem a Convenção revista.

Art. 18 — As versões francesa e inglesa do texto da presente Convenção são igualmente autênticas."

[1] Texto extraído do livro "Convenções da OIT" de Arnaldo Sússekkind, 2ª edição, 1998. 338p. Gentilmente cedido pela Ed. LTR.

- [Trabalho Infantil](#)

**URL:** <http://www.oitbrasil.org.br/node/492>

## ANEXO B - DECISÃO DO STF NA ADI 5326

### MEDIDA CAUTELAR NA AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 5.326 DISTRITO FEDERAL

<b>RELATOR</b>	<b>: MIN. MARCO AURÉLIO</b>
<b>REQTE.(S)</b>	: ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EMISSORAS DE RÁDIO E TELEVISÃO - ABERT
<b>ADV.(A/S)</b>	: GUSTAVO BINENBOJM E OUTRO(A/S)
<b>INTDO.(A/S)</b>	: CORREGEDOR GERAL DA JUSTIÇA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
<b>ADV.(A/S)</b>	: SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS
<b>INTDO.(A/S)</b>	: CORREGEDOR REGIONAL DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
<b>ADV.(A/S)</b>	: SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS
<b>INTDO.(A/S)</b>	: CORREGEDOR REGIONAL DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
<b>ADV.(A/S)</b>	: SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS
<b>INTDO.(A/S)</b>	: COORDENADOR DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
<b>ADV.(A/S)</b>	: SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS
<b>INTDO.(A/S)</b>	: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO
<b>PROC.(A/S)(ES)</b>	: PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
<b>INTDO.(A/S)</b>	: MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
<b>PROC.(A/S)(ES)</b>	: PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA
<b>INTDO.(A/S)</b>	: MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
<b>PROC.(A/S)(ES)</b>	: PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA
<b>INTDO.(A/S)</b>	: CORREGEDOR REGIONAL DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 23ª REGIÃO
<b>ADV.(A/S)</b>	: SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS
<b>INTDO.(A/S)</b>	: CORREGEDOR GERAL DA JUSTIÇA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO
<b>ADV.(A/S)</b>	: SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS
<b>INTDO.(A/S)</b>	: MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO DA 23ª REGIÃO
<b>PROC.(A/S)(ES)</b>	: PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA
<b>INTDO.(A/S)</b>	: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO

ADI 5326 MC / DF

PROC.(A/S)(ES) GROSSO  
:PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE  
MATO GROSSO

DECISÃO

**PROCESSO OBJETIVO – MEDIDA DE  
URGÊNCIA – PEDIDO DE VISTA –  
ATUAÇÃO DO RELATOR –  
EXCEPCIONALIDADE VERIFICADA.**

1. O Gabinete prestou as seguintes informações:

A Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão – ABERT, por meio de petição subscrita por profissionais da advocacia regularmente habilitados, e ante a suspensão do julgamento do processo acima identificado, em razão do pedido de vista formulado pela ministra Rosa Weber, reitera o pedido de implemento da liminar, mediante decisão monocrática a ser confirmada pelo Pleno, para suspender a eficácia da expressão “inclusive artístico”, presente no inciso II da Recomendação Conjunta nº 01/14-SP e no artigo 1º, inciso II, da Recomendação Conjunta nº 01/14-MT, bem como afastar parcialmente a incidência do Ato GP nº 19/2013 e do Provimento GP/CR nº 07/2014, de modo que o Juízo Auxiliar da Infância e Juventude vinculado ao TRT da 2ª Região fique impedido de conhecer dos pedidos de alvará para a participação de menores em representações artísticas até o exame definitivo deste processo. Ressalta que, a despeito dos votos proferidos na sessão plenária, os atos normativos impugnados na ação direta

2



**ADI 5326 MC / DF**

permanecem em vigor e continuam a produzir efeitos deletérios na ordem jurídica, perpetuando grave situação de insegurança jurídica. Diz do elevado tempo médio de devolução dos pedidos de vista. Defende a possibilidade de implemento da liminar monocraticamente na ação direta, em situações de qualificada e excepcional urgência como no caso. Sob o ângulo do risco, realça a grave insegurança jurídica concernente à concessão de alvarás para a participação de menores em representações artísticas, circunstância que tem acarretado a instauração de conflitos de competência e a dificuldade da inclusão de menores em programas artísticos.

Vossa Excelência não acolheu o pedido de ingresso da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho – ANPT e da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho – ANAMATRA. Houve a interposição de agravos, ainda pendentes de exame – cópias dos atos anexas.

A apreciação da medida cautelar na ação direta foi iniciada em 12 de agosto de 2015. Vossa Excelência votou no sentido de implementar a medida acauteladora, para suspender, até o julgamento definitivo deste processo, a eficácia da expressão “inclusive artístico”, constante do inciso II da Recomendação Conjunta nº 1/14 e do artigo 1º, inciso II, da Recomendação Conjunta nº 1/14, bem como para afastar a atribuição, definida no Ato GP nº 19/2013 e no Provimento GP/CR nº 07/2014, quanto ao exame de pedidos de alvará visando a participação de crianças e adolescentes em representações artísticas e a criação do Juizado Especial na Justiça do Trabalho, ficando suspensos, por consequência, esses últimos preceitos. Assentou ser da Justiça Comum a competência para analisar tais pleitos, sendo acompanhado pelo ministro Edson Fachin. O julgamento foi suspenso em razão do pedido de vista formulado pela ministra Rosa Weber.



**ADI 5326 MC / DF**

2. Normalmente, aciona-se o artigo 12 da Lei nº 9.868/99 visando o julgamento definitivo do pedido veiculado na ação direta de inconstitucionalidade. A situação retratada neste processo levou-me, ante a instabilidade jurídica verificada, a submeter ao Plenário o pleito de liminar. Ao voto que proferi, deferindo-a, seguiu-se o do ministro Luiz Edson Fachin, vindo a ministra Rosa Weber a pedir vista.

Está-se diante de quadro a exigir atuação imediata. As autorizações para crianças e adolescentes comparecerem a programas de rádio e televisão, bem como figurarem em peças de teatro, sempre foram formalizadas pelo Juizado Especial – da infância e da juventude – da Justiça Comum. Por isso, após tecer considerações sobre a espécie, pronunciei-me, no que fui acompanhado pelo ministro Luiz Edson Fachin, no sentido do implemento da cautelar. Eis o que tive oportunidade de versar quanto à matéria de fundo:

No mérito, em análise precária e efêmera, concluo pela necessidade de implemento da cautelar sob o ângulo da inconstitucionalidade tanto formal como material dos atos impugnados.

Quanto à inconstitucionalidade formal, trata-se de dispositivos normativos, a versar distribuição de competência jurisdicional e criação de juízo auxiliar da infância e da juventude no âmbito da Justiça do Trabalho, que não foram veiculados mediante lei ordinária. Do disposto nos artigos 22, inciso I, 113 e 114, inciso IX, da Constituição, depreende-se estarem tais medidas sujeitas, inequivocamente, ao princípio da legalidade estrita. Uma vez editados os aludidos atos infralegais para fixar competência jurisdicional e criar órgão judicial, padecem de inconstitucionalidade formal.

Relativamente à inconstitucionalidade material, está revelada, de início, ante a circunstância de ter sido estabelecida

**ADI 5326 MC / DF**

competência da Justiça do Trabalho sem respaldo na Constituição.

Não há dúvidas quanto à obrigatoriedade de os pedidos de autorização, para crianças e adolescentes atuarem em eventos artísticos, serem submetidos a Juízes da Infância e Juventude. A questão é definir se devem ser juízos próprios da Justiça Comum, ou se podem ser os criados no âmbito da Justiça do Trabalho.

Em parecer juntado ao processo, a professora Ada Pellegrini Grinover defende que a competência no tocante ao que chamou de “verdadeira tutela diferenciada dos seres humanos em desenvolvimento” cabe à Justiça Comum. Consoante a autora, “a existência de órgãos judiciais voltados exclusivamente à solução de conflitos ou à jurisdição voluntária inerente ao direito de crianças e adolescentes remonta ao revogado Código de Menores, que previa a ‘a jurisdição de menores’ a ser exercida por juiz ‘especializado ou não’. Na órbita da organização judiciária, foram criadas ‘Varas’ ou ‘Juizados de Menores’, sempre no âmbito da Justiça Comum Estadual”.

Compartilho dessa visão.

Concretizando o comando do artigo 227 da Constituição Federal, o legislador ordinário, ao estabelecer o Estatuto da Criança e do Adolescente, previu a “Justiça da Infância e da Juventude”. Determinou fosse o “Juiz da Infância e da Juventude” a autoridade judiciária responsável pelos processos de tutela integral dos menores, o qual, apesar da especialização, pertence à Justiça Comum. Trata-se, portanto, de ramo especializado dessa última. Sobre as competências desse Juízo, Ada Pellegrini Grinover, no parecer aludido, observou:

À luz de todas essas considerações, é possível

## ADI 5326 MC / DF

concluir que o Estatuto da Criança e do Adolescente adotou o *critério objetivo-material* para determinar a competência a cargo do Juízo da Infância e da Juventude. Ao fazê-lo, o Legislador buscou a *proteção integral* de crianças e de adolescentes mediante a especialização do órgão judicial incumbido de tal tarefa. O Legislador se amparou na “natureza do fundamento jurídico-substancial da demanda” – como adverte Cândido Rangel Dinamarco a respeito da chamada competência *ratione materiae* – para enumerar as situações jurídicas que devem ser apreciadas pelo Juízo especializado da Infância e da Juventude.

Percebe-se, a mais não poder, estar-se diante de competência fixada em razão da matéria, ostentando caráter absoluto. Competência absoluta estabelecida em proveito da especial tutela requerida pelo grupo de destinatários: crianças e adolescentes.

Entre as atribuições definidas, destaca-se a de autorizar a participação de menores em eventos artísticos, cuja possibilidade não foi excluída no Estatuto. Ao contrário, veio a ser observada como importante aspecto do desenvolvimento dos menores. Apenas foi condicionada, nos termos do artigo 149, inciso II, do Estatuto, à autorização judicial a ser implementada pelo Juízo da Infância e da Juventude mediante a expedição de alvará específico. O legislador, no entanto, não deu um “cheque em branco” à autoridade judiciária para decidir. No § 1º do mencionado artigo 149, constam os requisitos aos quais se deve atender na formalização da autorização. São eles:

Art. 149. [...]

§ 1º Para os fins do disposto neste artigo, a autoridade judiciária levará em conta, dentre outros fatores:

**ADI 5326 MC / DF**

- a) os princípios desta Lei;
- b) as peculiaridades locais;
- c) a existência de instalações adequadas;
- d) o tipo de frequência habitual ao local;
- e) a adequação do ambiente a eventual participação ou frequência de crianças e adolescentes;
- f) a natureza do espetáculo.

Esses parâmetros servem a evidenciar a inequívoca natureza cível da cognição desempenhada pelo juiz, ausente relação de trabalho a ser julgada. A análise é acerca das condições da representação artística. O juiz deve investigar se essas atendem à exigência de proteção do melhor interesse do menor, contida no artigo 227 da Carta de 1988. Como ressaltou a professora Ada, “só se pode examinar a participação excepcional de crianças e adolescentes em representações artísticas quando ela for pautada, harmonicamente, nos direitos [...] à saúde, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, à liberdade e à convivência familiar” desses menores. Cuida-se, como acertadamente defendido na inicial, de uma “avaliação holística” a ser realizada pelo juízo competente e considerados diversos aspectos da vida da criança e do adolescente.

Deve o juiz investigar se a participação artística coloca em risco o adequado desenvolvimento do menor, em especial, os direitos aludidos por Ada Pellegrini Grinover. Tais aspectos compõem o núcleo da atividade judicial quando da concessão da autorização, sendo prioritários quanto aos aspectos puramente contratuais que, uma vez executadas as participações, poderão, aí sim, gerar controvérsias de índole trabalhista a serem solucionadas no âmbito da Justiça especializada. Enquanto no plano da autorização, a atividade é de jurisdição voluntária, de natureza eminentemente civil, envolvida tutela tão somente do adequado desenvolvimento social e cultural do menor.

## ADI 5326 MC / DF

O Juízo da Infância e da Juventude é a autoridade que reúne os predicados, as capacidades institucionais necessárias para a realização de exame de tamanha relevância e responsabilidade, ante o fato de ser dever fundamental “do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão” (artigo 227 da Carta da República). E, tendo em conta a natureza civil do processo de autorização discutido, esse só pode ser o Juiz da Infância e da Juventude vinculado à Justiça Estadual.

Ante tal quadro, é de se consignar não alcançar o artigo 114, incisos I e IX, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004, versada a competência da Justiça do Trabalho, os casos de pedido de autorização para participação de crianças e adolescentes em eventos artísticos, ante a ausência de conflito atinente a relação de trabalho. Como advertiu Ada Pellegrini Grinover:

Com efeito, não parece lícito baralhar matéria tipicamente trabalhista com matéria civil; ou, como no caso versado no presente parecer, sobre direito da Criança e do Adolescente, em que o âmago da pretensão deduzida em juízo pode guardar apenas circunstancial e incidentalmente relação com algum aspecto do Direito do Trabalho.

Ora, parece razoavelmente claro que o elemento determinante da competência, no caso, é a matéria assimilada ao pedido de autorização para participação de criança ou adolescente em representações artísticas; para a

**ADI 5326 MC / DF**

qual, pela especialização, não está ordinariamente habilitado o magistrado integrante da Justiça do Trabalho. Assim, alargar-se a competência da Justiça do Trabalho para julgar controvérsias relativas ao direito da criança e do adolescente seria trair a racionalidade que se contém na divisão de competência pelo critério da matéria, submetendo a dado órgão judicial um assunto que, a rigor, lhe é estranho.

Considerados os interesses envolvidos e a natureza da mencionada autorização, não resta dúvida consubstanciar provimento de natureza civil, de típica jurisdição voluntária, alcançando campo amplo de exame sobre direitos da criança e do adolescente, de modo que a competência para tanto só pode ser do Juiz da Infância e da Juventude inserido no âmbito da Justiça Comum. Por essa razão, as normas impugnadas sinalizam violação aos artigos 114, incisos I e IX, 125, § 1º, e 227 da Constituição, assim como ao princípio constitucional do juiz natural – artigo 5º, inciso LIII, da Carta de 1988.

3. Convencido da urgência da apreciação do tema, defiro a liminar pleiteada tal como o fiz no dispositivo do voto proferido:

Diante do exposto, admito a ação direta de inconstitucionalidade e voto no sentido de implementar a medida acauteladora, para suspender, até o exame definitivo deste processo, a eficácia da expressão “inclusive artístico”, constante do inciso II da Recomendação Conjunta nº 1/14 e do artigo 1º, inciso II, da Recomendação Conjunta nº 1/14, bem como para afastar a atribuição, definida no Ato GP nº 19/2013 e no Provimento GP/CR nº 07/2014, quanto à apreciação de pedidos de alvará visando a participação de crianças e adolescentes em representações artísticas e a criação do Juizado Especial na Justiça do Trabalho, ficando suspensos, por

**ADI 5326 MC / DF**

consequência, esses últimos preceitos. Alfim, neste primeiro exame, assento ser da Justiça Comum a competência para analisar tais pedidos.

**4. Publiquem.**

Brasília – residência –, 14 de agosto de 2015, às 18h55.

Ministro MARCO AURÉLIO  
Relator

**ANEXO C - PARTE DO CÓDIGO NIÑA, NIÑO Y ADOLESCENTE**

ESTADO PLURINACIONAL DE BOLIVIA  
ASAMBLEA LEGISLATIVA PLURINACIONAL

# CÓDIGO NIÑA, NIÑO Y ADOLESCENTE

LEY N° 548  
DE 17 DE JULIO DE 2014



## PRESENTACIÓN

La Cámara de Senadores y la Cámara de Diputados, presentan el Código Niña, Niño y Adolescente, Ley N° 548 de 17 de Julio de 2014.

El Código tiene por objeto reconocer, desarrollar y regular el ejercicio de los derechos de la niña, niño y adolescente, implementando un Sistema Plurinacional Integral de la Niña, Niño y Adolescente, para la garantía de esos derechos mediante la corresponsabilidad del Estado en todos sus niveles, la familia y la sociedad.

El desafío es garantizar que cada niña, niño y adolescente boliviano pueda ejercer plena y efectivamente sus derechos, para que pueda desarrollarse integralmente y exigir el cumplimiento de los mismos.

Este nuevo instrumento legal se basa en once principios: interés superior, prioridad absoluta, igualdad y no discriminación, equidad de género, participación, diversidad cultural, desarrollo integral, corresponsabilidad, rol de la familia, ejercicio progresivo de derechos y especialidad.

El Código es la suma del trabajo conjunto de la Asamblea Legislativa junto a instituciones del Estado responsables de promover y hacer cumplir los derechos de las niñas, niños y adolescentes desde el nivel central, pasando por el departamental, hasta municipal, el Órgano Judicial, el Tribunal Supremo Electoral, los movimientos sociales, las organizaciones sociales, la cooperación internacional, los organismos no gubernamentales y la participación activa de niñas, niños y adolescentes.

El Código se enmarca en los instrumentos internacionales que fueron ratificados por el Estado boliviano, pero también se basa en un análisis de la situación real y los desafíos del día a día de la infancia, niñez y adolescencia boliviana, en el marco de nuestra cultura y valores ancestrales.

Ahora corresponde a todas las instituciones del Estado, organizaciones sociales, instituciones públicas y privadas, cooperación internacional, organismos no gubernamentales y las familias hacer que este Código se plasme en realidad para contribuir al Vivir Bien de todas las niñas, niños y adolescentes bolivianos.

**Sen. Eugenio Rojas Apaza**  
**Presidente**  
**Cámara de Senadores**

**Dip. Marcelo Elío Chávez**  
**Presidente**  
**Cámara de Diputados**

## CÓDIGO NIÑA, NIÑO Y ADOLESCENTE

### Índice por artículos

#### Artículos

Disposiciones generales ..... 1 a 15

#### Libro I

#### Derechos, garantías, deberes y protección

##### Título I

Derechos y deberes ..... 16 a 158

##### Capítulo I

Derecho a la vida, a la salud y al medio ambiente ..... 16 a 34

Derecho a la vida ..... 16 a 17

Derecho a la salud ..... 18 a 21

Derecho a la salud sexual y reproductiva ..... 22 a 28

Derechos de las niñas, niños y adolescentes en situación de discapacidad ..... 29 a 32

Derecho al medio ambiente ..... 33 a 34

##### Capítulo II

Derecho a la familia ..... 35 a 107

**Sección I** - Disposiciones generales ..... 35 a 50

**Sección II** - Familia sustituta ..... 51 a 52

**Sección III** - Acogimiento circunstancial ..... 53 a 56

**Sección IV** - La guarda ..... 57 a 65

**Sección V** - La tutela ..... 66 a 79

**Sección VI** - Adopción ..... 80 a 105

**Subsección I** - Disposiciones generales ..... 80 a 96

**Subsección II** - Adopción nacional e internacional ..... 97 a 105

**Sección VII** - Derechos y garantías de la niña, niño y adolescente

con madre o padre privados de libertad ..... 106 a 107

##### Capítulo III

Derecho a la nacionalidad, identidad y filiación ..... 108 a 114

##### Capítulo IV

Derecho a la educación, información, cultura y recreación ..... 115 a 121

##### Capítulo V

Derecho a opinar, participar y pedir ..... 122 a 125

**Capítulo VI**

Derecho a la protección de la niña, niño y adolescente en relación al trabajo

**Sección I** - Protección especial ..... 126 a 129**Sección II** - Protección en la actividad laboral y el trabajo ..... 130 a 139**Sección III** - Infracciones al derecho de protección en relación al trabajo ..... 140 a 140**Capítulo VII**

Derecho a la libertad, dignidad e imagen ..... 141 a 144

**Capítulo VIII**

Derecho a la integridad personal y protección contra la violencia ..... 145 a 157

**Capítulo IX**

Deberes de la niña, niño y adolescente ..... 158 a 158

**Título II**

Sistema plurinacional de protección integral de la niña, niño y adolescente ..... 159 a 192

**Capítulo I**

Disposiciones generales ..... 159 a 162

**Capítulo II**

Políticas, programas, medidas, entidades de atención y sanciones ..... 163 a 177

**Sección I** - Políticas ..... 163 a 165**Sección II** - Programas de protección ..... 166 a 167**Sección III** - Medidas de protección ..... 168 a 170**Sección IV** - Entidades de atención del sistema de protección ..... 171 a 175**Sección V** - Sanciones ..... 176 a 176**Sección VI** - Acciones de defensa aplicadas frente a  
vulneración de derechos de niñas, niños y adolescentes ..... 177 a 177**Capítulo III**

Distribución de responsabilidades para la gestión del

Sistema de protección de la niña, niño y adolescente ..... 178 a 192

**Sección I** - Nivel central ..... 178 a 181**Sección II** - Nivel departamental ..... 182 a 183**Sección III** - Nivel municipal ..... 184 a 188**Sección IV** - Nivel indígena originario campesino ..... 189 a 189**Sección VI** - Comités de niñas, niños y adolescentes ..... 190 a 192**Libro II**

Protección jurisdiccional ..... 193 a 258

**Título I**

Protección jurídica ..... 193 a 233

**Capítulo I**

Disposiciones generales ..... 193 a 197

<b>Sección I - Jurisdicción y competencia</b>	198 a 199
<b>Sección II - Juzgados públicos de la niñez y adolescencia</b>	200 a 206
<b>Capítulo II</b>	
Competencia de juzgados públicos en materia de niñez y adolescencia	207 a 208
<b>Capítulo III</b>	
Procedimiento común	209 a 233
<b>Título II</b>	
Procedimientos especiales	234 a 258
<b>Capítulo I</b>	
Filiación judicial	234 a 238
<b>Capítulo II</b>	
Conversión de guarda en adopción	239 a 240
<b>Capítulo III</b>	
Tutela ordinaria	241 a 249
<b>Capítulo IV</b>	
Adopción	250 a 255
<b>Capítulo V</b>	
Disposiciones administrativas y judiciales para la adopción internacional	256 a 258
<b>Libro III</b>	
Sistema penal para adolescentes	259 a 348
<b>Título I</b>	
Disposiciones generales	259 a 269
<b>Capítulo I</b>	
Sistema penal, responsabilidad y garantías	259 a 266
<b>Capítulo II</b>	
Ámbito de aplicación	267 a 269
<b>Título II</b>	
Competencias, atribuciones y funciones de los integrantes del sistema penal para adolescentes	270 a 282
<b>Capítulo I</b>	
Obligaciones generales	270 a 271
<b>Capítulo II</b>	
Ministerio de Justicia	272 a 272
<b>Capítulo III</b>	
Jurisdicción y competencia	273 a 274
<b>Capítulo IV</b>	
Ministerio Público y Policía Boliviana	275 a 276

## Capítulo V

Gobiernos autónomos departamentales y atribuciones de la instancia técnica departamental de política social sobre responsabilidad penal para adolescentes ..... 277 a 278

## Capítulo VI

Entidades de atención y programas del sistema penal

**Sección I** - Entidades de atención del sistema penal ..... 279 a 281

**Sección II** - Programas del sistema penal ..... 282 a 282

## Título III

Proceso penal del adolescente ..... 283 a 315

## Capítulo I

Acción penal y participación ..... 283 a 286

## Capítulo II

Aprehensión, medidas cautelares y peligros procesales..... 287 a 291

## Capítulo III

Investigación ..... 292 a 295

## Capítulo IV

Finalización de la investigación ..... 296 a 308

**Sección I** - Requerimiento y resolución judicial ..... 296 a 297

**Sección II** - Remisión ..... 298 a 300

**Sección III** - Salidas alternativas ..... 301 a 303

**Sección IV** - Otros requerimientos conclusivos ..... 304 a 308

## Capítulo V

Juicio ..... 309 a 312

## Capítulo VI

Recursos ..... 313 a 315

## Título IV

Mecanismos de justicia restaurativa ..... 316 a 348

## Capítulo único

Disposiciones generales ..... 316 a 321

**Sección I** - Medidas socio-educativas ..... 322 a 325

**Sección II** - Definición de las medidas ..... 326 a 331

**Sección III** - Centros especializados ..... 332 a 339

**Sección IV** - Ejecución de las medidas socio-educativas ..... 340 a 345

**Sección V** - Control de las medidas ..... 346 a 347

**Sección VI** - Calificación y reparación de daños ..... 348 a 348

Disposiciones adicionales ..... (1ra a 4ta)

Disposiciones transitorias ..... (1ra a 13va)

Disposiciones abrogatoria y derogatoria ..... (1ra a 2da)

Disposiciones finales ..... (1ra a 2da)

**LEY Nº 548  
DE 17 DE JULIO DE 2014**

**ÁLVARO GARCÍA LINERA  
PRESIDENTE EN EJERCICIO DEL ESTADO PLURINACIONAL DE BOLIVIA**

**Por cuanto, la Asamblea Legislativa Plurinacional,  
ha sancionado la siguiente Ley:**

**LA ASAMBLEA LEGISLATIVA PLURINACIONAL,  
D E C R E T A :  
CÓDIGO NIÑA, NIÑO Y ADOLESCENTE**

**TÍTULO PRELIMINAR**

**CAPÍTULO ÚNICO  
DISPOSICIONES GENERALES**

**ARTÍCULO 1. (OBJETO).** El presente Código tiene por objeto reconocer, desarrollar y regular el ejercicio de los derechos de la niña, niño y adolescente, implementando un Sistema Plurinacional Integral de la Niña, Niño y Adolescente, para la garantía de esos derechos mediante la corresponsabilidad del Estado en todos sus niveles, la familia y la sociedad.

**ARTÍCULO 2. (FINALIDAD).** La finalidad del presente Código es garantizar a la niña, niño y adolescente, el ejercicio pleno y efectivo de sus derechos, para su desarrollo integral y exigir el cumplimiento de sus deberes.

**ARTÍCULO 3. (MARCO COMPETENCIAL).** En aplicación del Parágrafo II del Artículo 297 de la Constitución Política del Estado, se asigna la competencia privativa de codificación sustantiva y adjetiva en materia de niña, niño y adolescente, al nivel central del Estado.

**ARTÍCULO 4. (ÁMBITO DE APLICACIÓN).**

- I. Las disposiciones del presente Código son de orden público y de aplicación preferente a favor de todas las niñas, niños y adolescentes que se encuentren en el territorio nacional.



## SECCIÓN II PROTECCIÓN EN LA ACTIVIDAD LABORAL Y EL TRABAJO

### ARTÍCULO 130. (GARANTÍAS).

- I. El Estado en todos sus niveles, garantizará el ejercicio o desempeño laboral de las y los adolescentes mayores de catorce (14) años, con los mismos derechos que gozan las y los trabajadores adultos.
- II. La protección y garantías a las y los adolescentes mayores de catorce (14) años en el trabajo, se hace extensible a adolescentes menores de catorce (14) años, que excepcionalmente cuenten con autorización para realizar cualquier actividad laboral en las condiciones establecidas por las Defensorías de la Niñez y Adolescencia.
- III. La actividad laboral o el trabajo por cuenta propia que desarrolle la niña, niño o adolescente de diez (10) a dieciocho (18) años, debe considerar la vigencia plena de todos sus derechos y garantías.

### ARTÍCULO 131. (ASENTIMIENTO Y AUTORIZACIÓN).

- I. La niña, niño y adolescente de diez (10) a dieciocho (18) años debe expresar y asentir libremente su voluntad de realizar cualquier actividad laboral o trabajo.
- II. La empleadora o empleador está obligada u obligado a contar con permiso escrito de la madre, el padre, la guardadora o el guardador, la tutora o el tutor, según corresponda, mediante formulario emitido por el Ministerio de Trabajo, Empleo y Previsión Social, que deberá ser autorizado por:
  - a) Las Defensorías de la Niñez y Adolescencia, para las y los trabajadores adolescentes por cuenta ajena de doce (12) a catorce (14) años; y
  - b) El Ministerio de Trabajo, Empleo y Previsión Social, para las y los trabajadores adolescentes por cuenta ajena mayores de catorce (14) años.
- III. Las Defensorías de la Niñez y Adolescencia, autorizarán la actividad laboral y el trabajo por cuenta propia de niñas, niños y adolescentes de diez (10) a dieciocho (18) años.
- IV. En todos los casos, las Defensorías de la Niñez y Adolescencia, antes de conceder la autorización, deberán gestionar una valoración médica integral de las niñas, niños y adolescentes de diez (10) a dieciocho (18) años, que acredite su salud, capacidad física y mental para el desempeño de la actividad laboral o trabajo correspondiente.

### ARTÍCULO 132. (DISPOSICIONES PROTECTIVAS LABORALES PARA LAS Y LOS ADOLESCENTES TRABAJADORES POR CUENTA AJENA).

- I. El trabajo por cuenta ajena se desarrolla:

- a) Por encargo de un empleador;
  - b) A cambio de una remuneración económica mensual, semanal, a destajo, o cualquier otra; y
  - c) En relación de dependencia laboral.
- II. Para garantizar la justa remuneración de la o el adolescente mayor de catorce (14) años, ésta no podrá ser menor a la de un adulto que realice el mismo trabajo, no podrá ser inferior al salario mínimo nacional, ni reducido al margen de la Ley. El salario de la o el adolescente trabajador siempre debe ir en su beneficio y en procura de una mejor calidad de vida.
  - III. La empleadora o el empleador debe garantizar las condiciones necesarias de seguridad para que la o el adolescente mayor de catorce (14) años desarrolle su trabajo.
  - IV. La empleadora o el empleador no podrá limitar su derecho a la educación, debiendo otorgar dos (2) horas diarias destinadas a estudio, que deberán ser remuneradas.
  - V. La empleadora o el empleador debe permitir a la o el adolescente trabajador, su participación en organizaciones sindicales y éstas no les podrán restringir el acceso a cargos directivos de su estructura.
  - VI. La jornada de trabajo no podrá ser mayor a ocho (8) horas diarias diurnas y a cuarenta (40) horas diurnas semanales. El horario de trabajo no deberá exceder las diez (10) de la noche.
  - VII. La actividad laboral de las y los adolescentes menores de catorce (14) años autorizada por las Defensorías de la Niñez y Adolescencia, no podrá ser mayor a seis (6) horas diarias diurnas y a treinta (30) horas diurnas semanales.

**ARTÍCULO 133. (DISPOSICIONES PROTECTIVAS PARA NIÑAS, NIÑOS Y ADOLESCENTES TRABAJADORES POR CUENTA PROPIA).**

- I. El trabajo por cuenta propia es aquel que, sin formar parte de la actividad familiar ni social comunitaria, se realiza sin que exista una relación de subordinación ni dependencia laboral.
- II. La madre, el padre o ambos, la guardadora o el guardador, la tutora o el tutor, deben garantizar a la niña, niño y adolescente trabajador o en actividad laboral por cuenta propia, el acceso y permanencia en el sistema educativo, un horario especial y las condiciones necesarias para el descanso, la cultura y el esparcimiento.
- III. El horario de la actividad laboral para la niña, niño y adolescente de diez (10) a catorce (14) años por cuenta propia, no deberá exceder de las diez (10) de la noche.



- IV. No podrá otorgarse ninguna autorización para la actividad laboral, cuando las condiciones en que se ejecute, sean peligrosas para la vida, salud, integridad o imagen de la niña, niño o adolescente por cuenta propia de diez (10) a catorce (14) años.

**ARTÍCULO 134. (TRABAJO ASALARIADO DEL HOGAR).**

- I. Consiste en las labores asalariadas, propias del hogar efectuadas por adolescentes mayores de catorce (14) años; consistente en trabajos de cocina, limpieza, lavandería, aseo, cuidado de niñas o niños o adolescentes y asistencia.
- II. La contratación de adolescentes asalariados del hogar, deberá ser propia de labores específicas o para una de las actividades concretas señaladas en el Parágrafo precedente; prohibiéndose la contratación para trabajos múltiples o la imposición de labores para las que no hayan sido contratadas o contratados.
- III. En caso de la contratación de una persona adulta para trabajo asalariado del hogar que viva con uno o más de sus hijas o hijos en el domicilio de la o el empleador, queda prohibido el trabajo de éstas o éstos últimos.
- IV. Este tipo de trabajo, se regulará conforme a las disposiciones pertinentes del presente Título y las leyes, siempre que se interpreten de acuerdo al interés superior de las niñas, niños y adolescentes.

**ARTÍCULO 135. (PROHIBICIONES).** Se prohíbe:

- a) La explotación laboral de niñas, niños o adolescentes, así como la realización de cualquier actividad laboral o trabajo sin su consentimiento y justa retribución;
- b) La contratación de la o el adolescente mayor de catorce (14) años para efectuar cualquier tipo de actividad laboral o trabajo fuera del país;
- c) La intermediación de enganchadores, agencias retribuidas de colocación, agencias de empleo u otros servicios privados similares para el reclutamiento y el empleo de las niñas, niños y adolescentes;
- d) La retención ilegal, compensación, así como el pago en especie;
- e) La realización de actividad laboral o trabajo nocturno pasada las diez (10) de la noche;
- f) Los traslados de las o los trabajadores adolescentes sin autorización de la madre, padre, guardadoras o guardadores, tutoras o tutores;
- g) La actividad laboral por cuenta ajena en horas extras para adolescentes menores de catorce (14) años, por estaren una etapa de desarrollo; y
- h) Otras que establezca la normativa vigente.

**ARTÍCULO 136. (ACTIVIDADES LABORALES Y TRABAJOS PELIGROSOS, INSALUBRES O ATENTATORIOS A LA DIGNIDAD).**

- I. Se prohíben las actividades laborales y trabajos que por su naturaleza y condición sean peligrosos, insalubres o atentatorios a la dignidad de la niña, niño y adolescente, y aquellos que pongan en riesgo su permanencia en el sistema educativo.
- II. Según su naturaleza, se prohíbe:
  - a) Zafra de caña de azúcar;
  - b) Zafra de castaña;
  - c) Minería (como minero, perforista, lamero o dinamitero);
  - d) Pesca en ríos y lagos (siempre que no sea en el ámbito familiar o social comunitario);
  - e) Ladrillería;
  - f) Expendio de bebidas alcohólicas;
  - g) Recolección de desechos que afecten su salud;
  - h) Limpieza de hospitales;
  - i) Servicios de protección y seguridad;
  - j) Trabajo del hogar bajo modalidad cama adentro; y
  - k) Yéseria.
- III. Según su condición, se prohíbe:
  - a) Trabajo en actividades agrícolas (siempre que no sea en el ámbito familiar o social comunitario y no sean tareas acordes a su desarrollo);
  - b) Cría de ganado mayor (siempre que no sea en el ámbito familiar o social comunitario y no sean tareas acordes a su desarrollo);
  - c) Comercio fuera del horario establecido;
  - d) Modelaje que implique erotización de la imagen;
  - e) Atención de mingitorio fuera del horario establecido;

- f) Picapedrería artesanal;
- g) Trabajo en amplificación de sonido;
- h) Manipulación de maquinaria peligrosa;
- i) Albañilería (siempre que no sea en el ámbito familiar o social comunitario y no sean tareas acordes a su desarrollo); y
- j) Cuidador de autos fuera del horario establecido.

IV. Otras prohibiciones que puedan especificarse mediante norma expresa.

- V. El Ministerio de Trabajo, Empleo y Previsión Social, deberá adecuar la lista de actividades laborales y trabajos peligrosos, insalubres o atentatorios a la dignidad e integridad de niñas, niños y adolescentes, periódicamente, al menos cada cinco (5) años, con la participación social de los actores involucrados.
- VI. El Estado en todos sus niveles, establecerá una política y desarrollará un programa para la eliminación de las determinantes de actividades laborales y trabajos peligrosos, insalubres o atentatorios a la dignidad e integridad de niñas, niños y adolescentes.

#### **ARTÍCULO 137. (SEGURIDAD SOCIAL PARA LAS Y LOS ADOLESCENTES TRABAJADORES).**

- I. La o el adolescente trabajador tiene derecho a ser inscrito obligatoriamente en el Sistema de Seguridad Social y gozará de todos los beneficios, prestaciones económicas y servicios de salud, que brinda este Sistema, en las mismas condiciones previstas para los mayores de dieciocho (18) años, de acuerdo con la legislación especial de la materia. A tal efecto, la empleadora o el empleador deberá inscribir a la o el adolescente trabajador en el Sistema de Seguridad Social inmediatamente después de su ingreso en el empleo.
- II. Las y los adolescentes que trabajan por cuenta propia, podrán afiliarse voluntariamente al Sistema de Seguridad Social. El aporte que corresponde a la o el adolescente trabajador será fijado considerando su capacidad de pago, para lo cual se tomará en cuenta necesariamente su particular situación económica.
- III. Los Gobiernos Autónomos Departamentales y los Gobiernos Autónomos Municipales, son responsables de promover el diseño de planes destinados a orientar a las y los adolescentes trabajadores para que efectúen las aportaciones correspondientes al Sistema de Seguridad Social.

**ARTÍCULO 138. (REGISTRO DE ACTIVIDAD LABORAL O TRABAJO POR CUENTA PROPIA O AJENA).**

- I. Las Defensorías de la Niñez y Adolescencia, tendrán a su cargo el registro de la autorización de las niñas, niños y adolescentes de diez (10) a catorce (14) años que realicen actividad laboral o trabajo por cuenta propia o cuenta ajena.
- II. La copia del registro de las y los adolescentes trabajadores por cuenta ajena de doce (12) a catorce (14) años, deberá ser remitida al Ministerio de Trabajo, Empleo y Previsión Social, por las Defensorías de la Niñez y Adolescencia, a los efectos de la inspección y supervisión correspondiente.
- III. El Ministerio de Trabajo, Empleo y Previsión Social, tendrá a su cargo el registro de la autorización de las y los adolescentes mayores de catorce (14) años que realicen trabajo por cuenta ajena.
- IV. El Ministerio de Trabajo, Empleo y Previsión Social, los Gobiernos Autónomos Municipales, y las Defensorías de la Niñez y Adolescencia, garantizarán la gratuidad de todo el proceso de registro.
- V. Los datos del registro serán remitidos mensualmente por las Defensorías de la Niñez y Adolescencia, y el Ministerio de Trabajo, Empleo y Previsión Social, al Ministerio de Justicia e incorporados al Sistema de Información de Niñas, Niños y Adolescentes-SINNA.

**ARTÍCULO 139. (INSPECCIÓN Y SUPERVISIÓN).**

- I. El Ministerio del Trabajo, Empleo y Previsión Social, a través de la Inspectoría del Trabajo, mediante personal especializado, efectuará inspecciones y supervisiones permanentes en los lugares de trabajo de las y los adolescentes, en áreas urbanas y rurales, para verificar que no exista vulneración de derechos laborales, en el marco de la normativa vigente.
- II. Si en la inspección se evidencia la vulneración de derechos humanos, se deberá poner en conocimiento de las Defensorías de la Niñez y Adolescencia, para su restitución mediante proceso legal.

**SECCIÓN III  
INFRACCIONES AL DERECHO DE PROTECCIÓN  
EN RELACIÓN AL TRABAJO**

**ARTÍCULO 140. (INFRACCIONES).** Son infracciones al derecho de protección en relación al trabajo, las siguientes:

- a) Contratar o lucrar con el trabajo de una niña o niño;

- b)** Contratar o lucrar con el trabajo de una o un adolescente menor de catorce (14) años, sin la autorización de la Defensoría de la Niñez y Adolescencia, prevista en este Código;
- c)** Contratar a la o el adolescente sin la debida inscripción en el registro de las y los adolescentes trabajadores;
- d)** Omitir la inscripción de la o el adolescente trabajador en el Sistema de Seguridad Social;
- e)** Contratar a la o el adolescente para alguno de los trabajos prohibidos en la normativa vigente;
- f)** Obstaculizar la inspección y supervisión efectuada por el Ministerio de Trabajo, Empleo y Previsión Social;
- g)** Incumplir con la naturaleza formativa y condiciones establecidas para las actividades en el marco familiar o comunitario de niñas, niños y adolescentes o con la naturaleza de las actividades comunitarias familiares; y
- h)** Otras que vulneren el derecho de protección de niñas, niños y adolescentes en relación al trabajo.

## **CAPÍTULO VII DERECHO A LA LIBERTAD, DIGNIDAD E IMAGEN**

**ARTÍCULO 141. (DERECHO A LA LIBERTAD).** La niña, niño y adolescente, tiene derecho a la libertad personal, sin más límites que los establecidos en la Constitución Política del Estado y en el presente Código. No pueden ser privados de ella ilegal o arbitrariamente. Asimismo tienen derecho a:

- a)** Libertad de transitar por espacios públicos sin más restricciones que las establecidas por disposición legal y las facultades que corresponden a su madre, padre, guardadora o guardador y tutora o tutor;
- b)** Libertad de pensamiento, conciencia, opinión y expresión;
- c)** Libertad de creencia y culto religioso;
- d)** Libertad de reunión con fines lícitos y pacíficos;
- e)** Libertad de manifestación pacífica, de conformidad con la ley, sin más límites que las facultades legales que corresponden a su madre, padre, guardadora o guardador y tutora o tutor;
- f)** Libertad para organizarse de acuerdo a sus intereses, necesidades y expectativas para canalizar sus iniciativas, demandas y propuestas;



- g) Libertad para asociación con fines sociales, culturales, deportivos, recreativos, religiosos, económicos, laborales, políticos o de cualquier otra índole, siempre que sean de carácter lícito; y
- h) Libertad para expresar libremente su opinión y difundir ideas, imágenes e información de todo tipo, ya sea oralmente, por escrito o por cualquier otro medio.

#### **ARTÍCULO 142. (DERECHO AL RESPETO Y A LA DIGNIDAD).**

- I. La niña, niño y adolescente, tiene derecho a ser respetado en su dignidad física, psicológica, cultural, afectiva y sexual.
- II. Si la o el adolescente estuviere sujeto a medidas socio-educativas privativas de libertad, tiene derecho a ser tratada y tratado con el respeto que merece su dignidad. Gozan de todos los derechos y garantías establecidos en la Constitución Política del Estado, sin perjuicio de los establecidos a su favor en este Código; salvo los restringidos por las sanciones legalmente impuestas.

#### **ARTÍCULO 143. (DERECHO A LA PRIVACIDAD E INTIMIDAD FAMILIAR).**

- I. La niña, niño y adolescente tiene derecho a la privacidad e intimidad de la vida familiar.
- II. La privacidad e intimidad familiar deben ser garantizados con prioridad por la familia, el Estado en todos sus niveles, la sociedad, y los medios de comunicación.

#### **ARTÍCULO 144. (DERECHO A LA PROTECCIÓN DE LA IMAGEN Y DE LA CONFIDENCIALIDAD).**

- I. La niña, niño y adolescente tiene derecho al respeto de su propia imagen.
- II. Las autoridades judiciales, servidoras y servidores públicos, y el personal de instituciones privadas tienen la obligación de mantener reserva y resguardar la identidad de la niña, niño y adolescente, que se vea involucrado en cualquier tipo de proceso y de restringir el acceso a la documentación sobre los mismos, salvo autorización expresa de la autoridad competente.
- III. Cuando se difundan o se transmitan noticias que involucren a niñas, niños o adolescentes, los medios de comunicación están obligados a preservar su identificación, así como la de su entorno familiar, en los casos que afectare su imagen o integridad.
- IV. Las instancias competentes podrán establecer formatos especiales de difusión, de acuerdo a reglamento.

## CAPÍTULO VIII DERECHO A LA INTEGRIDAD PERSONAL Y PROTECCIÓN CONTRA LA VIOLENCIA

### ARTÍCULO 145. (DERECHO A LA INTEGRIDAD PERSONAL).

- I. La niña, niño y adolescente, tiene derecho a la integridad personal, que comprende su integridad física, psicológica y sexual.
- II. Las niñas, niños y adolescentes, no pueden ser sometidos a torturas, ni otras penas o tratos crueles, inhumanos o degradantes.
- III. El Estado en todos sus niveles, las familias y la sociedad, deben proteger a todas las niñas, niños y adolescentes contra cualquier forma de explotación, maltrato, abuso o negligencia que afecten su integridad personal.

### ARTÍCULO 146. (DERECHO AL BUEN TRATO).

- I. La niña, niño y adolescente tiene derecho al buen trato, que comprende una crianza y educación no violenta, basada en el respeto recíproco y la solidaridad.
- II. El ejercicio de la autoridad de la madre, padre, guardadora o guardador, tutora o tutor, familiares, educadoras y educadores, deben emplear métodos no violentos en la crianza, formación, educación y corrección. Se prohíbe cualquier tipo de castigo físico, violento o humillante.

### ARTÍCULO 147. (VIOLENCIA).

- I. Constituye violencia, la acción u omisión, por cualquier medio, que ocasione privaciones, lesiones, daños, sufrimientos, perjuicios en la salud física, mental, afectiva, sexual, desarrollo deficiente e incluso la muerte de la niña, niño o adolescente.
- II. La violencia será sancionada por la Jueza o el Juez Penal cuando esté tipificada como delito por la Ley Penal.
- III. Las formas de violencia que no estén tipificadas como delito en la Ley Penal, constituyen infracciones y serán sancionadas por la Jueza o Juez Público de la Niñez y Adolescencia, conforme lo establecido en el presente Código, tomando en cuenta la gravedad del hecho y la sana crítica del juzgador.

### ARTÍCULO 148. (DERECHO A SER PROTEGIDAS Y PROTEGIDOS CONTRA LA VIOLENCIA SEXUAL).

- I. La niña, niño y adolescente tiene derecho a ser protegida o protegido contra cualquier forma de vulneración a su integridad sexual. El Estado en todos sus niveles, debe diseñar e implementar políticas de prevención y protección contra toda forma de abuso,

explotación o sexualización precoz de la niñez y adolescencia; así como garantizar programas permanentes y gratuitos de asistencia y atención integral para las niñas, niños y adolescentes abusados, explotados y erotizados.

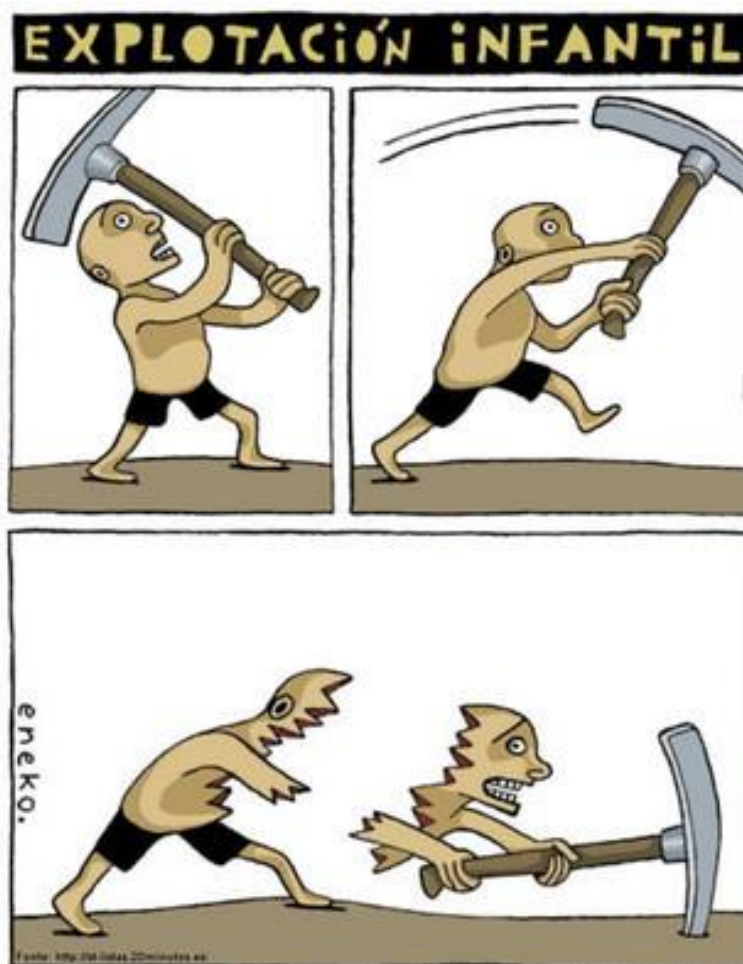
- II. Son formas de vulneración a la integridad sexual de niñas, niños y adolescentes, las siguientes:
  - a) Violencia sexual, que constituye toda conducta tipificada en el Código Penal que afecte la libertad e integridad sexual de una niña, niño o adolescente;
  - b) Explotación sexual, que constituye toda conducta tipificada en el Código Penal, consistente en cualquier forma de abuso o violencia sexual, con la finalidad de obtener algún tipo de retribución;
  - c) Sexualización precoz o hipersexualización, que constituye la sexualización de las expresiones, posturas o códigos de la vestimenta precoces, permitiendo o instruyendo que niñas, niños o adolescentes adopten roles y comportamientos con actitudes eróticas, que no corresponden a su edad, incurriendo en violencia psicológica; y
  - d) Cualquier otro tipo de conducta que vulnere la integridad sexual de niñas, niños y adolescentes.
- III. Las niñas y adolescentes mujeres gozan de protección y garantía plena conforme a previsiones del Artículo 266 del Código Penal, de forma inmediata.

#### **ARTÍCULO 149. (MEDIDAS PREVENTIVAS Y DE PROTECCIÓN CONTRA LA VIOLENCIA SEXUAL).**

- I. Sin perjuicio de lo previsto en el Parágrafo I del Artículo precedente, se adoptarán las siguientes medidas específicas de lucha contra la violencia sexual de niñas, niños y adolescentes:
  - a) Control y seguimiento de personas con sentencia condenatoria ejecutoriada por delitos contra la libertad sexual cometidos contra niñas, niños o adolescentes;
  - b) Aplicación de tratamientos psicológicos o psiquiátricos, como medidas de seguridad, para personas con sentencia condenatoria ejecutoriada por delitos contra la libertad sexual, cometidos contra niñas, niños o adolescentes, durante el tiempo que los especialistas consideren pertinente, incluso después de haber cumplido con su pena privativa de libertad;
  - c) Prohibición para las personas descritas en los incisos precedentes, de que una vez cumplida la sanción penal, vivan, trabajen o se mantengan cerca de parques, centros de esparcimiento y recreación para niñas, niños y adolescentes, unidades educativas, o lugares en los cuales exista concurrencia de esta población, independientemente de la aplicación de la pena privativa de libertad impuesta;



## ANEXO D – CHARGES E CAMPANHAS DE COMBATE AO TRABALHO INFANTIL











A infância  
vale muito  
mais que  
um trocado

**NÃO** CONTRIBUA  
COM A EXPLORAÇÃO  
DO TRABALHO DE  
CRIANÇAS E  
ADOLESCENTES NAS RUAS

Para denunciar o trabalho infantil, ligue:  
Conselho Tutelar: (11) 4221-1130 ou 4221-1733 (Horário Comercial)  
Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA):  
0800 191903 (Horário Comercial) - Polícia: 190 (24 horas)



O melhor trabalho  
para uma criança  
é o que a professora  
passa na sala de aula.

12 de junho  
Dia Nacional de Combate ao  
Trabalho Infantil

**MT**  
Ministério da Educação

**MEC**  
Ministério da Educação

**DECEI**  
Departamento de Educação e Cultura

Consulte: 0800 015111 para mais informações